

VERTICE

Revista bimestral

Março-Abril 1999 Preço: 1400\$00 (inclui IVA) II Série

Em Questão



Caminhos da Esquerda

A esquerda como oposição, *André Barata* ▼ Para uma política de esquerda. Contexto e medidas, *Blasco Hugo Fernandes* ▼ A responsabilidade da cidadania, *Edgar Silva* ▼ A esquerda entre o passado e o futuro, *Fernando Pereira Marques* ▼ Propriedade social, sector público, questão decisiva de uma política e de uma alternativa de esquerda, *Francisco Lopes* ▼ A identidade da esquerda hoje, *Francisco Marielo Curto* ▼ Ser de esquerda, hoje: alguns tópicos para debate, *Francisco Silva* ▼ A esquerda, contradições e dificuldades, *José Neves* ▼ Estarás, linda esquerda, posta em sossego?, *Luís Fazenda* ▼ O que é a esquerda hoje? Que políticas para uma política de esquerda?, *Pedro Vieira de Almeida* ▼ A esquerda ainda existe?, *Sérgio Ribeiro* ▼ Elogio crítico ao Partido Comunista Português, *Severo de Melo* ▼ A dinâmica capitalista e o socialismo envergonhado..., *Ulpiano Nascimento*

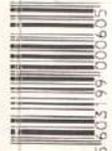
Em Estudo

Qualidades imprescindíveis. Som, música e práticas coreográficas na Índia — II, *João Soares Santos* ▼ Reabilitando o conceito de reabilitação em centros históricos, *Mário Júlio Teixeira Krüger*



08.8
89780

PP.
VER



89

Falar dos livros, das ideias,
dos filmes, de todas as artes.
Conhecer de outra maneira
aquilo que é único.
E haver um jornal para isso.
Agora quinzenalmente.

JL *JORNAL
DE LETRAS,
ARTES
E IDEIAS*

Às quartas-feiras

Praça Marquês de Pombal, 13 — 4.º, 1250 Lisboa

VÉRTICE

Director: Francisco Melo
Chefe de redacção: Fernando Correia
Capa: Henrique Cayatte
Revisão: Secção de Revisão da Editorial Caminho
Propriedade: Editorial Caminho, SA
Capital social: 120 000 000\$00
Inscrição na Direcção Geral da Comunicação Social
n.º 100 101 — Contribuinte n.º 500439214
Depósito legal n.º 20 279/88
ISSN: 0042-4447
Redacção, Administração e Sede: Av. Almirante Reis, 90,
7.º A, 1150 Lisboa
Telef. 815 35 11, 815 34 87. Fax: 815 34 95
Composição: Editorial Caminho, SA
Impressão: GRAFIRUMO, Lda. — Quinta Campo do Rio
— Rua A, n.º 3A — Camarate — 2685 Sacavém
Publicidade: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A, 1150 Lisboa
Telef. 815 35 11, 815 34 87 — Fátima Alves
Fax: 815 34 95
Distribuição: Deltapress (Lisboa) — Tapada Nova, Capa
Rota — Linhó, 2710 Sintra. Telef.: (01) 924 04 47.
Delegação Norte: Zona Industrial da Maia. Sector IX, Rua
B, lote 227, 4470 Maia. Telef.: (02) 941 76 70.
Assinaturas: Editorial Caminho, SA
Av. Almirante Reis, 90, 7.º A, 1150 Lisboa
Telef. 815 35 11, 815 34 87; Fax: 815 34 95
Os cheques serão remetidos à ordem de Editorial Caminho,
Alam. S.º António dos Capuchos, 6-B, 1150 Lisboa
Tabela de assinaturas: (1 ano — 6 números)
IVA e portes incluídos
Portugal e Regiões Autónomas — 6.240\$00 (individual);
7.410\$00 (entidades colectivas).
Macau, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe — 8.280\$00.
Espanha — 6.876\$00.
Resto da Europa — 8.160\$00.
Fora da Europa — 9.600\$00.
Representação no Brasil — Livraria Portugal — Rua
Genebra, 165 — (Travessa da Rua M.ª Paula) — CEP
01316-010 — São Paulo — SP — Tel.: (011)604-1748 —
FAX: (011)232-2071

Coordenador editorial: Manuel Gusmão
Conselho de Redacção: Agostinho Santos Silva,
António A. da Costa, António Carlos dos Santos,
António Mendonça, Aurélio Santos, Fernando
Correia, Fernando Guerreiro, Fernando Oliveira
Baptista, Francisco Silva, Francisco Melo, Gisela
da Conceição, Joana Ribeiro, João Luís Lisboa,
Manuel Gusmão, Maria Helena Seródio, Maria da
Paz Campos Lima, Paulo Varela Gomes, Pedro
Maia, Pedro Vieira de Almeida, Rui Namorado
Rosa, Sandra Monteiro, Silas Cerqueira.
Conselho Editorial: Alberto Vilaça, Álvaro
Salazar, António Avelãs Nunes, António Hes-
panha, António Borges Coelho, António Quadros
Ferreira, Armando Castro, Arquimedes da Silva
Santos, Carlos Ribeiro, Carlos Santarém Andrade,
Claudina Marques Rodrigues, Eduardo Chitas,
Eduardo Paiva Raposo, Elói Rodrigues, Ernesto
Sampaio, Fernando António Baptista Pereira,
Franklin Pereira, Frederico Carvalho, Guilherme
Arroz, Helder Coelho, Ivo Cortesão, João Caraça,
João Ferreira Duarte, João Gouveia Monteiro,
João Sousa Lopes, José Barata-Moura, José
Manuel Mendes, José Morgado, José Oliveira
Barata, José Orta, Luís Guerreiro, Luís Moniz
Pereira, Luís Reis Torgal, Manuel Augusto
Araújo, Manuel Lousã Henriques, Margarida
Pino, Maria Clementina Dinis, Maria Helena
Mira Mateus, Maria de Lourdes Maciel Correia,
Mário Vieira de Carvalho, Óscar Lopes, Pedro
Ramos de Almeida, Rogério Fernandes, Rui
Mário Gonçalves, Salvato Teles de Menezes,
Sérgio Ribeiro, Severo de Melo, Urbano Tavares
Rodrigues.

AOS COLABORADORES: 1. Os originais destinados a publicação deverão ser dactilografados a dois espaços em páginas de 25 linhas com 60 batidas. 2. As eventuais notas deverão ser numeradas progressivamente e agrupadas no fim do texto. As citações bibliográficas incluirão no mínimo, o nome do autor, título e data de publicação. 3. Entende-se como recomendável que os autores subdividam os textos com subtítulos ou números. 4. Cada estudo ou ensaio deverá ser acompanhado de um resumo de 5/8 linhas dactilografadas, de algumas frases para, eventualmente, serem destacadas do texto (uma por cinco páginas dactilografadas), e de uma breve ficha curricular do autor. 5. A revista não se responsabiliza pela devolução dos originais, solicitados ou não. 6. Os originais aprovados para publicação não poderão a partir desse momento ser sujeitos a alterações significativas. 7. A reprodução, em parte ou no todo, de trabalhos publicados pela VÉRTICE só é permitida mediante prévia autorização da direcção da revista. 8. Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores.

ATENÇÃO: É conveniente que, sempre que possível, os autores nos enviem os textos em disquete, com a indicação do programa utilizado, a qual lhes será devolvida. Lembramos os cuidados a ter na embalagem das disquetes expedidas pelo correio (envelopes almofadados, sacos antiestáticos) a fim de evitar a sua deterioração.

APOIO

MC
MINISTÉRIO DA CULTURA


SERVIÇO HISTÓRICO DO
LIVRO E DAS BIBLIOTECAS

VÉRTICE

Em Questão

Caminhos da esquerda

- 5 A esquerda como oposição
André Barata 477
- 2 Para uma política de esquerda.
Contexto e medidas
Blasco Hugo Fernandes 478
- 8 A responsabilidade da cidadania
Edgar Silva 479
- 3 A esquerda entre o passado e o futuro
Fernando Pereira Marques 480
- 28 Propriedade social, sector público,
questão decisiva de uma política
e de uma alternativa de esquerda
Francisco Lopes 481
- 35 A identidade da esquerda hoje
Francisco Martelo Curto 482
- 38 Ser de esquerda, hoje: alguns tópicos
para debate
Francisco Silva 483
- 46 A esquerda, contradições e dificuldades
José Neves 484
- 52 Estarás, linda esquerda, posta em sossego?
Luís Fazenda 485

- 54 O que é a esquerda hoje?
Que políticas para uma política
de esquerda?

Pedro Vieira de Almeida 486

- 56 A esquerda ainda existe?
Sérgio Ribeiro 487

- 63 Elogio crítico ao Partido Comunista
Português

Severo de Melo 488

- 76 A dinâmica capitalista e o socialismo
envergonhado...

Ulpiano Nascimento 489

Em Estudo

- 89 Qualidades imprescindíveis.
Som, música e práticas

coreográficas na Índia — II
João Soares Santos

- 105 Reabilitando o conceito
de reabilitação em centros
históricos

Mário Júlio Teixeira Krüger

- 136 Informação Editorial



VÉRTICE

Em Questão

CD25A

CD25A

A esquerda como oposição

1. A pergunta pela Esquerda

O aspecto ideológico mais marcante das últimas décadas (digamos com o pós-Maio de 68) é uma radical reconfiguração da Direita pelas mãos do neoliberalismo, mudança que não foi ainda, segundo cremos, consumada na Esquerda. Daí a urgência de perguntar pelo que seja a Esquerda actualmente, mas sobretudo pelo que ela deva ser face a uma actualidade plena de novidade, ainda que dominada pelo mesmo problema de sempre: a desigualdade social.

Por outro lado, essa mesma pergunta pelo que deva ser a Esquerda hoje implica saber que significado assume a Direita actualmente, isto é, saber contra que efectividade deve a Esquerda se opor. Por isto, é como oposição que a Esquerda será aqui objecto de uma questão, tanto mais quando o acto elementar de questionação está, quanto a nós, em risco.

Sobre a reconfiguração actual da Direita, parecem claros os termos pelos quais o neoliberalismo se veio contrapor às direitas tradicional e revolucionária: estas são ambas regulamentadoras, o que para a lógica neoliberal significa o constrangimento da livre circulação do capital. Aliás, para o neoli-

beralismo, quer a direita reaccionária e conservadora, na medida em que defende o estatuto privilegiado de uma minoria, quer a direita revolucionária, na medida em que combate a imoralidade da livre-circulação do capital em função da defesa de um valor moral, não se distinguem radicalmente da Esquerda, pois também esta procede a regulamentações, embora não as mesmas nem com o mesmo sentido. De algum modo, os teóricos do neoliberalismo vêem nesta aparente convergência uma boa razão para se abstrair do corte Esquerda/Direita e para proporem, neutralizando esta, as teses de algum pós-modernismo sobre o pensamento único e o fim da política.

Contudo, contrapor o corte Esquerda/Direita ao pensamento único, como a modernidade à pós-modernidade, significaria supor que o eixo fundador do corte — o eixo igualdade/desigualdade — deixasse de ter sentido, não tivesse correspondência com uma realidade objectiva. Ou ainda supor-se que esse eixo não fosse fundador, que outros tivessem sido os verdadeiros demarcadores do corte — naturalmente aqueles que hoje são visivelmente inoperantes. Na verdade, o corte Esquerda/Direita não assenta originariamente na suposição de que o Estado seja regulamentador, nem sequer na pres-

Caminhos da Esquerda

suposição moderna de que o Estado se constitua a partir da figura do contrato social. A este propósito, há, com toda a certeza, duas óbvias mistificações a denunciar: nem a Esquerda lutou contra outra coisa senão a desigualdade e a injustiça sociais, nem o eixo desigualdade-igualdade deixou em momento algum de ser o critério estrutural da exclusão social. Os movimentos de Esquerda não tiveram nem nunca terão qualquer sentido se não se contrapuserem a uma realidade efectiva de desigualdade que resiste ao incremento da inclusão social e da justiça. Daí que a Esquerda seja, tenha sido e deva ser indissociável de um posição de mudança e que a Direita, não obstante o carácter revolucionário que possa revestir, tenda para uma posição reaccionária. E se o liberalismo político-económico promove a desregulamentação de todas as formas de constrangimento que visavam limitar a desigualdade, então a Direita é efectiva, competindo à Esquerda demarcar-se para a enfrentar. Face a isto, interessa-nos saber hoje sobretudo o que deva ser a Esquerda, e o que dela devemos esperar, para lá do que ela seja ou tenha sido efectivamente nas práticas político-partidárias e nos seus modos de discurso.

2. O indiferentismo e as suas vítimas

Entre os traços mais característicos do neoliberalismo é preciso referir a sua abertura à transformação. Tal abertura é mesmo o único sinal de democraticidade nele reconhecível. Toda a aparência de obstáculo à actividade de reprodução de capital, em vez de ser combatida como obstáculo, é capitalizada pelo sistema por via de um descomprometimento e um recuo crescentes face às razões da opo-

sição. Por exemplo, o sistema reprodutivo torna-se sensível à questão ambiental não por um retrocesso da sua frenética actividade (perante as limitações de recursos ou aos índices de poluição), mas pela transformação da ecologia numa nova constelação de produtos a reproduzir segundo a lei da procura. A ironia está na ecologia, enquanto movimento na esfera pública, e a consciência ambiental, como traço da sociedade contemporânea, virem a expressar apenas mais um estímulo ao consumo. Nada há de elitista ou de darwiniano nesta lógica de «desoposição»: nada é seleccionado, nada é eliminado; se alguma coisa se revela interessante, então tem seguramente valor de consumo, pelo que há que absorvê-la. Qualquer pudor em o fazer é que representaria um obstáculo à reprodução e à circulação. Daí que o neoliberalismo, pelo menos na sua forma ideal, não recuse nada; para ele, tudo é aceitável. Não recusar nada é, aliás, a regra de ouro. Não só liberta o mercado de constrangimentos, mesmo os ideológicos, como garante a sua renovação; doutro modo o consumo estagnaria. No limite, e paradoxalmente, a própria diferença política é útil a esta lógica.

Só neste quadro podem aparecer afirmações como a de que está na moda ser de Esquerda, subversivo ou revolucionário, uma moda como qualquer outra, com o mesmo fim público de circular — nunca como contraposição à livre circulação.

Desta valorização da diferença decorreria a eliminação da conflitualidade ou, ao menos, a conversão desta em competitividade e visibilidade. Não haveria posição conflitual por nenhuma posição ser irreduzível — seria sempre possível reconduzir qualquer diferença ao interior de uma circulação e resolver toda a divergência num consenso. Para Cornelius Castoriadis, estamos perante uma «ca-

pacidade terrível» que resulta na própria impossibilidade de uma «divergência verdadeira»: «A palavra «revolucionário», tal como «criação» ou «imaginação», tornou-se um *slogan* publicitário; há alguns anos chamava-se a isso recuperação. A marginalidade tornou-se algo que é central e que se reivindica e a subversão é uma curiosidade interessante que perfaz a harmonia do sistema. Há uma terrível capacidade da sociedade contemporânea para asfixiar qualquer divergência verdadeira, seja silenciando-a, seja transformando-a num fenómeno comercializável como outro qualquer.» (*A ascensão da insignificância*, Bizâncio, 1998, p. 99)

A mercantilização do fenómeno político chega ao ponto de tornar o reconhecimento da democracia de um Estado um produto de importação ou exportação. Jean Baudrillard conclui mesmo que «a democracia e os direitos do homem circulam exactamente como qualquer produto mundial, como o petróleo ou os capitais» (*O Paroxista Indiferente*, Edições 70, 1998, pp. 23-24). Assim, fala-se do regime democrático como de um «kit» reproduzido nalguma fábrica de regimes e que é fornecido a um Estado periférico, em geral sob a forma de uma transacção de interesses, para que depois só aparentemente venha a ser implementado. Obter tal «kit» significa aceitar as regras de convivência mundial, significa a tácita autorização das nações do mundo — i.e, aquelas que aceitam a tutoria de uma grande nação — para que se preserve um mesmo estado de coisas.

O que há de «terrível» nisto é já não ser possível uma verdadeira diferença que divirja radicalmente deste indiferentismo funcional, i.e, que se lhe oponha. Torna-se impossível a crítica do indiferentismo pelo simples facto dele interiorizar todo o objecto da crítica, subtraindo-se desse modo a si pró-

prio da diferencialidade do real. E se a realidade deixa de poder contar com alternativas à lei da circulação então esta configura-se como um facto inultrapassável, uma lei da natureza contra a qual nenhuma lei humana colhe. E, no entanto, o mundo confronta-se com a evidência de uma crise. Alain Touraine ainda recentemente deu nome a essa evidência, ao denunciar na sua *Carta aos Socialistas* uma «desagregação cultural» cujo princípio reside, segundo este sociólogo, na contradição entre duas tendências, uma centrífuga outra centrípeta: a primeira expressa nos lugares comuns da globalização, do mercado aberto, da desregulamentação, da livre iniciativa e da liberdade de circulação; a segunda marcada pela reemergência de fenómenos sociais como a xenofobia, as seitas, os integristas e o segregacionismo em geral. Contudo, estas duas tendências só são contraditórias na sua aparência, pois, na verdade, enquanto uma delas é estruturante a outra não passa de um efeito perigoso da primeira — o neoliberalismo desregulamentador e sem fronteiras é a causa de uma crescente exclusão social contra a qual as tendências centrípetas procuram salvaguardar uma posição. Com efeito, o crescente desemprego, a precarização dos vínculos laborais, a impossibilidade do sucesso, o isolamento social, a guetização das zonas urbanas engrossam um contingente de excluídos obrigados à invisibilidade — e os vencidos no nosso mundo não podem ser felizes porque ser feliz é vencer, e vencer é ser visível. Para eles está em causa a identidade, a mera presunção de que a comunidade saiba que existem, que conte com eles e não os tome por indiferentes ou, numa palavra, a sobrevivência. O contrário, ser indiferente, em virtude de um processo de exclusão, é no mundo actual intolerável.

3. O ressentimento como reacção fascizante

Contra esta exclusão indiferenciadora surge uma reacção fascizante para a qual a única saída consiste na rejeição da diferença, o que não significa uma rejeição do indiferentismo. Anulando a diferença do outro suspende-se a anulação da identidade indiferenciada do próprio. Trata-se de uma acção movida pelo ressentimento, pela qual a identidade sobrevive à custa do ódio pelo outro, por tudo o que venha a distinguir-se de si. O recente referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez representou um exemplo claro deste ódio à diferença. No caso, o objecto de debate não esteve na eventual concessão de um direito à mulher, nem no eventual reconhecimento de que a mulher deva poder decidir sobre a sua condição de mãe; esteve simplesmente em causa o ressentimento contra todo o projecto de libertação. A mulher está condenada a sobreviver do mesmo modo que todos os seus filhos porque a nossa condição é sobrevivencial.

Mas este ódio à diferença, ao exprimir claramente uma forma de relacionamento político, não poderia deixar de atingir o próprio significado da democracia e das suas instituições. De facto, em Estados que alcançaram historicamente um razoável nível de aprofundamento da vida democrática — não sendo Portugal um caso muito diverso de outros da Europa Ocidental — surgem agora tendências de crítica fascizante à sua estrutura representativa. Tratar-se-iam supostamente de regimes incapazes de exercer a representação com que foram investidos (daí a sua apregoada inutilidade) e de lógicas de poder comprometidas com os interesses dos aparelhos político-partidários (daí a sua no-

Caminhos da Esquerda

cidade). Fala-se então de círculos uninominais, ou de redução do número de deputados, ou de referendos, defendendo-se sempre uma maior proximidade entre a comunidade e os espaços de decisão política. O esforço, se fosse de boa-fé, revelar-se-ia mal empregue, uma vez que a proximidade não contribuiria em nada para ultrapassar o alegado estado de impotência do poder político — este tende a transformar-se ou numa figura de representação, ou numa quixotesca investida contra os moínhos, o que vem dar no mesmo. Mas as intenções são manifestamente outras: «racionalizar» o sistema eleitoral de modo a obter-se mais facilmente o desígnio da estabilidade governativa, sem que esta tenha de resultar de condições sociais estáveis; reformar o Parlamento de modo a prescindir do que, sob determinado ponto de vista pragmático, é prescindível; promover a consulta referendária para despromover o espaço da assembleia; rever o texto constitucional para reduzir o seu significado ao de uma tautologia. Trata-se de uma «desinstitucionalização» do poder político, na qual o sistema representativo é a vítima. Sobretudo por isso, acusa-se a tradicional classe política de representantes de ser corrupta, ineficiente, prescindível, impondo-se, pois, o surgimento de uma nova maneira de fazer política caótica que anule a diferença política entre representantes e representados. Aliás, toda a diferença pública, na medida em que confira autoridade e poder fora do âmbito da lógica da circulação, na medida em que quebre o indiferentismo funcional, torna-se suspeita. E assim sendo torna-se evidente que a crítica fascizante ao indiferentismo não está em contradição, senão na aparência, com o objecto da sua crítica; bem pelo contrário, pressupõe-no e chega a prosseguir-lo ao tomar a desregulamentação política como tarefa mo-

ral prioritária. No «todos diferentes todos iguais» a diferença refere-se apenas ao plano privado — precisamente aquele onde se inscreve o poder financeiro, a iniciativa do capital — ao passo que a igualdade visa instaurar o indiferentismo e a impotência na vida pública! O lema «todos diferentes todos iguais» acaba por ser a mais bela expressão, aparentemente inócua, da cultura neoliberal. E, no entanto, é esta mesma apologia de uma democracia sem representantes nem espaço próprio de discussão e decisão responsáveis que constitui, ao não tolerar no seu seio a diferença pública, um dos segmentos de uma cultura anti-liberal e de intolerância ressentida para com tudo o que instaure a diferença e a divergência. E ainda é essa mesma reacção fascizante que encontramos nalguma censura à justiça por esta não *eliminar* o criminoso (seja o traficante de droga, o violador ou o corrupto), ou por esta assentar na ilusão de que haja o dever social da reabilitação. Neste ponto, até o argumento é semelhante: tais indivíduos, criminosos e políticos, custam demasiado ao erário público.

4. A democracia em risco e a Esquerda como questão

Habitúamo-nos a considerar que excluir seja quem for da vida política activa de uma comunidade é anti-democrático, fazer com que uns decidam por outros sem o concurso destes em parte alguma do processo de decisão (e não o seu mero assentimento) é anti-democrático; não constituir condições de liberdade política para todos é anti-democrático. Mas se estas têm sido as formas clássicas de denunciar uma democracia em risco, pre-

sentemente outras e novas formas de anti-democratismo surgiram com o neoliberalismo, mesmo quando é assegurado o direito à vida política activa a todos os cidadãos. Bastou para isso que as decisões políticas não repercutissem nos destinos da comunidade, quando as decisões com verdadeiras implicações passam agora muitas vezes ao lado da comunidade democrática, ou quando as instituições democráticas deixam de enfrentar aquilo para que existem, os conflitos e o poder em questão que lhes subjaz. Esta situação é bastante visível nos dias de hoje e a sua efectividade decorre de vários factores, nomeadamente, do facto do poder, e em especial o poder financeiro, já não se circunscrever ao plano do Estado-nação (aquele plano a que têm correspondido as formas institucionais de controlo político). Com efeito, é hoje cada vez mais claro que o fenómeno da globalização económica, por um lado, e a tendência para a desregulamentação, por outro, tornam o Estado irrelevante e o poder incontrolável.

Esta desregulamentação, porém, só falaciosamente pode pretender solucionar a ineficiência do Estado pela sua minimalização. De facto, minimalizar o Estado, em vez de responder a um estado de coisas que causa preocupação, visa simplesmente desproblematizar o que é essencialmente problemático, tomando por inevitável o que pode ser discutido e o que pode dar lugar a uma alternativa. A questão não está, portanto, em saber como evitar os obstáculos à circulação, como se esta fosse inquestionável, mas em saber de que modo e em que condições esta não tem de ser inevitável, podendo ser questionada. E aqui a falácia consiste tão só no facto de se procurar solucionar um problema de ineficiência sem dar resposta ao problema da eficiência.

A subtracção fundamental que

o «pensamento único» promove está em negar a possibilidade da realidade poder e dever ser questionada. O trabalho do intelectual, de natureza questionante (atente-se que toda a questão enunciada envolve necessariamente pelo menos duas respostas possíveis), é substituído pelo trabalho do especialista e do gestor, o primeiro encarrega de encerrar questões fornecendo respostas técnicas a questões políticas, o segundo encarregue de gerir um mundo de respostas sem questões. A decisão política é assim rebatida na decisão técnica por um movimento de redução do ideal ao efectivo. Marcel Prolét, numa cuidada análise dos fenómenos da despoltização e da desideologização, faz o seguinte diagnóstico: «Governar já não é escolher; antes é, ao abrigo cómodo de um pragmatismo erigido em virtude, confiar a «especialistas» a missão de o fazer» (*Histoire des Idées Politiques*, Dalloz, 13e. édition, 1997). No essencial, o fim das ideologias traduz, uma vez mais, a anulação da responsabilidade, mas sobretudo a anulação da própria figura da escolha política. Resta perguntar pelo que possa ser a democracia se nada houver a decidir politicamente. A resposta é simples: nada. Se se emprega ainda as palavras «democracia» e «política» é para designar apenas um espectáculo de intensidades, um jogo em que competem adversários diferentes, pessoas que desejam naturalmente vencer e que devem, para isso, persuadir uma audiência a escolhê-los em vez de escolher os seus adversários. A audiência elege-os em função das suas performances em diversos registos, entre os quais os clássicos temas políticos fazem a sua aparição, mas cada vez mais como peças de jogo, símbolos a ressimbolizar num plano de irrealidade, como se tudo fosse a fingir. O prémio não é necessariamente monetário, mas existirá sem-

pre nem que seja para preservar o jogo. É a «roda da sorte» ou a «casa cheia» de todas as televisões, com a diferença de ser muito mais real do que qualquer outro jogo — não só ocupa-nos *realmente* muito mais tempo do que a realidade como a sua irrealidade é apenas implícita. Por isso é imensamente mais divertido e viciante que qualquer outro jogo; ainda por essa razão é também o sinal evidente de uma alienação levada ao seu extremo. A diferença entre o real e o irreal dissipa-se, como a aparência e a efectividade se tornam o mesmo.

A consequência final do pensamento único e da tese, entretanto revista, do fim da história de Fukuyama, é a simplificação do pensamento à sua forma técnica — pensa-se como quem joga um «puzzle» (lembrando Thomas Kuhn), não como quem formula questões ou lança a denúncia e a provocação. Em suma, não é uma pretensa inexistência de alternativas por que optar que determina o fim da história (e a aparente resolução de todas as contradições); antes que isso fosse possível, a desidealização do pensamento exterminou o mais elementar acto democrático, a formulação de uma questão. Por isso, há um aviso sério a fazer: a democracia está duplamente em risco. Em primeiro lugar, a inevitabilidade neoliberal elidiu o essencial do exercício democrático — a escolha por parte da comunidade de cidadãos de uma possibilidade entre várias para organizar o seu futuro; em segundo lugar, o que denominámos reacção fascizante ao indiferentismo, ao descredibilizar as instituições democráticas e ao rejeitar a diferença no plano público, deu à vida democrática activa uma conotação de imoralidade. Estas duas vertentes sucedem-se de forma coerente num mesmo horizonte de dissipação da política como actividade humana.

Daí a urgência actual de uma

Caminhos da Esquerda

oposição que configure a própria possibilidade de oposição, sob a qual se reafirme a legitimidade de alternativas políticas e a radicalidade de uma diferença que não admita o indiferentismo, o conformismo e, seguramente mais importante que o resto, o consenso em torno da injustiça social. Nestes precisos termos, devemos questionar a Esquerda para que ela seja a negação da inquestionabilidade.

Julgamos, assim, estar em condições para propor uma resposta à questão inicial «O que deve ser a Esquerda actualmente?». Em primeiríssimo lugar, a Esquerda deve ser problemática, e deve não o deixar de ser nunca, deve fazer disto a sua radicalidade. Só assim a democracia e a exigência de uma vida boa, sem a qual a humanidade estaria condenada a uma condição sobrevivencial, subsistirão. Se a política e a democracia estão em risco, e com elas a própria condição humana, então a Esquerda tem de assumir como seu futuro o futuro da política e da democracia.

5. Por uma democracia mediada e total

Onde emergem conflitos de poder, há uma racionalidade a exigir como regulamentação desses conflitos. Regrar os modos de conquista e exercício de poder, com o fim de evitar a injustiça da força se sobrepor à razão, consiste, em grande medida, no objectivo democrático básico.

Se a mutabilidade da realidade social se traduz num permanente surgimento de novos fenómenos de poder, então a tarefa de trazer justiça à comunidade é uma tarefa para sempre inacabada. Daí que não haja democracias completas, mesmo em termos estritamente políticos.

Agora, se a Esquerda repre-

sentou uma tradição democrática e visa representar um futuro democrático, não pode, contudo, estar em causa para a Esquerda, como por vezes esteve, eliminar o facto das relações sociais exprimirem, em maior ou menor grau, relações de poder, nem pode sequer estar em causa eliminar a conflitualidade que sucede nessas relações de poder. Tal significaria transpor a barreira entre democracia e sociedade civil, entre uma formalidade e aquilo que ela se propõe enformar. Os perigos da burocratização e estatização revestiram frequentes vezes este aspecto. E o resultado óbvio consistiu na dogmatização e na inquestionabilidade que, historicamente, conduziram à suspensão do político e à catástrofe humana.

O limite da acção democrática está, pois, em lutar pela imposição de um critério de justiça nos conflitos de poder, não um critério objectivamente dado segundo uma norma pretensamente universal e de validade constante — chega de olhares abusivamente iluminados — mas um critério minimamente racional que apenas estabelece como condição que o conflito seja decidido por meio da discussão, em espaço próprio, entre os membros da comunidade. Naturalmente, os pressupostos aqui subjacentes são dois: primeiramente, o de ser possível imprimir uma racionalidade à luta pelo poder; e depois, o dessa racionalidade surgir da discussão em assembleia. Só mesmo a crença na resolubilidade racional de conflitos permite justificar a relação contraditória que a instauração de um regime democrático mantém com o seu progressivo aprofundamento. É que se, num primeiro momento, um movimento democrático é aquele que visa sobrepor uma maioria sem voz a uma minoria autoritária, a sua maturidade só se detecta a partir de uma inversão pela qual as maiorias nem sempre se sobreponham às mino-

rias que se vão diferenciando. Para isso, é necessário complementar a simples equação um homem/um voto com a invenção de fórmulas institucionais de mediação racional que limitem o poder de aplicação daquela. Não se trata de elitizar a democracia, mas de prevenir os ataques do (i)mediatismo populista. Os riscos a evitar são, num extremo, que a exigência de racionalidade se converta num procedimento burocrático ou iluminado e, no outro, que a vontade das maiores determine o desaparecimento de mediações racionais.

É apenas com base neste pressuposto de racionalidade que se mostra possível interpretar o regime político democrático nos termos de um ideal de comunidade que decide responsabilmente o seu destino sem que uns ou outros sejam excluídos dos processos de decisão. Sendo estes precedidos de problemas que exigem resposta, ou dito doutro modo, de conflitos de interesses que envolvem necessariamente posições de poder, trata-se também de um ideal de discussão responsável por parte da comunidade. As decisões seguir-se-ão, idealmente, práticas consequentes, cujos resultados haveriam de ser avaliados. À possibilidade de participação de todos em cada

passo deste processo, à universalização de uma cidadania efectiva, eis o que poderíamos finalmente denominar democracia. Eis aquilo por que a Esquerda deve agir, de diferentes maneiras em diferentes circunstâncias.

No passado, o sentido desta acção democrática orientou-se para a constituição de mecanismos que impedissem as lógicas de poder se desenvolverem de maneira incontrollada ao nível de cada Estadação. Era esse o modo de travar o progresso da desigualdade e de promover certas vias de igualização (igual acesso ao ensino, iguais direitos e deveres cívicos, etc.) ou, ao menos, de equidade. Assim se lutava pela justiça social. Agora, se o poder já não se circunscreve ao plano estatal — a globalização é, para todos os efeitos, um dado —, então há que lutar por uma regulamentação das formas de poder que se desenvolvem incontrolladamente em escalas intra e supra-estatais. Por isso, da eventual ineficiência de um Estado não se deve concluir a necessidade da sua minimalização, como tanto desejam os neoliberais, mas a introdução de mecanismos democráticos onde eles não existem, sejam no poder local, sejam no poder transnacional. Face a isto, só se pode

esperar da Esquerda uma intervenção alargada a todos os espaços sociais onde o poder se torne real e, conseqüentemente, onde a desigualdade se torne possível. Deve defender a democraticidade do poder autárquico — daí que a regionalização deva ser cumprida — e inventar novas formas de democracia que acompanhem a realidade eminentemente social a que chamamos globalização — talvez o internacionalismo não tenha nunca sido tão urgente como hoje. Finalmente, entre os planos local e global, o plano nacional não desaparece e se, a seu propósito, a Esquerda deve evitar a minimalização do Estado com isto não se quer dizer que a Esquerda deva sustentar a figura de um Estado dirigista e centralizador, pois actualmente existem cada vez menos centros de poder. Pelo contrário, o poder tende a distribuir-se por planos transversais à geografia. De algum modo, aliás, tem-se reconhecido isso ao se substituir conceptualmente a categoria de «multinacional» pela de «transnacional». De todo o modo, para a Esquerda o caso deverá ser sempre o mesmo: democratizar a conquista e o exercício do poder onde quer que ele ocorra. Trata-se de lutar por uma democracia total. ▼

478

Para uma política de esquerda

Contexto e medidas

Os problemas sociais são a consequência do desenvolvimento técnico nas condições específicas do funcionamento do modo de produção capitalista. Eles resultam sobretudo das contradições que lhe são inerentes e inclusivamente da actual tendência do sistema capitalista para se reproduzir cada vez mais a uma escala alargada.

Tudo isso numa perspectiva produtivista cujos resultados ultrapassam a capacidade de absorção do mercado.

O campo (de recrutamento) da esquerda situa-se, em cada etapa histórica, onde se fazem sentir os efeitos das contradições socioeconómicas do sistema. Hoje em dia, a definição de uma política alternativa de esquerda, ou seja, de uma política portadora

de uma satisfatória solução aos múltiplos e diversificados problemas com que os cidadãos se debatem no seu quotidiano, não pode subestimar a crescente complexificação com que a(s) sociedade(s) se vai (vão) confrontando no campo laboral e social, sob pena de essa alternativa perder a capacidade de mobilização e, portanto, a eficácia política.

Movimento social

A partir principalmente dos anos 80, começam a surgir no mundo, na Europa (comunitária) e em Portu-

gal, embora em menor escala no nosso caso, determinados factores que contribuem para alterar o quadro sociológico e político. Entre os elementos mais salientes, que tornaram mais complexo o campo laboral e social de sensibilização e de mobilização para os valores de esquerda, destacam-se os seguintes:

1. o desenvolvimento da precaridade e da flexibilidade do trabalho, resultantes do conservadorismo das actuais relações (sociais) de produção, apesar de estas se revelarem desajustadas do nível do desenvolvimento tecnológico-científico adquirido e, em geral, do desenvolvimento das forças produtivas. O que re-equaciona o conteúdo reivindicativo tradicional.
2. a crescente segmentação da força de trabalho e, principalmente, o alargamento do binómio dominação-exploração da força de trabalho do clássico quadro de conflitualidade capital-trabalho para outros sectores da sociedade, envolvendo esta globalmente. Isto devido às mutações introduzidas no aparelho produtivo e nas actividades económicas e sociais pela revolução tec-

nológico-científica, em particular na área da informática e da comunicação.

Esta diversificação interna da(s) sociedade(s) cria dificuldades à unificação do movimento social, na perspectiva de um projecto político alternativo, nos termos anteriormente referidos. O que não exclui a existência, neste campo social plural e diversificado, de interesses e de referências comuns, a partir dos quais se viabilize a mobilização social indispensável à actual formulação/concretização de uma política alternativa de esquerda.

3. a ocorrência de novas formas de exclusão social, a relevar a relação do indivíduo com a sociedade e com o sistema, para além do tradicional confronto capital-trabalho. As categorias subjectivas ligadas à primeira relação, associadas naturalmente às categorias objectivas vinculadas à segunda, não são de modo nenhum despididas na lógica deliberativa e reivindicativa de interesses colectivos.
4. a diversificação das formas de dominação/exploração do sistema capitalista e, naturalmente, a respectiva diversificação das reivindicações, algumas delas comuns às restantes, outras específicas (lutas da juventude, das mulheres, lutas anti-racistas, ecologistas, pela paz, etc.). O actual processo global de alternativa democrática e de esquerda requer inevitavelmente a devida ponderação de tais reivindicações e certamente a sua articulação e integração com as restantes.
5. o alargamento, que parece

tornar-se evidente do que ficou atrás exposto, do próprio conceito de movimento operário, proveniente da dilatação a novos sectores da população e a toda a sociedade da dominação/exploração do sistema capitalista.

A citada evolução social, as alterações que se vão registando na composição da força de trabalho, onde ganha cada vez mais importância o trabalho imaterial, e as modificações de diferente tipo que se observam no mundo do trabalho, pela via da mundialização neo-liberal, recolocam pertinentemente o problema da relação do(s) movimento(s) social(ais) com a política, a fim de que esta represente os interesses e as legítimas aspirações de camadas da população cada vez mais amplas, que são vítimas do sistema. Trata-se, no fundo, de procurar harmonizar os diagnósticos, o programa e o projecto político com a realidade, ou seja, com os elementos essenciais que presentemente fundamentam a contestação à dominação do capitalismo neo-liberal, contribuindo simultaneamente para abrir caminho para a transformação progressista da sociedade — transformação esta indissociável do movimento social, como uma das suas dimensões.

De qualquer modo, e sem se pôr em causa a metodologia atrás referida visando actualizar o conteúdo de uma política de esquerda, esta não deixa de englobar um conjunto de medidas básicas destinadas a dar uma resposta positiva aos legítimos interesses individuais e colectivos das populações.

Medidas fundamentais

Um dos pilares fundamentais da política de esquerda é o da garantia e da valorização do trabalho enquanto meio de plena realização pessoal e social, de emancipação moral, de liberdade espiritual e de exercício de cidadania e não ape-

nas como mero instrumento produtivo ao serviço dos objectivos das empresas, das instituições e do crescimento económico. Além disso, uma política de esquerda envolve necessariamente a tendencial reestruturação de uma nova realidade económico-social, susceptível de promover uma vida digna generalizada, a igual oportunidade de acesso aos bens materiais e espirituais de todos os cidadãos e, finalmente, a justiça social. No plano político, uma política de esquerda é indissociável do respeito pelos direitos económicos, sociais e culturais das pessoas e da sua indispensável articulação/representação no poder político-económico, num quadro democrático substantivo e participado que releve, em todos os níveis, o interesse público, no seio da conflitualidade entre as diversas forças, interesses e objectivos em jogo.

Não se exclui por outro lado de uma política de esquerda, antes pelo contrário, a implementação de meios e de medidas dirigidas à transformação da sociedade no sentido do progresso social e da superação/supressão das estruturas geradoras de exploração e de opressão. Nesta ordem de ideias, ela não se resume à gestão e regulação da economia, ainda que esta seja cada vez mais necessária, não só no plano nacional, mas também para fazer «*face à magnitude das disfunções sociais com origem no funcionamento do próprio sistema de economia mundial*» (1).

É ainda inseparável de uma política de esquerda a garantia da co-existência de três sectores de propriedade dos meios de produção: o privado, o Sector Empresarial do Estado (SEE), onde se incluem principalmente os ramos básicos e estratégicos da economia e da sociedade e, finalmente, o que se pode designar pelo sector de apropriação social, que abrange as cooperativas, as mutualidades, as associações de produtores, etc., deten-

Caminhos da Esquerda

toras de um papel importante na libertação da relação salarial e de dominação do capital sobre o trabalho, além das regras de democracia por que se regem no plano interno. São, por este facto, de sinal contrário a uma política de esquerda a ausência de incentivos e de mecanismos que promovam efectivamente o associativismo em Portugal. Avesa a tal política é igualmente a onda de privatizações (destruição do SEE) realizadas nos últimos anos no nosso país, ilustradas, a título de exemplo, no Quadro 1, as quais tiveram como corolário a liquidação de importantes ramos da economia, por um lado, e a (re)constituição de grandes grupos económicos nacionais e/ou estrangeiros, por outro.

A crescente internacionalização (europeização, mundialização)

da economia e a implementação de instrumentos que conduzem à sua aceleração (União Económica e Monetária, Tratado de Maastricht/Pacto de Estabilidade/Tratado de Amsterdão), nomeadamente porque elas não são acompanhadas da necessária criação/aperfeiçoamento de meios reguladores a nível europeu e mundial, além de nacional, actuam, nas condições citadas, como um factor multiplicador de destruição não só de sectores públicos e das políticas sociais nacionais, mas também, como afirma P. Bourdieu⁽²⁾, «*de todas as instâncias colectivas capazes de fazer frente aos efeitos da máquina infernal (neo-liberal), a começar pelo Estado, depositário de todos os valores universais associados à ideia de público e a imposição (...) de uma espécie de*

Quadro 1
Principais privatizações (1989-1997)

Sector/Empresa	Receitas ⁽¹⁾	Parte privatizada	Anos
<i>Bancos</i>			
Banco Português do Atlântico	223.3	100	1990-1995
Banco de Fomento e Exterior	155.4	85	1994-1996
Banco Esp. Santo e Com. de Lisboa	150.0	100	1991-1992
Banco Totta et Açores	76.2	93	1989-1996
Bancos Fonseca et Burnay	45.1	100	1991-1992
Banco Pinto et Sotto Mayor	44.0	100	1994-1995
Crédito Predial Português	40.8	100	1992
União de Bancos Portugueses	39.4	100	1993-1996
Sociedade Financeira Portuguesa	16.0	100	1991
<i>Companhia de Seguros</i>			
Tranquilidade	44.7	100	1989-1990
Mundial Confiança	33.4	100	1992
Bonança	29.7	100	1991-1994
Império	25.5	100	1992
Aliança Seguradora	13.9	100	1989-1991
<i>Outras</i>			
Portugal Telecom (telecomunicações)	653.0	75	1995-1997
EDP (electricidade)	391.5	30	1997
CIMPOR (cimento)	146.1	65	1994-1996
Petrogal (petróleos)	83.8	45	1992-1995
CMP (cimento)	39.6	100	1994-1995
SECIL (cimento)	35.9	59	1994-1995
Portucel Industrial (pasta papel)	35.6	40	1995
Centralcer (cervejas)	34.6	100	1990
Tabaqueira (tabaco)	33.2	65	1996
Unicer (cervejas)	22.6	100	1989-1990

(1) Mil milhões de Escudos. Fonte: OCDE⁽²⁾

darwinismo moral que, com o culto do **ganhador** (...), instaura a luta de todos contra todos (...). Outros instrumentos integrados no objectivo da completa liberalização da economia mundial e da hegemonização/consolidação do reino das multinacionais (Organização Mundial do Comércio, Acordo Multilateral de Investimento, mais conhecido por AMI, o Novo Mercado Transatlântico, etc.) reforçam a concretização das finalidades atrás expostas. Daí que uma política de esquerda implique necessariamente a intervenção do Estado e do SEE para reduzir/eliminar os desequilíbrios provocados pelo neo-liberalismo, para canalizar simultaneamente os fluxos financeiros para finalidades realmente produtivas e socialmente úteis e proporcionar à economia e à sociedade melhores condições de desenvolvimento.

A valorização das pequenas e médias empresas e das pequenas e médias explorações agrícolas (PME e PMEAs), integra uma verdadeira política de esquerda, na medida em que umas e outras têm um peso específico significativo e desempenham um papel económico e social importante nos respectivos sectores e a nível global da economia. O facto de a internacionalização/mundialização neo-liberal avolumar as contingências e os impactos negativos que recaem sobre as PME e PMEAs aumenta o alcance desta orientação. Dir-se-á o mesmo relativamente à necessidade de promover um tipo de desenvolvimento que garanta a constante melhoria do nível e da qualidade de vida das populações que vença os desequilíbrios regionais e fomente uma justa repartição do rendimento nacional. Refira-se, quanto ao último aspecto, que o nosso PIB/habitante, em Paridade do Poder de Compra, corresponde a pouco mais de 70% da média da União Europeia (UE-15), em termos médios nacionais, denotando-

se grandes disparidades entre as diversas regiões do território continental e nacional (na região de Lisboa e Vale do Tejo o PIB/habitante atinge 96% da média comunitária contra 42% no Alentejo, 42% nos Açores e 45% na Madeira). A segurança social constitui outra área onde se faz sentir a falta de uma política de esquerda, designadamente para reorientar a tendência política para a sua privatização num sentido oposto, ou seja, no da maior responsabilização da administração pública pelo sistema de segurança social, conhecendo-se a enorme importância que este sector tem na dignificação da vida e do trabalho das populações. Note-se, como se verifica no Quadro 2, que Portugal se encontra entre os países da UE-15 que menos gastam com a protecção social por habitante.

Quadro 2
Despesas com a Protecção Social por Habitante (em Paridade do Poder de Compra) 1994

Estados membros	Despesas (PPC)
Bélgica	5052
Dinamarca	6374
Alemanha	5514
Grécia	1645
Espanha	3020
França	5500
Irlanda	2873
Itália	4312
Luxemburgo	6674
Países Baixos	5536
Áustria	5611
Portugal	2162
Finlândia	5262
Suécia	n. d.
Reino Unido	4649

Fonte: Eurostat (*)

A Questão Europeia

Algumas questões colocam-se em relação à construção europeia.

Apesar do divórcio existente entre o espaço monetário e o espaço socioeconómico, que de alguma maneira legitimou certas reservas à unificação da moeda na UE-15⁽⁵⁾, a verdade é que o euro (moeda única) aí está em vias de concretização, tendo-se já repercutido e continuando no futuro a repercutir-se na(s) economia(s) nacional(ais). Com efeito, o conteúdo do Tratado de Maastricht (1993), do Pacto de Estabilidade (Dezembro/1996) e do Tratado de Amsterdão (Junho/1997) ampliou consideravelmente o peso dos desafios europeus nos conflitos e nos compromissos nacionais. E na medida em que com esses instrumentos se acentuam as exclusões e as desigualdades, a construção europeia, tal como está a ser levada a cabo, apresenta-se justificadamente como sendo portadora mais de ameaças do que de progresso económico e social. Daí a necessidade de se (re)lançar uma reflexão sobre o sistema edificado em torno da moeda única e de desencadear uma dinâmica que contrarie a opção tecnocrática, que prevaleceu até agora na construção da Europa comunitária, a favor de uma opção democrática, isto é, de um projecto de modernização que valorize os recursos, os interesses e as aspirações nacionais e privilegie um crescimento económico real (humanizando-o e dando um conteúdo social progressista), o emprego e, em geral, o progresso social. Naturalmente, num quadro de cooperação mutuamente vantajosa para todos os Estados membros e de co-desenvolvimento económico e social, que superem progressivamente os desequilíbrios e as desigualdades entre os parceiros e, no interior de cada um deles, entre as regiões.

A questão central de uma política europeia democrática e, naturalmente, da(s) política(s) nacional(ais) sobre esta problemática acha-se, em última análise, no seu encaminhamento para uma ver-

Caminhos da Esquerda

dadeira coerência entre o social e o económico, ou seja, por outras palavras, para a construção de uma Europa social. O que apela, por um lado, para a democratização e para o controle democrático das instâncias decisórias da União Europeia e, por outro, para a sua abertura à participação dos cidadãos e da sociedade civil, designadamente das instituições representativas dos diferentes interesses e aspirações económicas e sociais. Impensável será (é), pois, a construção de uma Europa coesa económica e socialmente sem aquela participação e sem a responsabilização dos representantes eleitos e dos órgãos executivos perante a(s) respectiva(s) sociedade(s). Cabe também aos Estados nacionais uma enorme responsabilidade, um papel activo e a iniciativa política nesta matéria. «(...) A *apresentação habitual da integração europeia como submissão progressiva dos Estados nacionais a Bruxelas é errada*», escreve D. Collin⁽⁶⁾. E acrescenta: «*Se há submissão, ela inscreve-se no capítulo da submissão voluntária*».

Papel do Estado

A existência de uma alternativa democrática e de esquerda, no plano político e metodológico, no âmbito do(s) país(es), com o Estado democrático, enquanto depositário do interesse colectivo, a assumir e a desempenhar um papel relevante em termos de reorientar a construção da Europa (comunitária) no sentido democrático é condição *sine qua non* para uma maior autonomia perante Bruxelas e para a salvaguarda do(s) interesse(s) nacional(ais). Atendendo a que a ordem económica de mercado é essencialmente portadora de uma dinâmica desigualitária (entre grupos socioeconómicos e entre Estados membros da UE-15), através da qual se privilegia o ac-

tor (interesse) privado em desfavor do actor (interesse) colectivo, tanto na frente relacionada com a problemática europeia como no plano interno destaca-se a acção do Estado democrático como elemento indispensável para tentar garantir maior equilíbrio no seio da União Europeia, para corrigir os excessos e as disfunções da economia e, finalmente, para afirmar os valores da democracia participativa, a nível político, económico, social e cultural.

Este papel interventor e regulador, inseparável de uma política de esquerda, compagina-se, aliás, no rol das incumbências prioritárias atribuídas ao Estado no Artigo 81.º da Constituição da República Portuguesa⁽⁷⁾. Saliente-se, entre elas, o seu encargo em promover o aumento do bem-estar social e económico e da qualidade de vida das pessoas, a justiça social, em operar as necessárias correcções das desigualdades na distribuição da riqueza e do rendimento e em reprimir os abusos provenientes de posições dominantes contra o interesse geral. Trata-se, afinal, de evitar que a sociedade privilegie o resultado imediato em detrimento de opções estratégicas de longo alcance, e de assegurar o respeito pelos princípios éticos de igualdade, de justiça social e de solidariedade. Daí que uma política de esquerda passe necessariamente pela recuperação/assunção do papel do Estado, nos termos referidos. ▼

Notas

⁽¹⁾ Manuela Silva, «Integração e Exclusão Social: Portugal e as Duas Europas na Europa» in «Portugal na Transição do Milénio», Fim de Século Edições Lda., 1998, Lisboa, pg. 284.

⁽²⁾ Pierre Bourdieu, «Contre-feux», Liber-Raison d'Agir, Paris, 1998, pg. 116.

⁽³⁾ OCDE, «Études Économiques de l'OCDE — 1997/1998: Portugal», 1998.

(4) Eurostat, «Estatísticas de base da União Europeia», 33.ª edição/1996.

(5) Debates de Intervenção Democrática, «Moeda Única — Que Desenvolvimento? Que Soberania?», Ed.

Associação Intervenção Democrática, Lisboa, 1998.

(6) Denis Collin, «La Fin du Travail et la Mondialisation», L'Harmattan, Paris, 1997, pg. 163.

(7) Diário da República, n.º 218/197, Série I-A, de 20 Setembro 1997, «Lei Constitucional n.º 1/197», Quarta Revisão Constitucional.

CAMINHO

AQUI EMISSORA DA LIBERDADE

Matos Maia

Na noite de 24 para 25 de Abril de 1974, o então chamado Rádio Clube Português era tomado pelo Movimento das Forças Armadas. O relato pormenorizado da ocupação deste emissor pelos militares, os pequenos e grandes acontecimentos que preencheram essa horas decisivas e as que se lhes seguiram, a actuação dos profissionais da rádio neles envolvidos, os episódios que ninguém esqueceu, são o conteúdo de **Aqui Emissora da Liberdade**. Vinte e cinco anos decorreram entre estes eventos e a edição que sobre eles Matos Maia então preparou. Que melhor ocasião do que a comemoração dos vinte e cinco anos da Revolução dos Cravos para uma nova edição e uma nova leitura atenta sobre o 25 de Abril, neste caso visto e vivido «por dentro» de um emissor de rádio?

Matos Maia
Aqui
Emissora
da Liberdade

Rádio Clube Português
04.26 25 de Abril de 1974



CAMINHO

EDIT. CAMINHO, SA. AL. ST.º ANTÓNIO
DOS CAPUCHOS, 6 B. 1150 LISBOA.
TELEFONES (01) 315 26 83 / 315 26 85

P.V.P.: 2.520\$00

A responsabilidade da cidadania

I. Esvaziamento do ideal democrático

Seria de esperar que a Democracia fosse geradora de justiça e equidade. A Democracia significou, quase sempre, a esperança de corrigir as desigualdades sociais e a possibilidade de fraternidade. Porém, as desigualdades sociais agravam-se à medida que aumenta a supremacia dos mercados. A primazia do mercado gera a resignação à impotência do político. As decisões escapam ao controlo do «povo soberano». Os cidadãos perdem o poder de intervir eficazmente em domínios decisivos da vida colectiva.

Um pequeno grupo confiscou a Democracia. Distante das preocupações dos cidadãos, o poder, exercido sobre o povo, o poder político sacraliza-se, toma decisões misteriosas sem que cada indivíduo tenha possibilidade de falar, de participar nos negócios públicos, de se ver reflectido no progresso social e político da comunidade a que pertence.

A maior parte dos cidadãos é votada à incapacidade de participação na construção da própria região ou país. A política e os políticos criam circuitos fechados de funcionamento. Fomentam a de-

missão dos cidadãos. Deliberadamente, evitam a mobilização, perpetuam-se através da incapacidade de mobilizar para a participação política, a não ser para o acto eleitoral. Edificam a «sacralização da decisão».

O poder político é encarado como o domínio de homens sobre outros homens. O poder sobre os outros, o poder de determinar. Raro é acontecerem experiências de expressão dos indivíduos, da sua força e sua autonomia, essencial ao regime democrático.

É a sociedade que se vasa no Estado, se demite perante o Estado. Assim se destrói o espírito de iniciativa, a subjectividade criadora das pessoas-cidadãos e da sociedade.

Em lugar da iniciativa criadora prevalecem a passividade, a dependência e a submissão ao aparato burocrático, fazendo com que todos fiquem numa posição de dependência quase absoluta. Ora isto gera um sentimento de frustração ou desespero e predispõe para o desinteresse pela realidade política, impelindo muitas pessoas para uma espécie de «emigração psicológica». Ou seja, sem itinerância geográfica, na cidade de pertença, são deslocados os cidadãos para um lugar periférico.

Implacáveis mecanismos sociais e políticos marginalizam as populações criando uma numerosa

massa anónima de votantes que não tem voz e, tantas vezes, quando quer, é impedida de se expressar.

Através de estruturas apelidadas de democráticas, configura-se uma sociedade, cada vez mais passiva e amorfa, que desenvolve nos indivíduos um total alheamento em relação à dinâmica do conjunto social.

As exigências da «democracia representativa» anulam as possibilidades de uma «democracia participativa».

O sistema de representação constitui um dado importante do sistema democrático. Mas, em si mesmo e no seu desenvolvimento prático propicia a emergência quase incontrolada de mecanismos de delegação e subdelegação dos poderes de cada cidadão, reduzindo-se ao mínimo o campo da participação. Através do processo de delegação democrática edificam-se profundas assimetrias de poder, e, mais grave, castram-se as competências já dispersas na Cidade.

A representação parlamentar impõe-se como modelo de **monopolização da política**. Não só inibe o cidadão face à imagem do «político», do parlamentar, do autarca, enquanto profissional, detentor exclusivo do dever do poder, da governação-resolução dos «rossos» problemas na Cidade, como resulta do sistema político uma certificação de menor competência para todos aqueles «não-profissionais» da política que queiram assumir as suas responsabilidades de cidadania.

Assim, no actual sistema democrático, uma determinada praxis política que poderíamos designar de «parlamentarismo» consagra uma **mecânica de exclusão** e de **alheamento**, de esvaziamento das possibilidades de intervenção dos cidadãos.

Para a maior parte dos indivíduos, a política deve ser para «os políticos», para aqueles que se consideram ou são designados como os «profissionais da política». Deste

modo, a política deixa, cada vez mais, de ser o jeito de querer construir a «Cidade», o actuar, fazendo-se participante dos espaços e dos momentos em que se decide o futuro da Cidade. Este afastamento ou demissão dos indivíduos deve-se, em grande parte, à profissionalização da política, donde resulta uma cada vez maior exclusão das populações. A exclusão dos cidadãos, tornando-os incapazes de exercer o seu potencial como cidadãos activos, não decorre apenas das desigualdades quanto às oportunidades educacionais ou de acessibilidade aos «média», mas deve-se ao sistema democrático transformado em domínio privilegiado operando em favor de alguns cidadãos com a posse de recursos significativos, controlados em circuito hermético. Em tais circunstâncias, os indivíduos, em democracia, apenas podem ser formalmente livres e iguais.

A política, também quando associada à capacidade propositiva da Esquerda, é vulgarmente caracterizada como se apenas fosse uma carreira orientada pelo desejo de poder, profundamente afastada das condutas da maior parte dos indivíduos e, portanto, a evitar cuidadosamente.

Trata-se de um esvaziamento do ideal democrático, tendo por causa e consequência um profundo desencanto por parte dos indivíduos em relação à política e às potencialidades da cidadania activa. O desencanto leva-os a descreer não só da operacionalidade das instituições do sistema democrático, mas, mais grave, da possibilidade de poderem intervir de forma transformadora.

Esta caracterização é agravada quando e onde as populações deparam com uma generalizada indiferença face às suas solicitações. À volta de problemas absolutamente fundamentais, os tecnocratas da política revelam-se demasiado importantes para serem importunados com as «questões menores» dos cidadãos.

A incapacidade das instituições para lidar com os problemas concretos que determinam as inquietações das populações, o seu distanciamento, e quase indiferença, face às mais próximas reivindicações das pessoas contribui, de forma determinante, para a cristalização de uma atitude de demissão face ao necessário aprofundamento da Democracia.

Os políticos defendem-se e legitimam a sua profissionalização face aos leigos na matéria, isto é, os cidadãos, invocando a difícil complexificação da gestão política. Refugiam-se na macropolítica, no estreito economicismo que tudo justifica, num clima favorável à submissão aos valores da economia. Deste modo, multiplicam-se as decisões burocráticas e tecnocráticas, despidas de quaisquer valores, apenas marcadas pelo maior pragmatismo imediatista.

Os homens já não confiam na sua capacidade de fazer a História. Os indivíduos, resignadamente, desacreditam das possibilidades do «poder de mudar», de decidir, de escolher as opções concretas do desenvolvimento.

À nossa volta parece esvaziar-se o ideal democrático e dele não se vislumbra, muitas vezes, mais do que uma vaga e leve ideia.

O exercício do poder, o sistema de representação são áreas em que se manifestam tendências para esse **esvaziamento**, confirmando a generalizada ideia de que a Democracia seria a forma de governo que conhecemos, **o parlamentarismo restrito** e a **especialização da política**.

II. Democratizar a sociedade

Seria atraíçoar a democracia apenas definir, como princípio puramente teórico, que as sociedades democráticas assentam no re-

Caminhos da Esquerda

conhecimento do direito-dever de cada indivíduo a participar activa e lucidamente na gestão da vida política, a decidir sobre as questões fundamentais que devem ser os critérios de referência do seu funcionamento.

A democracia que é, na sua própria natureza, libertadora, perde a sua credibilidade quando o exercício do poder, cada vez mais, se distancia dos cidadãos e das suas importantes inquietações.

Não é só a eficácia do funcionamento institucional que está em questão, revelando existir uma perversidade nos sistemas sociais vigentes, perversidade essa que é geradora de cristalização da alienação, mas é a própria identidade da democracia que se desfigura quando se instala uma monótona resignação, a melancolia democrática.

É urgente uma nova arquitectura política, uma prática democrática refundada a partir dos cidadãos. E, como é óbvio, o «aggiornamento» dificilmente emergirá por iniciativa voluntária dos detentores do poder.

Os valores da Democracia não se jogam num «ar de democracia». **O que está em jogo é a reconquista da Democracia contra a tecnocracia**, contra a tirania dos «especialistas» da política, pretendendo, deste modo, substituir uma democracia de cúpula por uma democracia participada, conscientes de que a participação é a via pela qual se concretiza um instrumento ou um meio dinamizador e dignificante da própria Democracia, restituindo aos cidadãos o lugar que lhes compete.

A participação exprime um direito do pensamento crítico, individual, e da responsabilidade de cada um orientar aquilo que lhe diz respeito. É, também, uma expressão de cidadania a cada nível. E partindo do princípio de que essa cidadania não se manifesta unicamente no momento de voto e de eleições.

Manuel Antunes, falando da intervenção dos cidadãos como sujeitos da história, nunca de resignados objectos do poder, afirmava ser a essência da democracia «*a participação cada vez mais larga e profunda, cada vez mais extensa e intensa, cada vez mais consciente e estruturada, nos bens e serviços, nos direitos e nos deveres, nas prestações e nas obrigações de todos para com a comunidade e da comunidade para com todos*»⁽¹⁾.

Em discurso directo e incisivo, sublinha o mesmo autor: «*Farto está o Povo de ser "governado". Farto está o Povo de que o privem do uso da própria soberania, da faculdade de ser, também ele, "governante". Farto está o Povo de não ser suficientemente elucidado, pelo menos à medida da sua capacidade de percepção — que não é tão pequena como alguns persistem em crer — sobre dadas importâncias que tangem à vida da comunidade.*»⁽²⁾.

Faz todo o sentido um discurso de emancipação, cujo significado operativo quer dizer ter capacidade de decidir. Um dos objectivos de uma dinâmica vitalizadora da sociedade democrática deve passar pelo criar as condições para que os cidadãos tenham a capacidade de intervir e decidir. Esta interpretação dos desafios que se colocam à Democracia obriga-nos à aposta numa **cultura de transformação**, contra uma cultura da **gestão do que está**. É uma tarefa que nos incumbe e responsabiliza a exigir e exercer uma experiência de **movimento**, configurando uma dinâmica de **transformação**.

A **política**, em democracia, deveria ser a **continuidade do exercício permanente da soberania**. Por isso, se a política for o exercício da **soberania** e, portanto, a **actividade livre** dos cidadãos, das populações, contraposta à passividade e à resignação institucionalizada, a construção da democracia pressupõe que na gestão da demo-

cracia são necessários novos procedimentos.

Uma «democracia participativa» implica a vitalização de corpos intermédios, livres mediações e redes de solidariedade, que concretizem as plataformas participativas e fomentem a indispensável aprendizagem da participação democrática. Através de mediações sociais e políticas, próximas dos cidadãos, efectiva-se, de facto, o funcionamento democrático e um autêntico desenvolvimento integral.

O sistema democrático tem de modificar-se para evoluir, e tem de evoluir para modificar-se. Baseada numa dialéctica de progresso, implica este desafio que se proceda à construção contínua das formas instituídas dos espaços de representação reconhecendo um outro desempenho aos cidadãos no funcionamento da Cidade. O aprofundamento da Democracia implica desde logo **proporcionar e estimular uma participação dos cidadãos cada vez maior e mais intensa**, a vários níveis e em espaços diversos.

Por mais importante que sejam as mediações formais de representação política, **a democracia não se esgota nestas instituições herdadas.** São necessárias outras propostas e mediações que promovam uma activa participação dos indivíduos e das populações nos exigentes processos de democratização da sociedade, como também é preciso inventar as novas formas de trabalho político colectivo capaz de levar em conta as necessidades das populações.

Mais do que uma consciência de cidadania, configura-se como vital para o futuro das sociedades a que pertencemos vitalizar uma consciência política concretizada enquanto **exigência de responsabilidade.**

A força principal da Democracia reside na vontade dos cidadãos agirem de maneira responsável na

vida pública. Uma democracia seria plenamente digna de seu nome se os cidadãos tivessem o poder efectivo de serem activos como cidadãos, o que quer dizer, se os cidadãos fossem capazes de desfrutar dos direitos que os possibilitassem de comandar a participação democrática.

A Democracia, como forma de viver em sociedade, é um valor ou, pelo menos, assenta em valores como a liberdade, a igualdade e a participação. **A Democracia, mais que simples forma de governo é um sistema de vida social em que os indivíduos, longe de serem considerados simples objectos ou elementos passivos, são, pelo contrário, cidadãos, sendo cada um em sociedade sujeito, fundamento e fim de todas as expressões dessa vida.**

Como escreve Alain Touraine, «a democracia não está ao serviço nem da sociedade nem dos indivíduos, mas de seres humanos como SUJEITOS, quer dizer criadores de si próprios, da sua vida individual e colectiva.»⁽³⁾

O Estado moderno constitui-se tendo como pilar a noção de cidadania. Ao nível do indivíduo, a cidadania exprime o estatuto que lhe confere o facto de a soberania residir no povo como um todo. O exercício da soberania ligado à noção de cidadania activa permite inferir que não há democracia sem a vontade de um maior número exercer o poder, pelo menos indirectamente, de se fazer entender e de ser parte integrante das decisões que afectam a sua vida.

Em Democracia, a soberania densifica-se através do alargamento das formas de participação cívica. Aí, a acção política ganha sentido como manifestação da liberdade do humano e como sinal da nossa possibilidade de intervenção. Através da nossa acção política, explicita-se uma acção desacralizante da História. Confirma-se uma experiência não fatalista da vida. É

possível intervir e querer transformar. Ou seja, há sempre, pelo nosso agir, uma possibilidade de intervenção.

Tudo isto tem a ver com um jeito de querer as coisas, aquelas que podem depender de algum modo de nós, e fazê-las de tal maneira, tentando conduzi-las como se elas dependessem totalmente de nós, como se fosse decisivo o nosso desempenho, como se fosse inadiável a nossa conjunta intervenção.

Quando aceito ser sujeito daquilo que se está passando, considero renunciar à passividade, o que conduz a um empenhamento radical.

A participação activa na Cidade e, em concreto, o exercício da cidadania activa em plataformas políticas, nas mediações democráticas, corresponde ao **poder para fazer alguma coisa.** Liga-se com a insatisfação em relação à sociedade a que pertencemos, sendo o agir político um contributo para dizer que é imperativa uma outra ordem das coisas.

Se a política poderá e deverá ser perspectivada como um instrumento para a criação de uma cidade outra, uma área de mudança da vida, o sentido da intervenção política possui, não só a tentativa de criar uma nova ordem de coisas, mas representa o acontecimento de mudar a vida.

É neste sentido que A. Touraine desenha a Cidade democrática: «... a democracia é o reconhecimento do direito dos indivíduos e das colectividades a serem os actores da sua história e não simplesmente a serem libertos das suas correntes.»⁽⁴⁾

Tornar-se agente desta responsabilidade da cidadania não será um processo pacífico. Colectivamente os indivíduos terão de aprofundar uma prática e uma cultura de emancipação da cidadania. A conquista da democraticidade nascerá, inevitavelmente, de um forte

Caminhos da Esquerda

processo dialéctico, que só poderá ser bem sucedido se os indivíduos que carecem de direitos de cidadania iniciarem uma acção organizada e fortemente reivindicativa face aos detentores do poder.

Sem pôr em causa as formas organizativas e políticas, as possibilidades de participação democrática das populações terão de se concretizar através da organização de novos movimentos sociais. A capacidade reivindicativa das populações, a mobilização social, a partir dos lugares sociais, poderá promover um novo equilíbrio entre o poder e a cidadania.

Os desafios de descentramento das instituições e a descentralização no exercício do poder poderão ser incentivados pela iniciativa dos cidadãos. A proximidade entre representantes e representados constitui um factor de revigoração da cidadania, e será garantido pela intervenção crítica das populações. As populações poderão «obrigar» a prosseguir uma outra governabilidade, a uma participação democrática, libertadora.

Afirmou Paul Ricoeur: «(...) a democracia ocidental já não funciona porque a conquista da regra da maioria contra o que fora outrora a minoria, isto é, os aristocratas, volta-se agora contra uma minoria que é a dos pobres. Há uma classe média suficientemente numerosa e suficientemente satis-

feita para que os pobres sejam sempre minoritários. Consequentemente a democracia já não funciona como libertadora» (5).

Contudo, estamos convictos de que a democracia há-de refundar-se a partir daqueles que dela carecem.

Sabemos que as grandes conquistas da história humana, incluindo, em particular, a melhoria das condições de vida das populações, resultaram de uma luta continuada e difícil sobre os diferentes poderes que controlam as sociedades.

O próprio sistema democrático não é algo natural e espontâneo para os indivíduos e para as sociedades, mas é algo conquistado ao longo de muitas lutas e esforços revolucionários.

Sabemos que os direitos se conquistam.

Da maior iniciativa dos cidadãos, pelo acto de reivindicar os direitos, advirão novas trajectórias que permitirão democratizar a cidade que somos e revitalizar o ideal democrático. ▼

Notas

(1) MANUEL ANTUNES, *Repensar Portugal*, Lisboa 1979, p. 63.

(2) *Ib.*, 74.

(3) ALAIN TOURAINE, *Qu'est que ce la Democratie*, Paris 1994, 34.

(4) *Idem.*

(5) *DN*, de 07/07/87.

A esquerda entre o passado e o futuro

I

27 de Maio de 1871, Sábado.
Com os primeiros fulgores da madrugada, reacenderam-se os combates que se prolongavam desde há vários dias. Mantêm-se ainda focos de resistência, em particular nos bairros populares, onde os federados — os partidários da Comuna — estão no seu meio.

Como se a Primavera tivesse decidido não pactuar com a violência que ensanguentava Paris, a chuva empapava a terra e, misturando-se com o fumo do tiroteio e dos incêndios, envolvia tudo e todos uma névoa que tornava os homens sombras. Barricadas construídas em pontos estratégicos, como as portas de Montreuil e de Bagnolet, caem nas mãos das tropas de Versalhes que logo avançam e consolidam posições nas ruas e praças. O mesmo se observa um pouco por todo o lado e, sobretudo entre os não combatentes, há quem achesse o cerco prussiano para procurar refúgio nos campos.

À tarde continua-se a resistir em Belleville, ainda hoje sinónimo do Paris popular e da coexistência entre gentes de múltiplas raças e culturas. Neste bairro se situa o cemitério do Père Lachaise, por detrás de cujos muros se haviam fortificado uns duzentos

federados, como os demais sem grande preparação militar nem disciplina. Atacados a tiros de canhão, resistirão durante duas horas até as forças adversárias — melhor preparadas e armadas — irromperem pela entrada principal. Terá lugar um desesperado combate corpo a corpo e à arma branca, túmulo a túmulo, metro a metro.

Nos dias seguintes, vencidos os últimos focos de resistência, multiplicar-se-ão as execuções arbitrárias. Mesmo depois de mortos os partidários da Comuna constituirão uma ameaça, os cadáveres insepultos ameaçando empestar as tropas vencedoras e os seus apoiantes. Thiers, a crer em Lissagaray — contemporâneo e actor dos acontecimentos — telegrafará aos seus Prefeitos: «O solo está juncado de cadáveres, este espantoso espectáculo servirá de lição.» (1)

Muitos serão enterrados em valas comuns nos cemitérios, como o Père Lachaise. Aqui, num dos muros que se ergue perto do local onde se situou uma dessas valas e contra o qual durante a batalha de 27 de Maio se fuzilaram muitos dos vencidos, estes são evocados numa placa quase sempre florida por mãos que, apesar da passagem dos anos, teimam em manter viva a memória.

Contrastando com a austeridade desse rectângulo de pedra branca

Caminhos da Esquerda

e lisa que se destaca da superfície cinzenta e áspera do muro — fronteira entre a cidade viva e tumultuosa e a calma daquele enorme campo de morte que convida ao recolhimento — o partido da ordem, as classes burguesas vencedoras, ergueram, ostensivamente, para marcar a sua vitória, a basílica do Sacré Coeur que encima a colina de Montmartre.

Nesse mesmo mês de Maio do século passado, Rimbaud, esse adolescente visionário que iluminaria a poesia como um cometa, tinha exclamado:

«— Sociéte tout est rétabli: —
[les orgies
Pleurent leur ancien râle aux
[anciens lupanars:
Et les gaz en délire, aux
[murailles rougies,
Flambent sinistrement vers les
[azurs blafards!]

Entre a «révolte logique» do poeta e a arrogância implacável do ministro Thiers, o meu partido está tomado. Naquele recanto hoje tranquilo e silencioso do Père Lachaise, procuro, sempre que possível, encontrar um incentivo à recusa da indiferença e do conformismo. Dir-se-á mesmo que nessa evocação de homens e mulheres que ali foram mortos e repousam porque acreditaram, porque tomaram partido, porque se rebelaram, é possível sentir o sagrado que está ausente da magnificência barroca daquele templo branco da Igreja dos poderosos, hoje tornado bilhete postal e atracção nos circuitos turísticos estandardizados.

Para Karl Marx a Comuna de Paris fora «a primeira revolução na qual a classe operária era abertamente reconhecida como a única ainda capaz de iniciativa social» (2). Trata-se de um exagero explicável pelo objectivo de fundamentar as suas próprias teses sobre a emergência de um novo sujeito histórico que conduziria à superação do capitalismo enquanto estádio de desenvolvimento. Pois a verda-

de é que, em França, o que se poderia designar por «proletariado industrial», não tinha a importância e o peso que já possuía na Inglaterra ou na Alemanha, e os principais protagonistas dos acontecimentos que incendiaram Paris, em bom rigor não se poderiam incluir nessa caracterização sociológica.

Dos setenta e dois membros da Comuna propriamente dita, isto é, do órgão eleito de direcção da cidade e do movimento, só vinte e cinco eram operários (treze pertencentes à Internacional), o resto sendo «pequenos burgueses, empregados, contabilistas, médicos, professores, homens de leis, publicistas» (3).

Entre estes encontrava-se, de certo, um pouco de tudo: aventureiros, idealistas generosos, mítomanos, oportunistas, intelectuais e até artistas como o pintor Courbet, o escritor Jules Vallès, o poeta Jean-Baptiste Clément, que escreverá a letra da canção «Au temps des cerises», e o jornalista Charles Longuet, futuro genro de Marx.

No turbilhão que foram esses dias de Março a Junho, no lado dos rebeldes de tudo houve, num crescendo de paixões: competição e fraternidade, realização e incompetência, ambição e abnegação. Assim como destruições gratuitas e execuções arbitrarias, sobretudo à medida que o desespero crescia face à derrota iminente.

Mas a orgia de sangue desencadeada pelos versalheses acabaria por se sobrepor às misérias e fraquezas do movimento revolucionário. Caídos nas barricadas ou sumariamente executados, esses homens e mulheres, na sua imensa maioria anónimos para todo o sempre, muitos seguramente pouco exemplares, acabariam por se redimir e contribuir para a sublimação dos acontecimentos de que foram actores e que se tornariam paradigma da ideia socialista.

Na condução das operações militares dois personagens desempe-

nharam papéis determinantes: Cluseret e Rossel. O primeiro, membro da Associação Internacional de Trabalhadores, ganhara o posto de general na Guerra da Secessão americana lutando contra os sulistas, na sequência de um percurso aventureiro em que já servira às ordens de Garibaldi. Depois de regressar do exílio a que seria obrigado pelo seu envolvimento na Comuna, ainda teria uma longa carreira política.

Quanto ao segundo, também militar de carreira, coronel aquando dos acontecimentos, foi preso e fuzilado, em Novembro desse mesmo ano de 1871.

Durante as jornadas de Maio, logo entrarão em ruptura com os demais dirigentes revolucionários. A sua formação castrense, dificilmente se compatibilizava com a confusão política e organizativa predominante, inclusive no que concerne às questões militares. O primeiro aderira à Comuna por razões de carácter ideológico, mas o segundo fizera-o essencialmente por razões patrióticas, já que acusava o poder, que em Versalhes se abrigara, de ser o responsável pela derrota face ao exército prussiano.

As reflexões e os apontamentos deixados por Rossel e publicados no ano da sua morte, constituem um documento curioso. Isto na medida em que ele, ao mesmo tempo que se distancia, criticamente, das orientações predominantes no movimento, assim como de muitos dos seus líderes, não renega a sua opção e assume o seu envolvimento.

Afirma, assim, a dado passo, que o povo, as «classes operárias», como dizia, mostraram-se incapazes de assumir funções governativas por causa da sua incultura e impreparação: «Que o povo se instrua, portanto, se quer ter a sua legítima parte na direcção dos assuntos e na repartição da riqueza. Mas, de momento, o povo é demasiado burro para nos governar; não tem suficientes ideias sérias e

tem muitas ideias falsas.» O que não o impedia de ter razão em se rebelar: «De entre os batalhões que tinha a honra de comandar, alguns faziam impressão ver. Homens frágeis, feios, pequenos, disformes, cujo uniforme acentuava o mau aspecto. Ao passar diante desses infelizes, eu dizia a mim próprio: Esta gente tem razão em bater-se. Bate-se para que os seus filhos sejam menos doentios, menos escrofulosos, menos viciados do que eles próprios.»⁽⁴⁾

Marx, na passagem atrás transcrita, exprimia o optimismo do visionário e o simplismo do doutrinário. Por um lado, passava por cima da complexidade de factores que haviam determinado os acontecimentos, inclusive na sua dimensão social. Por outro, atribuía um papel providencial à «classe operária» identificada com a modernização. O que correspondia a uma concepção positivista de desenvolvimento, de progresso, entendido como movimento irreversível que, por etapas, conduziria as sociedades e a Humanidade à realização da Razão hegeliana e ao fim da História.

Ao adoptar-se tal perspectiva, abstracta e generalizadora, desses acontecimentos, saía-se do domínio da análise histórica e sociológica para entrar no da ideologia e até da profecia. A «classe operária» tornava-se entidade ideal, que possuía, intrinsecamente, uma função moralizadora e racionalizadora da sociedade.

Mas nesta visão, dinâmica e optimista, reconheciam-se as forças sociais que, no cerne do processo de mudança, aspiravam a uma concretização mais igualitária da acção liberalizadora que a burguesia progressista assumira na sua fase de ascensão, que deveria passar pela universalização dos direitos sociais e políticos — nomeadamente do direito de voto —, pela dignificação das classes trabalhadoras assalariadas e por uma

repartição da riqueza mais equitativa, com uma consequente dessacralização da propriedade. Tudo aquilo que ganhará consistência ideológica na ideia socialista e no posicionamento de esquerda.

II

Mais de um século depois da Comuna de Paris, numa época em que se assistiu ao apogeu e queda dos regimes emanados da revolução soviética e de outros que, de alguma maneira, nessa matriz se inspiraram, qual o sentido e o conteúdo atribuíveis a essa ideia socialista e a esse posicionamento de esquerda? Ou seja, a uma visão do mundo não conformista e inconformada, que considere as sociedades realidades mutáveis e aperfeiçoáveis e os indivíduos como sendo, efectivamente, responsáveis pela construção do seu próprio destino.

A Humanidade encontra-se numa encruzilhada de interesses, saberes, forças contraditórias que parecem mantê-la suspensa entre a perda e a redenção. Torna-se, assim, necessário, mais do que nunca, resistir à destruição crescente do tecido social, à serialização dos indivíduos e ao consequente esbatiamento das identidades comunitárias. Fenómenos que abrem a via à alienação consumista, ao egoísmo hedonista e ao predomínio dos interesses das minorias dominantes que têm por religião o lucro e por catecismo as leis do mercado.

O capitalismo, neste estágio contemporâneo de desenvolvimento, perdeu os fundamentos éticos e culturais das suas fases iniciais, e as classes burguesas os seus referenciais modernizadores e progressistas que estiveram na génese de eventos como a Revolução Francesa. Foi aqui que, como se sabe, essa noção espacial de posicionamento político teria origem, asso-

Caminhos da Esquerda

ciada à ideia de radicalidade e de exigência transformadora a que se chamaria socialismo.

Tem sido longo, sinuoso, complexo, o processo de dessacralização das fontes legitimadoras do poder e de democratização das sociedades, conducente a que esse poder passasse a emanar da nação, e o cidadão se tornasse categoria nuclear da ordem política e social. A «Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão», formulada logo em 1789, constituiria uma referência norteadora e, na sua versão de 1793, dita «montagnarde», seriam enunciados os princípios e valores democráticos ainda hoje fundamentais.

Para Marx (5) o cidadão era a «pessoa moral», mas haveria que ir além da «emancipação política» e atingir a plenitude da «emancipação humana», o que só acontecerá «quando o homem real e individual tiver absorvido em si o cidadão abstracto». Este hiato entre a dimensão formal e a dimensão material dos direitos e liberdades tem persistido, em contextos de democracia representativa e em graus diferentes consoante as sociedades e as situações históricas. A procura da superação desse hiato e o inconformismo perante a sua persistência continuam a definir a esquerda.

O marxismo enfatizava a base material da sociedade, ou seja a propriedade privada e o modo de produção capitalista, como principais causas geradoras das desigualdades. Mas a História do nosso século mostrou que a assunção pelo Estado de um papel de substituição dos interesses privados na gestão económica e do usufruto da propriedade — nas suas várias expressões —, não é condição suficiente de justiça e de racionalidade. Antes pelo contrário, quando esse papel foi desempenhado em detrimento das liberdades individuais e do pluralismo político, assistiu-se ao esmagamento da so-

cidade e da autonomia dos indivíduos e grupos sociais.

Necessário se torna, por consequência, como tem feito historicamente a social-democracia e o socialismo democrático, insistir na procura de um ponto de equilíbrio entre forças e interesses contraditórios, visando o bem comum e a igualdade sem prejuízo das liberdades.

Os dados do problema alteraram-se desde os acontecimentos atrás evocados da França de 1871, a que tantos outros se sucederam, gerados por causas idênticas. Mas o problema mantém-se, mesmo se com outras expressões: mais mitigado em sociedades onde a democracia é entendida de forma mais completa e exigente, em particular no plano social; mais exacerbado naquelas outras sociedades a braços com tiranias seculares ou enfrentando as sequelas da dominação colonialista e imperialista.

Tarefa primordial da esquerda, no que se refere às suas práticas e aos seus programas, é a de resistir ao pensamento dominante que pretende que os modelos de sociedade e de poder existentes no mundo desenvolvido são definitivos e insuperáveis, apesar do que têm de injusto, violento, inigualitário, negador da cidadania e da realização integral dos indivíduos.

Para isto, seguindo as pegadas de Marx na sua crítica do capitalismo, importa, mais do que nunca, recusar o esmagamento da razão política pela razão económica, o que significa não ceder à chantagem do fatalismo economicista que se pretende cientificar, e que, no essencial, afirma a inelutabilidade das desigualdades e da exclusão, da persistência de relações de competição em vez de cooperação, da alienação consumista, da irracionalidade especulativa e do mercado determinado pela lógica sem baias da procura do lucro máximo e do império do interesse privado.

Ou, dito de outro modo, segundo esse pensamento dominante, o modo de produção capitalista seria intrínseco à natureza humana, inclusive com as componentes mafiosas e criminosas que actualmente integram os circuitos mercantis e financeiros mundiais e dominam mesmo certas economias nacionais, como se uma eterna classe de senhores — a que hoje já nem burguesia se poderia chamar — detivesse um direito inquestionável de dominação e exploração.

Neste final de século, marcado por drásticas mutações tecnológicas e comunicacionais, o combate contra o conformismo do pensamento dominante, prolonga o dos velhos *communards*. Os confrontos entre interesses e visões do mundo hoje, como ontem, apesar do encadeamento provocado pelos *néons* do consumismo, lembram que o conflito é inerente a toda a ordem social e a todo o processo de mudança. Processo tanto mais marcado por dinâmicas de ruptura e de confronto, quanto maior for a pobreza, a exclusão, a injustiça e a revolta dos que têm razão para se revoltar.

Por outro lado, como nessas lutas que marcaram o advento do capitalismo moderno, nas de hoje estão também presentes os sobresaltos de uma transição civilizacional. O combate da esquerda é, assim, político, social, mas também eminentemente cultural e, neste último plano, à globalização poderá chamar-se americanização do mundo, entendendo-se por isto um modelo simbólico, ético e estético no qual o indivíduo é o que tem e o que consome, sendo excluídos da cidadania os mais fracos, os mais débeis, os que por qualquer circunstância foram vencidos pela lei predadora da competição e pela violência da sociedade mercantil. Esse combate deverá passar, naturalmente, pela construção de uma alternativa, tornada força de mudança, a essa cultura que menoriza os indivíduos, os manipula e imbeciliza pelo espectáculo, pela imagem, pelos *media*.

A esquerda hoje, como sempre e por maioria de razões, terá de ser internacionalista. Para resistir à mundialização dos interesses que atropelam os direitos dos países e povos mais dependentes e

vulneráveis. Para contrariar a hegemonia norte-americana nos vários domínios. Para poder superar uma ordem mundial cujas injustiças e desigualdades fomentam as diversas manifestações de barbárie racista, xenófoba, fundamentalista e nacionalista de que são maiores vítimas os povos que menos têm. Mas sendo internacionalista, a esquerda não pode deixar de ser profundamente europeia, para afirmar na dinâmica de construção da Europa comunitária, o que há de mais essencial na sua tradição humanista e iluminista. Assim será possível enfrentar os desafios do século XXI. ▼

Notas

(¹) *Historia de la Comuna de 1871*. Madrid: Artiach Editorial, 1970, p. 427.

(²) *La guerre civile en France*. Paris: Éditions Sociales, 1971, p. 69.

(³) Lissagaray, op. cit., p.194.

(⁴) CLUSERET, ROSSEL — 1871, *La Commune et la question militaire*. Paris: UGE, 1971, pp. 273-277.

(⁵) «Bruno Bauer—“Die Judenfrage”», in *Escritos de Juventude*. Lisboa: Edições 70, p. 51.

Propriedade social, sector público, questão decisiva de uma política e de uma alternativa de esquerda

No mundo de hoje, no Portugal actual, muitos aspectos definem uma política de esquerda e a diferenciam de uma política de direita, contudo dentre eles sobressai como elemento essencial o lugar e peso da propriedade social, o papel do Estado, a dimensão e objectivos do sector público e ao serviço de que interesses são colocados.

A identidade da esquerda foi ao longo dos anos tão desfigurada, alvo de uma tal mistificação, com tantos que se afirmaram de esquerda e praticaram as mais despudoradas políticas de direita, que não espanta que alguns desses tenham chegado a dizer que a diferenciação entre esquerda e direita estava ultrapassada. No entanto para quem não se deixou seduzir pela acção ao serviço das classes e valores dominantes, para aqueles que, independentemente das contrariedades e dificuldades do percurso, persistem na indignação com as injustiças, no desejo e no projecto de um mundo melhor, a ideia de esquerda tem uma definição e um conteúdo prático que não é apagável.

Ser de esquerda significa um compromisso com a justiça social, com a defesa e aprofundamento dos direitos dos trabalhadores, das mulheres e dos jovens, com a ampliação dos direitos sociais, com a criação das condições para uma vida digna. Um compromisso com a defesa e aprofundamento da democracia, para, vencendo os limites que lhe são impostos, garantir

uma democracia avançada, com efectiva dimensão nos planos político, económico, social e cultural. Um compromisso com a submissão do poder económico ao poder político, só possível com a propriedade social e um sector público forte e dinâmico, determinante nos sectores básicos e estratégicos da economia e da vida do país. Um compromisso com o desenvolvimento sustentável, com a preservação do meio ambiente e o equilíbrio ecológico. Um compromisso com a defesa da soberania e do desenvolvimento dos países, da identidade dos povos e das nações, no quadro da cooperação e de uma política de paz mundial. Um compromisso com o progresso social e um mundo mais justo.

A esquerda define-se pela política e pela prática. A esquerda não se pode limitar a definir as suas ideias e projecto como um fim em si mesmo desligado das condições para o concretizar, nem pode imbuir-se de um tal desejo e ambição de poder que sacrifique, como tantas vezes tem sucedido, a política e o projecto de esquerda a uma presença no poder para servir os interesses dominantes realizando uma política de direita que defrauda e trai os interesses dos trabalhadores e do povo.

O ideal e projecto dos comunistas de transformação da socie-

dade, de liquidação do capitalismo e da sua substituição por uma nova sociedade liberta da exploração do homem pelo homem, é a tradução mais coerente e mais consequente de um projecto de esquerda. Face à natureza exploradora, agressiva, predadora dos recursos naturais, às contradições e limites do capitalismo para responder às necessidades humanas, características que a última década evidenciou, o ideal e projecto comunista, tendo em conta na sua definição e concretização os êxitos e conquistas dos empreendimentos de construção do socialismo, mas também os erros e desvios, afirma-se e projecta-se com novo vigor na actualidade como o caminho para responder às necessidades da humanidade.

A Revolução de Abril e os valores da esquerda em Portugal

Em Portugal a abordagem da esquerda, a consideração de uma política e de uma alternativa de esquerda são indissociáveis da Revolução de Abril, do seu processo, das suas experiências, conquistas e valores.

A Revolução de Abril cujo 25.º Aniversário assinalamos, constitui um dos maiores acontecimentos da história de Portugal responsável por profundas transformações democráticas.

A liquidação do regime fascista, a liquidação do capitalismo monopolista de Estado, do poder dos grupos monopolistas e dos latifundiários, a instauração da democracia, a criação do poder local democrático, a criação de um forte Sector Empresarial do Estado, de um forte sector público, o controlo de gestão pelos trabalhadores, a realização da Reforma Agrária

nos campos do Sul, a melhoria das condições de vida, o notável salto nos direitos dos trabalhadores, das mulheres, dos jovens e nos direitos sociais em geral, a criação de facto do sistema geral de Segurança Social, a instituição do Serviço Nacional de Saúde, a expansão e democratização do ensino; o fim da guerra colonial e a independência das então colónias portuguesas, constituíram enormes avanços.

Alguns avanços irreversíveis, outros liquidados nas mais de duas décadas de ofensivas de recuperação capitalista, elementos que separaram os que estiveram com os progressos nas conquistas democráticas e sociais dos que apoiaram os recuos e retrocessos, que definiram os que estiveram com os valores de esquerda e os que assumiram a defesa e realizaram as políticas de direita.

A Revolução de Abril e as suas conquistas constituem elementos definidores dos valores de esquerda em Portugal que se projectam na luta actual e futura por uma política e uma alternativa de esquerda. Em particular, o sector público e o seu papel constitui um aspecto central clarificador do posicionamento das forças políticas na vida portuguesa.

O sector público resultante da Revolução de Abril, que criou condições para a definição de uma política de acordo com os interesses nacionais, liberta da sabotagem dos grupos económicos monopolistas que haviam sido a base económica e social do regime fascista e constituiu um grande impulso democrático e de desenvolvimento, foi alvo de uma sanha destruidora conduzida pelo PS, PSD e CDS, em que o PS assumiu e assume na actualidade as mais fortes responsabilidades.

O Governo PS de António Guterres eliminou a obrigação constitucional da existência de um sector público da economia e está a levar mais longe que qualquer outro

a sua destruição prosseguindo a privatização de mais empresas públicas, de áreas fundamentais da administração pública, de importantes funções do Estado.

Já não tem sequer a preocupação de avançar argumentos, é a privatização como objectivo em si, como transferência da propriedade pública para as mãos dos grupos económicos, independentemente das consequências para o País, os trabalhadores e as populações.

A história do processo de privatizações, das suas consequências, dos programas e compromissos eleitorais e da prática concreta das várias forças políticas, das sucessivas fases, métodos e argumentos, das alterações constitucionais e legislativas, dos escândalos antigos e recentes, do nepotismo e da corrupção, não está feita, mas existem elementos suficientes para afirmar que estamos em presença de um dos mais graves atentados contra os interesses nacionais, na história recente de Portugal.

Com a reconstituição dos grupos monopolistas que, articulados com o capital multinacional, têm um enorme poder económico em vastos e estratégicos sectores da economia e da comunicação social e exercem cada vez mais um efectivo poder político, é a soberania nacional que é posta em causa, é a democracia que fica mais limitada.

25 anos após a Revolução de Abril, estamos a chegar ao fim de um ciclo, que impõe uma reflexão sobre a situação do país, os problemas actuais, as perspectivas e exigências futuras e sobre o novo avanço social de que Portugal precisa.

Portugal no mundo actual

Portugal está confrontado nesta fase da sua história com profun-

Caminhos da esquerda

das interrogações e enormes riscos em consequência da influência articulada de três factores que se interligam e fundem. Primeiro, a política de direita praticada ao longo das duas últimas décadas que conduziu à reconstituição do capitalismo monopolista; depois, a política de integração europeia; e, finalmente, uma injusta ordem económica, uma divisão internacional do trabalho comandada pelas multinacionais e pelo domínio do capital financeiro, inerentes ao sistema capitalista, com o impacto das orientações de liberalização e desregulamentação que estão associadas à sua fase mais recente.

A política de integração europeia e agora a moeda única com o pacto de estabilidade, o agravamento dos défices e da vulnerabilidade do país face ao exterior, colocam reais constrangimentos a um futuro de desenvolvimento e de justiça social para Portugal.

As pescas conhecem crescentes dificuldades, a agricultura atravessa uma profunda crise em risco de claro agravamento.

Na indústria, em vez de um desenvolvimento assente na realidade e nas necessidades nacionais, continua a adoptar-se um modelo baseado nos baixos salários e na fixação de multinacionais com chorudos incentivos, que se vão embora, não poucas vezes fugindo a compromissos assumidos, para se instalarem noutra parte, deixando o país lesado e os trabalhadores no desemprego.

Depois de anos em que o aparelho produtivo nacional sofreu com a integração comunitária sérios golpes, num processo que está longe de ter chegado ao fim, e em que os fundos comunitários foram apresentados como moeda de troca para fazer face aos prejuízos verificados, são agora também esses próprios fundos que podem estar em causa.

Por outro lado, a chamada internacionalização das empresas portuguesas, independentemente da

necessidade da cooperação e de uma visão das actividades económicas de acordo com o mundo de hoje, em muitos casos não são mais que projectos de grupos económicos e financeiros desinseridos numa estratégia de interesse nacional. Promovem investimentos — que no caso das empresas de serviços públicos são retirados ao espaço nacional — na busca de um lucro fácil em outros países que só favorece os grandes accionistas dessas empresas, não vindo daí benefícios, nem para esses países nem para os trabalhadores portugueses e o nosso país.

O futuro financiamento do Orçamento de Estado, do desenvolvimento económico e social do país está também seriamente ameaçado com a política de privatizações que entrega empresas — património público — ao desbarato, retira ao país centenas de milhões de contos anuais de lucros dessas empresas, e abre caminho à redução dos impostos pagos por estas uma vez que os grupos que crescentemente as dominam se especializam na fuga ao fisco utilizando as mais diversas e engenhosas formas e recebem por outro lado escandalosos benefícios.

Em consequência da política do sucesso a qualquer preço, adulteraram-se valores, nas privatizações somam-se escândalos sobre escândalos, confundem-se responsabilidades públicas com interesses privados, os cargos públicos são entendidos por muitos, não com o compromisso de os exercerem ao serviço do povo, mas como lugares a usar em proveito próprio e dos seus amigos e clientelas, instalando a corrupção e gangrenando o regime democrático.

Aqueles que mais descredibilizam o regime democrático, particularmente o PSD e o CDS/PP, que quando no governo se atolaram no lodaçal da corrupção, são os mesmos que promovem campanhas contra a política e os polí-

ticos em geral, procurando colocar todos no mesmo saco das suas práticas políticas.

Invocando a necessidade de responder à insatisfação popular resultante de problemas acumulados, das campanhas de mistificação que promovem e das promessas eleitorais que não cumprem, persistem na tentativa de adulteração do sistema eleitoral, procurando com os círculos uninominais e o ataque à proporcionalidade a introdução de novas discriminações, utilizando a engenharia eleitoral para afastar ou enfraquecer a representação institucional das forças políticas mais consequentes.

O sistema de justiça é fortemente afectado na sua eficácia e credibilidade.

Os direitos dos trabalhadores são postos em causa e o governo em vez de responder a essa situação avança com um pacote laboral que a concretizar-se conduziria ao agravamento da exploração, a um profundo retrocesso social e a novos passos na implementação da ditadura do patronato nas empresas, em muitas das quais, sem exagero, o espaço mínimo de liberdade dos trabalhadores foi eliminado.

Degrada-se a situação social, acentuam-se as desigualdades, mantêm-se elevados índices de pobreza, persistem flagelos sociais como a toxicodependência, a injustiça fiscal contínua, a segurança social é alvo de ataque. O nível de vida dos trabalhadores portugueses não acompanha o aumento da produtividade e continua muito longe do dos trabalhadores de outros países da Europa.

Esta é a política que PS, PSD e CDS/PP têm desenvolvido, este é o pântano para onde têm conduzido o país.

Uma situação que uma conjuntura internacional favorável tem escamoteado, mas que com os sinais evidentes de crise internacional, começa a colocar um futuro cheio de interrogações.

Uma política de esquerda para Portugal

A evolução do país coloca cada vez mais a necessidade de um projecto próprio de desenvolvimento, de uma profunda viragem política, de uma política de esquerda e de uma solução de governo que a viabilize e concretize.

Uma verdadeira política de esquerda que, para o ser de facto e não se reduzir a uma política de direita mais ou menos envergonhada, implica que na definição do seu conteúdo se rompa com as orientações das últimas décadas e simultaneamente não se fique no limite da contemporização com o estado de coisas, a que a política de direita conduziu o país.

Num mundo mais interligado em que se aprofunda a inserção e a interdependência das economias nacionais com a economia mundial, o desenvolvimento e progresso da humanidade, não pode ser confundido com a máxima acumulação das multinacionais num mercado globalizado à medida dos seus interesses. O desenvolvimento, o progresso da humanidade é o desenvolvimento e o progresso dos países, das nações e dos povos.

Portugal, no quadro da inserção e interdependência da sua economia com a economia europeia e mundial, não só não pode resignar-se às tendências dominantes que visam cilindrar os interesses nacionais, como, para a garantia do futuro, tem que colocar bem alto a afirmação de um projecto de desenvolvimento nacional que responda às necessidades do povo e do país.

A reconstituição e o reforço do poder dos grupos económicos e financeiros em consequência das privatizações e das reestruturações e fusões assegurou a esses grupos, com a colaboração dos governos

do PSD e agora do PS, uma influência decisiva no poder político, nas orientações políticas fundamentais, que está a determinar a subordinação dos serviços públicos, da economia e dos mais diversos aspectos da vida nacional, à lógica da máxima exploração e do máximo lucro, a favor dos interesses do capital financeiro.

Em pouco mais de uma década o Sector Público foi reduzido a metade e atingiu-se em Portugal um grau de concentração capitalista, de poder do capital financeiro, que condiciona e restringe a democracia e dificulta o seu aprofundamento.

Tal constitui, mesmo com uma orientação governamental alternativa, baseada numa efectiva política de esquerda, um sério obstáculo à adopção de uma política que dê resposta aos interesses do povo, à concretização de um verdadeiro projecto de desenvolvimento nacional.

Um sector público forte e dinâmico, instrumento, objectivo e condição de uma política de esquerda

Nestas condições, um sector público forte e dinâmico é ainda mais decisivo para responder às necessidades do país. É um instrumento indispensável para a aplicação de uma política de esquerda, é um objectivo e constitui simultaneamente uma condição sem a qual não é possível a concretização dos verdadeiros valores da esquerda.

De facto, sem a propriedade social sobre os sectores básicos e estratégicos não há submissão do poder económico ao poder político, antes se agravará a situação já existente em que o poder económico domina o poder político, em

Caminhos da esquerda

que os portugueses votam, mas quem verdadeiramente manda pelo poder real que tem e pelos compromissos que assegura são os grupos económicos e financeiros.

Sem um sector público forte e enquanto instrumento dinâmico que contribua para a aplicação de uma política económica nacional não há desenvolvimento integrado, é fortemente condicionada a promoção da actividade económica nacional, incluindo das pequenas e médias empresas, e esta acaba por ser orientada não ao serviço do povo e do país mas ao serviço dos grupos económicos e financeiros e das multinacionais.

Sem um sector público forte e dinâmico os serviços públicos serão geridos não para dar resposta às necessidades, mas na óptica do máximo lucro e da especulação bolsista, com menor qualidade e preços mais elevados, à custa dos utentes e do Orçamento de Estado.

Sem um sector público forte e dinâmico não é possível promover uma política de emprego, de salvaguarda e elevação de direitos e de melhoria das condições de vida, que tenderão a ser cilindrados no rolo compressor do agravamento da exploração para o máximo lucro.

Sem um sector público forte e dinâmico não é possível garantir um verdadeiro projecto de desenvolvimento do país que contribua para afirmar a sua soberania, no quadro da cooperação e das interdependências com a Europa e o mundo de hoje, e Portugal sofrerá plenamente as consequências da entrega de alavancas económicas fundamentais às multinacionais e do reforço dos grupos económicos ditos portugueses, que, sejam quais forem as consequências negativas para o país, apenas conhecem a linguagem dos seus interesses indissociáveis dos interesses do capital multinacional.

A propriedade social dos sectores básicos e estratégicos, um

Sector Público forte e dinâmico, tem uma importância evidente como instrumento, objectivo e condição de uma política de esquerda que promova o desenvolvimento, dê resposta aos problemas sociais e à necessidade de melhoria das condições de vida e contribua para defender e aprofundar a democracia e a participação popular. A consideração de um sector público forte e dinâmico é uma questão central para o futuro do país em que muitos elementos se colocam havendo, no entanto, quatro aspectos que se destacam e merecem uma particular atenção.

Primeiro. O peso e dimensão do Sector Público que deve ser determinante nos sectores básicos e estratégicos definidos numa perspectiva de actualidade e de futuro.

Isso implica a defesa do sector público hoje existente contra os propósitos privatizadores do Governo PS que quer reduzi-lo ainda mais. Mas simultaneamente, como a acção privatizadora reduziu o sector público a uma dimensão claramente insuficiente — retirando ao Estado instrumentos fundamentais para a implementação de uma política que dê resposta aos problemas que o país enfrenta —, a defesa das actuais posições do Estado, sendo de grande importância, não basta, é essencial o seu reforço.

A concretização do sector público forte e dinâmico que Portugal precisa coloca exigências claras tais como: um peso determinante em áreas como o sector financeiro, em particular na banca, o sector das telecomunicações, o sector dos transportes e o sector da energia. A garantia do sector postal, da captação, tratamento e distribuição de água, do tratamento de águas residuais e de resíduos sólidos urbanos ou industriais, das vias de comunicação e das indústrias de defesa como actividades públicas. Uma forte presença na comunicação social, com a conti-

nuação das actuais posições do Estado e o seu reforço. Na indústria: a siderurgia, a química de base, o cimento, a celulose e papel, a construção e reparação naval, a exploração mineira, como actividades com uma forte componente do sector público. A manutenção das posições do Estado nas áreas da agricultura, pecuária, alimentação e pescas. A continuação dos actuais sectores da Administração Pública nesse âmbito. Um papel central e determinante dos sistemas públicos de ensino, saúde e segurança social. Uma componente pública determinante em outros sectores em que seja considerado necessário, designadamente os que têm a ver com novas áreas e serviços, e actividades de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, partindo das posições que o Sector Público hoje já tem nestas áreas.

Segundo. A concepção global do Sector Público. Este não se pode limitar a uma soma de unidades, implica uma reestruturação, organização e articulação global e nos vários sectores de modo a responder às necessidades nacionais em cada fase, integradas na estratégia do projecto de desenvolvimento nacional que o país precisa.

Terceiro. A orientação do Sector Público. É necessário que este seja orientado de modo a assegurar os objectivos de desenvolvimento do país e a resposta às necessidades nacionais, designadamente: a promoção das actividades produtivas, o desenvolvimento integrado, a correcção de assimetrias, o apoio às PME's, a existência de serviços públicos de qualidade, em condições de igualdade em todo o território nacional e a custos acessíveis; a promoção do emprego, dos direitos sociais e laborais; a defesa do ambiente, da saúde, da qualidade de vida e do bem-estar; a promoção da educação e da cultura.

Quarto. A eficiência, o tipo de

gestão e o controlo popular. O Sector Público, para responder às necessidades, implica uma gestão eficiente, ágil, tecnicamente competente, exige o combate a tendências burocráticas ou tecnocráticas, ao distanciamento dos trabalhadores e dos utentes, impõe o estabelecimento de direitos efectivos de informação, de formas de controlo, participação e fiscalização dos trabalhadores e dos utentes.

Muitos outros aspectos devem ser levados em conta na consideração do sector público e dos serviços públicos, a partir da vida, das experiências concretas, de novas necessidades, do desenvolvimento técnico e científico.

A reflexão indispensável assenta, porém, numa consideração essencial.

O futuro democrático de Portugal não é compatível com uma situação em que o poder económico esteja nas mãos de um restrito círculo de grupos monopolistas associados e dominados pelo capital multinacional.

O futuro democrático e progressista do País, a efectiva soberania do povo português sobre o seu destino, o desenvolvimento e a justiça social, exigem como elemento fundamental e determinante — no quadro de uma economia mista, em que o sector privado com empresas de diferente dimensão e o sector cooperativo têm um importante papel — um sector público forte e dinâmico.

Política e alternativa de esquerda: uma escolha, uma opção, um caminho

Na actual situação do país, coloca-se assim uma escolha fundamental e demarcadora: ou se aceita ou se combate o domínio da vida

nacional pelos grupos económicos e financeiros. Uma escolha que não é redutora da importância de outros problemas na consideração de uma política e de uma alternativa de esquerda, mas que condiciona as outras, como o poder dos grupos económicos e financeiros condiciona os outros aspectos da vida nacional, no plano económico, social, político e cultural.

Uma escolha que ao longo dos anos foi feita pelas várias forças políticas segundo os interesses de classe que defendem, uma escolha que é feita no momento actual.

O PS optou pela fusão com os interesses desses grupos, cuja direcção representa hoje no plano político a melhor garantia para a defesa dos seus interesses, a manutenção e reforço do seu poder.

O PCP optou há muito por combater o poder dos grupos económicos e financeiros, em defesa de uma democracia real, da defesa dos interesses do povo e do país.

Um caminho difícil, cheio de contrariedades, uma luta prolongada, de quem luta e dinamiza a luta, de quem elabora e propõe, de quem quer influenciar sempre mais a evolução política, de quem quer assumir as mais altas responsabilidades do país, para uma mudança política, em defesa dos interesses do povo e do país, com o apoio dos trabalhadores e do povo, seja qual for a resistência do grande capital, e não com o apoio ou a tolerância do grande capital, para se comprometer na gestão dos seus interesses e alimentar o seu poder.

São duas opções, dois caminhos.

A opção e o caminho que recusa aceitar o domínio real do país pelos grupos económicos e pelo capital multinacional, só porque este existe e é difícil deixar de existir, é uma opção e um caminho realista, é o único caminho realista para uma política de esquerda, pois é o que faz a demarcação, que propõe a mudança, que marca o futuro, que justifica uma

Caminhos da esquerda

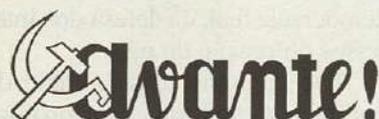
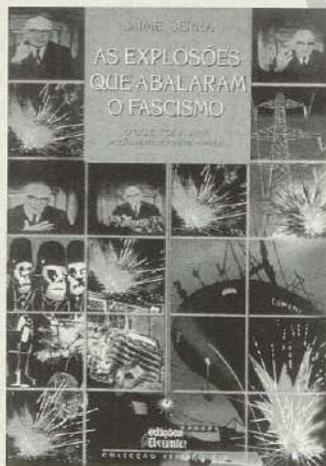
esclarecida e mobilizadora adesão.

Uma opção e um caminho que define um vastíssimo quadro de alianças sociais, objectivamente consideradas e em processo de desenvolvimento subjectivo e que define um quadro de convergências políticas em alargamento.

Uma opção e um caminho que não são exclusivistas, são uma opção e um caminho abertos, para além dos comunistas, aos seus aliados,

a todos, de outras filiações partidárias ou sem partido, que queiram congregar esforços, para uma mudança política, para uma política e uma alternativa de esquerda.

Uma política de esquerda que para o ser de facto tem como instrumento, objectivo e condição a propriedade social dos sectores básicos e estratégicos, um sector público forte e dinâmico ao serviço do povo e do país. ▼

AS EXPLOSÕES QUE ABALARAM O FASCISMO

Jaime Serra

A presente edição é uma versão mais completa, ampliada e pormenorizada, do texto sobre a ARA inserido no meu livro **Eles Têm o Direito de Saber** (Edições «Avante!», Lisboa, 1997).

Esta iniciativa resultou do facto de numerosos leitores terem manifestado a opinião de que aquele texto sobre a ARA estava demasiado sintetizado, tratando-se de um acontecimento de importância histórica na longa luta contra o fascismo e que tanto impacte teve na vida política nacional nos últimos anos do regime fascista e colonialista derroado com a Revolução do 25 de Abril de 1974.

Os comunicados da ARA, agora também publicados na íntegra e na totalidade, constituem, a nosso ver, documentos de grande interesse para a compreensão da justeza política das suas acções.

No que se refere à descrição de alguns dos mais interessantes episódios destas acções, até agora de conhecimento muito restrito e que aqui se publicam, registamos com apreço a contribuição prestada por Carlos Coutinho, um dos principais intervenientes nestas acções.

Jaime Serra

EDIÇÕES AVANTE!, SA. AV. ALMIRANTE
REIS, 90 - 7.º A. 1150 LISBOA.
TELEFONES (01) 315 26 83 / 315 26 850

P.V.P.: 1.680\$00

A identidade da esquerda hoje

A identidade da esquerda hoje, caracteriza-se quase só e positivamente pela resistência tenaz à acção da direita.

Esta acção arrogante e que se quer dominadora fundamenta-se no ultra-liberalismo económico, no invocado papel regulador (e automático segundo a direita) do sistema de mercado e, portanto, na concorrência, sem entraves do Estado, que assume assim a função de representante dos grandes grupos económicos.

Os efeitos do liberalismo económico generalizado medem-se pela positividade aparente do desenvolvimento das capacidades individuais e na livre concorrência geradora de lucros e benefícios para os mais aptos. Rapidamente porém os efeitos fundamentais do liberalismo se mostram em toda a sua força e a devastação das expectativas positivas revela-se a principal consequência da prática liberal.

Assim, os efeitos genuínos do liberalismo económico vêm a desvendar os mais primários impulsos da natureza humana deixada sem freio e sem limites: o aumento das desigualdades, a destruição dos mais fracos, a pauperização acelerada da maioria da população em relação aos senhores dos monopólios e oligopólios triunfantes.

Com grande rapidez alguns reconhecem então o afundamento das

«teorias» liberais atribuindo ao excesso da intervenção do Estado e não às privatizações e à desregulamentação acelerada as crises regionais ou mundiais. Subitamente, o mercado passa a ser considerado inimigo do crescimento e o desemprego ou a precaridade do emprego são atribuídos à globalização financeira e tecnológica. O caótico naufrágio da Rússia e a recessão asiática são reconhecidos como falhanços devidos à fragilidade das estruturas e aos excessos do mercado financeiro. Desconhecem-se os aspectos específicos dos comportamentos sociais, as estruturas políticas impreparadas, os tipos culturais e económicos são desconhecidos pelo liberalismo e completamente demolidos.

Como diz Robert Sammuelson (Newsweek, 14 Set. 98) citado pelo «Le Monde Diplomatique» de Outubro de 1998: «Propagar o capitalismo não constitui, simplesmente, um exercício de engenharia económica. É um assalto de tal dimensão contra a cultura e a política de outras nações, que garante quase uma colisão».

Chegados à situação actual, (o que aliás já sucedeu, noutros tempos e noutros países) como age a esquerda, o que faz a esquerda?

Refugia-se em políticas de redistribuição social, aceita o mercado, promete novas políticas de

Caminhos da Esquerda

emprego e defende novos modos de intervenção do Estado nomeadamente na obrigação para com os pobres.

Esboçam-se a partir do «New Labour» os caminhos de uma terceira via, em que o Estado, segundo os dogmas da social-democracia, terá um papel importante: «promover a estabilidade macro-económica, ... preparar as pessoas para o mundo do trabalho melhorando a educação e as infra-estruturas; e promover o espírito no conhecimento.» (v. Tony Blair, «A terceira Via numa social-democracia moderna», Público, 21 Set. 98).

Este, segundo Blair, o papel do Governo.

«No caminho das políticas de solidariedade e emprego, a Terceira Via significa a reforma da segurança social, tornando-se, sempre que possível, um caminho para o mundo do trabalho», acrescenta Blair. E pouco mais.

Segundo José Lamego, em artigo posterior, no Público, «o artigo de Blair tem o mérito de ser a teoria da prática».

Já Seixas da Costa, citado no Público de 24 de Setembro de 1998, critica Blair pelo excessivo seguimento da via liberal, por ser aplicável (a teoria de Blair) a um modelo prospectivo de crescimento económico acabando por perguntar até que ponto será razoável que os decisores políticos socialistas defendam sem reservas o princípio da livre circulação de capitais num ambiente de recessão?

Estes ensaios fracos de enxertar medidas, que nem sequer são social-democratas, no liberalismo reinante não podem constituir uma abordagem séria da renovação da esquerda.

Os valores socialistas e da esquerda democrática sofreram um rude golpe com a queda do Muro e o afundamento do chamado socialismo real. O exemplo deste é completamente negativo no que toca aos ideais da esquerda clássica.

Por muitos anos, a teoria marxista dificilmente pode ser invocada ou, pelo menos, acreditada.

Na verdade, desde a implantação da chamada democracia burguesa nos alvares do século xx as teorias marxistas começaram a ser postas em causa e mesmo as que se apresentaram e apresentam ainda hoje como claramente sólidas foram sendo gradualmente afastadas da prática política e económica.

A ascensão de uma classe média urbana, dependente mas activa, assegurou a vitória daquela democracia burguesa a qual, apesar das derrotas no terreno, foi-se impondo como norma universal e dominante.

A organização do poder político através do voto secreto, directo e universal das massas populares orientadas por essa classe média tornou-se, na Europa e no chamado mundo ocidental, ao menos a seguir à 2.ª Guerra Mundial, a norma dirigente da formação do poder político. A consagração dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, do direito à segurança social, à educação geral e laica, o direito à educação e à saúde, o acesso generalizado à formação profissional avançada incluindo a investigação científica e, por fim, o impacto generalizado das novas tecnologias parecia ter realizado os objectivos fundamentais da espécie humana.

As fragilidades eram porém numerosas e o desenvolvimento económico não se manteve. Facto é que as ameaças sobre a segurança social e o emprego e sobre direitos que pareciam adquiridos, levantam problemas antigos, em novas estruturas e formas produtivas diferentes.

A cavalgada dos progressos realizados e dos novos direitos e deveres face à crise global do capitalismo tem de levar a esquerda a adoptar novas formas de abordagem dos problemas políticos e económicos.

Temos que contar, acima de tudo, com pessoas novas, que têm como adquirido todo o conjunto de progressos dos últimos cinquenta anos e que crescem num mundo em que os níveis económico e de cultura são superiores aos que nos alimentaram. Um mundo que tem meios mais avançados de abortar as questões sociais e políticas mas que se debate com problemas novos, com novas crises e novas interrogações.

A procura da liberdade e da igualdade continuam. A solidariedade é, em grande parte, uma palavra com práticas de segurança social que a põem em causa. O individualismo tem os dias contados. Nenhuma sociedade avançada pode suportar o coro caótico e agressivo da atomização dos interesses.

Temos que adoptar, sempre que possível, *ideias e comportamentos experimentais*. As estruturas produtivas capitalistas mostram a sua avidez por novas formas de organizar e procurar novas vias de desenvolvimento, tendo em atenção as condicionantes envolventes. Embora não nos tenhamos libertado da tutela dos grandes grupos económicos e do Estado, a dependência tende a ser menor, a criatividade e a inovação são concebidas com mais qualidade e com menos limitações.

A informação e a sua circulação não permite paragens demoradas e reflexões longas.

Temos, no entanto, de reflectir e de nos interrogar: que poder político queremos? como nos devemos organizar a todos os níveis?

que meios usar para quebrar as coacções sociais e económicas e chegar à livre expansão da personalidade socialmente útil?

Estas interrogações impõem-se à esquerda, tanto à comunista a contas com um trauma de grandes dimensões, como à socialista democrática. Uma e outra procuram saídas e caminhos novos ou renovados ou ainda diferentes dos dogmas marxistas e das receitas social-democratas e as recentes vias empreendidas por Blair, por Jospin e por Guterres são meras tentativas de prática política de alianças ao centro, nas quais se pescam orientações que agradam à direita (substituição da segurança social por seguros de saúde, por exemplo), combinadas com as velhas terapêuticas (subsídios de desemprego, rendimento mínimo garantido, formação profissional).

Daqui que se diga que se esbate a distinção direita-esquerda o que só parcialmente é verdade. Exige-se da esquerda, não um conjunto puro de princípios mas ideias e práticas que não hesitem em cortar qualquer confusão ou ligação ao corpo essencial das teorias de direita.

Veja-se, por exemplo, as hesitações da esquerda ao imposto sobre o património que levaria à taxação acrescida das grandes fortunas, incluindo as que assentam sobre valores mobiliários, através de impostos sobre as transacções financeiras. Schroeder, por exemplo, diz-se que já abandonou a ideia de um imposto sobre as grandes fortunas. As políticas para a criação de emprego são verdadeiros

apelos dos grandes grupos económicos para reduzirem o tempo de trabalho enquanto os novos empregos resultam em insegurança e concorrência feroz entre os trabalhadores. As políticas de privatizações arrasam sectores inteiros em que o interesse público não é salvaguardado. Não se trata de defender o Estado-empresário mas de assegurar ou não que o Estado tem de controlar com direito a impor e a fornecer os elementos essenciais à vida social e individual. Se pensarmos que os transportes aéreos devem ser assegurados no seu mínimo mesmo contra o direito à greve, igualmente os devemos assegurar contra o direito dos accionistas de uma empresa desse sector. E se o Estado não mostrar determinação nesse e noutros sectores que asseguram a vida em sociedade com qualidade mínima, todos ou grande parte dos serviços essenciais podem estar em causa sem necessidade de serviços decorrentes de um estado de emergência ou de guerra. Poderíamos então chegar ao limite de uma gestão social sem intervenção do Estado assegurar esses serviços. Esboços desta situação encontram-se nos cortes de estradas e de comunicações que são o aspecto negativo da etapa seguinte: a gestão social.

Poderá parecer exagerada e impraticável tal solução. Mas o limite dos efeitos do ultra-liberalismo não existe se o Estado não assumir as suas prerrogativas. O que nos reconduz a novas vias de pensamento para a esquerda pois só ela está apta a assumir as grandes transformações sociais. ▼

Ser de esquerda, hoje: alguns tópicos para debate

1. Ser de Esquerda hoje. Tema tantas vezes repetido, tanto no sentido tradicional de uma reafirmação distintiva em relação aos outros, aos da Direita, nem sempre isenta de ambiguidades, como, por outro lado, para uso em declaração e explicação de que isso — a Esquerda, ser de Esquerda — já não existe, já não faz sentido na actualidade; declaração essa muitas vezes convicta, honesta, e aparentemente baseada em boas razões.

A nosso ver, trata-se de um tema, que, longe de ter esgotado as suas potencialidades de debate, possui, pelo contrário, inegáveis potencialidades de eficácia ideológica e, por isso, muito apropriado para ser tratado a propósito do 25.º Aniversário do 25 de Abril e da presente efeméride da Vértice.

2. As ambiguidades do conceito de Esquerda não têm de constituir, em si mesmas, um mal, uma fatalidade. Com efeito, as realidades

não são *per se*, muito simplesmente, ou brancas ou pretas. Antes pelo contrário, apresentam geralmente tonalidades que podem ser tomadas de um leque de possibilidades situando-se entre estes dois extremos. O não reconhecimento da multivalência da realidade, isto é, o absolutizar dos casos particulares de bivalência — da qualificação de branco ou de preto — constitui um terreno fértil para a constituição e desenvolvimento dos fundamentalismos simplificadoros e, por vezes, até conducentes a grandes erros.

3. Mas, tal constatação, não deverá significar que Esquerda e Direita não possam e não continuem a existir como conceitos eficazes, do ponto de vista social e político, para o reconhecimento de campos diferentes e opostos das sociedades.

4. Afinal, porque razões teria a consideração dos campos da Esquerda e da Direita deixado de fazer sentido? As classes deixaram de ser um conceito compatível com as realidades sociais, passando a existir apenas quase uma só classe, a chamada classe média? Teria deixado de fazer sentido lutar por uma sociedade mais justa? O desaparecimento do bloco socialista (na Europa) não seria mesmo um resultado necessário dessa evolução? Estas foram, em termos muito gerais, as ideias que estiveram em voga, para utilizar uma imagem muito difundida, até à queda do Muro de Berlim, nas sociedades desenvolvidas ou «ocidentais», isto é, nas sociedades da Europa Ocidental (as quais incluíam também, desde a década de 80, a Grécia e Portugal), nos EUA e no Canadá, na Austrália e na Nova Zelândia, no Japão e nos «tigres» do Extremo Oriente.

5. Esta mesma visão das sociedades e — dir-se-á — do mundo foi exportada e bem assimilada pelas sociedades do centro e leste

Europeu, incluindo as da maior parte da área da antiga União Soviética. Dir-se-ia que, a partir de certa altura, se desenvolveu em certos estratos destas sociedades um sentimento de que, de certa forma, elas próprias, era como se não existissem e que, para passarem a existir, teriam primeiro de atravessar as necessárias transformações que proporcionassem a sua recriação e, a partir daqui, a sua re-inclusão no mundo, nomeadamente na Europa. Estas transformações incluíram, como não podia deixar de ser, a identificação profunda de muitas das pessoas dessas sociedades com as sociedades ocidentais e, deste modo, como se disse, a adopção por elas dos modos de ver das pessoas do «Ocidente».

6. Portanto, também para muitos dos cidadãos dos antigos países socialistas, pareceria ter deixado de fazer sentido a distinção entre Direita e Esquerda, à medida que adoptaram a visão dominante do mundo que «realmente» existia. Mais, a vincar esta visão, durante a fase de transição porque passaram estas sociedades, as noções clássicas de Esquerda e Direita foram, paradoxalmente, aplicadas de forma invertida quanto às suas significações de classe, não num sentido de manter as noções como a instrumentos de compreensão política — mesmo que significando o seu contrário —, mas, através da sua confusão completa, como forma mais eficaz e rápida de reforçar o aniquilamento do sentido dos conceitos de Esquerda e Direita.

7. O resto do mundo — onde vivia e vive a maioria das pessoas, uma maioria crescente —, o antigamente chamado Terceiro Mundo, hoje o Sul, esse, praticamente não existiria por si mesmo, sobretudo quando visto do «Ocidente» e, portanto, contaria pouco para a sua história. Sua história quer dizer a do Ocidente — este, o Imperialismo, para o seu socialista campo

contrário — ou, quando muito, a história conjunta do Ocidente e do Sistema Socialista, versão europeia — este, o Totalitarismo, segundo o campo capitalista.

8. O que esse Terceiro Mundo existia foi sendo intermediado, até ao fim da época bipolar das duas superpotências, pelos dois campos, «capitaneados» respectivamente pela União Soviética e pelos EUA. Intermediado em parte através de acções concretas provenientes destes dois países e/ou seus aliados, fundamentalmente através de organismos dos seus Estados. Mas intermediado sobretudo, de modo profundamente maniqueísta, pela ideologia, pela visão do mundo, mantida e desenvolvida pela Comunicação Social dominante. Isto, em particular, através da crescente influência da TV, que inspirou — digamo-lo pela bilionésima vez! — a Marshall McLuhan a célebre metáfora da aldeia global.

9. (Estou sobretudo a pensar na Comunicação Social Ocidental — a regular, normal, não a produzida pelos órgãos de propaganda, que é a que fui conhecendo; a outra, a do Sistema Socialista, admito que poderia fazer o seu contraponto ao serviço da causa que defendia, utilizando, contudo, línguas quase desconhecidas no Terceiro Mundo.)

10. (No caso das acções concretas, vidé, a título de exemplo, a famosa intervenção «escondida com o rabo de fora» da CIA no Chile em 1973, ao lado dos putchistas militares chilenos, ou outras das forças armadas dos EUA em países do seu «quintal das traseiras», contra governos ou regimes «incómodos» aí instalados; ou, do outro lado, o apoio da União Soviética e dos seus aliados a movimentos de libertação nacional em África ou a intervenção directa das suas tropas ao lado do governo revolucionário afegão; ou ainda a participação das forças armadas cubanas

ao lado das forças do novo governo da Angola independente, com hegemonia do MPLA, contra a intervenção das forças armadas sul-africanas ao lado da UNITA.)

11. E isto — uma visão «bipolar» radical do Mundo —, enquanto, de facto, se desenvolveu, durante um largo período, que coincidiu *grosso modo* com os chamados «trinta anos gloriosos» do capitalismo do pós Segunda Guerra Mundial, um poderoso conjunto, fundamentalmente endógeno, isto é, nascido das suas sociedades, de movimentos de libertação, esquerdas, movimentos populares e progressistas, um pouco por quase todo o Terceiro Mundo. Sem eles, não teriam existido acções concretas de intermediação do Ocidente (bem como consequências das contradições interimperialistas, como as derivadas da passagem de testemunho dum Reino Unido, já sem fôlego, para os EUA) ou acções desencadeadas a partir do Sistema Socialista, nomeadamente a partir da União Soviética, que pudessem ter conseguido, por elas próprias e em tão pouco tempo, entre outras, a revolução chinesa, a independência da Índia, a revolução cubana, a vitória histórica do povo vietnamiano, a criação do Zimbábue, a independência da Namíbia, a independência das colónias portuguesas, a vitória sandinista ou, mais tarde, o fim do Apartheid.

12. É certo que, entretanto, se assistiu a um decréscimo acentuado da influência da Esquerda e das suas ideias no Terceiro Mundo. E tal não terá acontecido apenas porque o mesmo vinha acontecendo no Ocidente e na área socialista europeia.

13. Houve, assim, a parte específica derivada das usuras dos movimentos e partidos progressistas e de esquerda no exercício dos seus novos poderes estatais. Houve, também, em boa parte, as forças de repressão das contra-revoluções capitalistas duras, sobre-

Caminhos da Esquerda

tudo nos países da Iberoamérica. Houve ainda o avançar do fundamentalismo islâmico, incluindo o do Afeganistão, onde o apoio dos EUA e dos seus aliados islâmicos foi determinante.

14. Parece também claro que, a par destas razões para o perder de força da Esquerda no Terceiro Mundo, a decadência progressiva da União Soviética e dos países socialistas europeus, que terminou pelo desabar dos seus regimes, teve um papel decisivo na perda de confiança na Esquerda e nas forças progressistas, tal como havia acontecido no Ocidente e no leste europeu. O modelo que faliu e as relações de força até então existentes pesavam muito em boa parte da prática das forças de esquerda e progressistas do Terceiro Mundo. Daí o elas terem sofrido o impacto da mudança ocorrida no início dos anos 90. Finalmente, também deve ser sublinhado que estas causas gerais e as causas endógenas a cada País e sociedade, acima referidas, se influenciaram mútua e profundamente.

15. Em todos os casos — Ocidente, Sistema Socialista Europeu e Terceiro Mundo —, as «antigas» teorias da convergência dos dois sistemas — o comunista e o «social-democrata» —, vindas da época do pós Segunda Guerra Mundial, dos «trinta anos gloriosos», durante a qual a própria direita gostava de vangloriar-se da assunção, por sua parte, de valores da Esquerda, marcavam ainda com a sua presença forte, os «subconscientes» dos povos quando o Mundo começou a mudar de cabo nos finais dos anos 80.

16. Por isso, com a queda do Muro de Berlim, uma boa parte das populações do leste teve uma visão que parecia dizer-lhes ter chegado a hora de conquistarem o paraíso sobre a Terra, isto é, as seguranças do emprego, da previdência, dos sistemas educativo e de saúde para toda a gente e grá-

tis, mais uma democracia bem ancorada na soberania popular. O seu modelo deveria, em termos básicos, ser decalcado no pluralismo representativo dos sistemas «ocidentais», mas incluir também, na prática — pelo menos foi o que muitos também terão aspirado durante a fase de transição —, uma democracia mais profunda: à «ocidental» deveria ser acrescentada também uma vertente participativa a todos os níveis do poder. Implícita, ainda nesta visão, que parece ter percorrido os países da área socialista europeia, estava também o desenvolvimento da voz e da influência dos trabalhadores.

17. No Ocidente, estas aspirações dos trabalhadores estavam, à partida, arredadas das mentes, após a fase do Reaganismo — Tatcherismo, e a participação no poder económico coincidia frequentemente com aspirações de desempenho empresarial a nível individual — na prática, trabalhadores por conta própria, a quem não se paga segurança social nem se garante mais do que a precariedade dos vínculos laborais. Enfim, um grande «avanço» social e económico no sentido do corte dos custos havidos pelo Capital com o factor Trabalho!

18. Pelo seu lado, entretanto, segundo um processo que se vinha a desenvolver em paralelo, a Cultura — até então uma grande bandeira e trincheira da Esquerda — passou a ser (tem vindo a ser) tratada, enquanto factor do esquema Esquerda — Direita, como um parente diferente do que era habitual até aí. A Cultura deixou de ser «apenas» o caldo, a base, imprescindível de funcionamento das sociedades, incluindo não só os seus papeis de fruição estética e de comunicação no seu seio, mas também, em boa medida, o de propiciador da emancipação/realização dos indivíduos enquanto partes das sociedades. Deixou, também, muito, de ser considerada inclusivé como um propiciador de-

terminante de afirmação de identidade e da diversidade necessária ao funcionamento das diferentes sociedades no seio da Humanidade.

19. A Cultura passou, antes, a ser posicionada, cada vez mais, pelo menos para uma grande parte das pessoas e dos agentes económico — culturais, em primeiro lugar, como um conjunto de actividades de produção e comercialização de bens e serviços culturais: a indústria cultural ou dos conteúdos necessários a uma sociedade do espectáculo, um dos sectores alvo para a obtenção das taxas de lucro mais elevadas. Isto, desde o desporto ao cinema, à televisão e ao lazer electrónico (nomeadamente, os videojogos), da música à pintura e à edição musical e literária. A dimensão dos correspondentes mercados, pilotados pela omnipresente publicidade e pelas estratégias de marketing, também patentes no envolvimento dos sectores da área turística, aí estão a demonstrar esta nova visão e fase de expansão dos mecanismos do capitalismo a todas as áreas de actividade das pessoas e das sociedades.

20. Este processo acabou por se impor também, de uma forma geral, aos países ex-socialistas do centro e leste europeu. Nesta região, ele desenrolou-se com uma extraordinária rapidez, passando de um extremo a outro, levando a alterações dramáticas: o Ocidente viu-se literalmente «invadido» por cientistas, músicos, desportistas, etc, originários do centro e leste europeu, enquanto estas actividades, nesses países, antes dispendiosas, viram o estabelecimento de mecanismos de mercado, no mínimo extremamente selectivos, e o consequente definhamento das respectivas actividades.

21. Este novo enquadramento das actividades culturais, para além de dever contribuir directamente

para o dinamismo económico, nomeadamente para o combate à queda das taxas de lucro, constituiu-se como uma poderosa, e subliminar, arma ideológica. Por si só, enquanto actividade económica, o sector das indústrias culturais é uma amostra de vitalidade dos mecanismos capitalistas quando aplicados a uma área até então julgada como, em grande medida, incompatível com a aplicação de tais mecanismos. Mais, esta demonstração é, em si mesma, um veículo estruturante da visão dominante do Mundo bem como da sua integração pelas populações: a «mensagem é o próprio meio» que é subliminarmente comunicado, como diria ainda McLuhan; conta a própria «forma» como se apresentam ao sujeito os produtos culturais e a sua inserção mercantil, nomeadamente a dos trabalhadores da Cultura. Isto é assim, é claro, para além do papel que, propriamente, o «conteúdo» das mensagens veiculadas pelo sistema cultural continua a desempenhar...

22. Entretanto, acentuou-se um processo de libertação das peias «estatais-nacionais» de actuação com que o Capital se vinha a defrontar, nos diversos países e a nível mundial. Essa «libertação» deveu-se tanto às mudanças dramáticas na correlação de forças políticas e sociais no Mundo por altura da viragem dos anos 80 para os anos 90, como foi possibilitada pela implantação no terreno de grandes avanços na área das tecnologias da informação e da comunicação, em combinação com um sistema de transportes cada vez mais eficiente. Esta nova situação «produziu» o fenómeno de globalização e, do mesmo passo, o domínio absoluto de uma esfera financeira, reflectindo remota e distorcidamente as esferas produtivas, cujo funcionamento se assemelha, com frequência, a um gigantesco casino (ou sistema de casinos fortemente interdependentes).

23. Finalmente, o impacto sobre o ambiente do papel predador de novo tipo — dum tipo que associa, nas actividades das sociedades humanas, as características culturais de previsão e domínio às naturais, das quais aquelas emergiram com o surgir do género humano. Aquele, tendo recebido um impulso decisivo com as transformações ocorridas há cerca de dez mil anos decorrente do Neolítico, e das sociedades divididas em classes, torna-se cada vez mais visível na nossa época. Adquiriu mesmo uma visibilidade global e passou a constituir, com razão, uma das preocupações mais profundas da actualidade. Como fazer escapar o mundo de que somos parte, e do qual, e apenas dele, recebemos os meios necessários à nossa própria sobrevivência, do iminente, cada vez mais, à escala histórica, perigo de estatelamento no solo, do nosso voo, e da correspondente auto-destruição?

24. Então, tanto quanto se pode experimentar hoje, o novo estado de coisas não parece ter contribuído para a existência de um mundo aceitável — o tal paraíso que alguns tinham sinceramente imaginado, o qual foi referido mais acima, um Mundo sem Esquerda nem Direita, sem luta de classes e, já não diríamos sem classes, mas onde se registasse um convívio harmonioso entre elas. É antes, cada vez mais, o contrário deste cenário o que existe e se encontra implantado e em desenvolvimento por todo o Mundo.

25. Tal é particularmente visível, na área dos antigos países do leste europeu. Segundo as Nações Unidas (¹), a queda do sistema socialista existente e o enfraquecimento dos estados respectivos já gerou cerca de 150 milhões de pobres. Aí, onde, a uma escolaridade universal, se seguiu um processo acelerado de desescolarização e onde a esperança de vida se encontra em queda acentuada.

Caminhos da Esquerda

26. Com efeito, sistemas de democracia representativa e pluralista foram instalados em muitos mais países do que até então. E esta é uma aquisição necessária e básica, não obstante as grandes e crescentes limitações, distorções, e mesmo perversões, com que estes sistemas democráticos frequentemente funcionam um pouco por todo o mundo, bem como a sua menor adaptação a sociedades por vezes muito diferentes das chamadas sociedades ocidentais, como tantas vezes tem referido. É um sistema a desenvolver... o qual, sabe-se, não pode ser significativamente desenvolvido enquanto outras condições ou premissas, em particular a da participação directa das pessoas nos processos de decisão que lhes respeitam, não constituírem uma realidade quotidiana e pervasivamente instalada.

27. Portanto, ser de Esquerda, hoje, representa, antes de tudo, ser um defensor de primeira linha do funcionamento e aperfeiçoamento, a todos os níveis, dos mecanismos duma democracia não só representativa e pluralista, mas também profundamente participativa.

28. Ser de Esquerda significa combater, em permanência, todos os factores de desvalorização dos órgãos eleitos, em particular os que reflectem proporcionalmente na sua composição as diversas tendências políticas da sociedade de acordo com os resultados eleitorais. Significa combater as campanhas sobre quanto custam os órgãos e os actos eleitorais, denunciando-as como anti-democráticas e contrárias — ilegais — ao espírito da Lei Fundamental. Significa lutar decididamente contra toda a argumentação «eficientista» e «tecnocrática», argumentação esta profundamente reaccionária e, na realidade, contrária às exigências de eficácia política ao serviço das populações (como é o caso da mudança das composições das Câmaras Municipais de pluripartidárias para

monopartidárias). Significa ainda repudiar toda a campanha em torno da transformação das eleições legislativas em mera escolha de um Chefe de Governo e denunciar o pragmatismo ludibriador de tais posições (por aqui se vê quantos dos nossos democratas «humanos», «abertos», «tolerantes», e sobretudo hipócritas, não chegam a passar o crivo deste primeiro critério).

29. Termos insistido na defesa dos mecanismos de democracia representativa e pluralista não significa o desvalorizar das posições acerca de valores fundamentais de Civilização (o da Vida Humana a preceder absoluta e inequivocamente o valor da Propriedade, o direito da Mulher à Interrupção Voluntária da Gravidez ou, de um modo geral, as garantias e direitos fundamentais dos cidadãos), ou das condições de ulterior desenvolvimento/aprofundamento democrático (nomeadamente o implantar da vertente de participação em articulação complexa com a vertente representativa), ou, ainda, o minimizar de um combate por uma sociedade onde impere a Justiça Social. A defesa dos mecanismos de democracia representativa significa antes o apontar de uma condição necessária, mas não suficiente, para poder atingir aqueles objectivos — bandeiras de sempre da Esquerda, indissociáveis uns dos outros.

30. Mas, para além dos progressos de sentido democrático verificados durante a década de 90, ao nível de muitos sistemas políticos nacionais, tudo o que o resto denota são sintomas de aprofundamento da crise geral de sistema, que entrou numa nova fase de aprofundamento. A crise geral do Imperialismo — um Imperialismo que hoje em dia é outra vez mais facilmente referenciável do que até há pouco, como era nas primeiras décadas do século xx, quando o Reino Unido ainda era a sua cabeça. Um imperialismo, um Impé-

rio, comandado pelos EUA, o qual, desaparecido o campo socialista europeu, já é, sem complexos, designado como tal em sectores insuspeitos de simpatia pelo antigo campo socialista ou mesmo de inspiração marxista independente. Um Imperialismo — o da globalização financeira — que vai explicitamente aparecendo, inclusivamente nas teorizações vindas a público originadas em esferas muito próximas dos seus próprios centros de poder.

31. Em muitos casos, os diagnósticos apresentados por intelectuais e quadros prestigiados são aterradores. Quase sempre são apresentados como não tendo saída. É impossível encontrar condições para uma política diferente, é o que parece quererem dizer-nos. Noutros casos, procura-se, são indicadas, propostas «débeis», soluções de melhoramento, correcções, para este estado de coisas, coerentes com a lógica de um sistema que apenas estaria a funcionar mal devido aos exageros com que os mecanismos financeiros são utilizados. Seria uma questão de mero cumprimento de um código de conduta adequado. Mas sempre subjacente está a não ultrapassagem do sistema. O da impossibilidade de fazê-lo.

32. Perante isto, é preciso, sem sectarismo mas com firmeza, dizer não ao capitulacionismo. Esta é hoje uma condição que deve estar na base da separação, com a clareza possível, dos dois campos, o da Esquerda e o Outro, o do chamado Centro ou Centro — Esquerda, isto é o dos democratas que estão contra todas as extremos e revoluções, como dizem. Uma postura que leva a água ao moinho da manutenção da situação actual, quer eles o suspeitem ou não.

33. Ao referir-se esta condição para a pertença ao campo da Esquerda, poderá argumentar-se que se está a ser muito rígido e que se estará, assim, a excluir uma boa

parte dos democratas que se consideram como pertencendo ao campo da Esquerda e são potenciais e importantes elementos das alianças a constituir, com vista aos combates que a Esquerda precisa de travar vitoriosamente para poder alcançar os seus objectivos.

34. De facto, ao fazer-se tal afirmação, não se pretende dizer que as possibilidades de alianças devem ser restringidas apenas ao interior do campo de uma Esquerda «pura». Nem classificar, definitivamente, esta mulher ou aquele homem, esta ou aquela organização, na Esquerda, na Direita ou na não-Esquerda. Até porque as atitudes variam, com as épocas, com as situações, ou de acordo com as acções concretas. Nem muito menos se pretende inferir que essa ou esse deve ser isolada ou isolado, no trabalho político, da concertação com as mais diversas áreas do campo da Democracia. Bem, pelo contrário. O que se pretende, sim, é desenhar um conceito operacional suficientemente claro que sirva de guia para uma acção concertada e alargada. E, para tal, é necessário conseguir reconhecer as identidades das partes que vão colaborar para poder identificar os limites dessas colaborações. Porque, afinal de contas, de Esquerda é a parte que pretende realmente mudar o actual estado de coisas e que tem — sem vacilações — a Justiça Social como objectivo. O que, por sua vez, implica um compromisso contra a Exploração. Ontem, como Hoje, como no Futuro.

35. Porque, ser de Esquerda, hoje como antes, não é apenas ser do contra por feitio ou temperamento, como se ouve dizer, não só a certos pândegos (ainda os ecos da antiga chamada Esquerda festiva?), com alguma frequência, mas também mesmo a certas personalidades com elevadas responsabilidades. Em coerência com esta linha de raciocínio, outros assumem que deixaram de ser do con-

tra e, portanto, de ser de Esquerda, à medida que a juventude e as verduras os foram deixando. Mas ser de Esquerda não deveria nunca equivaler a ser contra os ideais de sempre da Esquerda. Na prática, o ser do contra também pode equivaler a ser oposição a estes mesmos ideais. E tal só porque não querem ser conservadores, dizem eles (mas acabam por «querer» objectivamente, pelo menos, voltar a contraditórias raízes, mais antigas, só para serem do contra; a raízes que têm a ver, de facto, com a Injustiça Social e com a Exploração; e tudo isto, em nome da Democracia e da Liberdade)!

36. Através desta via de raciocínio, também concluíram, muitos desses mesmos, que a Liberdade e a Igualdade seriam incompatíveis... e aí estamos caídos no neoliberalismo!, porque a liberdade da iniciativa privada (normalmente quem o afirma, sempre a pensar na liberdade de explorar o seu semelhante até ao tutano) foi considerada como a pedra de toque última para ajuizar do nível de liberdade existente numa sociedade, ou num país — e esta tem constituído, para esses, uma dificuldade de fundo.

37. Como consequência, caise, assim, na aberração — e com que sem vergonha!! — de poder dizer-se de Esquerda quando se é de Direita. Como, por exemplo, a bem ilustra situação atrás referida durante as transições do Socialismo para o Capitalismo no centro e leste europeu. Ser de Esquerda — nunca é de mais frisar — é ser, sim, sempre do «contra», mas em defesa dos ideais da Esquerda, mesmo, ou sobretudo, quando, em nome dela, estão a ser atraídos os seus ideais por outros, muitos, politicamente correctos (2). Por esta e por outras razões, deve ser dito, só se é verdadeiramente de Esquerda quando, actuando no interior do seu campo, se é, em permanência, crítico relativamente às actuações das

Caminhos da Esquerda

partes, autoproclamadas ou como tal reconhecidas, dessa mesma Esquerda.

38. É certo que mudar o actual estado das coisas de acordo os objectivos da Esquerda poderá conduzir a situações em que as pessoas e os povos passarão, pelo menos transitoriamente, por grandes dificuldades no seu dia-a-dia. Mais, pode argumentar-se, com o apoio do realismo de várias mudanças revolucionárias, que tais dificuldades não seriam sofridas pelas pessoas se tal processo de mudança ou de Revolução não tivesse sido encetado. Esta é uma das questões mais difíceis de confrontar, a de ter soluções, satisfatórias durante os processos de transformação social. Em particular sabendo-se as forças e as astúcias colocadas ao serviço das resistências oferecidas pelos poderes instalados, que os processos de mudança socio-política sempre enfrentam.

39. Por essas razões e face a tais situações, assumindo o seu saber do que a casa gasta, a maior parte das pessoas, mesmo podendo partilhar as análises de situação política e social com as «minorias revolucionárias», só poderá aceitar embarcar a favor de um processo radical de mudanças se tiver a percepção de que as correlações de forças têm elevada probabilidade de se lhes tornarem favoráveis e/ou se o nível de desconforto for suficiente de forma a que os seus cálculos custo-benefício lhes indiquem que é altura de mudar (por exemplo, o processo de degradação social e económica em curso em grande parte da antiga União Soviética poderá, com o tempo, levar a uma situação revolucionária). Este é um conhecimento de todos os tempos e também aplicável no caso presente. É verdade que, sem viverem situações revolucionárias, os povos não embarcam em mudanças profundas. Pelo contrário, em tempo de situações revo-

lucionárias ninguém trava os povos.

40. Com efeito, tal como é sabido, e ao contrário do que é comum veicular — em particular através dos órgãos de comunicação social —, não é tanto o conteúdo da mensagem política sobre o diagnóstico de situação proveniente da Esquerda que não é compreendido ou aceite, que não passa (como está em moda dizer) para as pessoas, em situação não revolucionária. Nem sequer são as soluções para as necessidades detectadas que não são desejadas pelas pessoas. É antes a oportunidade, em termos de correlação de forças e de nível de inaceitação, social e individual, das maleitas do presente, que acaba por determinar as posições. É, em muitos casos, o medo da reacção, contra a aplicação de uma nova política, por parte do «establishment» quer a nível nacional, quer a nível internacional, que acaba por determinar as escolhas políticas do manter o que está. Ou, pelo contrário, o querer aproveitar novas oportunidades: basta recordar o número de «revolucionários» e «comunistas» que apareceram a seguir ao 25 de Abril, ou a seguir a tantos outros 25 de Abril... E, este tipo de questões, a Esquerda deve tê-las cada vez mais em atenção, no seu trabalho político... uma tarefa de longa duração — entrelaçada com a cadência dos eventos pontuais e com a evolução das conjunturas — com objectivos emancipatórios, que actua sobre tendências profundas, antecipando-as, afeiçoando-as, estimulando os efeitos de bola de neve, enfim, escolhendo os momentos apropriados.

41. Ainda: querer intervir como Esquerda, implica, ao nível individual, também, o não deixar submergir-se — o resistir — pela toda poderosa e permanente onda de publicidade e de marketing, de captação de consumidores e de consumo, que barra, embota, impossibilita, as capaci-

dades críticas e de intervenção, ao procurar e conseguir, com grande frequência, manter as pessoas ocupadas em permanência, prisioneiras, de preocupações, raciocínios, dirigidos à obtenção de vantagens monetárias quase sempre ridículas (por exemplo, o resistir à pressão de ter de estudar durante o fim de semana, as milhentas mensagens que me deixaram na caixa de correio, da TV Cabo, da Portugal Telecom, dos bancos, dos CTT, das Selecções do Reader's Digest, etc, em vez de continuar a escrever este texto — um, para muitos politicamente correctos, «lirismo» interventor numa revista dirigida a um punhado de intelectuais, em vez do cumprir com as tarefas de melhorar a minha situação financeira através das migalhas que dizem pretender oferecer-nos).

42. E, tal atitude de disponibilidade e de crítica, pode tornar-se praticamente impossível se as pessoas que pretenderem resistir só dispuserem de recursos que mal lhes permitem a sua sobrevivência — isto é, a satisfação deste tipo de necessidades não lhes permite a liberdade da intervenção, a difícil liberdade do caminhar pela estrada da emancipação.

43. A concluir, deve ser dito, em resumo, que ser de Esquerda, hoje, continua a implicar a defesa de valores fundamentais de sempre e a continuação da assunção

de atitudes que, embora coerentes com a sua tradição, são *aggiornatas* em termos de actuação, em função das grandes alterações que a revolução científica e tecnológica está a implicar, em função da mudança civilizacional apontada pelo processo de construção da «sociedade da informação» (do qual se destacam as transformações de fundo que vão sendo introduzidas no panorama comunicacional pelo uso dos novos meios corporizados prototipicamente pela Internet). Ser de Esquerda implica assumir, também, a necessidade de assenhorearmo-nos do processo de domínio sobre a natureza (o envolvimento, o ambiente e a nossa própria natureza) que o género humano tem desenvolvido desde os tempos da revolução pastoril-agrícola, de forma a torná-lo numa relação que permita a sustentabilidade do nosso Planeta e, em última análise, a nossa sobrevivência. Ser de Esquerda implica, por isso, a satisfação das nossas necessidades, hoje e no futuro previsível, o que obriga a actuarmos de forma a corresponder às necessidades de toda a Vida da qual somos um elo da sua cadeia ecológica. E, ser de Esquerda, implica também exigir de cada um de nós que contribua segundo as suas possibilidades.

44. Enfim, a distinção entre Esquerda e Direita não desapare-

ceu, como tantos julgam ou querem fazer crer. Ela é cada vez mais necessária para nos guiar para uma compreensão e uma actuação que conduzam o género humano não só à possibilidade da sua sobrevivência e à preservação do Planeta e da Vida que o habita, mas também ao desenrolar do processo progressivo de emancipação da Humanidade. De facto, só com o desenvolver deste processo, poderá ser possível atingir aqueles objectivos de sobrevivência e preservação. E, desde já, em termos do actual estado de coisas no Mundo, o da globalização financeira, a tarefa mais imediata que temos pela frente é a da mudança desta globalização financeira para o que já tem sido designado pela «globalização da solidariedade». Para conseguirmos tal objectivo, necessitamos mais e mais da Esquerda e das esquerdas, e não das confusões dos que capitularmos.

Camaxide, Novembro de 1998. ▼

Notas:

(1) Ver a edição do Diário de Notícias de 1 de Novembro de 1998.

(2) Ver, por exemplo, os artigos publicados recentemente na imprensa, por ocasião da vitória do SPD nas eleições legislativas da RFA, assinados por Francisco Assis.

A Esquerda, contradições e dificuldades

Cerca de dois meses antes do referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, numa Assembleia Geral de Alunos realizada no ISCTE, um aluno de Sociologia propunha que os estudantes se pronunciassem sobre o dito referendo e, mais concretamente, afirmassem em qual das duas respostas recairia a sua opção.

E fê-lo através de uma moção em que a vontade colectiva dos estudantes seria expressa pela forma de associação em que normalmente é estruturada a sua intervenção, isto é, a Associação de Estudantes. A moção, que afirmava que os estudantes do ISCTE defendiam o Sim na resposta à pergunta do referendo, acabou por ser

aprovada. Todavia, tal não aconteceu sem que antes se tivessem feito ouvir várias vozes afirmando que aquele não era um espaço próprio à discussão daquelas matérias. Nessas vozes, inclusive, encontrávamos a projecção de ideias de várias pessoas que certamente votaram sim nesse mesmo referendo.

O motivo pelo qual inicio este texto recorrendo à narração deste episódio é duplo: porque ele indicia uma mentalidade e uma cultura política dominante na realidade que quotidianamente percepciono e na qual intervenho; porque essa mesma mentalidade e cultura, sendo fruto de um contexto específico, atravessa toda a sociedade presente.

Tentaria sintetizar essa mentalidade e cultura política do seguinte modo: **predomina na Academia e na sociedade em geral uma participação política dos cidadãos que respeita em exclusivo interesses directamente ligados aos problemas do seu espaço de trabalho; às questões que afectam o corpo com o qual se identificam profissionalmente.** As restantes temáticas são vistas e sentidas pelo indivíduo normal como realidades sobre as quais ele não tem o direito de intervir e, como tal, das quais se distancia. Serão áreas que, apesar do contínuo descrédito que eficazmente se tem vindo a entranhar na apreciação que o indivíduo normal faz da classe política, estarão reservadas à intervenção e decisão de realidades com dinâmicas mais globais, com destaque para os partidos políticos e a comunicação social, nomeadamente os fazedores de opinião.

A cultura de protesto e de intervenção dominante na maioria dos grupos sócio-profissionais, quando associados para intervir sobre a realidade, **revela-se pois de carácter essencialmente «corporativista».**

Esta classificação não tem nada de original, tal como o problema. Este obstáculo tem sido um factor preponderante na luta pela trans-

formação das sociedades originadas pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa. São condições que desde sempre, com maior ou menor intensidade, foram sendo criadas pelo sistema capitalista. **O que de novidade se tem vindo a verificar ao longo dos tempos é o meio pelo qual o sistema, e contrariando várias vezes uma tendência que naturalmente poderia surgir como efeito das crises económicas, vem conseguindo estimular esta cultura, produzindo eficazes válvulas de escape das tensões políticas e sociais que a esquerda, através de difícil luta ideológica, política e social, procura promover.**

A alteração desta mentalidade «corporativista» reveste-se de grande importância no quadro de luta da esquerda, podendo mesmo ser considerada a mudança necessária para permitir capitalizar politicamente o descontentamento social inerente aos antagonismos classistas do actual sistema, e tornando-se assim um passo decisivo na projecção de uma nova sociedade. E isto por quatro razões:

- a) porque uma cultura política «corporativista», ao desconhecer realidades exteriores ao próprio corpo profissional específico, **dificulta a identificação dos problemas que afectam o quotidiano dos cidadãos com uma política de cariz global, o neoliberalismo;**
- b) porque uma cultura política «corporativista», ao não promover a identificação e a comunicação entre os diferentes corpos sociais, e entre estes e a esfera política dirigente em geral, **afasta cada vez mais a realidade nacional do ideal democrático de Abril, evidenciando a crise do sistema democrático representativo;**

- c) porque uma cultura política «corporativista», ao contrariar uma lógica de acção política marcada pela coordenação e a unidade entre diversas dinâmicas sectoriais, **pode tornar infrutíferas** (no sentido em que não contribuem para a construção de uma consciência de classe) **as reformas** resultantes da pressão política e social exercida sobre os governos (política quando exercida pelos partidos de esquerda sobre os governos; social quando através das reivindicações imediatas dos grupos sociais).

- d) porque uma cultura política «corporativista», numa fase de grave crise económica provocada pelas contradições do actual sistema, é **um dado propício à intensificação de fenómenos políticos autoritários** e ainda menos democráticos.

As lutas dos trabalhadores por reivindicações de carácter profissional, marcadas por um inapagável traço de imediatismo e de espontaneidade, são factores decisivos na **formação de uma consciência política socialista**. Ao causarem laços fortes de identificação entre indivíduos que partilham semelhantes realidades laborais, elas permitem a assunção da ideia de solução colectiva para a realização de aspirações individuais. A ideia é também válida para a realidade estudantil. **Porém, tais lutas, originalmente de carácter mais imediatista e de feição mais «corporativista», ganham uma preponderância e um peso político decisivos quando conseguem identificar a realidade política que subjaz à realidade material e concreta, à degradação das condições de trabalho e de vida.**

Tal tarefa é a que sempre coube à esquerda, em condições de dificuldade extremas. É exemplo

dessas dificuldades, para citar um fenómeno elucidativo da sagacidade e da adaptabilidade do capitalismo à evolução das lutas políticas e sociais, o efeito que, muitas vezes, as conquistas de direitos por parte dos grupos sociais mais reivindicativos, em articulação e confluência com as forças políticas de esquerda, têm na consolidação dos próprios governos anteriormente pressionados. No contexto nacional, o caso das últimas medidas tomadas no âmbito da segurança social é, nesse sentido, paradigmático.

Mas, mesmo quando da luta política e social promovida pela esquerda resultam mudanças de governo, a verdade é que ainda existe na sociedade alguma margem de confiança na ideia de que a diferentes partidos do sistema correspondem diferenças políticas substanciais. Assistimos assim nos últimos tempos a alterações de aparência e pequeno impacto social; um fenómeno que faz ressuscitar o conceito de «rotativismo».

No que concerne à realidade estudantil, e no que respeita à eficácia que certas medidas produzem no atenuar do vigor reivindicativo dos estudantes, julgo elucidativo o seguinte episódio: há cerca de um mês estive presente na sessão solene de abertura do ano lectivo no ISCTE. Nessa mesma ocasião foram entregues as bolsas de mérito, um prémio monetário atribuído pelo Ministério da Educação aos melhores alunos de cada escola. A figura da «bolsa de mérito» é, acrescente-se, regra geral bem aceite pelos estudantes. Nesse mesmo acontecimento, os alunos premiados proferiram algumas palavras. A nota dominante era o agradecimento que faziam ao ISCTE e o orgulho que manifestavam por pertencerem «à casa». Uma lógica meritocrática/individualista associava-se exemplarmente a um discurso de carácter «corporativista», reflectindo aque-

Caminhos da Esquerda

la que, a meu sentir, é hoje a mentalidade e a sensibilidade dominantes no seio da Academia e que, inevitavelmente, se reflectem posteriormente na cultura de intervenção política. A diminuição do grau de identificação entre os estudantes de cada escola é compensada pela intensificação da identificação com o nome e o «espírito» da mesma. Mas essa identificação não resulta de um processo de consciência de protesto que ultrapassa as barreiras entre o sector docente, discente e de funcionários. Resulta sim, essencialmente, de uma lógica semelhante à que percorre os meios empresariais, em que uma cultura de empresa se sobrepõe, muitas vezes, à consciência de classe (por vezes, um trabalhador identifica-se mais fácil e solidamente com os seus superiores hierárquicos do que com os trabalhadores em situação profissional semelhante de outras empresas).

À esquerda que intervém na Academia é assim exigido que, antes de mais, reconheça a existência desta mentalidade. É-lhe também exigido que, procurando contrariar esta lógica «corporativista», conviva com ela, aproveitando-se de uma ideia de qualidade/prestígio das instituições que subjaz a essa mentalidade para manifestar que, a seu ver, é nas políticas nacionais/internacionais que encontramos a raiz dos problemas. Só assim ser-lhe-á possível, reconhecendo este traço marcante da psicossociologia contemporânea, alterar o estado das coisas.

Ainda percorrendo a realidade política do movimento estudantil, e correspondente movimento associativo, encontramos outro exemplo das dificuldades que a esquerda encontra no travar da sua luta política. E este exemplo prende-se também com um fenómeno que não é em nada recente, ainda que, nas últimas quatro/cinco décadas,

tenha ganho, de sobremaneira, mais peso na evolução das sociedades. Falo da influência que a televisão e a comunicação social têm adquirido na formação das culturas políticas, sendo evidente que tal em nada tem beneficiado a acção política da esquerda. Hoje em dia, no esforço de criar, desenvolver e dinamizar uma contra-ideologia, torna-se decisivo o papel que a televisão e a imprensa exercem. Tornaram-se instrumentos preferencias de exercício da hegemonia por parte das classes dominantes. O exemplo a que inicialmente me referia era o noticiário da televisão pública no dia seguinte à realização de uma greve dos estudantes do Ensino Superior. As notícias do dia anterior haviam desde logo reportado o acontecimento, mas não com grande destaque. No dia seguinte, surge como segunda notícia do telejornal uma deslocação do presidente da república a Viseu, ouvindo-se uma parte do seu discurso que, de acordo com os jornais, focara variados assuntos. Afirma o P.R., nessa parte do discurso transmitida pela televisão, que os estudantes têm que participar nos custos do seu curso, numa evidente alusão ao pagamento de propinas. Não pretendendo aqui lembrar ao P.R. que tal participação já acontece, resultou provavelmente dali, desde logo, uma atenuação brutal dos efeitos políticos que a greve estudantil poderia ter colhido junto da população.

Assim, podemos resumir do seguinte modo os dois obstáculos até aqui abordados que se levantam a uma política de esquerda:

- a) **a capacidade dos governos actuarem de modo a, sem resolverem a raiz dos problemas, atenuarem os seus efeitos.** Isto leva-nos a reconhecer que a participação da esquerda nos espaços da democracia burguesa e nas lutas reformis-

tas, sendo indispensável a uma acção política responsável e à formação de uma consciência política socialista, produz por vezes o efeito de válvula de escape das tensões geradas pelas desigualdades sociais, permitindo-se que o sistema se solidifique e resista;

- b) **a capacidade do capitalismo se adaptar a novas situações, absorvendo as tensões e demonstrando uma impressionante criatividade ao nível dos meios de exercício da hegemonia** (à Igreja, ao Ensino e à Imprensa de que Gramsci falava, teremos que necessariamente acrescentar hoje o papel dos novos meios de comunicação — de que é exemplo o discurso e os dados dos telejornais, como vimos no caso acima narrado).

Outros factores surgem também decisivos:

- c) **a evolução recente da história e o modo como a esquerda tem lidado com essa memória**, com destaque para a reflexão sobre os regimes de leste, tornou-se uma condicionante importante para o desenvolvimento da luta política. O tratamento histórico dado ao fenómeno socialista no século xx tornou-se uma área preponderante de luta de ideias, com uma influência real no devir das sociedades. E aí há que salientar a habilidade com que se conseguiu difundir a associação entre a projecção de uma sociedade socialista e, nomeadamente, a experiência soviética. Beneficiando de um quadro claro de falhanço do modelo aplicado, e ciente da promiscuidade entre os partidos de esquerda oci-

dentais e os regimes de leste, os Estados, as Igrejas e os meios de comunicação social ocidentais viram criadas as condições para afectarem profundamente a ideia revolucionária de esquerda.

Neste aspecto, dir-se-ia que pouco há a fazer que não esperar que o tempo apague a memória histórica. Porém, resulta óbvio que a memória histórica é profundamente determinada pelas batalhas que se travam ao nível da luta das ideias, tanto ao nível dos conteúdos, como ao nível do uso instrumental que dela se faz. E aí, diria que podemos encontrar na recente edição do *Livro Negro do Comunismo* um exemplo de como a direita se mostrou mais lesta nesse combate. Sendo óbvio que o anti-sovietismo se tornou um vector intrínseco ao anti-comunismo neste final de século, julgo que teria sido benéfico que semelhante reflexão tivesse sido, antes de mais, praticada pela esquerda. Como indispensável exercício de análise e de autocritica e como garante de rigor científico e de honestidade intelectual. Aliás, o facto de ainda hoje existir um sentimento de pertença e «orgulho» face ao modelo soviético na sua globalidade, solidamente enraizado em parte da esquerda revolucionária, torna-se também um obstáculo à reflexão histórica e um elemento de hostilização de novas camadas sociais e etárias que se poderiam aproximar das ideias e estruturas organizacionais dessa mesma esquerda.

O ónus histórico da experiência soviética é uma rea-

lidade que a esquerda deve assumir. Todavia, e por não desejar pôr em prejuízo o momento inicial e a fase de consolidação da Revolução de Outubro (a fase dita leninista), a esquerda deve distinguir inequivocamente as diferentes fases da evolução da URSS, assumir os seus eventuais erros e promiscuidades com situações que se afastavam da sua ideia e prática política, etc. Do mesmo modo, parece-me urgente que a esquerda revolucionária reflita sobre diversas situações no quadro das relações internacionais, em que fenómenos marcadamente estalinistas ainda persistem.

- d) **a dificuldade do movimento sindical em adequar o seu discurso ao traço de individualidade que marca as sociedades modernas**. É inegável que as revoluções liberais marcam profundamente as civilizações, introduzindo a noção da realização do indivíduo como um objectivo dominante no comportamento das populações. Importa assim reconhecer que o desafio do indivíduo é recolocado pela modernidade, contrariando a mentalidade medieval até então dominante, mas negando-se de imediato a realização dessa mesma individualidade. O discurso sindical tem que reconhecer que as aspirações dos trabalhadores encontram-se inapelavelmente influenciadas por essa ideia de concretização do projecto de indivíduo e que, regra geral, a forma entendida como a mais adequada para fazê-lo não passa pela acção colectiva enquanto indispensável espaço de

Caminhos da Esquerda

desenvolvimento das diversas individualidades.

- e) **o surgimento, nas últimas décadas, de complexas dinâmicas e configurações das relações laborais, e consequentes alterações ao nível das relações e posicionamentos no quadro da estratificação das classes,** tem levado a que a esquerda seja permanentemente surpreendida com novos fenómenos políticos e sociais, os quais, variadas vezes, não consegue influenciar. A escassa reflexão ideológica e consequente produção teórica revela-se assim uma lacuna decisiva que acompanha a perda de influência social, e que não tem permitindo inverter essa tendência. O reflexo disto na luta política ao nível das elites é incontornável.

A luta da esquerda desenvolve-se assim num contexto em que se colocam várias problemáticas. A uma progressiva perda de influência social tem correspondido uma perda de influência política que, deste modo, reproduz a primeira realidade. Por outro lado, a acção intelectual da direita no campo da luta de ideias (de que o recente fenómeno da Terceira Via é um exemplo) vem contrastando com uma escassa capacidade de análise por parte da esquerda, numa fase de mudanças significativas, com destaque para o pós-URSS e para o enquadramento em novas unidades e quadros de luta política, a que a União Europeia e a propalada globalização nos vêm conduzindo.

Ao nível da luta das ideias, cuja evolução é inseparável do contexto político e social, importa ressaltar as mudanças que têm acontecido na Universidade. Será assim interessante analisar a evolução dos programas e das temáticas abordadas em certos cursos (no-

meadamente ao nível das Ciências Sociais), perspectivando-se de imediato as alterações profundas que marcaram o quadro epistemológico do ensino nos últimos 25 anos. Analisar as alterações curriculares introduzidas após o 25 de Abril, em comparação com a situação presente, torna-se um elemento elucidativo da perda de influência política e ideológica da esquerda. A diminuição da influência do campo teórico marxista em áreas como a Economia e a Sociologia é talvez o caso mais gritante.

Serão todas estas dificuldades de reflexão que percorrem a esquerda que se vão revelar castradoras no próprio debate «o que é a esquerda?», «que políticas de esquerda?». Penso poder ter resultado claro do meu texto que ao conceito «esquerda» dei o entendimento que abrange toda a diversidade ideológica que é percorrida por um traço comum: a alteração do domínio das políticas neoliberais; a transformação revolucionária das sociedades presentes. Todavia, tal não implica que se afirme que no espaço ideológico da «esquerda» não faz sentido situarmos os que, lutando contra o domínio das políticas neoliberais, não se situem claramente do ponto de vista da transformação revolucionária. Aliás, a evolução desses sectores, progressivamente descontentes com a efectivação política de programas e ideais partidários com que se identificavam, é um dado a ter em atenção nas mudanças do quadro político nacional e europeu. Do mesmo modo, parece-me oportuno aproveitar a dinâmica de intenções manifestada pelas diversas esquerdas revolucionárias no sentido da construção, numa perspectiva unitária, de uma política alternativa de esquerda. Será da congregação destes dois factores que a esquerda poderá ver reforçada a sua capacidade de análise do presente, de combate ideológico e de luta política.

Será assim possível delinear políticas de governo de esquerda assentes em reflexões sólidas e profundas, encontrando-se uma mais-valia na análise das experiências de aplicação do socialismo no último século.

Mas, para que este seja uma realidade futura possível, urge que, cada vez mais, se reforce o debate teórico acerca do próprio marxismo, mormente a questão do determinismo histórico. Assim, se é verdade que ao nível das produções teóricas o assunto poderia ser considerado suficientemente debatido, já no que concerne aos efeitos que as interpretações deterministas do marxismo exerceram sobre a formação ideológica (no sentido mais amplo do termo, isto é, em toda a vasta gama de crenças e ideias que sublinham a acção humana) da esquerda revolucionária, a questão ainda parece merecer vários debates. Parece-me impreterível reconhecer que do predomínio das interpretações deterministas resultou um imobilismo intelectual que trouxe graves consequências à concretização dos modelos socialistas, nomeadamente no que respeita à escassa reflexão acerca do comportamento da esquerda numa fase pós-revolucionária. Assim, ainda hoje, encontramos uma mentalidade de «preguiça» reflexiva enraizada no comportamento de alguma esquerda; uma mentalidade assente numa crença ideológica marcada por fortes traços de dogmatismo. A emergência de novos movimentos sociais, e o relacio-

namento que com eles tem sido mantido por parte da esquerda revolucionária, reflecte esse mesmo imobilismo, acentuando, em alguns casos, as contradições entre a mentalidade e a ideologia que percorrem os grupos e as classes sociais mais ligadas às forças políticas da esquerda (a persistência de crenças, sensibilidades e comportamentos racistas, homofóbicos e de despreocupação com a ecologia é disso mesmo reflexo).

Resulta assim claro que, apesar de todas as dificuldades com que a esquerda se depara; apesar da dificuldade em inverter a lógica das ideias dominantes serem as ideias da classe dominante; existem momentos em que a autonomia da superestrutura face à infra-estrutura se transforma em plena capacidade motriz da história, em força revolucionária. Esses momentos dependem da existência clara de condições objectivas, do desenvolvimento de um descontentamento social extremado; mas, como o demonstra o fenómeno fascista que marca o século xx, o descontentamento social por si só não implica uma mudança de esquerda. O elemento subjectivo, a acção das forças políticas e ideológicas (do elemento *derivado*), tem que se mostrar activa, necessitando para tal de estudar e analisar a sociedade actual.

É sabido como o fascismo foi capaz de organizar, estruturar e coincidir ideias com as aspirações das classes médias. Hoje, após a

eclosão definitiva do processo de terciarização, a questão do posicionamento político das classes médias adquire ainda maior importância. Urge reflecti-la e pensá-la, sem medo de inovações de discurso e de conceitos, mas tendo sempre em atenção que, sendo a realidade complexa, o caminho mais fácil para a comunicação tornou-se uma simplificação e uma mutabilidade conceptuais que várias vezes levam a um discurso demagógico.

Ciente das dificuldades da luta, a esquerda precisa rápida e permanentemente de reflectir o seu próprio comportamento, as suas ideias e a sua acção. Caso contrário, além das dificuldades impostas pela sociedade capitalista, a esquerda deparar-se-á, ainda e antes de mais, com obstáculos e imobilismos internos. ▼

Bibliografia:

- Amin, Samir, 1981. *Classe e Nação*. Lisboa: Moraes Editores.
- Burke, Peter. 1990. *Sociologia e História*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Louçã, Francisco. 1994. *A Maldição de Midas*. Lisboa: Edições Cotovia.
- Rudé, George. 1982. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Sousa Santos, Boaventura. 1998. *Reinventar a Democracia*. Lisboa: Gradiva.
- Thompson, E.P.. 1968. *The making of the English Working-Class*. Penguin Books.

Estarás, linda esquerda, posta em sossego?

O relevo do debate acerca da esquerda é inteiramente justificado.

Há alguns anos a maioria dos analistas de imprensa, e vários ensaístas, empenhavam-se em desfazer as diferenças entre esquerda e direita, estabelecendo que essa «dicotomia» seria desprezível e superada. O apelo ao «pragmatismo centrista» fazia furor anunciado até como pedra de toque da modernidade.

Esse vendaval de mistificação deixou marcas. O quadro era propício. Convergiam na mesma fractura histórica situações como o recuo do socialismo, a falência com óbito certificado de algumas das suas experiências, a acelerada mundialização da finança e da pobreza, o impacto de mutações técnicas e científicas no modo de produção e troca, mesmo nos padrões de consumo. A implicação cruzada destes fenómenos desorientou referências, anulou resistências à ideologia dominante, isto é, a ideologia da classe dominante. A direita, onde avultam os corifeus neo-liberais, enxovalhou como ideologia de dinossáurio a reelaboração de referências de esquerda, sem abdicar do socialismo, aprendendo com erros graves e severas derrotas, actualizando as soluções à globalíssima questão das «questões globalizadas».

O facto é que a luta de classes

não pára. Como reflexo do agravamento da bipolarização social. Se a estrutura social do capitalismo é hoje mais complexa, não resta dúvida que o capital se torna mais concentrado, que aumentam as várias camadas de assalariados e que se projecta a exclusão em todas as latitudes. A opressão política do imperialismo militarizou-se ainda mais ao compasso da «informação única e instantânea». A revolução, entendida como processo da luta dos trabalhadores e dos povos visando a ruptura para uma democracia socialista, livre e progressiva, é, continua a ser, um novíssimo manifesto. O combate para tornar a globalização imperialista numa globalização social e de paz é possivelmente um combate de várias gerações, passe o optimismo, mas a história não é programável, avança por saltos e o tempo político presente é muito mais veloz.

Concentremo-nos em desmanchar uma União Europeia, imposta aos povos, de capitalismo desbragado, de democracia cada vez mais apertada, hostil ao imigrante, xenófoba, armando-se até aos dentes. A Europa dos Povos será hoje apenas bandeira de manifestações e lutas sociais. É, contudo, a defesa mais certa e o caminho de saída dessa teia de aranha imperialista. A esquerda portuguesa não pode gastar 90% do seu discurso nos

fundos e esquecer o fundo do problema — a reprodução alargada das desigualdades e a bota larga do imperialismo. O namoro ao governo Prodi em Itália, sob o pretexto de defender algumas conquistas sociais, levou a esquerda italiana, quase em desespero de causa, a uma ruptura. Mas aprendizes de feiticeiro existem por toda a Europa e intra-muros.

Mas a uma esquerda que seja mais do que um T zero, acanhadamente lusíada, não lhe basta indignar-se com uma governação que é, de série em série, um «caso comum da direita». A oposição de esquerda cabe, indico-o sem pretensão, persistir na luta de massas. É esta a expressão, o que enjoa é a desistência, o cálculo, o tacticismo para perda certa. A luta tem riscos e é justamente difícil fazê-la quando periga o posto de tra-

balho, quando por carambola atingem famílias já envoltas em precariedade. «Água mole em pedra dura tanto dá até que fura» é aforismo que pode despertar ironias várias mas não é por isso menos verdade. Expressa-se aqui o respeito e o incentivo ao sindicalismo, ao associativismo nas mais variadas áreas, aqueles que tomam a rua, a estrada, a ponte, a palavra. Mas a esquerda tem de ser proposta de radicalidade ou não tem recarga social, especialmente na juventude.

Não é admissível a existência de serviços de informação que fazem vigilância política a cidadãos. Não é admissível que não sejam regularizadas as situações dos imigrantes que constroem as Expo, os Alquevas. Não é admissível que não seja despenalizado o consumo de drogas para que os toxicó-dependentes sejam tratados como doen-

tes e não como delinquentes. Não é admissível que embarquem soldados de bósnia em bósnia ou que passe a aviação dos States sem um som oficial. Não é admissível que a burguesia se locuplete todos os anos, na fuga aos impostos, com um valor superior a todo o orçamento de segurança social.

Não é admissível que o trabalhador seja uma «coisa liberalizável».

Não é admissível que o voto do cidadão seja matéria de «engenharia», sinistra aldrabice.

Quando nos aproximamos dos 25 anos do 25 de Abril, infelizmente não vemos ainda em cada rosto igualdade. Não basta avisar a malta, é preciso malta avisada. E generosa, com mais adrenalina, que mude a má imagem de Portugal, a do capitalismo mais sossegado da eurolândia. ▼

CAMINHO

SE PERGUNTAREM POR MIM, NÃO ESTOU seguido de HAJA HARMONIA

Mário de Carvalho

Os morcegos têm má visão e andam sempre a entrar onde não devem! Uma noite, um morcego entrou na cova duma doninha que era uma grande comedora de ratos. E vai a doninha e diz-lhe: «Que bom, olha um rato, vou comê-lo.» E o morcego respondeu: «Não vês que tenho asas? Onde é que tu viste um rato com asas? Eu não sou um rato, sou um pássaro!» E a doninha, que não gostava de pássaros, deixou-o ir embora. Mas o morcego, atarantado, foi ter a um buraco de árvore em que havia um gavião. O gavião adorava pássaros, e diz: «Olha que boa coisa, um passarinho que vem mesmo a calhar!» Mas o morcego respondeu: «Essa é boa! Passarinho, eu? Olha para este pêlo, tão liso e tão macio! Onde é que tu vês as penas?» O gavião disse: «É verdade, não tem penas... não é um pássaro.» «É evidente que não», respondeu o morcego, «eu sou um rato.» «Bah, detesto ratos», respondeu o gavião. E deixou o morcego ir-se embora... Eu sou assim... Numas circunstâncias... sou uma coisa; noutras, sou outra... Assim tenho evitado as chatices. Enfim... algumas...



EDIT. CAMINHO, SA. AL. ST.º ANTÓNIO DOS CAPUCHOS, 6 B. 1150 LISBOA. TELEFONES (01) 315 26 83 / 315 26 85

P.V.P.: 3.150\$00

O que é a esquerda hoje? Que políticas para uma política de esquerda?

O que é a esquerda hoje?

- 1) A esquerda hoje é o que sempre foi.
- 2) Basicamente corresponde à aceitação coerente de uma promoção intelectual, moral, económica da sociedade, privilegiando as classes desfavorecidas.
- 3) Para além desta atitude fundamental, uma ideologia de esquerda nunca pode definir-se integralmente *a priori*, nem nenhum partido serve de legitimação ou de resposta automática.
- 4) Ser de esquerda é assim um ponto de partida para um irradiar de pensamento e inventividade, não um ponto de chegada uniformizador de ideias.
- 5) A formalização ideológica concreta é da nossa individual e inalienável responsabilidade e tem de ser construída em cada momento.

6) Não se é de esquerda por aderir a um partido, aderir-se a um partido por se ser de esquerda.

- 7) Um partido, sobretudo se é o nosso, constitui apenas um desafio mais, desafio que deliberadamente aceitamos, mas que por isso não deixa de o ser.
- 8) Penso por outro lado ter havido em data recente alguma perda de ímpeto na formulação cada vez mais necessária de um exigente pensamento de esquerda.
- 9) Em todos os planos.
- 10) É agora da nossa responsabilidade o retomá-lo de forma aberta, consequente, integradora, aderente ao panorama intelectual do início do terceiro milénio.

Que políticas para uma política de esquerda?

- 1) Na prática suponho que a ideologia tem sido demasiado utilizada — e deixado que arditosamente a empurrem a jogar esse papel — a validar *conclusões*, o que suponho errado sob vários pontos de vista e temo corresponda mesmo a um certo aviltamento da ideologia.
- 2) A ideologia não valida *conclusões*, valida *percursos* e

Numa altura em que «iluminados espíritos» afirmam não haver já razão para se falar de Esquerda e Direita, creio terem todo o sentido as duas perguntas feitas.

articula nexos de pensamento para essas eventuais conclusões.

- 3) Além disso por razões culturais e sociológicas concretas, suponho genericamente ineficaz e altamente contraproducente uma va-

lidação puramente ideológica de medidas políticas objectivas, o que muitas vezes não há capacidade para discutir ou sequer entender.

- 4) Por isso, creio que há que — *politicamente* — procurar valorizar, quase com obs-

tinuação, as *vertentes técnicas* da ideologia.

Nem depoimento talvez excessivamente sintético, nem artigo de certeza excessivamente longo, apenas uns quantos pontos de reflexão que procurei articulados e que afinal fundamentariam quer um quer outro. ▼

CAMINHO A INVENÇÃO DOS SONS



Sérgio Azevedo

Criaram-se dois arquétipos em Portugal para justificar o investimento na música, cada qual mais falacioso do que o outro: lucro ou prestígio.

O resultado hoje de décadas deste tipo de pensamento é risível: gastam-se milhões em festivais mediáticos sem outro sentido se não o culto do ganho fácil ou em gigantescos e esporádicos eventos que tentam ingloriamente chamar as atenções internacionais para o nosso país. O mais que se consegue é o ridículo dos proponentes e o desperdício assombroso de dinheiro em estruturas destinadas a perecer.

Este livro vem mostrar que, lutando contra a falta de uma inteligência política que reconheça a arte como uma das prioridades do espírito, os músicos estão vivos e fazem-se ouvir: nunca como hoje se compôs, editou e tocou tanta música contemporânea (contemporânea no sentido de ser composta aqui e hoje) em Portugal.

O leitor poderá assim acompanhar 44 compositores de todas as idades e estéticas no seu percurso, nas suas alegrias e nas dificuldades com a criação e o meio que os rodeia.

São 44 histórias de algumas das pessoas que tentam contribuir para a dinamização da vida cultural portuguesa e para a elevação desta a um nível de excelência verdadeiramente superior.

Sérgio Azevedo

EDIT. CAMINHO, SA. AL. ST.º ANTÓNIO
DOS CAPUCHOS, 6 B. 1150 LISBOA.
TELEFONES (01) 315 26 83 / 315 26 85

P.V.P.: 6.300\$00

A esquerda ainda existe?

A. Estar na esquerda/ser de esquerda

A esquerda é uma situação.

Estar na esquerda é estar numa posição em relação a.

Estar na esquerda é, portanto, estar em posição relativamente a lugares ou a pontos de referência. Relativamente a alguém, relativamente a situações.

Politicamente, diz-se que se está na esquerda a partir de quando se convencionou que determinados grupos com determinadas posições políticas se deveriam colocar à mão esquerda de quem dirige as reuniões. Logo, por exemplo — e não despidendo... —, está-se na esquerda relativamente ao presidente de uma assembleia parlamentar, formada, portanto, pelos eleitos do povo, ou que assim deveria ser.

Mas estão, esses, à mão esquerda do presidente e porquê não outros? E, entre estes outros, porque é que uns estão no centro, frente ao presidente, e os restantes à mão direita de quem mais ordena?

Assim foi, é e assim será porque todos estão nessas posições relativamente ao presidente em razão do seu posicionamento quanto a situações. Os que estão na esquerda estão ali não por acaso, não

pelo azar de uma qualquer escolha aleatória, mas porque se definem perante as situações de uma forma que os caracteriza como sendo de esquerda. Por isso, ali foram, e estão, colocados.

Estão, nessa postura à esquerda, por terem orientação progressista face à evolução da organização social, por se apresentarem como os defensores das tendências mais avançadas, por lutarem pela mudança, pelo que é inovador, pelo que representa progresso social.

É isto, pelo menos, que nos dizem os dicionários... Apesar de, como se sabe, os dicionários nem sempre dizerem coisa com coisa, não faltando as vezes em que disparam por não serem capazes de acompanhar a evolução das coisas, dessas e de outras.

De qualquer modo, e com um ponto de partida de dicionário, *ser de esquerda* (o que não é exactamente a mesma coisa que *estar na dita...*) será ter orientação progressista, defender tendências mais avançadas, lutar pela mudança. Ora, quando se diz lutar, tem de ser *por* mas também é *contra* alguma coisa, *contra* alguém. No caso, contra quem é de direita, isto é, contra quem tem uma orientação regressiva ou retrógrada, defende a estagnação ou o recuo, luta contra a mudança. Pela não-mudança, pela continuidade, pelo estabelecido.

No entanto, na contemporaneidade da história que escrevemos, não faltam as situações em que tudo parece «baralhado». Muitas vezes, aparece a defender mudanças, a querer avançar, quem se senta à frente e à direita de quem preside, ao mesmo tempo que aparece a não querer que nada mude, a defender o estabelecido, quem à sua esquerda está, no posicionamento que cumpre o que continua convencionalizado com base numa tradição ou num passado histórico que assim estaria a ser contrariado.

1. Exemplos

1.1. O processo de integração europeia

Como primeiro exemplo, e não mais do que isso, escolhe-se o processo de integração europeia. Na verdade, uma leitura superficial do que têm sido as posições quanto a este processo «baralharia» as definições dicionárias.

Vamos por partes.

A macroestrutura *Estado-nação* começou, a partir de certo momento, a provar dificuldades na adequação à evolução objectiva do processo histórico. Pelo que se começou a colocar a questão da sua adaptação ou, até, substituição. Porque nada é insubstituível, e o próprio conceito de Estado-nação viera substituir, como macroestrutura predominante, os de *cidade* e de *feudo* quando estes deixaram de estar em correspondência com o tendencialmente inelutável (que não insusceptível de recuos, nem de travagens, nem de acelerações) desenvolvimento material. Como é da natureza humana, cada vez menos natural e cada vez mais humana, isto é, social.

Essas dificuldades já eram premonitoriamente enunciadas — mais do que anunciadas... — por Abel Salazar, em 1942, no seu livrinho

A crise da Europa (Editorial Cosmos), quando falava da crise do «sistema europeu» assente sobre o Estado-nação. Não se retoma o aproveitamento desse tão lúcido documento de análise histórica, iniciado noutras oportunidades (em *Décadas da Europa*, por exemplo), mas lembra-se que o final da guerra de 1939-45 trouxe a internacionalização como passo irreversível, enterrando de vez as «soluções» autárquicas, de que as abencerragens dos fascismos português e espanhol foram os resíduos sempre em perda de autarcia e em integração na internacionalização que, como é de sublinhar, se refere a relações (económicas e não só) inter-nações.

O processo de integração europeia surge nesse quadro. Também não se lhe vai fazer a história, mas o facto é que o processo surge da necessidade (objectiva!) de se ultrapassar, na internacionalização crescente, o relativo colete de forças que representaria o Estado-nação como espaço mais ou menos fechado, ou com uma herança autárquica forte. Havia, em toda a evidência e crescentemente, questões que se colocavam na dimensão de um espaço para além dos espaços nacionais.

Se alguns Estados-nações tiveram génese federativa, não se estranhará que a maneira de organizar os espaços por sobre as fronteiras nacionais aponte, nalguns casos e no caso de muitos, para «soluções» federativas, como ultrapassagem de dificuldades resultantes da manutenção de espaços (e de soberanias) nacionais. A transferência de competências até então nacionais para níveis e para instituições supranacionais revela um caminho. Não único, nem inevitável. Um caminho. Não uma resposta única, nem inevitável. Uma resposta de classe.

De qualquer modo, no final dos anos 50, a necessária mudança macroestrutural apareceu sob a

forma desse processo de integração europeia. Para mais, procurava-se esquecer, então, o que hoje mais do que esquecido está, ou seja, o facto de que a primeira experiência de integração económica europeia no terreno se ter verificado entre os países que, no final da guerra, procuravam organizar-se como países socialistas, o Conselho de Entre-ajuda Económica, para além do que a União Soviética já representava de integração de espaços económicos.

Não se vai entrar por esse atalho (que longe levaria...), mas sim continuar pelo caminho do processo de integração europeia do «mercado comum», da Comunidade Económica Europeia, hoje União Europeia. E continue-se com a aceitação da ideia consensualizada de que esse processo representa mudança, que responde a situações objectivas, que era, e procura ser, um avanço.

Quem o defendeu, quem fez dele o caminho para a frente? Pois foi, sempre, a direita, depois com o centro político, a partir de determinada altura com todo o protagonismo do centro-esquerda, um leque político de que apenas se excluía a esquerda.

Ter-se-ia, assim, a esquerda a lutar contra o que se apresenta como progresso, contra os avanços, contra as mudanças que a direita e o centro e a social-democracia pretendem e vão conseguindo.

1.2. A modernização para a competitividade

No começo da década de 90, o processo de integração europeia teve uma imagem de marca com o seu período Delors, que correspondeu a uma identificação do projecto com a social-democracia, colocando-o mais ao centro com ponte para *uma certa* esquerda, ou vice-versa, numa espécie de bloco central de que apenas se excluía os

Caminhos da Esquerda

extremos do espectro político (e fala-se, apenas, do que se aceita como democrático).

Face a um nível e a uma evolução do desemprego verdadeiramente assustadores, surgiu, como documento de diagnóstico e de terapêutica, um «livro branco» sobre «*emprego, competitividade e crescimento*», que se centrava — e não só no título... — na palavra nuclear da competitividade que, para ser conseguida, recuperada ou reforçada, exigiria uma chamada modernização das condições em que se concretiza a actividade económica.

A partir de uma certa leitura da realidade, a que, aliás, não é estranha a interpretação de que a responsabilidade pelo desemprego existente está no «exagero das subidas salariais» antes verificadas, essa modernização para a competitividade exigia que se cumprissem três dinâmicas (ou falta de, ou contra-dinâmicas...):

- a) moderação nos aumentos salariais, nunca acima dos crescimentos das taxas de produtividade;
- b) desregulamentação do chamado «mercado do trabalho», liberalizando vínculos e relações de prestação de trabalho, com a flexibilidade como palavra de ordem;
- c) desoneração relativamente a custos do trabalho não-salariais justificados por necessidades de financiamento do sistema de protecção social.

A modernização, apesar de assim definida, ainda e sempre como caminho único e inevitável, conota-se, até etimologicamente, com progresso, avanços, mudanças. E, de novo, é a direita política que se bate pela sua concretização, ou melhor, apenas está efectivamente contra ela, contra *esta* modernização, a esquerda. A dita «pura», a dura.

De onde, um novo motivo para alguma perturbação quanto aos parâmetros de definição, uma vez que parece ser a esquerda que se opõe

ao que é mudança, ao que é avanço, ao que é progresso.

1.3. Esta moeda única, o euro

O terceiro exemplo pode ser o da moeda única. Desta moeda única, do *euro*. A partir do qual a «barralhação» pode fiar mais fino...

Na verdade, insistindo-se em que a moeda é, sempre e só, um instrumento, parece que teria a sua lógica saudar como positivo o aparecimento de um instrumento que, num tempo de internacionalização das trocas, viesse para servir as trocas internacionais.

Para mais, e em abono desta interpretação — que se irá rebater, como já se avisa... —, surgem alguns textos e documentos que se mostram bastante convincentes. Aliás, dir-se-ia mesmo que não têm faltado meios financeiros para uma campanha de convencimento sobre as virtudes desta moeda única. Meios que não têm sido tão prodigamente disponibilizados para uma indispensável e urgente campanha de preparação para a próxima utilização deste instrumento, com todas as suas virtualidades (que as tem) e todos os seus eventuais malefícios (que os tem e não são poucos), os não escamoteáveis custos, sociais.

Quem tiver acesso ao pequeno livro sobre a moeda única «*O EURO — uma moeda para muitos países*», da responsabilidade editorial da Representação da Comissão Europeia em Portugal, encontrará a perfeita ilustração do que se acaba de escrever.

Numa primeira parte, Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada escrevem um texto ilustrado sobre a «*História do Comércio*» encarregando-se, depois, a Comissão do Euro do Ministério das Finanças, a Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Centro de Informação Jacques De-

lors do curto texto, também profusamente ilustrado sobre «O EURO, uma moeda única».

Sobre a segunda parte do livrinho não valerá a pena determo-nos, tão apologetico é, mas já o interessante texto de Ana Maria Magalhães e de Isabel Alçada tem que se lhe diga. Não propriamente sobre a história do comércio, que um economista escreveria de outra maneira e tem dificuldade em aceitar como boas certas interpretações da história (mesmo quando feitas por historiadores) tal o caso da inflação, mas sobre o tema deste escrito. Aliás, a questão nem está no texto mas nas frustrações que o acompanham, e nem se sabe de quem é a autoria dos «balões» por intermédio dos quais dialogam as duas figurinhas que acompanham a história do comércio a par e passo.

O caso é que, desses dois personagens, um é uma sujeito simpática, sempre disposta a avançar, que pretende todas as mudanças, arriscando, que representa a inovação, o progresso social, enquanto o outro é uma figurinha antipática, resmungona, que nunca quer os meios ou instrumentos novos, que quer sempre continuar a usar o que servia de moedas e que a história se encarrega de substituir apesar da — e contra a — sua posição sempre retrógrada.

Fácil é de concluir que o personagem com as características que se pretende identificar como sendo as da esquerda é a favor da moeda única, do euro, e que está contra ela (ou dele, o euro) quem não tem as características que são caras à esquerda, para não dizer pior, para não dizer que a esquerda faz o papel da direita, que é reaccionária.

2. Ainda haverá esquerda e direita?

Uma forma fácil de ultrapassar esta aparente — e perturbadora!

— confusão, ou contradição, exemplificada em três situações e que outras se lhes poderiam somar, seria a de dizer que, afinal, já não tem sentido falar de esquerda e de direita.

E há quem o diga. Por nós todos. Pelos que assim pensam — e estão no seu direito... — e pelos que assim não pensam. Porque há quem assim deseje que seja concluído por todos.

Confundir-se, ou até apagar-se, a fronteira entre esquerda e direita, pretender-se que o facto de se estar à mão esquerda ou à mão direita de quem preside não tem outro significado que não seja o de mera e necessária arrumação de lugares, não é inocente. Serve a direita, a direita que deixaria de existir para que não existisse a esquerda.

O esvaziamento de conteúdo da diferença entre ser de direita e ser de esquerda levaria a que não tivesse significado político estar na esquerda ou estar na direita. O que seria bem compreensível quando o que identifica quem é de/está à esquerda seria defender ideias mais avançadas, lutar por mudanças, pelo que é inovador, pelo que representa progresso social, e essas aparecerem como sendo as posições de quem se conhece como sendo de/estando à direita.

A direita, quanto mais à direita se coloca, mais procura tornar-se arauto de progresso social por via do populismo que é a sua maneira de fazer de conta que é de esquerda para ganhar votos e chegar ao poder. E para, depois, fazer a política de direita de que o centro (e o centro-esquerda) também são, tantas vezes, exímios executores. Veja-se, a título de ilustração, como Paulo Portas, ao mesmo tempo que ataca os impostos como sendo um mal absoluto para os pobres cidadãos que têm de os pagar, propõe (exige!) cada vez melhor segurança social para os mesmos cidadãos.

Mas, voltando ao tema — de que não se teria saído —, os exemplos acima não mostram mesmo que está tudo «baralhado»?

3. A diferença entre o aparente e o essencial

Embora, ao expor os exemplos, se tivessem deixado descortinar reservas relativamente às conclusões a tirar quanto a esquerda e direita, houve também a preocupação de permitir que o enunciar das situações não fosse, enquanto se expunha, contrariado frontalmente por comentários ou considerações talvez oportunas.

No entanto... No entanto, quando se afirma que o *Estado-nação*, enquanto macroestrutura, tem dificuldades de adequação à evolução objectiva do processo histórico, não quer tal dizer que a saída seja a de o substituir por um *Estado Federado*, ou por uma *Federação de Estados*, podendo, e na nossa opinião devendo, procurar criar-se um «acervo comunitário» (como «eles» dizem) sem prejuízo dos acervos nacionais, antes somando-se-lhe. E potenciando-se mutuamente, através de formas de concertação de economias nacionais, de cooperação e de solidariedade entre realidades históricas e culturais que se plasmam no conceito de Estado-nação. Para o que, evidentemente, é muito mais sensível quem tem atrás de si muitos séculos de convivência e identidade nacional, do que quem não se revê em nenhuma identidade nacional ou que se revê numa identidade nacional que não se pode exprimir, ou até é silenciada, na organização do Estado em que se integra.

Não será a mera transferência de competências até então nacionais para níveis e instituições supranacionais o *único* caminho de

Caminhos da Esquerda

mudança. Muito mais exigentes e progressivos — de esquerda! — são outros caminhos que, promovendo ou até antecipando-se às mudanças que o processo objectivo exige, preservam e valorizam o que foi conquista do homem enquanto fórmulas institucionais ou macroestruturas.

Também a resposta que tem sido o processo de integração europeia, não sendo *única*, se tem revelado sempre uma resposta *de classe*, pois tem servido para manter e reforçar os interesses estabelecidos. Isto é, mudança na aparência — e, por isso, mudança —, o processo de integração europeia tem sido a mudança para que, no interesse do estabelecido, não mude o essencial. Tem sido a mudança... da direita, com a esquerda a procurar que não seja essa a mudança, ou só essa, lutando, também a esse nível, por *outra* mudança, ou por *outras* mudanças.

A modernização para a competitividade pode igualmente ilustrá-lo.

Nas contradições resultantes da dinâmica de um sistema, a modernização, ideia e etimologia em si mesmas progressistas, avançadas, foi apresentada como *tendo de ser* a moderação salarial, a flexibilidade do mercado da força de trabalho, a desprotecção social. Porque, «se os salários continuarem a crescer exageradamente», se não houver um «mercado do trabalho» que cumpra escrupulosamente regras mercantis, isto é, que trate a força de trabalho como mercadoria, se não se conseguir «a diminuição dos custos não-salariais que a protecção social acarreta», não se poderá competir com outras áreas do mundo globalizado.

Claro que falta dizer, entre muita outra coisa, que quem está em competição no interior do sistema universalizado é o mesmo capital transnacionalizado. Que pretende mudar aqui, no «centro», por via desta

modernização, também para impedir a mudança de sinal contrário — de esquerda! — nas periferias do tal mundo globalizado, ou seja, melhorando aí, nessas periferias, os níveis salariais, as condições de prestação de trabalho, a protecção social, nem que seja, apenas e para começar, pelo respeito por cláusulas mínimas adoptadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) que, tal como a Organização Mundial do Comércio (OMC), faz parte das Nações Unidas.

Por outro lado, a não se conseguir essa *sua* modernização, essa *sua* mudança — de direita! — para que não mude, ou até se agrave, a exploração da força de trabalho, serão cada vez menores os espaços onde e como criar e apropriar mais-valias que são o seu alimento vital. Mas isto já ir para além de esquerdas e direitas...

Por último, o derradeiro exemplo, o da moeda única. É bem verdade que a moeda única não é mais do que um instrumento e que, como instrumento novo, inovador, tem toda a lógica que a esquerda o pudesse defender. Porque será uma ideia avançada, será mudança, será progresso. E seria, na verdade, ideia avançada e inovadora, progressista, se tivesse, também, sido criada ao serviço do progresso social.

Cabe, no entanto, perguntar se em algum documento, dos oficiais ou dos officiosos, se viu enfatizada a necessidade de encontrar um instrumento para as trocas que se viesse a adequar a um nível de trocas que é cada vez mais internacional, pelo que cada vez mais internacional deverão ser instrumentos e mecanismos que tenham por função facilitar essas trocas?

É ou não verdade que o que se enfatiza é a necessidade de estabilizar os preços, é a de conseguir a independência dos bancos centrais, é a de controlar e diminuir até ao (im)possível as despesas do Estado? Mas não a estabilidade de preços para benefício dos consu-

midores, que todos somos, mas sim para aumentar os lucros que são de cada vez menos; a independência dos bancos centrais (ou de um único Banco Central Europeu) mas só em relação a eventuais pressões de órgãos políticos de natureza democrática susceptíveis de ser permeáveis às consequências sociais das políticas financeiras, monetárias, orçamentais, e ao seu grau de suportabilidade pelas populações; o controlo e a diminuição das despesas do Estado mas no mesmo quadro de desmantelamento da regulação da actividade económica feita na defesa (em compromisso político) do interesse geral para que toda a regulação se faça através das alavancas do capital financeiro transnacional, com o Estado apenas como mais um instrumento e aparelho ao serviço da economia... de mercado.

Em condições bem diversas, uma moeda única, ou uma moeda comum a um grupo de países, poderia ser uma ideia de esquerda, e até esta moeda única, apenas como mero instrumento, não pode ser diabolizada pela esquerda. Mas o modo como se congeminou o processo de criação, os interesses que serve, os mecanismos que arrasta, com relevo para o BCE, tornam a inversa — e de direita! — a mudança que, em si mesma, nada tem de contrária ao progresso social. Por isso também, a esquerda deverá procurar recuperar o instrumento, talvez objectivamente necessário, para que possa vir a contribuir para o progresso social.

4. A aparência e a essência das coisas e do que as muda

Há que não só saber distinguir a aparência da essência das coisas — que se fossem idênticas leva-

riam a tornar inútil a ciência (como teria dito Marx) —, mas também é importante que se distinga a aparência da essência das mudanças, do que muda as coisas.

Neste caso, e de novo lembrando Lampedusa/Visconti que já esteve para ser citado, há que ter sempre presente que há mudanças que se fazem para que tudo continue na mesma. Isto é, quando da essência nada muda, antes tenha sido conseguido o caminho que se apresenta como único, a resposta de que se esconde a natureza de classe, a modernização que é «à maneira», o instrumento que é «à medida».

Até porque classes, e direita e esquerda, seriam conceitos, abordagens, coisas do passado, obsoletas. Como já o dizia o Estatuto do Trabalho Nacional de 1933 que, depois de afirmar a inexistência de classes, advertia que, sempre que houvesse um conflito entre as classes, que de se decretara a extinção, se deveria decidir em favor da «classe empresarial» ou do patronato, porque este é que detém a chave da felicidade para todos...

A distinção a fazer estará na grande fronteira entre o que são mudanças instrumentais e institucionais e o que são mudanças nas situações e nos privilégios sociais. A direita defende ideias que se apresentam avançadas, mudanças, instrumentos que servem para manter e reforçar as situações e os privilégios sociais; a esquerda promove as ideias avançadas, as mudanças, os instrumentos que servem para que se concretize o progresso social.

5. O progresso social... pois!

Um grande argumento da direita, que também funciona como alibi, é que o progresso social só é possível desde que se cumpram as condições que são as que servem os interesses estabelecidos. Ade-

mais, os que de direita são, diriam que há progresso social, sim, senhor, que se vive bem, como nunca antes se viveu, que só não vive melhor quem não faz por isso.

Desempregados são os que, ou não querem trabalhar, ou não querem arriscar ser trabalhadores por conta própria (ou empresários por conta de outrém...), são os ociosos que querem beneficiar das benesses de uma excessiva protecção social. Até foi descoberto, com o neologismo da «empregabilidade» — de apregoada origem portuguesa —, que o desemprego existe por culpa dos trabalhadores, entre muitas outras razões, porque se os trabalhadores tivessem formação não estariam desempregados.

A **exclusão** é, como o verbo indica, algo que acontece porque alguém é marginalizado ou porque se marginaliza. Ora, para a direita, há exclusão social porque há excluídos e há excluídos porque há quem se auto-exclua. O exemplo extremo da auto-exclusão é o que provém da droga. E ouvir-se-á perguntar, vindo da direita, se alguém obrigou um drogado a fazer a primeira experiência, se alguém o obriga a drogar-se, por maiores que sejam ou tenham sido os aliciamentos? Nesta perspectiva, que de direita é, só entra por esses caminhos e atalhos de exclusão quem o quiser, logo, só se excluiu quem não teve força para não se excluir!

Negócio, tráfico, condições sociais de repulsão social que levam à exclusão? Isso são ideias de esquerda, esquerda que, aliás, já não teria sentido, nem mesmo como parte do léxico político. Segundo a direita, claro.

Contra-atacando, pela esquerda, lembrar-se-ia que o progresso social que se poderia invocar em abono das políticas de direita, ou das que recusam rótulos deste tipo para poderem continuar a praticar-se, é muito relativo e muito... de médias.

Fala-se muito, em linguagem «moderna», avançada, progressista, da **convergência**. Os indicadores indi-

Caminhos da Esquerda

cá-la-iam, como é de sua função. Indicadores que são *per capita*, ainda por cima ponderados por forma a facultar o preciosismo em *paridades de poder de compra* (PPC) para que não intervenham diferenças cambiais e outras perturbações (como será, depois, com uma moeda única?!). Mas, repete-se, são apenas e só usadas... médias.

Os estudos e trabalhos que usam dispersões são muito raros e mal encarados. Dir-se-á, com supremo desprezo, que são, decerto, coisas de esquerda... O facto é que a esquerda tem a obrigação de demonstrar as perversidades da estatística quando ela se confina a elaborar e a facultar médias. Ou melhor (porque a pobre estatística não tem culpa nenhuma...): quando apenas se aproveita da estatística o que ela elabora e faculta em médias.

Por exemplo, o PIB *per capita* em Portugal, em PPC, convergiu com a «média europeia» (outra falácia da direita). O que demonstraria como o processo de integração europeia é uma ideia avançada, como a modernização para a competitividade é a adopção das inovações necessárias, como esta moeda única/euro é instrumento mais progressista que todas as reformas de não se sabe que século ou milénio.

A esquerda tem a obrigação de denunciar a destruição do aparelho produtivo, o abandono da agricultura e da pesca, o esfrelhar do frágil tecido produtivo, de mostrar como os nossos recursos não são aproveitados para satisfazer as nossas necessidades sociais, como a dependência nacional cresce e se multiplica a submissão a órgãos de decisão localizados algures.

Como, pelo lado da estatística, a esquerda tem a obrigação de colocar os holofotes nas assimetrias e nas dispersões. Portugal convergiu, em média, com a «Europa» (valham-nos as aspas para significar a ambiguidade), mas Trás-os-Montes e Alentejo convergiram com Lisboa?, e com Hamburgo?

O PIB *per capita*, em PPC, convergiu com a «média europeia», como já se disse acima. Mas, olhando para as despesas familiares, os 10% das famílias portuguesas com menores rendimentos e despesa, as mais pobres, têm, hoje, menos recursos — em absoluto! — que tinham há uma década, enquanto os 10% das famílias no outro extremo de rendimentos e despesas, as mais ricas, dispõem de muito maior poder de compra — absoluto e relativo — do que tinham à mesma distância de anos.

E as duzentas e tal mil famílias portuguesas mais pobres continuam a desconvergir significativamente dos 10% das famílias da Dinamarca de menores recursos, enquanto os 10% das famílias portuguesas mais ricas se aproximam tanto dos 10% das famílias da Dinamarca de mais posses, que não tarda a alcançá-los em nível (médio) de rendimento e despesa. O que seria o caso se, em vez de escalões de 10% (*décil*), as estatísticas usassem escalões de 5%. Convergem os ricos, sempre mais ricos, desconvergem os pobres, cada vez mais pobres, em absoluto e relativamente.

É isto que distingue a esquerda. A procura de conhecer as situações em concreto, de avaliar a realidade das desigualdades, das assimetrias, das pobreza, das exclusões. Não só em números, mas servindo-se dos números para melhor conhecer as situações, as famílias, as populações que os números não podem substituir ou esconder. **Para conhecer a essência das coisas, isto é, as causas das situações!**

Mas não só. Parafraseando Marx, na XI tese sobre Feuerbach, **estar na esquerda/ser da esquerda é**, além da procura de conhecer e de interpretar o mundo de diversas maneiras, tentar transformá-lo. No sentido do progresso social.

Há esquerda!

Tenho dito. Fica escrito. ▼

Elogio crítico ao Partido Comunista Português

Preso por ter cão, preso por não ter

Muito antes da Queda do Muro, já Portugal, pioneiro em descobertas, anunciara ao mundo que o socialismo é programaticamente muito bonito, mas, pragmaticamente, seria melhor arrumá-lo na gaveta.

O nosso «socialismo científico» insiste, todavia. De insistência em insistência aí está o C.D.U., cujo salto qualitativo permitiu a quantitativa dispensa da U.D.P., bastando Os Verdes para dar ânimo à frente unitária vermelha.

E o nosso «socialismo democrático» desiste. De desistência em desistência — com a única, ornamental, mas honrosa exceção do município de Lisboa — o PS alia-se sistematicamente à Direita. Se bem que o PCP pareça muitas vezes eleger o PS como inimigo principal, este retribui-lhe galhardamente com um anticomunismo que chega a ultrapassar o do PSD. Nomeadamente no relacionamento com as ex-colónias portuguesas, nas quais este partido não teve quaisquer dificuldades nos contactos regulares oficiais com os governos marxistas do MPLA, da FRELIMO e do PAIGC e o PS também as não teve no seu activo apoio à RENAMO e à UNITA.

Serão os comunistas portu-
gueses mais «perigosamente» comu-

nistas que os homólogos europeus?

Esta é uma falsa questão.

Em primeiro lugar, o PCP, sem quaisquer problemas, ocupa o lugar a que tem direito no Parlamento europeu. Em segundo lugar — *last, but not least* — as diferenças de identidade particular entre espécimes da mesma família não os exclui, antes nela os inclui, na natural diversidade da sua homologia taxonómica.

O PCP, porém, parece ter nascido com a sina do cárcere, amarrado ao pelourinho público da História oficial. Ainda ensaiava os primeiros passos da sua existência, que começara em 1921, e logo reventam o Vinte e Oito de Maio de 1926.

Depois foi a legendária Resistência ao regime fascista, ai desculpem, autoritário.

E todos apanharam por tabela. Não só o comunismo «apátrida e ateu», mas os seus «companheiros de jornada», os «criptocomunistas» e os «filocomunistas». Enfim, toda a maralha do Revivalho toda a «escumalha» que não alinhasse activamente ou passivamente com a Situação.

Tivemos nós, porém, os portugueses, a benfazeja sorte de nascer nesta providencial terra lusitana, pela Mão de Deus escolhida para anunciar em Fátima a Sua

Caminhos da Esquerda

mensagem universal. Ora a consabida brandura-dos-nossos-costumes-de-jardim-à-beira-mar-plantado, pela Divina Providência, não consente ímpias interpretações da nossa História. E a História do «Estado Novo» anda por aí muito mal contada, não é nada daquilo que esses comunas, infiltrados em toda a parte, pretendem fazer crer.

Ditadura, o «Estado Novo»?

Qual quê?! Foi precisamente o «Estado Novo» que acabou com a Ditadura... Vocês não ouvem e não leem José Hermano Saraiva?

Fascista, o «Estado Novo»?

Vós sabeis que este regime, a que ainda hoje chamam Ditadura e agora carregado com o ápodode fascista, é brando como os nossos costumes, modesto como a própria vida da Nação, amigo do povo (1)

Vocês não acreditam em Salazar?

Vocês também não acreditam na PIDE?

Violento, o «Estado Novo»?

— Eu gostava que me mostrassem uma pessoa que tivesse sido oprimida, que não pudesse falar — Abílio Pires, inspector aposentado da PIDE (2)

— Eu garanto que 99% disso tudo são puras invenções — Cunha Passo, director de serviços aposentado da PIDE (3)

— Que eu saiba, nunca houve torturas nem maus tratos — António Bernardo, inspector aposentado da PIDE (4)

É certo que o «Estado Novo» era um regime fascista, ai desculpem, autoritário, mas constitucionalmente plebiscitado pelo povo português, um Estado de Direito temente a Deus e à Sua moral católica.

Pese embora a reiterada afirmação de Salazar sobre a natureza «antidemocrática, antiliberal, anti-parlamentar e anticomunista» do seu regime, dir-se-ia, contudo, que este era uma democracia autêntica, mais perfeita que as demo-

cracias «tout court», uma «democracia orgânica», o que levava igualmente Salazar a garantir: *os verdadeiros democratas somos nós* (5) E a prova é a Constituição de 1933, que dedica um título inteiro aos «Direitos e garantias Individuais dos cidadãos», de que constam, nomeadamente:

— liberdade de expressão de pensamento sob qualquer forma

— liberdade de ensino

— liberdade de reunião e associação (6)

E vamos lá a ver se nos entendemos de uma vez por todas, meus senhores: como é que actuam, actuaram e actuarão as polícias de todo o mundo? O seu papel não consiste na cívica defesa da sociedade, reprimindo os criminosos que a conspurcam?

— Todos os militantes do Partido Comunista eram inimigos do Estado. Nunca prendemos ninguém por pensar. Por actividades, isso sim (7) — Óscar Cardoso, inspector aposentado da PIDE.

E mais: os «abrilheiros» não fazem agora à PIDE o mesmo que esta lhes fazia a eles?

— Agora somos nós os perseguidos — Abílio Pires, id. (8)

— Com o 25 de Abril perdi a liberdade — Cunha Passo, id. (9)

— Apanhei dois anos de prisão... «por serviços prestados à pátria» — Óscar Cardoso, id. (10)

É verdade: os «abrilheiros», na pessoa colectiva do Estado democrático representada pelo primeiro-ministro Cavaco Silva, condecoraram a PIDE por estes tais «patrióticos» serviços. E o Vinte e Cinco de Abril — para o qual o PCP contribuiu mais que qualquer outra força política — corrigido pelo Vinte e Cinco de Novembro, continua a remeter este partido para a marginalidade do sistema, como que tolerado pela generosidade dos «partidos democráticos», parecendo que estes fazem aos comunistas o favor da Liberdade, pela con-

quista da qual foi o PCP «herói supremo da batalha».

É evidente que o Partido Comunista Português não está isento de erros, há críticas a fazer, este artigo contém algumas.

E a crítica poderia começar pela própria autocritica estatutária que, sendo um princípio ético de «humildade revolucionária» poderia degenerar, por vezes, em mecânica ressonância de heterocrítica colectiva.

E poderia continuar no conceito de «colectivo», que nem sempre deve prevalecer sobre o indivíduo, como a História — tão cara ao marxismo — algumas vezes demonstra. Valha por todos o caso de Galileu.

E poderia prosseguir no fideísmo messiânico de um futuro que a mesma História torna mais problemático. Certamente que «o fim» dela é termo intrinsecamente contraditório, porque a historicidade, por natureza e definição, é estruturalmente incompatível com qualquer finitismo definitivista, seja ele «O fim da História» ou «O fim das Ideologias». Certamente que a democracia é dinamicamente irreduzível à pretensa fixidez irreversível da sua versão liberal-parlamentar. Certamente que o capitalismo concluirá o seu processo histórico e tendencialmente a ele sucederá o socialismo, que já deu sinais de si com a ascensão, apogeu e agonia do «socialismo real». No entanto, com as lições a retirar desta malograda experiência, quem poderá continuar a prometer que, um dia, «O Sol brilhará para todos nós»?

Mas se o PCP é preso por ter cão é igualmente preso por não ter.

Nas primeiras palavras atiradas aos olhos e ouvidos ainda atónitos de um país que acordara ao som subversivo de «Grândola, vila morena», o presidente da Junta de Salvação Nacional, general Spínola, enunciara o objectivo programá-

tico revolucionário de uma «estratégia antimonopolista e antilatifundiária». Agente solidário da Revolução, o PCP pôs mãos à obra. Logo foi acusado de «destruição da economia nacional».

Liberto Portugal da mais longa ditadura de tipo fascista, teve este partido o bom-senso de retirar do seu programa o conceito estratégico clássico de «ditadura do proletariado». Logo foi acusado de «oportunismo».

Privados de liberdade durante meio século e depois com superabundância dela, passámos da fome à fartura e a Esquerda enebriou-se com a sua inesgotável «riqueza doutrinal»: MDP/CDE, FSP, MES, UEDS, GIS, POUS, PCP-ML, PCTP-MRPP, PCP-UDP, BASE-FUT, OCMLP, LCI, PSR, OS VERDES, POLÍTICA XXI, PLATAFORMA DE ESQUERDA, FUR, PRP-BR, FP-25, LUAR — (E a dispersão do brilho do Sol não chegou a aquecer duradouramente nenhum de nós). O PCP denunciava esta «doença infantil» de «fachada revolucionária» da «Esquerda festiva», auto-destruindo-se pelo «são pluralismo» em que, rejeitado correctamente o regime de partido único, se arrora dogmaticamente cada partido em regime de «único partido que». Logo o PCP foi acusado de «totalitarismo».

Quando o PCP não fala é acusado de estar calado. Mal abre a boca é acusado de «cassete». Todas as persogens da «Contra-Informação» (Canal 1, RTP) têm nome próprio individual. Excepto as personagens comunistas. Para estas é reservado o nome impróprio colectivo de «Cassete»: Cassete Carvalhas, Cassete Cunhal, Cassete Odete.

Se porventura José Saramago estivesse representado na «Contra-Informação» teria o privilégio democrático de nome próprio? Tudo leva a crer que não, pela pequenez mental deste enorme memorial conuento — município de Maфра — Por-

tugal. Dada a coerência sistémica da onomástica (anti)comunista deste programa televisivo e dada a natureza ideológico-partidária da personagem, tudo leva a crer que a designação do nosso Prémio Nobel da Literatura fosse «Cassete Saramago».

O comunismo é «a pior das opressões»

Vemos, ouvimos e lemos um certo pensamento anticomunista cristão-novo, cujo maximalismo não podemos ignorar. Posicionando-se à Esquerda, mas, mais papista que o papa, ele funde-se e confunde-se com o pensamento anticomunista estruturante da Direita, nomeadamente da Extrema-Direita.

No prefácio ao livro *O que é governar à Esquerda?* ⁽¹¹⁾ esclarece Mário Soares que esta publicação foi elaborada com o *testemunho e as contribuições de significativas figuras do pensamento português de esquerda, de diferentes matizes e quadrantes, alinhados ou não com o Partido Socialista* ⁽¹²⁾.

O leitor vai percorrendo as páginas e começa a recalitrar: Pinto Balsemão é de Esquerda?! Algo consta publicamente quanto ao «pensamento de Esquerda» deste histórico fundador do PPD/PSD? O prosseguimento da leitura confirma efectivamente muitos depoimentos de Esquerda, mas, ao fechar o livro, o leitor regressa à perplexidade inicial: o Partido Comunista Português foi excluído do debate...

Tal exclusão não deixa de ter a sua coerência editorial intrínseca. Pergunta Mário Soares se o movimento comunista internacional e a sua história não colocarão sérias reservas quanto à sua inclusão na Esquerda.

Mas se Mário Soares coloca esta suspensiva dúvida, Barros Mou-

Caminhos da Esquerda

autónomo, como partido de esquerda, socialista e revolucionário, reclamando-se da tradição do marxismo e reivindicando o património das lutas populares deste século em que os comunistas foram, acima de todos, protagonistas (26).

Este texto estará hoje, certamente, ultrapassado, atendendo à posterior opção não-comunista do autor, mas não é esta legítima reformulação diacrónica que aqui se questiona, antes uma formulação sincrónica — dentro do critério geral seguido neste artigo — isto é, a incompatibilidade contextual do fio condutor de um mesmo pensamento.

E surge desde logo uma primeira questão: enaltecendo Vital Moreira o papel histórico primordial dos comunistas no avanço das lutas populares, em que eles «foram, acima de todos, protagonistas», como compatibilizar tal elogio com a crítica demolidora contra as posições «particularmente perniciosas» do Partido Comunista Português: elitismo dirigista — direcção onipotente/prepotente — autolegitimação eclesial/confessional — ausência de democracia interna?

Poder-se-ia objectar que esta crítica é especificamente dirigida ao comunismo português e não genericamente dirigida ao movimento comunista internacional, mas não é credível tal objecção, posto que é o próprio crítico que faz derivar os pretensos referidos vícios da concepção do «centralismo democrático» comum ao movimento comunista no seu todo e que o PCP «reproduz internamente».

Poder-se-ia ainda objectar que o reconhecimento do mérito histórico de uma dada factualidade não obsta ao direito da crítica sobre o demérito comportamental dos protagonistas. Mas a objectividade de um comportamento não deriva precisamente da subjectividade ético-doutrinária de quem o protago-

niza? A prática empírica não implica uma teoria cognitiva? Nesta praxis são, eticamente e epistemologicamente, cindíveis os seus dois termos, pensamento/acção e vice-versa?

Surge ainda uma questão sinóptica.

Na lógica de um juízo disjuntivo é-nos proposta a alternativa dualista «discurso comunista clássico» *versus* «novo paradigma», em que as duas figuras são mutuamente incompatíveis. Mas logo de seguida é-nos justaposto um juízo conjuntivo, cuja lógica se traduz dialecticamente numa dicotomia integradora/superadora, em que as mesmas duas figuras já são mutuamente compatíveis: o «discurso comunista clássico» (ou seja «a tradição do marxismo») deveria configurar o «novo paradigma».

Ora, ou o referido discurso está «irremediavelmente perdido» e já não há qualquer razão para «conservar ou recriar (...) a tradição do marxismo» ou, então, o marxismo é recriável e nesse caso o seu discurso clássico não pode estar «irremediavelmente perdido». Ou se perderam ambos na Queda do Muro ou, sob os escombros, são ambos igualmente recuperáveis.

Finalmente — *last, but not least* — uma terceira questão.

Na opinião de Vital Moreira, o PCP necessitaria, antes de mais, de abandonar *um determinado sistema ideológico completo e fechado* — o chamado «marxismo-leninismo» (na verdade o «leninismo-estalinismo») — *que não só exclui qualquer outro afluente doutrinal como também se apresenta como ideologia abrangente de todas as esferas da vida, incluindo uma concepção da natureza, da ciência e da história. A unicidade ideológica do marxismo-leninismo deve ser substituída por um pluralismo doutrinário em que, a par da obra fundadora de Marx e dos seus diversos desenvolvimentos, tenham lugar todas as con-*

Caminhos da Esquerda

ra avança com esta arrasadora certeza: *É claro que o PCP não representa hoje propriamente uma política e uma opinião de esquerda* (13).

Esta sentença de morte conduz a resultados executórios de devastadoras consequências teóricas, com inesperados efeitos suicidários de «boomerang»: a Esquerda não existe no nosso país!

Vejamos.

O Partido Comunista Português está excluído à partida.

O Partido Socialista está excluído à chegada: as mesmas dúvidas e as mesmas certezas que justificam a exclusão do PCP aplicam-se igualmente ao PS. Expressamente arrumado o socialismo na gaveta desde o início do actual processo democrático português, este partido inflecte necessariamente à Direita, com a qual tem feito alianças leoninas.

E quando as duas principais forças da Esquerda (in)existente chegam a convergir em questões pontuais, desunidas como estão, trabalha cada uma autogestionariamente e o resultado é previsível, como no abortado bi-referendo. Mas até mesmo em questões historicamente comuns-de-dois e quando a festa deveria ser só uma, PS e PCP mantêm-se divergentemente dois, no seu tempo e no seu espaço re-partidos: comemorações do Vinte e Cinco de Abril e do Primeiro de Maio.

A não ser que a esperança da Esquerda esteja no Partido Socialista Revolucionário (sendo socialista, para quê o pleonástico «revolucionário»?) ou na Política XXI, (mas que organização política não tem o seu programa para o século XXI?)

A não ser que a esperança da Esquerda esteja na União Democrática Popular — Partido Comunista Reconstruído (sendo democrática, para quê o pleonástico «popular»?), que se descoligou do Partido Comunista já construído e d'Os

Verdes por construir (por isso mesmo, honestamente, «verdes»). E compreende-se a descoligação: pois não é já a U.D.P. uma coligação unitária e, para mais, com um partido comunista a garantir-lhe a base social de apoio?

A não ser que a esperança da Esquerda esteja no Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses — Movimento Revolucionário do Partido do Proletariado (sendo comunista para quê o pleonástico «proletariado»?), educador da classe operária e consabido lutador antifascista, mormente no combate ao «social-fascismo».

A não ser que a esperança da Esquerda esteja no Partido Popular Democrático — Partido Social Democrata (sendo popular, para quê o pleonástico «democrático»?), convocado como Esquerda pela Esquerda para o debate *O que é governar à Esquerda?* (Se o PPD-PSD se situa à Esquerda, não se situando nela o PCP, proceda-se então, urgentemente, à respectiva troca ética e estética de assentos parlamentares).

Pense-se do comunismo aquilo que se quiser pensar, no irrevogável direito de liberdade de expressão de pensamento. Pense-se, porém, dentro dos irrevogáveis limites do dever de responsabilidade de expressão de liberdade.

Que se diga do comunismo aquilo que diz Mário Soares: *ele conduziu às maiores desigualdades e à pior das opressões* (14) e que em Portugal o comunismo *tudo tentou para passar directamente da ditadura salazarista-caetanista para outra bem pior* (15); que se diga aquilo que diz Pina Moura: *o modelo comunista (...) é perverso, opressor, gerador de maiores injustiças do que aquelas que se propunha combater* (16) — conduz às seguintes injustiças, bem piores do que aquelas que propõem combater:

— O regime fascista português é preferível a um regime comunista português.

— O «socialismo real» é mais opressor e mais perverso do que o regime czarista russo ou o regime nazi alemão.

— O comunismo é uma prepotência bem pior que o pior capitalismo, o pior feudalismo e o pior escravagismo.

E vem à memória o freudiano mecanismo simbólico da «morte do pai», que coloca os ex-comunistas na vanguarda cristã-nova do combate anticomunista.

E vem à memória o clássico «anticomunismo primário».

E não pode deixar de vir à memória, por exemplo, Salazar, por exemplo no seguinte discurso contra o comunismo.

Legionários! (...) É bom que, por inequívoca confissão dos próprios responsáveis, saibam todos onde vem a ordem (...) para a propaganda contra a beleza, o valor da vida, o ódio a Deus e ao próximo, a ditadura execranda e a insensibilidade moral (...) O iníquo tem a eterna fascinação do Mal absoluto, independente de regras morais, o ódio (...) à inteligência, à cultura, à bondade. (...) (17)

Não é, claramente, possível a fusão entre a acção política e o pensamento doutrinário de um Mário Soares, de um Barros Moura ou de um Pina Moura e a acção política e o pensamento doutrinário de um Salazar. É no entanto claramente compatível a sinonímia axiológico-ideológica da dissolução conceptual de termos como «a pior das opressões» = «o Mal absoluto»; «modelo perverso e opressor» = «ditadura execranda».

Que seja subjectivamente repressor um catártico «parricídio» freudiano é psicanaliticamente sustentável. Mas que depois se cometa o «fratricídio» marxista é objectivamente insustentável. A tentação do marxismo é compreensível após «a morte do comunismo», com uma condição: que os ex-marxistas deixem de continuar a agir em nome do socialismo.

Pelo menos (como realistamente lembra Mário Soares no referido prefácio) enquanto não aparecer outro Marx.

«Uma profunda reformulação das componentes essenciais do projecto político do PCP»

Esta é a tese central da disputa ideológica interna que levou à saída do Partido Comunista de alguns dos seus militantes. O caso mais conhecido é o do Grupo dos Seis, com o famoso «dossier» Zita Seabra.

Sirva de referência o seu livro *O Nome das Coisas*, de que se transcreve o título supra (18).

Acusada de hostilidade interna pelo Comité Central do PCP, Zita Seabra queixa-se dos entraves por este levantados à divulgação da sua defesa, em contraste com a divulgação dos documentos acusatórios. Sendo assim, a queixosa tem plena razão, pelo elementar princípio ético-jurídico da equânime audição das duas partes e não apenas de uma, mormente, como é o caso, quando se é juiz em causa própria.

É pois legítima a mágoa da acusada e justificada a sua revolta.

O que já não será legítimo nem justificado é que Zita Seabra, passando a acusadora, incorra precisamente na mesma iniquidade de que foi vítima: o leitor d'*O Nome das Coisas* fica a conhecer integralmente a documentação da defesa, desconhecendo completamente a documentação acusatória. De todo o processo, que a ré diz ser «voluntoso», apenas é transcrita a lacónica passagem de uma circular interna do PCP (19). Quanto ao resto, é a autora que julga em causa própria: *tom inquisitório e difaman-*

te (20), *grosseiras deturpações e calúnias* (21), *extraordinária violência* (22), *abjectas calúnias* (23).

E não se venha dizer que a divulgação documental da acusação não seria necessária no livro em referência, por ela ter sido noticiada suficientemente na comunicação social. Tal argumento aplica-se, igualmente e obviamente, à defesa.

Será legítima, mas dificilmente justificável, a imediata conversão de Zita Seabra que, sem solução de continuidade, passou do comunismo para a «social-democracia». É que, ainda na véspera, ela afirmava a sua inabalável fé numa única certeza, o socialismo: *Uma certeza apenas: (...) um socialismo renovado* (24). Sendo assim, seria aceitável o seu ingresso no Partido Socialista, a exemplo do que fez a maioria dos seus ex-camaradas de partido que deste, igualmente, optaram por sair. Mas passar do PCP ao PSD é passar de roto a esfarrapado: sai-se de um partido «dogmático» para entrar noutro, cujo líder de então, dogmaticamente, nunca se engana e raramente tem dúvidas.

Mas enfim, o coração, como a política, tem razões que a razão desconhece.

Quanto às razões de abandono d'«O Partido» de todos aqueles que nele se começaram a sentir mal, basta que assim se tenham sentido para legitimar a sua opção. O que não será legítimo é a exigência de *uma profunda reformulação das componentes essenciais do projecto político do PCP*.

Que sentido democrático fará tal reivindicação?

Que entidade pode resistir à alteração da sua identidade?

Que partido poderá abdicar da essência das suas «componentes essenciais», que constituem precisamente a fundamentação da própria existência do seu «projecto político»?

A pena pedida pelo crime co-

Caminhos da Esquerda

metido é a pena capital, a auto-gestão da socrática cicuta.

O Partido Comunista Português não é uma organização democrática?

A Democracia tem o inalienável direito de defesa contra os seus inimigos. A democracia portuguesa ilegalizou contitucionalmente as organizações fascistas.

Ilegalize-se, então, este partido «social-fascista».

«Sistema ideológico completo e fechado»

Por atendíveis razões de segurança pessoal é politicamente defensável, sociologicamente entendível e psicologicamente sustentável a debandada para o Ocidente dos habitantes ideológicos do Oriente durante a apocalíptica Queda do Muro.

Mas como dizia o outro, «O ocidente é um acidente» e agora sem oriente torna-se complicado referenciar o Norte. O Sul, esse como se sabe, não consta das linhas de rumo da civilização. O que é bastante estranho, em primeiro lugar porque os pontos cardeais são equitativamente e geograficamente quatro; depois porque, historicamente, os Descobrimientos, mormente os Descobrimientos portugueses, cometeram — já lá vai meio milénio — a ecuménica e fraternal «abertura do mundo ao mundo»; finalmente e liberalmente porque neste nosso início de III milénio o globo terrestre está finalmente globalizado pelo salto qualitativo ímpar da economia global.

Outro facto bastante estranho é este: a pressurosa corrida de alguns intelectuais, logo após a referida Queda, alijando a carga marxista pelo caminho, e acolhendo-se aliviados à bênção dos novos santuários capitalistas, ainda na véspera por eles exorcizados. É impensável que só se tenham aperce-

bido do desastre no preciso momento da tragédia. Não lhes é lícito invocar aquilo que um intelectual nunca poderá invocar: a ignorância.

Até o mais desatento dos cidadãos politicamente empíricos sabia das invasões soviéticas da Hungria e da Checoslováquia; sabia das depurações de Estaline e das respectivas condenações à morte de proeminentes figuras do Partido Comunista da União Soviética; sabia também da perestroikiana «primavera» de Krustchev e logo após o neo-estalinismo de Brejnev; sabia glacialmente da dimensional enormidade da Sibéria, onde o Sol nunca brilhou para nenhum de nós, aqueles que um dia acreditámos na Luz, sem que depois tivéssemos transfigurado o paraíso em inferno, bastando-nos o purgatório dos pecados socialistas.

Do socialismo todo.

Do «científico» (afinal também a própria ciência é humanamente falível); do «democrático» (mas se é socialismo é democrático e vice-versa); do «utópico» («o sonho/é uma constante da vida», mas nunca está livre de pesadelos).

Umbilicalmente ligado aos regimes de «democracia popular» (mas se é democracia é popular e vice-versa), o «socialismo científico» do Partido Comunista Português apanhou por tabela com a abertura da «Cortina de ferro», o que, aliás, só vem confirmar o determinismo do seu fado histórico: apanhar bordoadas de todos os lados, preso por ter cão e preso por não ter.

Aceitemos, no entanto, o prudente princípio axiológico do benefício da dúvida. Aceitemos que os referidos intelectuais ex-marxistas abandonaram o materialismo histórico-filosófico em rigorosa honestidade consciencial.

Valha por todos a reconhecida capacidade político-cultural de Vital Moreira.

Mas vejamos.

Acusa Vital Moreira o PCP de uma concepção de direcção viciada pelo «centralismo democrático», o qual *reproduz internamente o tradicional esquema da relação vanguarda-massas*, que se traduziria pelas seguintes consequências particularmente perniciosas:

— *ideia elitista de que os dirigentes constituem uma vanguarda composta por quadros excepcionais e dotados de características singulares.*

— *direcção todo-poderosa, única detentora da informação.*

— *autolegitimação decorrente da comunhão «iniciática» com certos princípios.*

— *dispensa das formas típicas de debate e decisão democráticas* (25)

As fábulas sobre o comunismo, que começaram com a insinuação de uma antropofagia social (comer-criancinhas-ao-pequeno-almoço e matar-os-velhos-com-uma-injecção-atrás-das-orelhas) continuam politicamente activas («mal absoluto» = «pior das opressões»).

Não que o próprio PCP esteja isento deste maniqueísmo, de sinal contrário. Não que Vital Moreira exprima uma crítica eivada de maniqueísmo.

A velha-guarda dos «heróis suremos da batalha» na legendária resistência antifascista, confrontada depois com o anticomunismo primário ou secundário remanescente do «Estado Novo», prolongou formas de autodefesa — possivelmente anacrónicas, mas psicologicamente compreensíveis — que podem configurar o perfil confessional de uma «direcção todo-poderosa, única detentora da informação» com a correlativa «autolegitimação decorrente da comunhão «iniciática» com certos princípios».

Todavia, quanto a este eventual rigor imagético e quanto ao «elitismo de vanguarda» com a

respectiva «ausência de democracia interna» no PCP, «o nome das coisas» veicula numa acusação genérica que é reducionista, posto que sendo aplicada exclusivamente a um sujeito particular, ela é extensível totalmente a um sujeito universal: o poder, de qualquer natureza que seja.

A esta luz, as referidas consequências «particularmente perniciosas» não são particulares, mas universais: respeitam a todos os partidos políticos e não apenas a um.

Se o «tradicional esquema da relação vanguarda-massas» gerou nos regimes comunistas megalómanos cartazes de litúrgico culto da personalidade com os retratos de Marx, Engels, Lenine, Estaline, Mao ou Fidel, que vemos nós nos nossos cartazes de propaganda eleitoral da mais comezinha Junta de Freguesia até à magna Assembleia da República? Na mais recôndita aldeia até à mais cosmopolita cidade, da mais estreita vereda de montanha até à mais longa faixa de autoestrada, das provincianas Praças da República até ao magestático Terreiro do Paço, um único metafísico rosto, um único transcendente nome: o do primeiro candidato de uma lista colectiva plurinomial. E o símbolo do respectivo partido político, agachado de vergonha, ao cantinho da direita ou da esquerda baixas, preterido à «ideia elitista de que os dirigentes constituem uma vanguarda composta por quadros excepcionais dotados de características singulares».

O regime democrático burguês de economia de mercado não dispensa o capitalismo da lei da oferta e da procura políticas, mas «dispensa as formas típicas de debate e decisão democráticas». A política é espectáculo, coreografia, voz de comando dirigida, mexerico fulanista numa sociedade em que a alienação das massas atinge níveis de agressividade insuspeitados, tanto

mais graves quanto são cometidos em nome da Liberdade.

Aí está o (inter)nacional-futebolismo interclassista-corporativista como política dominante de salvação das pátrias, na activa e quotidiana participação do cidadão eleitor no «debate democrático» sobre o Benfica, o Sporting, o Porto, alienada a participação política «tout court» para os prazos legalmente determinados de campanha eleitoral, necessariamente/estruturalmente mercado de espectáculo oratório-retórico-pletórico. Se isto não é a «alienação» de que Marx falava...

Não sendo a práxis alienista especificidade da «democracia representativa» esta não eliminou, porém, antes cultivava igualmente, práticas «particularmente perniciosas» assacadas aos regimes de «democracia popular» e aos partidos dela simpatizantes.

Se, como diz o lugar-comum, esta realizou a Igualdade à custa da Fraternidade e aquela realizou a Liberdade à custa da Igualdade, não tendo nenhuma delas realizado a Fraternidade, estamos perante um empate técnico, a decidir no encontro do futuro. Para este encontro parte a equipa vermelha com desvantagem de tempo histórico: ela tem menos de um século de existência e a equipa adversária já leva mais de dois séculos.

Passemos a um segundo aspecto, ligado à questão fulcral da «profunda reformulação dos componentes essenciais do projecto político» do comunismo e que Vital Moreira equaciona, por exemplo, neste texto:

O discurso comunista clássico está irremediavelmente perdido: é necessário um novo paradigma comunista, que rompa com o passado e que se afirme como alternativa na esquerda ao padrão social-democrata agora dominante (...) A reconversão deve conservar ou recriar os traços diferenciadores de um projecto político

Caminhos da Esquerda

autónomo, como partido de esquerda, socialista e revolucionário, reclamando-se da tradição do marxismo e reivindicando o património das lutas populares deste século em que os comunistas foram, acima de todos, protagonistas (26).

Este texto estará hoje, certamente, ultrapassado, atendendo à posterior opção não-comunista do autor, mas não é esta legítima reformulação diacrónica que aqui se questiona, antes uma formulação sincrónica — dentro do critério geral seguido neste artigo — isto é, a incompatibilidade con-textual do fio condutor de um mesmo pensamento.

E surge desde logo uma primeira questão: enaltecendo Vital Moreira o papel histórico primordial dos comunistas no avanço das lutas populares, em que eles «foram, acima de todos, protagonistas», como compatibilizar tal elogio com a crítica demolidora contra as posições «particularmente perniciosas» do Partido Comunista Português: elitismo dirigista — direcção onnipotente/prepotente — autolegitimação eclesial/confessional — ausência de democracia interna?

Poder-se-ia objectar que esta crítica é especificamente dirigida ao comunismo português e não genericamente dirigida ao movimento comunista internacional, mas não é credível tal objecção, posto que é o próprio crítico que faz derivar os pretensos referidos vícios da concepção do «centralismo democrático» comum ao movimento comunista no seu todo e que o PCP «reproduz internamente».

Poder-se-ia ainda objectar que o reconhecimento do mérito histórico de uma dada factualidade não obsta ao direito da crítica sobre o demérito comportamental dos protagonistas. Mas a objectividade de um comportamento não deriva precisamente da subjectividade ético-doutrinária de quem o protago-

niza? A prática empírica não implica uma teoria cognitiva? Nesta práxis são, eticamente e epistemologicamente, cindíveis os seus dois termos, pensamento/acção e vice-versa?

Surge ainda uma questão sinóptica.

Na lógica de um juízo disjuntivo é-nos proposta a alternativa dualista «discurso comunista clássico» *versus* «novo paradigma», em que as duas figuras são mutuamente incompatíveis. Mas logo de seguida é-nos justaposto um juízo conjuntivo, cuja lógica se traduz dialecticamente numa dicotomia integradora/superadora, em que as mesmas duas figuras já são mutuamente compatíveis: o «discurso comunista clássico» (ou seja «a tradição do marxismo») deveria configurar o «novo paradigma».

Ora, ou o referido discurso está «irremediavelmente perdido» e já não há qualquer razão para «conservar ou recriar (...) a tradição do marxismo» ou, então, o marxismo é recriável e nesse caso o seu discurso clássico não pode estar «irremediavelmente perdido». Ou se perderam ambos na Queda do Muro ou, sob os escombros, são ambos igualmente recuperáveis.

Finalmente — *last, but not least* — uma terceira questão.

Na opinião de Vital Moreira, o PCP necessitaria, antes de mais, de abandonar *um determinado sistema ideológico completo e fechado* — o chamado «marxismo-leninismo» (na verdade o «leninismo-estalinismo») — *que não só exclui qualquer outro afluente doutrinal como também se apresenta como ideologia abrangente de todas as esferas da vida, incluindo uma concepção da natureza, da ciência e da história. A unicidade ideológica do marxismo-leninismo deve ser substituída por um pluralismo doutrinário em que, a par da obra fundadora de Marx e dos seus diversos desenvolvimentos, tenham lugar todas as con-*

tribuições que nos últimos cento e cinquenta anos têm estruturado ideologicamente as lutas operárias e socialistas e os movimentos sociais progressistas (27).

Não é rigorosamente verdade que o marxismo — seja ele leninista, estalinista ou qualquer outra variante — constitua um «sistema ideológico completo e fechado». Que a prática real do marxismo se tenha transformado/transtornado em marxismo dogmático, estamos de acordo de um modo geral. Mas que o marxismo como ideologia se tenha construído/constituído em filosofia hermética é muito problemático.

Desde logo pela própria formulação copulativa de elocuições, das quais «marxismo-leninismo» é protótipo: se ao termo «marxismo» há a necessidade epistemológica de adjectivar um determinado qualificativo («leninismo», «estalinismo», «maóismo», etc.) é porque o marxismo fundacional (sinotomáticamente bicéfalo: Marx e Engels) foi e continua a ser objecto de «outros afluentes doutrinaários». Afluentes doutrinaários necessariamente internos e interiorizados. Caso contrário eles permaneceriam exteriores, deixariam de ser afluentes influentes, como em qualquer outra filosofia. E como em qualquer outra filosofia, o marxismo tem também os seus efluentes: dele fazem uso outras correntes doutrinaárias, como é o caso, por exemplo, do conceito matricial «luta de classes». Geralmente sem referência à marca de origem, «conflitos sociais» — «lutas laborais» — «divergências partidárias» são outras tantas formas de dizer «luta de classes».

A semiologia marxiana é, aliás, implicitamente reconhecida no texto em referência, quando aí se diz «obra fundadora de Marx e seus desenvolvimentos». E de tal forma assim é que a polémica interna chega mesmo a vias de facto nas cisões ideológicas do «são plura-

lismo doutrinaário» ocorrido na curta mas fértil história do pensamento marxiano.

Este pode ter todos os defeitos, menos o de ser um «sistema ideológico completo e fechado», mesmo quando leninista-estalinista. Caso contrário como explicar os afluentes doutrinaários de Tito, de Mao-Tsé-Tung, de Enver Hoxa, de Rosa Luxemburgo, de Kim-Il-Sung, de Gramsci, de Althusser, de Sartre, de Fidel de Castro, de Agostinho Neto, de Amílcar Cbral, de Álvaro Cunhal ou do próprio Vital Moreira?

É certo que o referido «defeito» é endossado especificamente ao «leninismo-estalinismo» e não ao marxismo em geral. Mas como separar Marx, Lenine, Estaline?

Pode haver e há certamente no marxismo aspectos estruturais menos simpáticos como é o caso do apelo à «ditadura do proletariado», em nome da qual uma boa parte do humanismo, da criatividade e da inovação teórica de Marx foi bloqueada. Mas, também aqui, os regimes de «socialismo real» não são diferentes das outras ideologias: estão sujeitos à dialéctica do processo histórico, onde Bem e Mal, Deus e Diabo, Céu e Inferno parecem travar um combate de Eternidade. E já que falamos de metafísica, cumpre recordar o Cristianismo, cuja mensagem de fraternidade universal continua bloqueada, mas viva, dois milénios depois. Foi em nome da «misericórdia e justiça» que a Igreja Católica fundou a Santa Inquisição. Foi em nome do «amor ao próximo» que ela desencadeou a Santa Cruzada. Foi em nome da «tolerância cristã» que o vaticano instituiu o Index Purgatório. É em nome do «direito à vida» que ele obriga os seus sacerdotes à renúncia à mesma vida pelo interdito da sua reprodução através de votos de celibato e de castidade. É em nome da «igualdade de todos os filhos de Deus» que a Santa Sé se man-

tém intocavelmente machista, pela segregação da mulher de quaisquer funções eclesiais que não sejam a de servir o homem sacerdote. É em nome da sua «adesão à democracia» — quando já lhe era de todo impossível continuar a exorcizá-la — que a Santa Sé mantém um governo teocrático-absolutista.

É tempo de fazer a síntese interna do marxismo perante o seu inimigo principal: o capitalismo burguês. O «socialismo real» foi a base de antítese, em que, radicalmente e sem o êxito que se sabe, a burguesia capitalista era o pior dos males. Talvez a China esteja já na fase de superação através do «socialismo de mercado». Falta-lhe aceitar as «liberdades burguesas formais», sem que de tal aceitação decorresse necessariamente a eliminação do marxismo.

Como os marxistas sabem, «o discurso comunista clássico» incorpora um certo enlevo para com o inimigo principal, o que é próprio, aliás, da psicologia comportamental de adversários civilizados. Se para o triunfo do socialismo é evidentemente indispensável a superação do capitalismo, a classe que historicamente o construiu é correctamente enquadrada na História pela análise marxista como força progressista que superou o feudalismo.

A sociedade actual é a sociedade capitalista, que existe em todos os países civilizados, mais ou menos expurgada de elementos medievais, mais ou menos modificada pela evolução histórica particular de cada país, mais ou menos civilizado — Marx (28).

Pode haver uma burguesia democrática e pode haver uma democracia burguesa. Para o negar é preciso ser de uma ignorância crassa em História e em Economia Política — Lenine (29).

Reivindicar a instituição da república democrática burguesa nas condições do czarismo e da

Caminhos da Esquerda

sociedade burguesa, por exemplo na Rússia de 1905, era perfeitamente compreensível, justo e revolucionário, pois a república burguesa significa então um passo em frente — Estaline (30).

Os comunistas portugueses adoptaram, integraram e aplicaram esta doutrina através da «Revolução democrática nacional», teorizada, por exemplo, por Álvaro Cunhal, que haveria de desembocar no Vinte e Cinco de Abril. Nela se preconiza a aliança democrática com forças não-comunistas.

É verdade que o marxismo se apresenta como *ideologia abrangente de todas as esferas da vida, incluindo uma concepção da natureza, da ciência e da história.*

E vai mais longe, na pretensão não só de explicar, mas de transformar o real, como recomenda a última das *Teses sobre Feuerbach*.

Mas como poderia o marxismo deixar de apresentar-se como tal: que «ismo», marxismo ou não-marxismo, racionalismo ou empirismo, cepticismo ou dogmatismo, monismo ou pluralismo se não apresenta como *filosofia abrangente de todas as esferas da vida*? Que razões éticas ou estéticas, lógicas ou epistemológicas, hão-de autorizar esta paradoxal exigência feita ao pensamento marxista: a abdicação suicidária de ser aquilo que (também) é: uma filosofia?! Com que direito se critica o facto de uma filosofia cumprir o seu dever, prosseguir o seu objecto: filosofar, ou seja apresentar-se como explicação *abrangente de todas as esferas da vida, incluindo obviamente uma concepção da natureza, da ciência e da história*?!

Melhor seria dizer que o materialismo histórico-dialéctico e a sua ideologia/filosofia deveriam abdicar do elementar direito de expressão de pensamento. Desistir de insistir em existir na irrenunciável *unicidade ideológica* programática, sem a qual toda a ideo-

logia/utopia se dilui na acomodação pragmática/programática.

«Há por aí muita autocrítica por fazer»

O «socialismo real» falhou, pois, não propriamente por insuficiência de teoria mas impropriamente por excessos de prática auto-suficiente. Por isso mesmo é tempo de sínteses superadoras desta contradição, aceitando pedagogicamente as «lições da História» em revolucionária humildade auto-crítica.

Uma componente essencial, integrante da humildade referida, é o anti-avestruzismo, ou seja, não enterar a cabeça na areia para não ver o perigo: é preciso não ignorar os «livros negros do comunismo» que começam a aparecer, por vezes com documentação criminal irretorquível.

Mas matéria não falta para os «livros negros do capitalismo», até pela diferença apreciável de idade entre os dois sistemas: menos de um século para o «socialismo real», mais de meio milénio para o «capitalismo real».

À sua conta, o historial capitalista apresenta um débito pesado que, em parcelas resumidas, se cifra no escravagismo colonial, no genocídio dos povos índios, em guerras permanentes na América, na Ásia e na África, na natureza essencialmente racista de todos os impérios coloniais; no regime auto-crático-absolutista não só de um Luís XIV mas também de um Koweit, aliado das democracias na guerra contra o Iraque; no pauperismo proletário industrialista, na primeira guerra a nível mundial, no nazi-fascismo, no holocausto-relâmpago de Hiroshima e Nagasaki, nas guerras da Indochina, da Coreia, do Vietname, do Golfo, na ocupação da Palestina por Israel e

na ocupação da Irlanda do Norte pela Inglaterra; no Ku-Klux-Klan, na Máfia e na UNITA; no silenciamento cúmplice dos crimes de guerra cometidos pela Croácia de tradição fascista e pela Bósnia de tradição fundamentalista com a sectária denúncia dos mesmos crimes cometidos pela Sérvia de tradição socialista; nos regimes da África do Sul pré-Mandela, da Indonésia de Suharto, das Filipinas de Marcos, do Chile de Pinochet, do Uruguai de Stroesner, da Argentina de Videla, do Haiti de Duvalier, da Cuba do Baptista, da Alemanha de Hitler, da Itália de Mussolini, da Espanha de Franco, do Portugal de Salazar; no crónico desemprego estrutural da economia de mercado, hoje economia (dita) global, que não engloba um bilião de gente do precário equilíbrio da corda-bamba da pobreza, porque umas dúzias de gente outra arrecadam em leoninas contas-firmes capital financeiro que, em conhecidos casos individuais, chega a superar a soma total das verbas dos orçamentos de Estado de alguns países onde «vive» essa outra gente.

Há, pois, por aí muita autocrítica por fazer. Como recomenda Manuel Alegre para o cenário da Esquerda portuguesa.

Há por aí muita autocrítica por fazer (...) desaparecido o comunismo soviético, nada justifica que um muro continue a separar as duas principais componentes da esquerda portuguesa. A mutilação de uma parte da esquerda enfraquece a base social e política de apoio a um governo de esquerda. Não se combate um sectarismo com outro sectarismo. Nem se constroi uma política de esquerda negociando preferencialmente e quase exclusivamente com a direita social e política (31).

Manuel Alegre é sobejamente conhecido como crítico do PCP e do comunismo. Mas, ao contrário de outros ex-comunistas que não

ultrapassaram o seu complexo de parricídio, o poeta militante mantém a lucidez de «alguém que semeia/canções no vento que passa». Até à data o vento nada nos diz. E a data é já a festa das bodas de prata do Vinte e Cinco de Abril, florido em sementeira de cravos vermelhos nas espingardas feitas charrua de uma «Revolução democrática nacional», que diz prioritariamente respeito não só ao PCP, mas igualmente ao PS e às outras forças de Esquerda, cuja coligação municipal de Lisboa tem permanecido pedagogicamente inútil como exemplo seminal que alastrasse do Minho aos Açores, parecendo que continua a bastar Lisboa para se realizar Portugal.

Há, pois, por aí muita autocrítica por fazer.

Nomeadamente pela componente da Esquerda portuguesa, o Partido Socialista, a que Manuel Alegre pertence e a quem dirige a sua crítica, sem que por este motivo o crítico seja destinatário de qualquer processo disciplinar, no respeito pelas «liberdades burguesas formais», que, afinal, são uma conquista culturalmente irrevogável, sendo por isso entendível a atracção pelo PS por parte de muitos ex-comunistas, apesar do socialismo permanecer metido na gaveta. Mas é igualmente entendível e eticamente louvável que o PCP seja aquilo que é.

Solitário-solidário, o comunismo português, duramente atingido pela derrocada do bastião soviético, recompôs-se do trauma, não entrou em pânico, não perdeu a identidade. É comunista, sempre foi comunista, quer continuar a ser comunista. Ao contrário de outros partidos irmãos que, comunistas envergonhados, logo mudaram de bilhete de identidade, adoptando um, cautelosamente, o «socialismo», mas logo outro, resolutamente, a «social-democracia» e a que- loutro a mal explicada «democracia social».

São igualmente entendíveis as dúvidas quanto à posição do PCP perante as «liberdades burguesas formais». É todavia pertinente que também o PCP tenha as suas legítimas dúvidas quanto à autoridade de quem quer que seja na pretensão de dar aos comunistas portugueses lições de Liberdade. Tais lições assemelham-se ao pretensioso sermão moralista de quem insiste em ensinar o Pai Nosso ao vigário: não foi precisamente em nome da Liberdade que, acima de todos os outros, o PCP combateu o regime fascista, ai desculpem, o regime autoritário, correntemente conhecido por «Estado Novo»?

A mão esquerda de Deus

A princípio era o verbo da fraternidade: «O Sol quando nasce é para todos». E o Paraíso foi organizado em regime de «comunismo primitivo» («comunitarismo primitivo», para os ouvidos mais sensíveis).

Assim seria *per omnia saecula saecularum* por vontade do Criador, se não fosse o Diabo tecê-las, como é seu mister. E começou a meter macaquinhos no sótão dos erráticos humanos, instigando-os à subversão do plano divino, através do contra-plano de apropriação privada da propriedade naturalmente colectiva da luz geratriz do Sol. Tanto porfiou o Demónio que a fragilidade anímica do animal racional acabou por ceder à tentação irracional. E as coisas pelo sol geradas passaram a ser desigualmente distribuídas, estabelecendo-se assim a compartimentação dos filhos igualitários de Deus em inamovíveis classes sociais.

Mas não se pense que o Demónio levou a melhor logo às primeiras tentativas. Pelo contrário. O classismo sucedeu há bem pouco tempo, há uns 50 000 anos, quan-

Caminhos da Esquerda

do o *homo sapiens* já durava há 1 000 000 deles. Feitas as contas desta facticidade, verifica-se um saldo credor altamente positivo e promissoramente futurível. Afinal — e não parece — a empresa humana tem vivido em recomendável gestão comunitária-igualitária durante uns bons 95% do tempo total decorrido desde a sua criação!

O regresso a esta ordem natural das coisas tem sido reivindicado ao longo destes nossos curtos 5% do tempo que tem vivido no espaço da propriedade privada dos meios de produção. Muitos pensadores se têm feito eco desta reivindicação primordial: Platão n'«A República»; Santo Agostinho n'«A cidade de Deus»; Campanella n'«A cidade do Sol»; Tomás Morus na fundacional «Utopia»; Boécio no irónico «Discurso sobre a Servidão»; Karl Marx no inovador «Manifesto do Partido Comunista». E outros já têm actuado no mesmo sentido: Jesus Cristo [«É mais difícil a um rico entrar no reino dos céus do que a um camelo entrar no buraco de uma agulha (sendo que «camelo» não é o animal que dá por este nome nem o animal racional que se comporta como irracional, mas cordame grosso de pescadores)]; os irmãos Gracos da Reforma Agrária na Grécia clássica; o movimento de libertação liderado por Spartacus na Roma imperial-teocrática; o incipiente mas progressista movimento das comunas (e dos comunas) medievais; as repúblicas independentes de escravos no Brasil do século xvii, os quilombos, a Liberdade-Igualdade-Fraternidade da Revolução Francesa adiada; a comuna de Paris; a Revolução Soviética desviada.

Desviada, sim; mas, em todo o caso, acontecimental: ela é o primeiro programa contemporâneo de efectivação do interrompido verbo do princípio primordial de fraternidade, cristalizado nas profun-

dezas da História Universal: «O sol quando nasce é para todos».

A promessa não foi cumprida e o Sol, como seria seu dever, não passou de novo a brilhar para todos nós.

Talvez porque Deus — que, aliás, tal princípio decretara — não tivesse achado piada nenhuma à profanação cometida pelo novo Ícaro, a voar com asas de cera até às Suas exclusivas alturas. E a ira divina abateu-se sobre o ímpio. O castigo seria a «conversão da Rússia».

No próprio ano da Revolução Soviética a punição seria anunciada ao mundo através da mãe de Deus, Maria Santíssima, aqui mesmo, em Fátima, no nosso Portugal. (Como garante o hino da Acção católica portuguesa: «entre todos escolhido/para povo do Senhor»).

Chegado o momento tido por oportuno para a aplicação do dito pedagógico castigo, delegou o Senhor no Espírito Santo a respectiva missão (ou veio o Senhor em pessoa, não se chega a saber bem ao certo, posto ser verdade do mistério da fé a unigénita consubstancialidade das três pessoas da Santíssima Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo).

Veio então este em pessoa individualmente própria ou trinitariamente coligada — ao caso pouco interessa — em secreta missão diplomática junto da Santa Sé, com o ecuménico propósito de revelar ao representante de Deus na Terra, o papa João Paulo II, que o Pai o houvera designado como coordenador do projecto de tão apostólica quão católica cruzada: a «conversão da Rússia». Logo Sua Santidade, serva dos servos de Deus, quedou beatificamente miraculada e submeteu-se à vontade do Dito.

Arranjaram-se os indispensáveis patrocínios internacionais, armaram-se as pias consciências e mobilizaram-se as boas almas que andam no mundo para redenção dos homens. E todos acorreram

em unísono, clamando o arquétípico grito de cruzada: «Deus o quer! Deus o quer!»

E o castigo viria a consumar-se em 1989. E o milagre acontecia.

A Rússia, finalmente, estava convertida ao capitalismo!

O mundo livre entoou ribombantes hossanas de acção de graças pelo término da odiosa opressão: os tristes camaradas do regime soviético vivem agora como dignos cidadãos de uma gloriosa pátria democrática.

O desditoso Partido Comunista Português, esse, mantém-se relapso à conversão. «O Partido com paredes de vidro», além de ter também telhados de vidro, parece que, afinal, tem paredes de pedra.

Insondáveis, porém, são os dialécticos desígnios divinos; estulta é a razão humana na contumaz pretensão de os desocultar.

Determinara Deus a dextralidade como princípio funcional das coisas e ainda hoje é pela direita que é costume regular-se o trânsito geral das mesmas coisas. (Até se murmura que, parecendo ter só a mão direita, Deus seria maneta).

De facto, ao nível imediato do fenómeno de superfície, assim é.

Mas, como acrescentaria Kant, é na dialéctica profunda do nómeno que se encontram as raízes do fenómeno. E como corrobora a sabedoria das nações: «Deus escreve direito por linhas tortas». Ou seja linhas não direitas, linhas escuradas.

E os prodígios acontecem.

Após o supradito castigo pela profanação soviética do intangível direito a Deus reservado de determinação da rota do Sol pelo Seu Verbo, cá por casa o Partido Comunista, terminado o soldo de Moscovo, não é que sobrevive milagrosamente, extinta que foi a respectiva verba? ▼

Notas

(1) Entrevista ao *The Daily Telegraph* de 5 de Agosto de 1936, em *Salazar*, Editorial Verbo, 1989.

(2) *Grande Reportagem*, S.I.C., 1 de Outubro de 1998.

(3) *Id.*, *id.*

(4) *Id.*, *id.*

(5) Discurso de 18 de Maio de 1945, em *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra Editora, vol. IV.

(6) Constituição de 1933, art. 8.º.

(7) *Grande Reportagem*, *id.*, *id.*

(8) *Grande Reportagem*, *id.*, *id.*

(9) *Grande Reportagem*, *id.*, *id.*

(10) *Grande Reportagem*, *id.*, *id.*

(11) Edição da Juventude Socialista, Edições Gradiva.

(12) *Id.*, p. 7.

(13) *Id.*, p. 227.

(14) *Id.*, p. 8.

(15) *Id.*, p. 8.

(16) *Id.*, p. 202.

(17) Discurso de 11 de Março de 1938, *id.*, vol. III.

(18) Edições Europa-América, col. Estudos e Documentos, 6.ª edição, p. 18.

(19) *Id.*, *id.*, p. 16.

(20) *Id.*, *id.*, p. 16.

(21) *Id.*, *id.*, p. 17.

(22) *Id.*, *id.*, p. 25.

(23) *Id.*, *id.*, p. 41.

(24) *Id.*, *id.*, p. 20.

(25) *Reflexões sobre o PCP*, Editorial Inquérito, 1990, p. 63/64.

(26) *Id.*, *id.*, p. 142.

(27) *Id.*, *id.*, p. 143.

(28) *Crítica do Programa de Gotha*, Portucalense Editora, 1971, p. 29.

(29) *A Catastrofe Eminente*, Centelha, 1972, p. 87.

(30) *O Materialismo Dialéctico e o Materialismo Histórico*. Cadernos Vanguarda, 1972, p. 15.

(31) *O que é Governar à Esquerda?*, *id.*, *id.*, p. 255.

A dinâmica capitalista e o socialismo envergonhado...

A evolução do sistema capitalista, que não foi nem é pacífica, soma hoje perto de dois séculos de existência. Evolução que assenta em muitas contradições internas e confrontações no quadro das ideias e dos interesses económicos: entre o novo e velho e entre o bem e o mal, no humano, no social e no espacial.

O capitalismo na sua gestão agressiva põe a funcionar na prática as ideias socialistas

Quando o sistema, sob a forma de capitalismo comercial, se lançou para a frente através da Revolução Industrial, surgem incontidas, ante a violência dos excessos por esta praticados, as forças sofridas, reivindicativas, em particular a dos trabalhadores. Isto, já no século XIX, em pleno capitalismo industrial, envolvendo movimentos de classe, políticos e culturais, apoiados entre muitos outros nomes como os de Locke, Fourier, Saint-Simon, Proudhon, Owen, Marx e Engels.

Daí, dois movimentos socialistas, mais ou menos definidos, sobressaiem dessas reacções à brutal agressividade do liberalismo económico, o capitalismo: um, marcado mais pela vertente política (escola francesa) e o outro, mais pela vertente sócio-económica (escola marxista), os quais na sua evolução e pressão sobre o sistema, obrigaram este a fazer com o tempo algumas concessões de tipo democrático e social, embora sempre com o cuidado de salvaguardar o núcleo duro, o motor da sua gestão.

Concessões que foram posteriormente, elas próprias, ajustadas e exploradas a seu favor, tornando a acção do sistema mais flexível e simultaneamente melhorando a sua imagem, sem o que não seria possível assegurar-lhe condições de convívio e de estabilidade indispensáveis ao prosseguimento da sua expansão e êxitos.

Foi neste enfrentamento, entre o trabalho e o capital, que as ideias socialistas começaram a fazer-se sentir, sobretudo na Inglaterra, França e Alemanha e também, mais tarde, na Rússia imperial, mas aqui, mais violentamente, envolvendo outras causas, o seu atraso relativo, marcado por forte ruralismo, dando origem à Revolução de 1917, que fez aparecer o primeiro Estado dito socialista no mundo, que logo depois da I Grande Guerra se tornou modelo e centro de estímulos e de ideias libertadoras e de práticas democráticas, com efeitos que marcaram profundamente o século.

Ideias e exemplos que provocaram rapidamente do lado dos interesses instituídos, da alta burguesia europeia sobretudo, fortes reacções, radicalismos, que caíram nos anos 30 nos odiosos movimentos fascista na Itália e nazista na Alemanha, mas que envolveram quase toda a Europa e América, e que conduziram o mundo à II Grande Guerra Mundial,

com a participação do Japão imperialista ao lado daqueles países.

Guerras, acções e reacções, finanças a quais deslocaram o eixo do poder mundial, que se centrava na Europa (Londres-Paris-Berlim), para Washington e Moscovo.

Movimentos e políticas que forçaram o processo da descolonização, contido até então pelas potências ocidentais, ao mesmo tempo que obrigavam o sistema, no mundo desenvolvido, a dar mais alguns passos no caminho da democracia, onde as liberdades e as ideias socialistas iam, aqui e ali, conquistando algumas posições mais no quadro do pluralismo político e da segurança social.

Estas conquistas, de natureza política e social, no mundo ocidental e, no «Terceiro Mundo», no quadro da descolonização, resultado directo e indirecto daquela presença revolucionária e da consequente confrontação Leste-Oeste, levaram a todo o mundo, embora sob a ameaça da bomba atómica, conceitos e valores democráticos e libertadores nunca antes tão questionados e participados, que se transformaram mais em lições e mensagens de cultura política e social do que de propaganda, ou meras provocações revolucionárias.

Do Leste e do Oeste, então, só vinham coisas boas e belas... Do primeiro, glorificavam-se as ideias socialistas, o planeamento, a solidariedade e a cooperação, a emancipação dos povos colonizados, etc.; do segundo, cantavam-se os direitos humanos, erguia-se a iniciativa privada e a liberdade às alturas, a democracia política, etc.

Ideias, valores e movimentos que marcaram o Ocidente, sobretudo a Europa, até aos anos 70 deste século, em que se intensificaram as práticas democráticas e com elas uma certa culturização do homem e o aparecimento de disposições apontando para o Estado Providência. Foram os «Trinta anos glo-

riosos» (1945-1975), a que se refere Jean Fourastié.

Quando esta confrontação acabou, em 1989, por abandono da U.R.S.S., por questões de ordem interna, ou seja, quando o poder bipolar antagónico se desfez e se esperava que o mundo caminhasse para o poder multipolar, para a Nova Ordem, eis que esse poder se centrou nos Estados Unidos e se torna unipolar. E, daí, os valores democráticos e éticos assim como os relacionados com o trabalho e a segurança social, que nessa altura experimentavam já progressos significativos, começaram a sentir a indiferença e, nalguns casos, recuos por parte das administrações centrais e do «establishment», acentuando-se ao mesmo tempo, no social, o fosso entre os ricos e pobres e, no espacial, o fosso entre o Norte e o Sul, o centro e a periferia.

O ultraliberalismo sob o poder unipolar

É neste quadro de poder e querer que depois daquela guerra, da «queda do muro de Berlim», que alguns valores democráticos passaram a ser mais claramente pervertidos e dissolvidos pela acção intensiva dos imperativos expansionistas do sistema, que passaram a ter como nunca a cobertura mistificadora dos meios de comunicação social (os «média») que, como é do conhecimento geral, encontram-se largamente nas mãos de grandes consórcios empresariais, portanto, no mundo da «Direita».

É evidente que esses valores democráticos e sobretudo as ideias socialistas, ressentiram-se desse ardor triunfalista, cujos efeitos reductores sobre as suas ideias e valores, em especial no âmbito nacional, são sensíveis e apelam à reflexão.

Deve reconhecer-se, no entan-

to, que a situação criada, pelo colapso soviético foi quase humilhante e, por certo, injusta para aquelas ideias socialistas, as quais foram altamente penalizadas, afinal, por desvios, erros e excessos que, nas suas causas, não lhes diziam respeito.

Efeitos penalizadores que, quer directa quer indirectamente, causaram forte impacto sobre as ideias socialistas, as quais quase que paralisaram, ou pelo menos obrigaram-nas a rever o seu posicionamento no quadro sócio-político e económico então criado. Reflexões que provocaram atitudes diferentes no mundo dessas ideias, onde umas alteraram logo os seus ideários e estatutos, outras ficaram expectantes, outras procuraram ajustar-se e outras ainda envergonharam-se...

Mas não morreram, não. Nem podiam ter morrido, apesar de se fantasiar com o «fim da história» (Fukuyama), porque a razão de ser das ideias socialistas, salientamos mais uma vez, é, em grande parte, a própria gestão capitalista, seja esta nacional ou global, real ou virtual e, por isso mesmo, estão ligadas à vida do sistema, às suas transformações, ajustando-se também por sua vez às mudanças, o que parece, em termos operacionais não ter ainda sucedido nos dias de hoje.

E o ultraliberalismo prossegue na sua caminhada e pode dizer-se invencível, aproveitando-se agora da sua vitória e da confusão que gerou no mundo das ideologias, para se impor e lançar à vontade os seus projectos e iniciativas de globalização totalitária.

O que não é nada surpreendente, uma vez que o capitalismo global é um projecto que se encontra na própria lógica capitalista, mas que só se revelou, explicitamente, nas acções de convergência efectuadas sobretudo durante a «Guerra Fria». E foi a partir dos anos 70, em que certos con-

Caminhos da Esquerda

trolos se opunham à forte pressão dos interesses do capital financeiro, que levaram os Estados Unidos, juntamente com a Alemanha, o Canadá e a Suíça, logo seguidos de outros países, a romper com o sistema das taxas fixas de câmbios, estabelecido na Conferência de Bretton Woods, as quais passaram a ser negociadas entre si, consoante as diferentes vantagens oferecidas.

Foi assim que o crédito financeiro entrou no sistema livre, dando à economia uma nova escala de poder, que a informática potenciava e que no dizer de Martin e Schumann «contribuiu mais de mil vezes do que todas as minas da terra para a riqueza das nações».

Simplesmente, tal liberdade desencadeou também uma dinâmica desreguladora de acções pouco transparentes, que permitiram a corretores e especuladores lançarem-se em operações, em que a velocidade, o secretismo e o volume dos negócios processavam-se, em média, na ordem dos 1,5 biliões de dólares por dia, de acordo com os dados do Banco de Pagamentos Internacionais (BPI), ou seja, um domínio absoluto da economia virtual sobre a real. Mas que envolveriam sérios motivos de preocupação, porque através das suas técnicas libertárias se processavam negócios que estão na base de algumas crises financeiras que depois se transformaram em económicas e globais, como a asiática.

É que o capital, integrado em pólos de poder, libertado dos condicionamentos e das disciplinas nacionais e suas soberanias, utilizando agora o poder político a seu favor e, em particular, a grande mobilidade do dinheiro, permite operações financeiras à velocidade da luz onde a especulação e o vale tudo são correntes.

A par destes mecanismos aceleradores no mundo comercial e financeiro, as instituições e organizações internacionais tiveram

que ajustar-se para poderem corresponder a novas exigências económicas e àquela política financeira de globalização capitalista.

Neste sentido, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), foi obrigado a actualizar-se na Organização Mundial do Comércio (OMC), para dar resposta às novas exigências do comércio internacional. No mesmo caminho estão as organizações financeiras saídas da Conferência de Bretton Woods, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), ambas, ultimamente, criticadas, por algo desactualizadas e, de tal modo, que parecem estar na origem da especulação sobre os grandes fundos de investimento (hedge funds), e das permissividades fiscais.

E em discussão na OCDE, mas já polémico, encontra-se agora o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), que pretende ser uma espécie de cúpula do poder do capital transnacional, na área dos investimentos, ao serviço da economia capitalista global.

Entretanto, curiosamente, enquanto se actualizam e se criam novas estruturas e mecanismos para servir exigências globais, outras estruturas e instituições, outrora consagradas e preponderantes, correspondendo a valores universais e democráticos, globais portanto, como as Nações Unidas, encontram-se hoje marginalizadas, quando não substituídas ou a funcionar a reboque de interesses do poder unipolar.

E como medida de aceleração deste processo, emergiu com novo vigor a concorrência, que invadiu os espaços nacionais, regionais e internacionais, dinamizando convergências e coligações, aproveitando em seu benefício o desenvolvimento desigual que as nações e regiões exibem entre si.

Processo, usado nas coligações entre países de uma mesma região, mediante políticas integradoras,

onde a ausência de fronteiras, a fusão de capitais, a moeda única e a eficiente tecnologia das comunicações e informação aceleram a acumulação da riqueza, potenciando ainda mais os centros de poder económico neles existentes, que se procura facilitar com a eliminação das soberanias nacionais e o fomento da micro-regionalização dentro dos respectivos países.

Os ganhos das guerras deste século concentram-se nos Estados Unidos

Quem pode ficar indiferente ao poder dos Estados Unidos e das grandes potências capitalistas? Só aquela potência possuía nos anos 80, cerca de 1/4 da riqueza mundial, a que não era indiferente o seu poder militar.

Este poder consagrou-se durante e depois da «Guerra Fria», dando lugar, automaticamente, a um poder único, totalitário, silenciada que estava a voz do Leste.

De facto, o que sucedeu, e é preciso lembrar, foi que os Estados Unidos saíram dos confrontos, da I e II Grandes Guerras Mundiais e da «Guerra Fria», poderosos e temidos, mas tanto a Leste como a Oeste, cheios de autoridade internacional, conquistada nesta nessas guerras e, com esse poder, tomaram iniciativas para fazer face às novas perspectivas expansionistas do capitalismo, devidamente articuladas, e sob a orientação do recém-criado directório da nova ordem, os «Sete Grandes» (G7), do qual aquela superpotência se tornou seu líder e principal beneficiário.

Para melhor compreender esta postura hegemónica da U.S.A., temos de considerar desde logo a sua participação neste século naquelas duas grandes guerras mun-

diais e na «Guerra Fria», as quais não atingiram minimamente o seu território com destruições, e onde as suas mortes comparadas com as que outros países beligerantes sofreram, foram notoriamente insignificantes, ao mesmo tempo que se enriqueciam de forma espectacular.

Assim, a América do Norte se superiorizou em relação à Europa, pelo que abandonou a sua política defensiva e continental, com a Declaração Wandenbergh, em 1948, baseada naquela política no isolacionismo e protecção, do tempo de Monroe, quando a palavra de ordem, era «A América para os americanos», expressão esta que justificava também a sua influência sobre a América Latina, transformada praticamente em seu quintal, onde os Estados Unidos têm colhido bem com as ditaduras que ali semearam, e onde a OEA, funcionava para USA como uma espécie de Ministério das Colónias.

Efectivamente, esta vontade de controlar e dominar o mercado mundial, surge clara, é óbvia, com o enfraquecimento da Europa, logo depois da II Grande Guerra, levando aquela potência, com o Plano Marshall, a auxiliar aqueles aliados, em sua própria defesa, frente ao grande obstáculo comunista. Situação que aproveitou largamente, ocupando posições de domínio, através da sua poderosa máquina económica, sem esquecer a militar, que antes pertenciam à Inglaterra, França e à Alemanha.

É que a escala de domínio dos Estados Unidos, depois daquelas três guerras, deixou de ser continental, como já escrevemos algures, para ser planetária, global.

A vitalidade do sistema, avaliações e vaticínios

Como acabamos de ver são forças e movimentos que sugerem uma avaliação, um balanço do sistema,

durante a sua vida de dois séculos. Avaliação que nos leva às previsões de dois grandes nomes do saber económico como K. Marx e Schumpeter que, com fundamentos em análises e tempos diferentes vaticinaram o fim do sistema.

O primeiro, à base de defeitos de raiz, das contradições internas e dos excessos anti-sociais do sistema, os quais provocariam tão fortes reacções sobre o social e o humano e, por consequência, sobre o económico que, forçosamente, conduziriam o domínio do sistema ao seu fim. O segundo, resultado daquelas contradições que intensificando-se provocariam a desregulação do sistema e com ela a sua auto-destruição.

Análises unânimes em reconhecer de que há defeitos de base que penalizam a gestão do sistema e que não asseguram a este uma vida eterna. De resto, é o que nos diz o processo evolutivo da história da Humanidade, cheia de turbulências, rupturas, invasões, guerras, descontinuidades sistémicas e, agora ainda mais agregando a estes riscos, os maus tratos à Natureza, ao ar que se respira e a água que se bebe e nos envolve.

Fases históricas que se sucedem, ainda que o liberalismo económico tenha demonstrado grande vitalidade e capacidade de defesa, de criação e de adaptação, que vai já para dois séculos de vida, talvez devido ao facto de mexer mais directamente com o instinto das pessoas, com os seus desejos mais íntimos, a sua segurança e vaidade...

Agora, passado certo tempo, pode ver-se melhor o que significou o colapso soviético para o Ocidente liberal e capitalista: novas e grandes perspectivas de expansão, novos desafios de enriquecimento se abriram para esse sistema, agora triunfante sobre as ideias socialistas, com o caminho desimpedido, para conquistar o mundo, a meta final. E meta final, porque

Caminhos da Esquerda

será total e planetária, pois que a sua expansão, geograficamente, acabará aqui, na Terra finita, e que por ser finita vai impedir que o sistema se possa projectar no tempo, porque a sua natureza expansiva exige espaço, o infinito.

Mas estará o sistema capitalista condenado a morrer?

A sua actividade, as vitórias registadas e a sua relativa longevidade parecem contrariar esse vaticínio, já adiantado por aqueles dois notáveis economistas, pois que o sistema prossegue bem vivo a expandir-se, manobrando com desenvoltura e hipocrisia os conceitos de democracia, de liberdade, de desenvolvimento, de mercado, etc. a seu favor, agora com redobrado vigor e abrangência, a tal ponto que acabou por se impor ao mundo, o que, por isso, se chama agora capitalismo global, mas que é também, perigosamente, totalitário.

Isto, é claro, se o factor trabalho não for violentado com mais desemprego e insegurança, se a pobreza e a degradação social não aumentarem e se a concorrência não se transformar em rivalidades conflituosas e se as periferias não se atrasarem mais e os seus fundamentalismos não se acentuarem e serem cada vez mais ameaçadores em relação à ordem ocidental prevalecente.

A não ser que, entretanto, o homem tome consciência da situação, mas que não tendo ainda descoberto um planeta habitável em qualquer galáxia do cosmos, para onde possa transferir o excedente da população ou mesmo a totalidade, encare o problema de frente e desde logo opte por uma gestão racional, que dê prioridade à vida humana e às condições sociais e da Natureza que a envolvem, ou seja, que se assegure um certo equilíbrio entre aquela e o colectivo e se concilie a liberdade com a igualdade, o que exigirá, repetimos, cultura generalizada e democracia a sério.

Efectivamente, o liberalismo económico, hoje tocado pelo triunfalismo, diversificou e multiplicou as suas operações gestoras, sobretudo no âmbito financeiro, nesse processo global, em que se empenhou, ao mesmo tempo que, por defesa própria, não desiste de combater tudo e todos que lhe oponham resistência e, nesse empenhamento, insiste na destruição das ideias socialistas — o que prova a existência destas — quando estas afinal, repetimos, são produto seu, resultado da sua própria gestão. São uma grande parte da sua consciência.

E nesse processo expansionista alimentado por grandes avanços científicos e tecnológicos, o ultra-liberalismo, lançou-se, com o mundo rendido a seus pés, na apropriação de tudo que dê dinheiro e poder, ou que lhe proporcione condições para o efeito.

Perspectivas que são também preocupantes, mas que a democracia com o agravamento da situação tornar-se-á por certo mais rigorosa e interveniente, o que contribuirá para corrigir e modelar este evoluir do sistema, dialecticamente, por forma a que a sua evolução beneficie mais o homem, o colectivo e a Natureza.

A instabilidade e os riscos que o capitalismo enfrenta nesta fase de globalização

É preciso não esquecer que o liberalismo económico apesar de todos os seus êxitos, nunca deixou de criar situações de risco com as muitas contradições com que luta internamente, como já referimos, geradoras de recessões, depressões e crises económicas, confrontos bélicos, desemprego estrutural, assimetrias regionais e inter-conti-

mentais, precariedade social, etc., etc., as quais podem fazer vacilar o sistema na sua rota, agora com projecção mundial.

Situações que levam o respeitado economista norte-americano George Soros, na linha de Schumpeter e Marx, a dizer: «Receio que a opinião, que defende a necessidade de estender os mecanismos de mercado a todas as esferas da sociedade conduza necessariamente à destruição da própria sociedade».

Isto observando o processo do lado de dentro, porque há outros aspectos, não menos perturbadores, que o sistema poderá vir a enfrentar, e que geralmente se ignoram, mas que lhe são exteriores, como por exemplo, o étnico, o ideológico, o religioso e até a própria democracia, se exercida por inteiro.

Podem gerar estas situações, por exemplo, a China, o Vietname, a Coreia do Norte e Cuba e outros países que mantêm um certo distanciamento ou desconfiança, como a Rússia, a Índia e ainda alguns países muçulmanos, mais fundamentalistas, como o Irão, a Líbia, o Sudão, o Iraque, etc., os quais, no conjunto, somam uma população que representa mais de metade da população mundial.

Que se não esqueça que grande parte destes povos move-se ainda dentro de velhos rancores dos tempos do colonialismo, de que foram vítimas, através da mais odiosa ocupação e exploração, com escravatura, massacres, tráfico de ópio, etc. e que o neocolonialismo, hoje presente, formalmente mais humanizado, não deixa de ser incómodo e de trazer, dolorosamente, à memória desses povos. Povos que, ali e acolá, sendo países subdesenvolvidos e fracos, recorrem na sua ira e desconforto às armas de que dispõem, o terrorismo, afinal, causa e efeito daquele outro terrorismo, mais imoral, que teve origem no Ocidente, dito civilizado, com o colonialismo.

Finalmente, uma outra causa

de risco para este sistema vitorioso, a que já aludimos antes, talvez o mais susceptível de questionar e de pôr em causa a gestão capitalista, é a presença, ou melhor a coexistência do sistema com as práticas democráticas, as quais, agora sob clamores de protestos, das gritantes desigualdades entre ricos e pobres e da degradação social, poderão, insistimos, tornar-se mais críticas e intervenientes se, porventura, as mesmas se libertarem dos condicionamentos que as prendem até agora ao «establishment», erguendo-se mais genuínas e rigorosas contra os defeitos e excessos daquele ultra-liberalismo.

Deve salientar-se que a democracia política que hoje vive com a gestão capitalista, só foi possível, porque a mesma foi amputada por essa gestão, pelo sistema, das suas vertentes social e económica, para que este, ao mesmo tempo que adquiria dimensão humana, através da vertente política, pudesse mover-se e realizar-se melhor...

De outro modo, temos de reconhecer que, se essa democracia fosse tão crítica em relação às vertentes económica e social quanto é hoje em relação à vertente política, a gestão capitalista por certo já há muito que teria corrigido os seus defeitos e excessos ou até mesmo, quiçá, soçobrado.

Desta maneira, como sugerimos acima, é a partir deste pacto anti-natura com essa democracia, que o sistema pôde sobreviver com todas as suas hipocrisias, perversões e excessos.

É neste quadro que este capitalismo abusou de alguns conceitos e valores de grande respeitabilidade. Assim, para o efeito, utilizou o individualismo na sua forma egoísta, instintiva e primária, parece que mais apelativa do que a solidariedade socialista, para incentivar e dinamizar os seus projectos expansionistas. Do mesmo modo, serviu-se do conceito liberdade, mas no seu significado irres-

ponsável, aquele que não olha à liberdade do próximo.

Escrevemos algures de que a liberdade, a igualdade e a fraternidade, são valores que hoje são reduzidos a pura retórica, mas com a particularidade de os dois últimos, mais exigentes e rígidos no seu significado, terem sido reduzidos praticamente ao silêncio, por serem politicamente indesejáveis ao «establishment», enquanto a liberdade, o primeiro, ter sido promovido a ídolo do sistema, por possuir o significado mais especulativo no domínio ético, prestando-se ao uso abusivo do termo, que serve perfeitamente bem a causa capitalista.

Liberdade que surge no quadro de uma concorrência em delírio, para satisfazer um mercado bastante selectivo, que excluí das suas operações o cidadão que não tiver dinheiro, não for portanto solvável, sem que ele, na maior parte das vezes, tenha disso culpa, quando está por exemplo desempregado ou está escassamente subsidiado, para não falar já na pobreza.

E tudo isto, potenciado, devido à nova situação criada com o inesperado colapso soviético, que provocou no Ocidente autênticas explosões de triunfalismo, que dispararam por todo o lado iniciativas ultraliberalistas e totalitárias, até, aí, mais ou menos contidas.

Nestas iniciativas, as causas das mesmas, o capital, teve o cuidado de não se mostrar directamente, encobrindo-se através da tecnologia, da produtividade e de uma democracia manipulada, as quais ignoram na prática os trabalhadores, estes cada vez mais parcelados funcionalmente e individualizados, fragilizando o próprio sindicalismo, através da insegurança que experimentam, que facilita sobretudo o emprego precário, o trabalho clandestino, etc.

E não só, o capital sempre insatisfeito, aproveitou, com as faci-

Caminhos da Esquerda

lidades criadas nas relações internacionais, lançar-se nas deslocalizações de grandes fábricas para áreas atrasadas, com mão-de-obra barata e favores fiscais, na mira de obter menores custos na sua produção e, portanto, maiores lucros. No mesmo sentido lucrativo, mas no quadro organizacional, está em curso o grande negócio das megas-fusões, promotoras de despedimentos em massa e da formação de megas-monopólios, com todas as suas nefastas consequências, em termos de preços e de poder.

Grandes lucros que estão na origem de algumas falências, geralmente virtuais, e que, por sua vez, contribuem para agravar os défices da balança comercial dos países promotores de tais deslocalizações. Lucros que depois as próprias empresas beneficiárias, sem qualquer espécie de pudor, glorificam e publicitam no seu próprio país, cheio de desemprego e de pobreza, os ganhos realizados em milhões.

A função das práticas democráticas e da culturização no processo civilizacional

É que o pacto anti-natura consentido, insistimos, que permitiu que o capitalismo, essencialmente materialista, se pudesse realizar com tanta desenvoltura, deve-se ao facto de o sistema ter-se aproveitado de certas leituras da democracia a seu favor, ajustando-se sobretudo à sua vertente política, o que lhe permitiu mais poder de manobra e assegurar-lhe uma melhor imagem, com rosto humano.

Assim evoluiu o sistema através dos tempos, em que esse arranjo e convívio foi sempre objecto de refinamentos e ajustamen-

tos, o que lhe permitiu mover-se com uma certa estabilidade, segurança e impunidade.

Sistema, porém, tenha-se presente, logo que mais liberto de pressões contrárias, os seus defeitos acentuar-se-ão e os excessos revelar-se-ão com mais violência, como aqueles que se começam agora a sentir, o que naturalmente vão provocar reacções, também violentas, em resposta à agressividade desenvolvida pela sua gestão.

Violências, que já existiam, mas que se agravaram com a vitória no campo internacional do capitalismo sobre o socialismo, o que acelerou o processo de radicalização do sistema, marcado agora pelo domínio financeiro, dentro do qual a especulação exhibe-se com força e com bastante impunidade.

São acções que saltaram para a via pública, sobretudo depois da «Guerra Fria» e que estão a provocar fortes reacções, despertando forças contrárias, autênticos antídotos, em defesa da saúde do colectivo, revigorando a Oposição, em particular o socialismo, para que o confronto saudável e consequente entre aquelas forças possa subsistir e resultar.

As críticas e os protestos são agora mais frequentes contra os excessos e as agressividades do sistema, os quais com o tempo e a manterem-se, serão promotores de terapêuticas correctivas e de mudança, veiculadas estas sobretudo pelos partidos políticos e movimentos cívicos, cujas acções, pouco a pouco, se avolumam e adquirem audiência, fazendo opinião pública.

Estamos em crer que estes enfrentamentos de interesses e valores, processados dentro de condições democráticas e da culturização do cidadão, as necessárias correcções e mudanças antes referidas, surgirão dentro de uma certa compostura, acabando por cair no consensual. Caso contrário, na ausência daquelas condições, que a

história também regista, as correcções e as mudanças exigidas surgirão, mas à base da correlação de forças radicalizadas, que acabam geralmente em soluções de domínio precário, provisórias, que demoram a ser corrigidas, com apelo à violência, e depois de fazerem estragos.

De facto, com os sucessos conseguidos o liberalismo económico ou melhor, o ultra-liberalismo, ultrapassados alguns obstáculos, como valores e instituições tradicionais de soberania, a moeda e a propriedade pública, já referidos, o sistema trata agora de ultrapassar as barreiras que lhe restam transpor, para ser global e totalitário, centradas sobretudo no poder político, que em grande parte já capitalizou também.

A formação de classes. A Direita e a Esquerda. O Centro e a estabilidade

Finalmente, no mundo ocidental, movem-se, dentro do pluralismo político existente, dito democrático, forças que modelaram a estrutura da sociedade em classes, determinadas estas, em grande parte pelas fortunas feitas e rendimentos médios que cada cidadão colhe, o que lhes outorga um estatuto social, que os integra numa dada classe que compõe a sociedade.

As classes estabelecidas na prática, não explicitadas, são: a classe alta, a média e a baixa, esta última, de longe, a mais numerosa. A primeira, em número reduzidíssimo, é a privilegiada e a toda poderosa; a segunda, a mais mexida, que alimenta a primeira e é alimentada pela terceira, divide-se por sua vez em três sub-classes: a alta, a média e a baixa, mas com a qualidade, muito especial, pelo facto

de se situar entre as duas outras classes e de ser aliada da classe alta, que ela deseja alcançar. Situação esta que impedirá em grande parte, que a classe baixa possa subir e porventura dominar, o que dá à classe média um estatuto adicional de poder arbitral. A terceira, a classe baixa, a classe sofrida e revoltada, apenas dependente da sua força de trabalho, é constituída por trabalhadores, desempregados, pobres, excluídos, etc.

Classe média que, ultimamente foi reforçada através da nova estrutura produtiva, mais parcelada e mais individualizada que anteriormente, resultado da introdução na actividade económica de tecnologias em massa, e que fez aumentar, mediante a sua população activa, o sector dos serviços e com ele a sua população activa, engrossando aquela através da classe baixa.

Salientamos que as classes com maior grau de satisfação material, a alta e a média, marcam geralmente o «establishment» e este, apoiado na tecnologia da informação e das comunicações, produz a voz mais abrangente e influente dos tempos modernos, os «média», mesmo mais do que a voz dos próprios partidos políticos mas, em que a voz da classe baixa, embora sendo a mais numerosa é, praticamente, silenciada, o que beneficia particularmente a «Situação».

Classes, cujos níveis de rendimentos, como vimos, têm fortes implicações na composição e audiência dos partidos políticos da «Direita» e da «Esquerda», onde, teoricamente, a primeira representa a classe alta e a segunda a classe baixa. A classe média, flutuaria entre a «Direita» e a «Esquerda», formando o «Centro», o qual, é notório, tende servir a «Direita».

Mas a realidade de hoje é algo diferente, embora respeite aquele esquema, foge ao rigor e à rigidez das suas relações acima indicadas entre o político e o sócio-econó-

mico, porque o processo societal actua sobre essas estruturas, ajustando a sua representatividade aos condicionalismos e interesses materiais que desenvolve.

No entanto, até aos anos 70, pode dizer-se que, no mundo ocidental, essas relações eram mais rigorosas e claras do que são hoje, e o «Centro» praticamente não tinha significado. E não tinha significado porque os interesses dessas frentes («Direita» e «Esquerda») se exibiam mais genuínos e marcados.

A partir daqueles anos, porém, tem-se vindo a assistir à diluição gradual das fronteiras que separavam essas frentes políticas, em particular, as que se referem aos partidos políticos maioritários, cujas práticas convergem irresistivelmente para uma espécie de «Centro acomodado», que não representa contribuições simétricas, porque é a «Esquerda», por via da insegurança, afectada pelas dúvidas ideológicas e sob pressão do triunfalismo da «Direita», é que mais se deslocou e sacrificou os seus ideários, deixando para trás grande parte da família de «Esquerda»: trabalhadores, pobres, excluídos, etc.

Fenómenos de inter-acção, dinâmicos e complexos, operados sobre vertentes económica, social e política, que vêm favorecendo a «Direita», a qual, manejando a democracia política, que diríamos antes democracia capitalista, com sabedoria e poder, de quem é dono de tudo, soube evitar situações de ruptura, mantendo a «Esquerda» num estado de suficiência insegura, em termos mais ou menos cordatos...

O Capitalismo e o Socialismo tendem a aproveitar-se reciprocamente...

O sistema capitalista como instrumento de acção sócio-económica, deve ser avaliado, porque a

Caminhos da Esquerda

sua lógica e fins, centram-se na formação do lucro, na apropriação dos meios de produção e na repartição desigual dos rendimentos, os quais geram exploradores e explorados, pobres e ricos, assimetrias regionais, fundamentalismos, violências, etc.

Enfim, todo um conjunto de situações que hoje se agravam cada vez mais, como referimos atrás.

Mas antes temos de reconhecer, por outro lado, através da sua força e engenho, que o capitalismo acelerou e alargou o crescimento económico, diversificou a produção, intensificou a investigação e a inventiva no domínio da ciência e da tecnologia e acumulou riqueza que viabilizaria, porventura, empreendimentos com potencialidades mais do que suficientes para acabar de vez com toda a miséria e fome que grassa no mundo. E, daí concluir-se desde logo a grande necessidade de conter os excessos da sua gestão, de melhor redistribuir os seus produtos e utilizar as suas potencialidades mais humana, social e ecologicamente.

Este capitalismo, hoje, praticamente sem oponentes e todo poderoso, é algo diferente do capitalismo de há 20 anos atrás e que, por isso, já o baptizaram de neo-capitalismo ou mesmo de ultra-liberalismo, por envolver uma nova escala de poderes, novos recursos, e por se encontrar completamente solto, sem ter por diante, como tinha antes, nacionalismos e socialismos combativos e convictos, que hoje, este último, ainda por cima, aparece envergonhado em intervir.

Importa, no entanto, observar, vendo os «prós» e «contras», de que as capacidades, a expansão e os êxitos antes referidos, devem-se em parte a algumas funções e valores que a gestão capitalista perverteu, mas que uma análise objectiva e de bom senso aconselham sejam devidamente considerados e repostas as suas virtudes,

para intervir em eventuais medidas de racionalização, contenção e de correcção, destinadas a evitar que o processo económico em curso agrave as permissividades, os desmandos e os excessos que hoje se registam.

Estão nestas condições, a título indicativo, a função de mercado, através do qual tudo, o bem e o mal, se justifica; o *Estado*, claramente esvaziado das suas competências nobres, no quadro público e social e no ético e jurídico; a propriedade pública e social, submetidas a todo o género de saques; a liberdade e a dignidade do homem, hoje, valores seriamente pervertidos na prática; a ausência, a todos os títulos lamentável, de um verdadeiro serviço público de informação (imprensa, rádio e televisão); uma política fiscal redistributiva sobre os impostos directos e a sua progressividade...

Além do que este capitalismo gera situações que, à luz da moral e da própria iniciativa privada, não têm fundamento, como sejam as insenções fiscais às grandes empresas e a entrega de generosos subsídios, mesmo quando as empresas cobram avultados lucros e outras regalias. Empresas que depois vão investir em novas tecnologias e deslocalizações de fábricas para áreas conhecidas por «paraísos fiscais» (Terceiro Mundo). Iniciativas estas que aumentam a produtividade, a qual lança automaticamente no desemprego milhares de trabalhadores, quando o invento e a nova tecnologia estariam na mente do seu inventor, precisamente, para aliviar aqueles e não para os atirar para o desemprego e o desespero.

Daí, resultar o desemprego chamado estrutural, o subemprego e o emprego precário, mas não, as contra-partidas correspondentes às reduções das horas de trabalho e a diminuição da idade de reforma, que são ignoradas pelo empresário na ânsia de maximizar os lucros,

depois, como alguém disse: «a tecnologia não reivindica».

E no contexto internacional, sobressai a necessidade de questionar o poder unipolar versus Nações Unidas, que seria até uma boa agenda de trabalhos; a grande dúvida de alguns países àquela Instituição em particular a dos Estados Unidos, a maior. Autonomia de defesa da Europa, com promoção da UEO, para conter o poder unipolar. O número das grandes potências no Conselho de Segurança, que deveria ser ampliado, impeditivo de decisões democráticas e de respeito pela dignidade dos povos. O grande negócio do armamento nas mãos das grandes potências. A erradicação da pobreza e protecção ambiental.

E também procurar integrar a

ajuda financeira ao investimento destinado a servir o desenvolvimento das populações mais carenciadas em alimentos, água potável, saúde e habitação. E ainda, pôr em prática, a criação de uma taxa a cobrar sobre operações especulativas de capitais financeiros (operações bolsistas, que representam milhões), destinada a apoiar projectos de desenvolvimento e de defesa da Natureza (James Tobin, Nobel de economia norte-americano).

Em princípio, pois, não somos contra a globalização económica, somos, sim, contra a dose maciça e dominante do capitalismo totalitário que aquela integra, excluindo em termos quase absolutos a globalização humanista e os direitos sociais. ▼

Bibliografia

- SCHUMPTER, *A Teoria do Desenvolvimento Económico*, 1994.
- SAMIR AMIN, *Uma Crise Estrutural*, 1975.
- GRUPO DE LISBOA, *Limites à Competição*, 1994.
- J. JORGE VEIGUINHA, *A Hegemonia Capitalista*, Finisterra, 1998.
- LUÍS ECHEVERRÍA, *El Nuevo Orden Económico Mundial*, UNESCO, 1979.
- Ulpiano Nascimento, *O Crescimento Terminal do Capitalismo*, 1992.
- LESTER THURLOW, *The Future of Capitalism*, London, 1995.
- JOÃO MARIA DE FREITAS BRANCO, *Dialéctica, Ciência e Natureza*, 1990.
- H-P. MARTIN e H. SHUMANN, *A armadilha da Globalização*, Terra-mar, 1998.

VERTICE

Nos próximos números:

- Globalização e neoliberalismo
- José Saramago
- Os 25 anos do 25 de Abril
- Literaturas africanas em língua portuguesa

VÉRTICE

Em Estudo

CD25A

CD25A

Qualidades imprescindíveis

Som, música e práticas coreográficas na Índia — II

Nas danças clássicas indianas a motilidade do ou da intérprete herda e prolonga o disfrute duma outorgação, a experiência de uma entrega ao divino. O cognitivo, o motriz e o sensório, assistem-se mutuamente, intercalam-se numa simbiose expressiva. No trajecto sequencial no espaço e no tempo, o automático e o intencional, o calculado e o espontâneo parecem evidenciar a mesma naturalidade, onde a música evoca os gestos e os gestos modelam a música.

Sabemos hoje que a percepção da actividade locomotora implica uma complexa cooperação de informação sensória. A acção de nos deslocarmos envolve o sistema vestibular do ouvido interno, receptores visuais, cutâneos, musculares e junturais. Nas dinâmicas coreográficas indianas essa colaboração sensória parece algo intuível, um dado adquirido e interiorizado que a bailarina ou bailarino usufrui como um deleitamento, uma sa-

tisfação. A força sugestiva dos movimentos intensifica-se quando transparece este prazer, facilitando uma propulsão empática. Tanto quem interpreta como quem assiste, a certa altura enredam-se a tal ponto que se esbatem os limites identitários. Suavemente instaura-se um alento de dissolução daquilo que se é, uma dormência nos contornos ontológicos, adensando-se e entranhando-se até involuntariamente o corpo sentir que o ar absorvido, expelido, e retido, as con-

tracções musculares, a pulsação ou os sentimentos pertencem à personagem em cena. «A empatia funciona com dados, tais como o cheiro, visão, som; o cheiro do medo, a visão de lágrimas, do rubor e do esgar; o som de cadências, tons, formas de respirar, suspiros. Poderemos dizer que a empatia funciona a níveis primitivos, tais como o celular, glandular, olfactivo, químico, electromagnético, autonómico, postural, gestural ... muito mais do que a nível da linguagem». (1) Sofisticadas artes de insinuar, a empatia nas práticas cénicas da Ásia não advém duma sintonia emocional ou sentimental com a tangibilidade mimética de alguém que em palco simula padecer ou amar, não resulta duma «prosaica» imitação da realidade, mas sim da tentativa de nos patentear com delicadeza a essência do sofrimento ou do enamoramento, experimentar com genuinidade uma situação até ao mais ínfimo detalhe.

Os intérpretes clássicos indianos não valorizam esteticamente a literalidade comunicativa em palco. A exibição e solitação de uma anatomia de músculos salientes, torneados por um árduo treino técnico, não é apreciada, nem as aparentes vontades de desafiar ou abolir a força da gravidade, como sucede nos formidáveis voos acrobáticos da Ópera de Pequim ou nas mag-

níficas deslocções aéreas do ballet clássico europeu. O que aqui está em questão não é só descobrir soluções morfológicas e encadeamentos cinéticos no espaço para veicular uma narração, ideias, transmitir mensagens, mas encontrar a perpétua singularidade da forma, a perfeição ou mestria atemporal das poses e gestos para a transmissão de conteúdos. Essas posturas (Bhangas) cristalizam a busca de perenidade e configuram-se a partir de desvios, inclinações ou variantes de equilíbrio a partir do eixo vertical mediano do corpo. «The perfect pose is a moment of arrested time in limited space». (2) As curvaturas geradas a partir dessa linha de referência chave podem incluir quatro tipos gerais de posições ou seja, Abhanga, Samabhanga, Atibhanga e Tribhanga. Na primeira, indicando serenidade ou meditação, a bailarina está de pé, com o corpo levemente inclinado e todo o seu peso é suportado por uma só perna. Na segunda, representando equilíbrio espiritual, o corpo mantém-se direito, com o peso uniformemente distribuído pelas pernas. Na terceira, aludindo às poses de Shiva Nataraja ou de Krishna, isto é, ao aspecto Tandava da dança, uma perna fica flectida para diante ou para trás e a outra dobrada pelo joelho. Na última, descrevendo os desenhos de atitude de deusas e mulheres, de natureza Lasya, ocorrem três afastamentos da direcção vertical, respectivamente na cabeça, no tronco (com um sentido oposto ao anterior), e abaixo da cintura (inverso ao anterior). O cuidado fundamental centra-se na superação coreográfica da temporalidade, na abolição da incessante continuidade cronológica pelo ideal duma eternização da forma, para com ela exprimir o absoluto. Por outro lado, «The essential feature of sound is not in location but in filling space, it lacks the boundaries of visual space but while

not being representational it has direct access to the emotions from every point. In partnership with this factor, visual space is skillfully utilized in the interplay between sense perceptions on the Asian stage. Gesture, for example, is not treated as isolated action separable from the greater unity but as precisely controlled method of communication integrated with the total physical movement of the performer of whom it becomes a consummately calculated extension in the spacial context». (3) Na cosmogonia Hindu o som e o movimento estão latentes na génese e decurso do universo. A dança Tandava de Shiva cadenciada pelo soar do seu tambor (Damaru), define os macro e microciclos cósmicos, simboliza os ritmos da sua diligência (Panchakritya) criadora e de desenvolvimento (Shrishty) de gerência e conservação do equilíbrio absoluto (Sthity), destruição e involução ou retorno sobre si (Samhara), incorporação das almas (Triabhava) e de emancipação do ciclo (Anugraha). «Du point de vue cosmogonique, il faut distinguer deux temporalités: celle des êtres individuels, scandée par leur destinée, elle-même structurée par leurs mérites et leurs démérites. Quant à la temporalité cosmique, elle obéit à une autre loi, une loi d'évolution et d'invololution successives, indéfiniment recommencées: c'est une temporalité cyclique, tandis que la temporalité karmique va, en ligne brisée, vers le haut ou vers le bas, selon la qualité des «actes» accomplis. Le temps cyclique est le réceptacle des temporalités karmiques». (4) Este tempo cíclico acompanha o movimento de distensão e de contracção do universo. «Shiva does not merely destroy the heavens and earth at the close of a world cycle, but the fetters that bind each separate soul. The burning ground is not the place where our earthly bodies are cremated but the hearts of his lo-

vers and worshippers laid waste and desolate. The place where the ego is destroyed signifies the state where illusion and deeds are burnt away, that is the crematorium where Nataraja dances». (5)

O género coreográfico que investigaremos neste texto designa-se por Mohiniyattam da região de Kerala. Consiste numa arte oriunda dos templos indianos, legatária da tradição das Devadasis, cujo nome, Mohini, literalmente qualifica uma mulher com atributos sedutores que confunde, ilude ou engana e nos reporta ao episódio mítico da agitação do oceano (Amrita Manthana). Nele, os deuses e os anti-deuses ou demónios (Asuras ou Daityas), aliados, esforçavam-se por extrair a bebida da imortalidade (Amrita) dos confins profundos do mar de leite (Kshirodadhhi). Para remover a inestimável substância era necessário revolver a extensão líquida. Seguindo uma das versões da história (6), verificamos que a solução encontrada foi utilizar a montanha Mandara como haste rotatória, impulsionada com o auxílio da gigantesca serpente Vasuka. Esta, como uma corda, enlaçou-se em redor da elevação de terra, rocha e vegetação. Mandara foi transportada e mergulhada no oceano, assente no dorso do rei das tartarugas (Kurma ou Akupara). Puxando alternativamente as extremidades de Vasuka, os deuses e Asuras fizeram girar a montanha que friccionou o mar e suscitou um imenso turbilhão. Da boca do colossal réptil escapou vapor que se condensou em nuvens e estas em chuva e relâmpagos, refrescando os intervenientes exaustos pela vigorosa tarefa. Proveniente deste atrito, o fogo dardejou as suas labaredas sobre a montanha, esbraseando e consumindo a flora e as criaturas que nela habitavam. Do Kshirodadhhi saiu então manteiga aromática, derivando da goma e sumos que escorreram das ervas, árvores

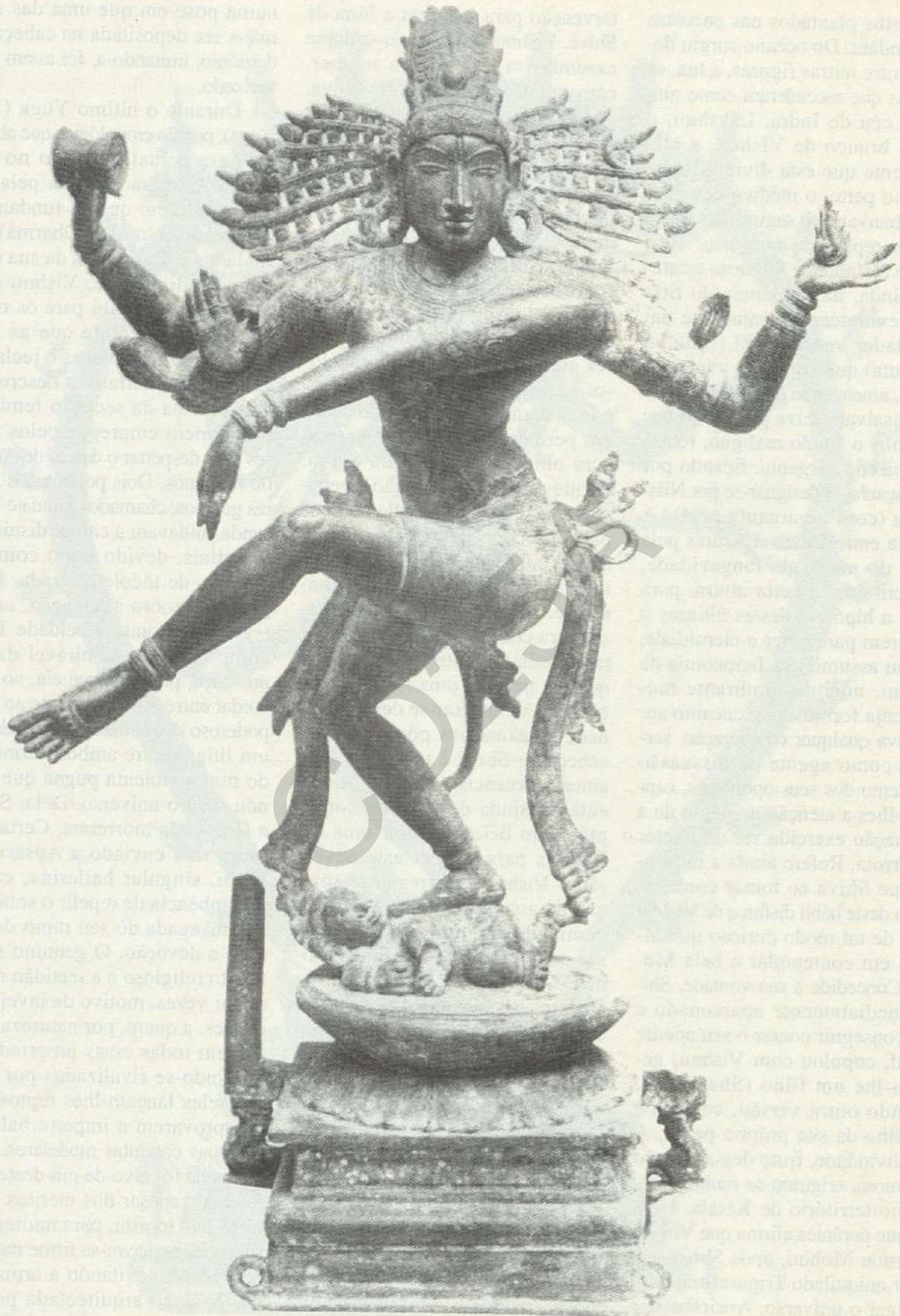


Figura 1 — Shiva Nataraja, cobre, Sul da Índia, século xvii.

e arbustos plantados nas encostas de Mandara. Do oceano surgiu depois, entre outras figuras, a lua, as Apsaras que ascenderam como ninfas ao céu de Indra, Lakshmi, o corcel branco de Vishnu, a jóia refulgente que esta divindade ostenta no peito, o médico dos deuses, Dhanvantari, segurando a taça doirada repleta de ambrósia, Airavata, o elefante de fabulosa estatura e ainda, na sequência do titânico revoltear, derramou-se um devastador veneno azul (Hala ou Kalakuta) que começou a inundar a terra, ameaçando exterminar tudo. Para a salvar, Shiva prontificou-se a engolir o fluido maligno, restando-o na sua garganta, ficando por essa façanha, a designar-se por Nilakantha (com a garganta azul). A disputa entre Devas e Asuras pela posse do néctar da longevidade, fez com que, a certa altura, para evitar a hipótese destes últimos o ingerirem para obter a eternidade, Vishnu assumisse a fisionomia de Mohini, uma deslumbrante mulher, cuja formosura e encanto suplantava qualquer comparação, servindo como agente de dissuasão do intento dos seus oponentes, captando-lhes a atenção ao ponto de a fascinação exercida ser um factor de derrota. Refere ainda a mitologia que Shiva ao tomar conhecimento deste hábil disfarce de Vishnu ficou de tal modo curioso que insistiu em contemplar a bela Mohini. Concedida a sua vontade, Shiva, imediatamente apaixonado e sem conseguir conter o seu apetite carnal, copulou com Vishnu, gerando-lhe um filho (Shasta) ou, segundo outra versão, concebeu um filho da sua própria perna. A esta divindade, fruto dessa afeição impetuosa, erigiram-se muitos templos no território de Kerala. Uma variante purânica afirma que Vishnu encarnou Mohini, após Shiva irado ter aniquilado Tripurasura, para proteger o universo. Ansiosos por se desferrarem, os Asuras interpe-laram Vishnu solicitando a sua in-

tervenção para sossegar a fúria de Shiva. Vishnu transformou-se numa assombrosa e tentadora mulher, cativando irresistivelmente Shiva. Ávido, Shiva possuiu Vishnu, proporcionando essa união a gestação do deus Dharma Shasta, Ayyappa ou Aiyandar, popular no sul da Índia. Mas esta não foi a única vez que a divindade para preservar a ordem avocou um invólucro artificial, se escudou na falsidade mórfica dum mulher atraente, incitando o desejo dos interlocutores até ao desvario, conduzindo-os, nessa cegueira que os acometeu, ao desastre ou submissão. Após um período penitencial, Bhasmasura obteve as graças de Shiva. Dando provas de redenção e veneração, este demónio pede ao deus para lhe conceder um benefício. Shiva, confiante na virtude e boas intenções dele, acedeu ingenuamente. A pretensão de Bhasmasura era conseguir o poder de matar imediatamente alguém, logo que lhe pusesse uma mão sobre a cabeça. Ao apossar-se desta faculdade Bhasmasura pôs a mão na cabeça de Shiva e tornou-se uma ameaça potencial. Shiva procurou então a ajuda de Vishnu, com o propósito dele ponderar uma estratégia para vencer este adversário. Vishnu encarregou-se sozinho do assunto. Para o plano congeminado funcionar, recorreu à sua magistral dissimulação em Mohini. Confrontado com o ardid de Vishnu, Bhasmasura ficou ofuscado e rendido ao extremo agrado que Mohini lhe provocou. Com o discernimento tolhido e a esperança de intimidade com ela, Bhasmasura aceitou um desafio para uma dança a dois. Na altura aprazada, os dois juntaram-se e, progressivamente, a dança foi evoluindo para um apogeu arrebatador. A certo momento, estando o entusiasmo do Asura suficientemente instigado, Mohini calculadamente realizou uma sequência de movimentos que concluíram

numa pose em que uma das suas mãos era depositada na cabeça. O demónio, imitando-a, foi assim pulverizado.

Durante o último Yuga (Kali Yuga), porção cronológica que abrange a era actual, iniciado no ano 3102 a.C., caracterizada pela degeneração, em que os fundamentos da ética e moral (Dharma) são abalados e destituídos da sua qualidade e dignidade, Vishnu apareceu como Mohini para os repôr ou instaurar sempre que as irregularidades e injustiças o reclamavam. Várias narrativas descrevem a artimanha da sedução feminina como meio empregue pelos deuses para despertar o desejo de Asuras ou humanos. Dois portentosos Asuras gémeos, chamados Sunda e Upasunda, andavam a causar distúrbios celestiais, devido a um comportamento de índole celerada. Indra para pôr cobro à situação, encarregou do assunto a beldade Tilotama. O efeito admirável da sua presença, permitiu que ela, ao concordar entregar-se sómente ao mais poderoso dos irmãos, desencadeasse um litígio entre ambos, terminando numa violenta pugna que abanou todo o universo. Dela, Sunda e Upasunda morreram. Certa vez, Indra terá enviado a Apsara Urvashi, singular bailarina, com a incumbência de repelir o soberano Rukmangada do seu rumo de virtude e devoção. O genuíno sentimento religioso e a rectidão moral é, por vezes, motivo de inveja dos deuses, a quem, por natureza, pertencem todas essas propriedades. Sentindo-se rivalizados por mortais, eles lançam-lhes reptos para comprovarem a imperturbabilidade das suas condutas modelares. Rukmangada foi alvo de um destes testes mas, apesar dos méritos sedutores de Urvashi, para muitos irresistíveis, manteve-se firme nas suas convicções, evitando a armadilha da tentação arquitectada por Indra. Nas representações de Kathakali em Kerala, surgem, nalgumas

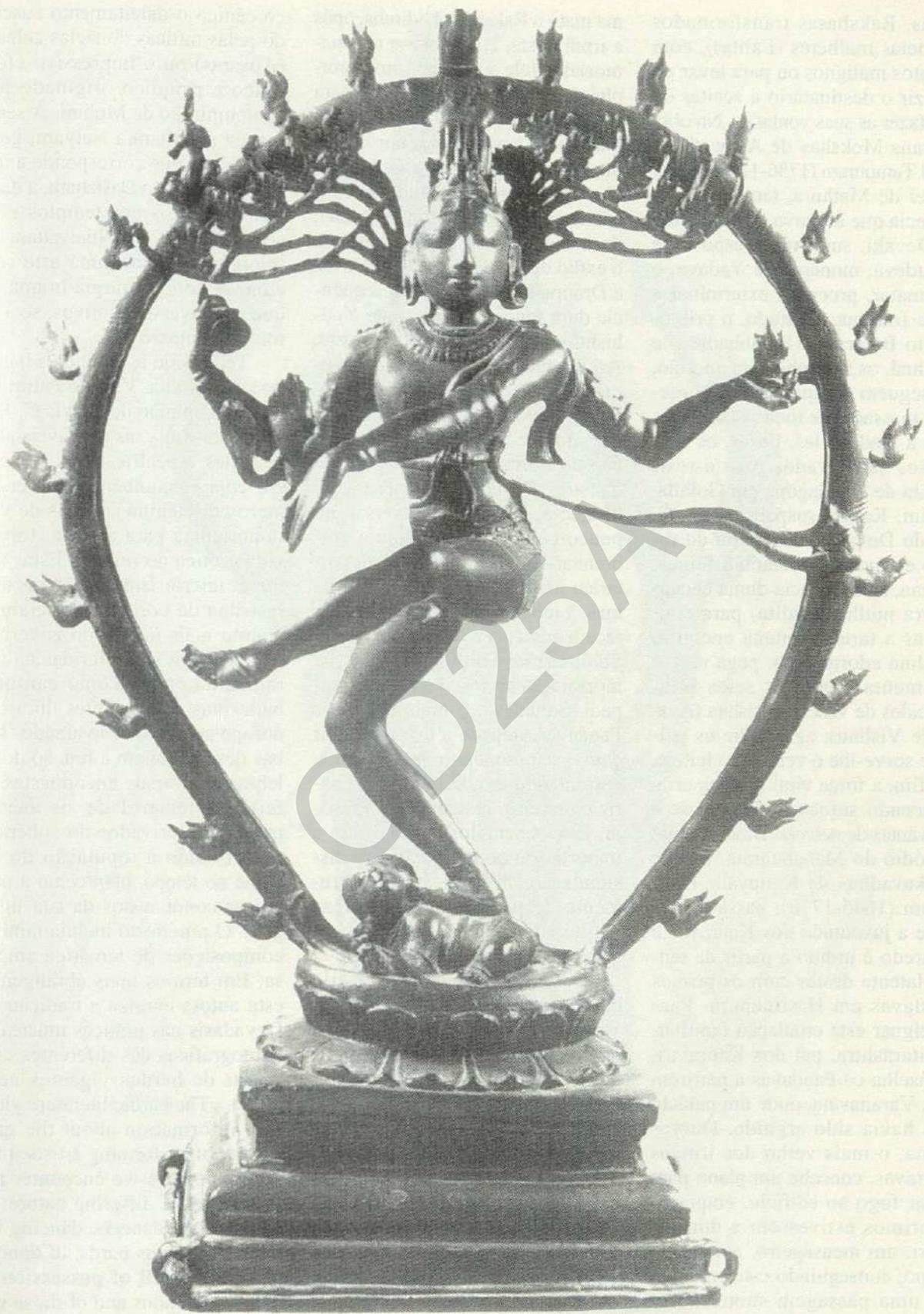


Figura 2 — Shiva Nataraja, Sul da Índia, século x.

peças, Rakshasas transformados em belas mulheres (Lalitas), com intentos malignos ou para levar ou induzir o destinatário a aceitar ou satisfazer as suas vontades. Na obra «Putana Moksha» de Ashwati Tirunal Tampuram (1756-1794), Kamsa, rei de Mathura, temendo uma profecia que alertava que um filho de Devaki, sua irmã e esposa de Vasudeva, monarca de Yadava, o iria matar, procurou exterminar a prole fraterna. Contudo, o primogénito Balarama (Balabhadra) e Krishna, os sobrinhos em questão, conseguem escapar. Kamsa ordena o massacre de todas as crianças com a idade deles. Ilesos, os dois irmãos são levados para a residência de Nandagopa em Gokula. Porém, Kamsa suspeita que o filho de Devaki se encontra da região e envia um demónio fêmea, Putana, na aparência duma encantadora mulher (Lalita) para consumir a tarefa. Putana encontra Krishna adormecido, pega nele e amamenta-o com os seios intumescidos de veneno. Krishna (Avatar de Vishnu), agarra-lhe os peitos e sorve-lhe o veneno, o leite e, por fim, a força vital. Putana arfa, parecendo sufocar, contorce-se e grita antes de perecer. Baseada num episódio do Mahabharata, a peça «Bakavadha» de Kottayath Tampuram (1645-1716), passa-se durante a juventude dos Kauravas e o enredo é urdido a partir da tensão latente destes com os primos Pandavas em Hastinapura. Para apaziguar esta emulação familiar, Dhritarashtra, pai dos Kauravas, aconselha os Pandavas a partirem para Varanavata, onde um palácio lhes havia sido erguido. Duryodhana, o mais velho dos irmãos Kauravas, concebe um plano para largar fogo ao edifício, enquanto os primos estivessem a dormir. Asari, um mensageiro, avisa-os a tempo, conseguindo estes escapar por uma passagem subterrânea. Desde então, viveram algum tempo em desterro na floresta. Aí, Bhi-

ma mata o Rakshasa Hidimba, após a irmã deste, Hidimbi, se ter enamorado dele e tomar uma compleição deslumbrante (Lalita) para o cativar. O sábio Vyasa aconselha Bhima a aceitar o amor de Hidimbi, do qual nasceu Ghatotkacha. Iguamente inspirada no Mahabharata, a peça «Kirmira Vadha», do mesmo autor, decorre durante o exílio de doze anos dos Pandavas e Draupadi na floresta, na sequência dum jogo de dados onde Yudhishtira perdeu tudo. Na floresta, Arjuna chacina o demónio devorador de seres humanos, Sardula. Sedenta por vingança, Simhika, sua mulher, assume a configuração de Lalita, no tentame de seqüestrar Draupadi. Aborda-a no bosque e, depois de conversar um pouco com ela, convida-a a embrenhar-se no arvoredo para visitarem um santuário. Ela concorda mas, à medida que avançam, o seu receio aumenta e decide regressar. Subitamente Simhika reata a sua morfologia grotesca e rapta Draupadi. Sahadeva, o mais novo dos Pandavas, impede-a de prosseguir com o seu propósito de represália, enfrentando-a, cortando-lhe o nariz e os seios, resgatando Draupadi. Estes exemplos demonstram a importância no imaginário da dissimulação em geral, como instrumento de persuasão e da beleza feminina em particular, para conquistar a vontade do receptor.

O Mohiniyattam é um estilo coreográfico gracioso (Kaishiki Vritti) feminino de Kerala, onde prepondera o aspecto Lasya, atribuído a Parvati e complementar da dança enérgica e viril (Tandava) de Shiva. Quase sempre interpretada a solo, esta dança possui propriedades singulares de exposição das virtudes inerentes à atratividade feminil. As subtilezas que concorrem para delinear os traços peculiares denotadores da natureza feminina são habilmente aprimorados pela bailarina, deliciando o assistente, convocando ao espa-

ço cénico o deleitamento suscitado pelas míticas donzelas celestes (Apsaras) ou o impressionante efeito físico e psíquico originado pela contemplação de Mohini. À semelhança do Bharata Natyam, género clássico que corresponde a uma reformulação do Dasiattam, a dança das Devadasis nos templos e paços senhoriais, o Mohiniyattam terá inicialmente sido uma arte relacionada com a liturgia bramânica que por diversos motivos, se afastou do contexto.

Terão sido as mulheres bardos do sul da Índia, Virali e Patini, segundo a opinião de Saskia C. Kersenboom-Story, as prováveis antecessoras específicas das Devadasis, cuja «incumbência não era de mero entretenimento mas de vital importância para a fama, força e vida erótica do rei» (?). Estas mulheres interferiam nas esferas mais restritas da corte, pertenciam ao âmbito mais íntimo do governante. As Virali são referidas na literatura da época como cantoras, bailarinas e intérpretes dum cordofone aparentado ao alaúde. Ambas desempenham a função de celebrar em versos encomiastas, os feitos, a temeridade, os méritos públicos e privados do soberano, preservando a reputação do seu nome no tempo, bem como a prestigiosa conduta dos da sua linhagem. O repertório incluía também composições de temática amorosa. Em termos mais abrangentes, esta autora enraíza a tradição das Devadasis nas práticas musicais e coreográficas das diferentes categorias de bardos vigentes nessa altura. «The bardic literature yields rich information about the great variety of performing artists. In all spheres of life we encounter performances of differing nature: we hear of rope-dancers, dancing women, of various bards, of dancing under the spell of possession, of dancing demons and of those who dance impersonating demons and ghosts. In most cases these perfor-



Figura 3 — Vishnu, bronze, Kerala (?), século VIII.

mances are mentioned in a context that is of ritual or critical importance. The artists do not perform for mere leisure, it is clear that their art serves a distinct aim. In the sphere of the five manifestations of the «Divine» the performances intend either to support and incite, to reveal or to control the divine force that man is confronted with». (8)

A partir do princípio da era cristã, desenvolveram-se reinos hindus em Tamil Nadu, provenientes talvez de um tronco familiar comum: os Pandya e Pallavas. A precedente supremacia local era detida pela dinastia dravídica Kerala Putra ou Chera, fundada antes do século II a.C., vindo a ser desmembrada em pequenos estados e linhagens locais. Sucedeu-lhes primeiro a hegemonia Pandya (séc. II e III) e depois a Pallava (séc. IV a VIII), embora ambas as dinastias respectivamente existissem entre os séculos I e XIV e os séculos II e IX. Os soberanos Chola, documentados desde o século I, afirmam então a primazia no território. A instituição das Devadasis delimitada nos templos retrocederá possivelmente aos enquadramentos culturais Pandya e Pallava e, nos primórdios, em Kerala e zonas adjacentes meridionais de Tamil Nadu, Andhra Pradesh e Karnataka, talvez a tradição incluísse mulheres com estatuto social de realce, não sendo de excluir a hipótese de certos reis outorgarem filhas como servas às divindades do templo. Kulasekhara Alvar Perumal (séc. VIII-IX) terá sido um monarca que dedicou uma descendente ao templo de Sri Rangan. Esculturas no interior dos edifícios consagrados ao culto religioso de Kerala, nos domínios dos descendentes Chera, mostram a dança feminina e a música como actividades onde a veneração se apoiava. O poeta Manikkavachakar (séc. VIII-IX), devoto de Shiva e ministro do rei Arimarttanar, de genealogia Pandya,

regista uma das primeiras alusões conhecidas às Devadasis. No hino «Tiroporcunnam», ele denomina-as como Mankai, em preocupação com o grupo etário onde se incluíam (12-13 anos), escrevendo que possuíam olhos auspiciosos (Vattu), ombros cintilando com cinzas e alguns enfeites como uma fileira de pulseiras (Varivali) e pérolas nos seios palpitantes. Estas raparigas são descritas numa ocupação que leva a crer serem os aprestos necessários para um festival de templo.

Um dos mais recuados testemunhos sobre a vigência do sistema das Devadasis, volta ao ano de 932, numa inscrição no templo de Chokkur, a norte de Kozhikode (Calecute), realizada durante a regência de Goda Ravi Varma. Entre os séculos IX e XIII, o Dasiattam expandiu-se e alguns registos insinuam que as Devadasis eram designadas por Mohinis. Os conhecimentos acerca das transformações que prefigurara o Mohiniyattam são escassos. No período Chola, os templos eram importantes e, por vezes, prósperos núcleos culturais. Os funcionários que prestavam serviços à instituição auferiam de uma gratificação e alojamento e, a partir de certa altura, gozaram do privilégio da hereditabilidade. Os filhos herdavam os desempenhos dos pais nos recintos consagrados às divindades. Este direito de sucessão aos descendentes precavía as autoridades da confusão de um excesso de oferta que poderia advir do número elevado de crianças doadas pelos progenitores ou parentes como modo de expiar transgressões cometidas, de dignificação perante acções censuráveis ou simplesmente por crença ou poucos recursos. Nestes lugares sagrados, também ocorriam regularmente acontecimentos cénicos financiados por beneméritos mecenas e interpretados por artistas exógenos, contratados. Terá, por esta época, havido um conjun-

to de bailarinas e músicos dependentes do templo e um outro suportado pelas cortes, sem permisividades nas missões a que estavam destinados. Não há, todavia, certezas factuais que dissipem o teor conjectural desta exclusividade. Sabe-se, no entanto, que eram recebidos donativos generosos e que as Devadasis desfrutavam duma posição vantajosa ou mesmo excepcional na sociedade, tal como algumas bailarinas palacianas eram detentoras de riquezas consideráveis. A literatura, as artes cénicas e plásticas da região terão modelado ao longo dos anos esta expressão coreográfica particular e a primeira menção que se conhece do Mohiniyattam consta no «Vyavaharamala» de Mahisa Mangalam Narayana Nambutiri, aludindo a uma remuneração dada à bailarina Mutelye Attakkar. Uma outra aparece no «Gosha Yatra Ottan Thullal» do poeta Kunchan Nambiar (século XVIII) da corte de Vira Marthanda Varma de Travancore. Nele, reportando às artes da região, ele lista, entre outros, o Mohiniyattam. Também neste período, um tratado inspirado no Natya Sastra intitulado «Balarama Bharata», da autoria do Marajá Kartika Tirunal de Travancore, aponta o Mohini Natana, entre outros géneros femininos Dasi. A semelhança deste estilo classicizado com o Bharata Natyam (Dasiattam), poderá significar que ambos terão um antepassado comum, embora cingissem habilmente contributos de outros géneros autóctones em voga. Poderá esta similitude ser ainda uma consequência mais recente do empreendimento do erudito Marajá Swati Tirunal de Travancore (século XIX), perito no assunto e patrono de nomeada que convidou os quatro prestigiados irmãos de Tanjavore, poetas e músicos, responsáveis pela renovação do Dasiattam. No seu paço, eles terão tido a hospitalidade necessária para divulgar ao soberano



Figura 4 — A bailarina Bharati Shivaji numa pose de Mohiniyattam.

as inovações inseridas no Dasiattam e auxiliá-lo na reforma do Mohiniyattam. A bailarina (Nartaki) Sugandhavalli de Tanjore, deu corpo às experiências envidadas. Esta distinta artista de Dasiattam, mais tarde conhecida por Tanjavur Amma, poderá ter sido esposa ou amante do Marajá e participou no aperfeiçoamento da versão «restaurada» do Mohiniyattam. Apesar de serem preservados ingredientes indígenas, os números do recital foram então eventualmente estabelecidos segundo uma ordem idêntica aos do Bharata Natyam, intercalando secções Jatisvaram, Varna, Padam e Tillana. Como muito do repertório do Mohiniyattam declinara ou ficara em olvido, o marajá, juntamente com os poetas e dramaturgos Irayimman Thampi e Kilamanoor Koil Thampuram, engharam composições Varna e Padam. O guru e erudito musical Parameswara Bhagavathar, consagrou também a sua inteligência na regeneração desta arte, reconquistando fulgor estético e adesão. Com a morte do soberano em 1847, o trono foi ocupado por Uttiram Tirunal que negligenciou o apadrinhamento do Mohiniyattam, devido à parcialidade das suas preferências, sobrelevando o Kathakali entre todas as artes. Parameswara Bhagavathar, chefe dos músicos da corte de Swati Tirunal, mudou-se para Palghat e Coimbatore, preservando, por transmissão, as novas premissas desta dança, ensinando as técnicas a cantoras e tocadores de címbalo (Natuvarans) e a dançarinas. Marginalizado por falta de mecenas com sentimentos dignificadores, o Mohiniyattam entra numa fase de vulgarização, encontrando como destinatários indivíduos sem gostos requintados, sendo a sua aura de encanto acolhida e propagada dum modo grosseiro entre prostitutas para cativar clientes. Esta triste sorte a que foi relegado, não obstante as poucas excepções, foi aliás

partilhada pelo Dasiattam durante o puritano regime colonial britânico. O valor ritual da dança das Devadasis e a mercê auspiciosa na ordem do reino da sua sexualidade com patronos de castas mais altas, secularizou-se e a reputação destas mulheres degradou-se. O estigma do vexame social conotado com a sua arte, reprimiu a aprendizagem da dança nas famílias de maior eminência social. Devadasi tornou-se sinónimo de concubina e de devassidão e a dança, apesar do seu cariz religioso, passou a estar pejorativamente associada à obscenidade e corrupção dos bons costumes. Desde o final do século XIX que uma mobilização da opinião pública prefinia a sua supressão legal. Em Tamil Nadu, desde 1947 que a dança nos templos foi interdita e a desobediência era punida com seis meses de prisão e coima de quinhentas rupias, para quem tivesse mais de dezasseis anos ou uma destas penas para quem tivesse menos idade. Em Kerala, na década de trinta, durante a governação de H.H. Sethu Lakshmi-bai, o Dasiattam foi, por lei, proscrito.

O poeta Vallathol Narayana Menon (1878-1958) e o colaborador Mukudaraja, conseguiram impedir a extinção do Mohiniyattam quando, este último, no começo da década de trinta, funda e dirige uma academia de dança (Kalamandalam). Percorreu Kerala recolhendo o máximo de informação para redimir, num plano artístico, este género coreográfico. As suas buscas trouxeram ao Kalamandalam a expoente de dança Kalyani Amma e o respeitado Natuvanar, Krishna Panicker. Graças a eles, a pesquisas paralelas e alguns discípulos como Kalyani Kuttyamma, Thankamani, Madhavi Amma e Chinammu Amma foi possível reatar uma tradição vulnerabilizada e prestes a desaparecer. Um manual (Attaprakaram) com as notações dos gestos de mãos (Mudras) e postu-

ras corporais do Mohiniyattam, foi publicado em 1983 por Natana Kairali, da autoria de G. Venu e Nirmala Paniker, em edição bilingue (malaiálam e inglês).

Antes duma abordagem formal do Mohiniyattam, gostaríamos de lembrar algumas invariantes dos géneros coreográficos clássicos indianos. A dança subdivide-se em dança abstracta ou pura (Nritta) e dança narrativa (Natya). Na primeira, os movimentos coordenados do corpo não formulam nenhum assunto em particular, senão talvez o disfrute sensorio da acção e música. Sobressaiem os padrões rítmicos e o trabalho concatenado da percussão e as batidas dos pés da bailarina, numa ausência de mensagem semântica concreta. Em dança narrativa ou dramática (Natya) expressam-se as cambiantes psíquicas da personagem retratada em cena através da entoação de um poema. Existem ainda porções onde se procura compor histrionicamente (Abhinaya), com dança abstracta, as tonalidades emotivas, os estados sugeridos pelo texto lírico (Nriya). Abhinaya é uma palavra sânscrita que agrega o prefixo Abhi («em direcção a» ou «com a finalidade de») com a raiz Ni («levar») ou seja, «levar algo» ou «conduzir algo na direcção de», transmitir uma mensagem à assistência. Abhinaya abrange Natya e Nriya e abarca quatro aspectos (Chaturvidha Abhinaya). Em primeiro lugar temos os gestos, as normas cinéticas de os articular em palco, a eficácia sugestiva da mobilidade (Angika Abhinaya). Trata-se de expressão ou expressividade (Abhinaya) das partes anatómicas móveis, mormente a face (Mukhaja), membros (Sarira) e todo o corpo (Chestakrita) ou, se quisermos, as doze partes da cabeça, sobrance-lhas, pestanas, bochechas, nariz, olhos, globos oculares, lábios, dentes, língua, queixo, maxilares, rosto (Upanga); a cabeça, mãos, peito, zonas



Figura 5 — A bailarina Deepti Omchery Bhalla numa pose de Mohiniyattam.

laterais, cintura e pés (Angas); as omoplatas, braços, dorso, abdómen, parte superior e inferior das pernas (Pratyangas). Vachika Abhinaya é a categoria seguinte de Abhinaya que utiliza os sons do discurso verbal recitado ou cantado em conjugação com a melodia e ritmo. Refere-se ao trabalho do artista no âmbito da pronúncia, acentuação, cadência, estilo de emis-

são e versatilidade fónica, consoante as exigências da situação. Satvika Abhinaya corresponde às manifestações de estados involuntários da natureza emocional do indivíduo, à exteriorização de factores da dinâmica biológica e psicológica da personalidade. No Bharata Natyam estas disposições são: Chorar (Asra), estremelecimento causado por frio, medo, alegria, cólera,

velhice, pelo contacto com alguém que se ama (Kampa ou Vepathu), calafrio (Romancha), paralisia ou imobilização (Stambha), alteração da voz (Svara Bheda), transpiração (Sveda), mudança de cor na pele como o enrubescimento (Vai-varnya) e Sausthava. Aharya Abhinaya engloba as indumentárias, acessórios, adornos e maquilhagem da figura em cena. Existem

ção, chamar a atenção de alguém, escudo, vento, chamas, pluviosidade, etc.

Apesar de cada Mudra determinar conceitos, a sua manobra-gem adequada pode enriquecer as ideias e mensagens a transmitir. «The Pataka hand originates from Brahma. It is the flag hand of victory, formed by extending the palm with fingers straight and close together, the thumb being also close to the hand. Upraised with palm facing the spectators, the Pataka hand indicates assurance and grace. The gesture appears in the cosmic dance forms of Shiva and is the gesture of other Devas. It indicates the beginning or end of discourse» (11). Pataka, tanto no Kathakali como no Mohiniyattam implica a mão aberta com o anelar dobrado e os outros estendidos. No Kathakali as Mudras podem traduzir ou exprimir conceitos abstractos, objectos ou qualidades de objectos, mimar literalmente ou descrever algo ou ainda resolver minúcias linguísticas como o plural de um vocábulo. O Mohiniyattam não atingiu esta sofisticação. Há menos versatilidade e concreção do que no anterior mas salienta-se uma imaterialidade onírica e inspiradora do discurso, uma intensidade sensória e insinuante dos movimentos. Com uma ou ambas as mãos, Pataka define, por exemplo, sol, elefante, boi, leão, crocodilo, rei, viagem, trepadeira, bandeira, ondas, caminho, grinalda, recipiente, terra, crepúsculo, nuvem, servo, pilar, dia, partida, testa, sonoridade, corpo, etc. As Mudras (ou Hastas) podem ainda ser abstractas (Nritta Mudras) ou combinações (Misra) de duas Mudras simples. Shiva fica exarado com a mão direita em Mrigasirsha (médio e anelar dobrados, tocando o topo do polegar dobrado e restantes dedos direitos) e a mão esquerda em Hamsapaksha (aberta com todos os dedos esticados). No apoio organológico (Vadyas) do Mohi-

niyattam, instaurando uma ambiência única, consta um pequeno tambor, com cerca de 25 centímetros em forma de ampulheta (Edaka ou Idakka) com corpo de madeira, membrana de couro de vitela, pendurado pelo ombro à altura dos quadris, percutido com um pau. Um outro tambor, (Mridanga), ovalado de madeira, com duas superfícies percussivas de dimensões circulares diferentes, em pele, unidas por fios, cerca de 60 centímetros de comprimento e batido horizontalmente com dedos e palmas das mãos. Um par de címbalos de metal com aproximadamente cinco ou seis centímetros de diâmetro (Kuzhitalam). Um cordofone (Vina), Tampura, flauta, voz e ainda as campainhas de bronze atadas ao tornozelo da bailarina (Dvanis ou Kinkinis). O canto é difundido no que resta da genuinidade do estilo Sopana (Sopana Riti), método geralmente lento de expor uma melodia, utilizado na declamação de obras devocionais como os vinte e quatro cantos (Astha Padi) do «Gita Govinda» de Jayadeva, poeta Oriya da corte de Lakshamana Sena (1185-1206) e comparável talvez ao Dhru-pad do norte da Índia.

Pode-se realçar que Sopana corresponde a «Old modes of melodies or Karnatak music. Narrative, not ornamented — a distinct style for the distinct purpose of the dance-drama. Moods in a song determine the mode of the melody; what singers sing is communicated by actors, flourishes serve as dashes in the process of gesticulation.» (12)

A música acompanhante do Sopana Riti promove a pronúncia recitada dum texto e o elocutor concentra-se nas características psíquicas (Bhava) da personagem nele em questão. Os instrumentos evitam perturbar a clareza das palavras, formuladas segundo um Raga, com os sons progressivamente subindo em altura e amplitude. Sopana é ainda na região de Kerala empregue nas dramatizações Mu-

diettu que são oblações rituais nos templos de Bhadrakali, no Krishnattam e no Kathakali e, com algumas modificações, nas encenações de Tirayattam, género cénico em que um indivíduo (actor) incorpora uma divindade (as encenações de Bhagavati e Shiva). No passado integrava duas danças extintas chamadas Ashtapadiattam, inspirada no «Gita Govinda» e Ramanattam.

Tradicionalmente a bailarina de Mohiniyattam ostenta uma indumentária de tecido branco (Sari), pregueado, cujas orlas possuem faixas doiradas (Kasavu), sendo as mangas curtas, terminando um pouco acima do cotovelo. O cabelo é enrolado na parte esquerda do cimo da cabeça e, em redor desse puxo, adornado com flores de jasmim frescas. No semblante, os contornos dos olhos e sobrancelhas são reforçados a preto e, por vezes, os lábios são coloridos de vermelho. Artefactos preciosos, teoricamente de ouro e de grande detalhe escultórico, servem-lhe de adorno no pescoço, cintura, mãos, braços, dedos e face. No pescoço usa uma jóia com a forma duma argola (Pavanmala) ornada, por exemplo, de medalhas de ouro e, pendendo-lhe sobre o busto, colares com intrincados entalhes. Nos braços transporta braceletes (Vala), na cintura um esplêndido cinto de ouro, no nariz um enfeite lateralmente apertado numa das narinas (Mukutti) ou um ornato pendurado entre as mesmas, nas orelhas brincos circulares, nos dedos anéis. Devido ao seu material áureo, estes enfeites lançam refulgências múltiplas pela área cénica, contrastando e sobressaindo a alvura do traje, a tez dos braços e a compleição da bailarina. O rosto pode ser decorado com pequenos pontos negros e na testa é pintado um círculo vermelho (Tilaka), simbolizando o sol irradiante que submete pela sua força luminosa quem o encara. Este astro está, aliás, sub-



Figura 7 — Nayika, Orissa, Índia, século XIII.

entendido no brilho espargido pela joalheria e nalgumas morfologias nela gravadas. Tilaka é ainda uma marca frequente das mulheres casadas, depreendendo fidelidade conjugal ou representa o olho ou ponto do conhecimento, a imagem do universo não manifestado (Bindu). Por cima deste sinal faz-se um risco com pasta de sândalo (Chandanam), simbolizando a lua.

A aposta na inovação permite que os mesmos tópicos e urdiduras amorosas sejam reabilitadas, reapareçam com a invulgaridade de não deixarem de ser as mesmas. «...O segredo das grandes histórias é elas não terem segredo nenhum. As grandes histórias são aquelas que já ouvimos e queremos voltar a ouvir. Aquelas onde podemos entrar e morar confortavelmente. Que não nos enganam com calafrios e finais acrobáticos. Que não nos surpreendem com o imprevisto. Que são familiares como a casa onde moramos. Ou o cheiro da pele de um amante. Sabemos como acaba, porém ouvimo-las como se não soubéssemos. Tal como, embora sabendo que um dia haveremos de morrer, vivemos como se não o soubéssemos. Nas grandes histórias sabemos quem vive, quem morre, quem encontra o amor e quem não encontra. E, contudo, queremos saber de novo». (13)

Shringara pode subdividir-se em união (Sambhoga) e separação (Vipralambha). Kama, filho de Krishna e Rukmini (segundo o Harivamsha),

divindade do amor carnal, dos desejos sensuais, possuidor do dom de ter várias qualidades, tal como ser aquele que inebria (Madana), que inquieta o espírito (Manatha), conquistador invencível (Pradyumna), etc., costuma ser representado com um arco de cinco flores. Na dança ele funciona como incitação criativa, quando se exploram as matizes da experiência de Shringara. Da coroa de Kama, o lótus (Aravindam), induz uma disponibilidade mental para o amor (Sammohanam), o jasmim (Mallika) induz enlevo (Unmadam), a flor da mangueira (Chootham) induz a sensação de abrasamento causada pelo apelo amoroso (Tapanan), o lírio azul (Neelotpala) induz vágado (Sthambhanam) e a flor Ashokam induz palidez (Soshanam). O Mohiniyattam é uma dança onde o empenho dos participantes e principalmente da bailarina, reflete e transmite esse elemento inesperado e persuasor que não pode ser trivializado da natureza feminina. Poderemos, com dificuldade, verbalizá-lo nos termos graciosidade ou encanto, atmosfera muito especial que alcança o assistente com impressões fugazes e diversificadas. ▼

Notas

(1) John Shlien; «Empatia em Psicoterapia», «A pessoa como centro», N.º 1, Associação Portuguesa de Psi-

coterapia Centrada nas Pessoas e Counselling, Lisboa, 1998.

(2) Kapila Vatsyayan; «Indian Classical Dance», Publications Division, Ministry of Information and Broadcasting, Government of India, New Delhi, 2.ª Edição, 1992.

(3) A. C. Scott; «Reflections on the aesthetic background of the performing arts of East Asia», «Asian Music», Vol. VI, Society for Asian Music, 1975.

(4) Olivier Lacombe; «Indiani-té», Les Belles Lettres, Paris, 1979.

(5) Projesh Banerji; «Nataraja, the Dancing God», Cosmo Publications, New Delhi, 1985.

(6) Consultar, por exemplo, Donald A. MacKenzie, «Indian Myth and Legend», Gresham Publishing Company, London, s.d.

(7) Saskia C. Kersenboom-Story; «Nityasumangali, Devadasi Tradition in South India», Motilal Banarsidass, Delhi, 1987.

(8) Idem.

(9) Bharati Shivaji; «The Art of Mohiniyattam», Lancer International, New Delhi, 1986.

(10) Pataka, Mudrakhya, Kataka, Musti, Kartharimukha, Sukatunda, Kapitta, Hamsapaksha, Shikhara, Hamsasya, Anjali, Ardachandra, Mukura, Bhramara, Suchimukha, Pallava, Tripataka, Mrigashirsha, Sarpasiras, Vardhamanaka, Arala, Umanabha, Mukula, Katakamukha.

(11) Sri Ragini; «Hindu Dances», Sumit Publications, Delhi, 1982 (1920).

(12) Gayana Avinash C. Pandeya; «The art of Kathakali», Kitabistan, Allahabad, 1961.

(13) Arundhati Roy; «O deus das pequenas coisas», Edições Asa, Porto, 1998.

Reabilitando o conceito de reabilitação em centros históricos

Introdução

No sentido etimológico original o conceito de Reabilitação apresenta uma conotação jurídica relacionada com a acção de restabelecer direitos ou o bom nome momentaneamente perdido (ver Moraes Silva, 1961). Por metonímia este conceito tem sido usado ao longo do Séc. xx para designar as intervenções a que o património arquitectónico e urbano e, em particular, os centros históricos têm sido sujeitos tendo em vista a sua valorização e dinamização (ver Merlin e Choay, 1988).

Desde as conclusões da *Carta de Atenas* de 1931 até ao Documento de NARA sobre a *Noção de Autenticidade na Conservação do Património Cultural* de 1994 um longo percurso pode ser caracterizado, por um lado, pela publicação de dezoito cartas e convenções internacionais sobre o património arqueológico, arquitectónico e urbano e, por outro, por planos de intervenção realizados para diversos centros históricos, em particular de cidades europeias, que colocam, por vezes, em causa as recomendações destes documentos que se esperaria que fossem acatadas.

Esta aparente disparidade põe, de forma clara, a necessidade de avaliarmos, em relação às propos-

tas de intervenção gizadas, a noção de Reabilitação em centros históricos face às recomendações daquele conjunto de cartas e convenções.

Destes documentos destacamos (ver IPPAR, 1996), como particularmente pertinentes, em relação à Reabilitação em centros históricos a *Carta de Atenas* (1931), já referida, relativa ao texto das conclusões da Conferência promovida pelo Serviço Internacional de Museus, a *Carta de Veneza* (1964), que resultou do II Congresso de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, a *Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e a Sua Função na Vida Contemporânea* (1976) aprovada pela UNESCO e, ainda, a *Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas* (1987) aprovada pelo ICOMOS (International Council of Monuments and Sites).

Das dezenas de planos de intervenção que tiveram por objecto o centro histórico das cidades europeias destacam-se, como particularmente significativos, os planos para Paris de Le Corbusier propostos entre 1925 e 1961, em particular o *Plan Voisin* de 1925, bem como o plano para o Centro Governamental de Londres (Whitehall) proposto em 1965 por Leslie Martin e, ainda, mais perto de nós o Plano de Pormenor da Zona

O artigo de Mário Krüger «Reabilitando o conceito de reabilitação em centros históricos», incluído no Em Questão sobre «As Cidades» publicado no n.º 80 da nossa revista, foi adulterado por um lapso técnico, do qual resultou a distorsão das imagens que o acompanhavam. Republicamo-lo na íntegra, com diversos acrescentos entretanto introduzidos pelo autor no texto.

Sinistrada do Chiado, em Lisboa, elaborado por Álvaro Siza em 1988.

O *Plan Voisin* propõe, pela primeira vez e nos alvares do Movimento Moderno, o desenho da cidade «vertical» em confronto com o «resgate» do passado e, em particular, do seu centro histórico construído, morfologicamente, à base de edificações em perímetro; o Plano de Whitehall condensa as experiências que se seguiram à 2.ª grande guerra pelo abandono da construção em altura e regresso à construção em perímetro nas áreas centrais e, por último, o Plano do Chiado que propõe uma reintepertação para a conservação das edificações construídas em perímetro e que nos foram historicamente legadas.

Estes planos de intervenção sugerem e propõem diferentes conceitos de Reabilitação dos centros históricos de capitais europeias que importa analisar comparativamente de forma a entendermos o seu significado.

Espaçados no tempo e distanciados no espaço estes planos colocam algumas indagações fundamentais para entendermos o que tem sido as propostas sobre Reabilitação em centros históricos. Em que medida o plano coloca em causa o centro histórico existente? em que medida o antigo e o novo se complementam e contrapõem? em que medida a «história» é servida congelada ou encenada por intermédio do restauro? e em que medida a modernidade, seja o que isto significar, está presente? são questões a que estes planos respondem de forma diversificada sobre a maneira de intervir sobre centros históricos de capitais europeias.

O Plan Voisin para Paris de Le Corbusier

No início dos anos 20 é apresentado por Le Corbusier o plano

de urbanismo para uma Cidade Contemporânea de 3 milhões de habitantes, o primeiro de uma série de propostas que coloca o desenho da cidade moderna face ao seu legado histórico.

«É verdadeiramente admirável o que soube fazer Haussmann» diz-nos Le Corbusier (1925) relativamente à intervenção urbana mais radical que ocorrera no Séc. XIX sobre o tecido urbano medieval de Paris.

A «Percée» (atravessamento) de Haussmann sobre o tecido de Paris vai ser adoptada por Le Corbusier não para ligar a margem esquerda com a direita do Sena, como fez o antigo perfeito de Paris, mas para propor uma via triunfal de 24 km que termina num Arco de Triunfo (ver Fig. 1).

A proposta de Le Corbusier é, em parte, de continuar a obra de Hausmann de acordo com os seguintes princípios (Le Corbusier, op. cit.): descongestionar o centro da cidade, aumentar as densidades, incrementar os meios de circulação bem como aumentar a área arborizada.

No plano da Cidade Contemporânea Paris é constituída por três partes: uma cidade de negócios e de habitação central com um milhão de habitantes, uma zona de serviços para desenvolvimento posterior e uma cintura de cidades jardim para dois milhões de habitantes.

A cidade de negócios é traçada com duas grelhas sobrepostas, hierarquicamente distintas, e duas vias rápidas que se intersectam em ângulo recto no centro, à semelhança da Paris galo-romana. A «rua-corredor» é banida e substituída por uma malha de arranha-céus espaçados de cerca de 250 metros (ver Fig. 2).

Baseado nestes princípios Le Corbusier propõe, em 1925, uma intervenção para o centro da capital: o *Plan Voisin* de Paris que tem por objecto a reestruturação

de parte da margem direita do Sena (ver Figs. 3 e 4).

Le Corbusier ao ser confrontado com o dilema de intervir numa cidade histórica com um passado notável coloca a questão «Medicina ou Cirurgia» a que contrapõe «Medicina e Cirurgia». A Cirurgia para o centro e a Medicina para algures. «Devemos usar o bisturi para lidar com a evolução que passou por uma série de estágios e transformou a antiga *Lutetia* na Paris de hoje. Tanto na Idade Média como nos dias de hoje herdámos o mesmo centro cívico que não pode ser deslocado para outro lugar, dado que é o foco de uma imensa roda cujos raios se prolongam desde longas distâncias até se encontrarem naquele ponto de convergência. Somente estaremos numa posição de usar a medicina quando mentes capazes tenham antevisto e preparado o futuro» (Le Corbusier, op. cit.).

Assim, para descongestionar o centro da cidade, aumentar as densidades, incrementar os meios de circulação bem como a área arborizada que esta morfologia urbana de Paris, historicamente sedimentada, não promove «devemos aumentar os espaços livres e diminuir as distâncias a serem percorridas. Em consequência o centro da cidade deve ser construído verticalmente» (Le Corbusier, op. cit.). Le Corbusier propõe, assim, que se arrasem os edifícios de habitação da Paris de Hausmann conservando, como nos chama a atenção Ragot (1987), pontualmente alguns testemunhos do passado. O Louvre, o Palais-Royal e a praça Vendôme escapam ao camartelo e introduzem distorções na malha inicialmente proposta onde prevalece a linha recta no seu traçado. No entanto, «os bairros do *Marais*, *Archives*, *Temple* etc., serão demolidos. Mas as antigas igrejas serão preservadas. Serão rodeadas por espaços verdes...(e)... no meio da folhagem alguns monumentos

históricos, arcadas e passagens, serão cuidadosamente preservados pois são páginas da nossa história ou peças de arte» (Le Corbusier, op. cit.).

Esta área central é atravessada por uma «Percée» que funciona como via rápida, descongestionando o centro e, ainda, pontuada por arranha-céus e edifícios em banda regularmente espaçados que promovem a densificação do tecido e libertam espaço para áreas arborizadas cumprindo-se, assim, os objectivos traçados para uma Cidade Contemporânea (ver Ragot, op. cit.).

Apesar de Le Corbusier colocar a indagação sobre a possibilidade de serem executadas as expropriações, demolições e indemnizações necessárias para se atingirem aqueles objectivos e responder que se as mesmas foram possíveis no tempo de Haussmann e do Imperador também seriam exequíveis sob condições de gestão democrática da cidade o resultado é, no entanto, bastante diverso do pretendido. Nem os meios de comunicação da época nem o poder político estão motivados para promover o Plan Voisin nem o mesmo, dados os elevados custos das expropriações, demolições e de infraestruturas necessários para a sua realização, atrai o capital que tal empreendimento exige. Le Corbusier (1928) queixa-se «On demand un Colbert!» sem encontrar resposta para as suas indagações.

A proposta de intervenção de Le Corbusier para o Plan Voisin de Paris pode ser entendida como uma ruptura radical com a forma de construir e fazer o centro da cidade como até aí tinha acontecido. Como justificá-lo? Como entender esta proposta radical de alteração do tecido urbano de Paris?

Le Corbusier (1925) argumenta, ao confrontar as propostas do Plan Voisin com o passado, que «neste esquema o passado histórico, a nossa herança comum, é res-

peitada. Mais do isso, é resgatada». Para defender este ponto de vista Le Corbusier discorre sobre o facto de o passado ter perdido algo da sua «fragrância» devido à «co-existência» forçada com a vida contemporânea do que resultou um ambiente falso e nefasto. «O meu sonho é fazer com que a Praça da Concórdia fique uma vez mais vazia, silenciosa e sozinha e que os Campos Elíseos sejam um lugar sossegado para passear. O plano “Voisin” isolará toda a cidade antiga e trará paz e calma de Saint Gervais à Étoile» (Le Corbusier, op. cit.).

Apesar destas intenções regeneradoras o Plan Voisin não pode ser considerado estritamente um Plano de Reabilitação mas de construção da cidade moderna no centro da cidade de Paris devido às alterações que promove no tecido urbano da cidade histórica.

A mais importante destas modificações é a transformação da relação «figura-fundo» (Rowe e Koetter, 1981) que nem Haussmann se propusera a fazê-la de forma tão drástica. Enquanto na cidade tradicional e, em particular, no seu centro, a relação entre a massa edificada funciona como fundo do qual se destaca a figura do espaço urbano de uso público no centro de Paris proposto por Le Corbusier ocorre uma reversão desta relação. A figura passa a ser a massa edificada — os arranha-céus e os edifícios em banda — enquanto o seu fundo passa a ser o espaço urbano de uso público. A taxa de ocupação do terreno com edificações, que era superior a 80%, passa a ser bastante inferior a este valor, isto é, passa a ser idêntica a somente 5% da área total do terreno urbano disponível.

Na medida em que o plano coloca em causa o centro histórico existente — pela sua demolição quase completa, pela reversão da relação figura-fundo, pela introdução de tipologias arquitectónicas

estranhas ao crescimento de Paris e pela substituição da «Percée» por vias rápidas — estamos em presença não de um plano de Reabilitação mas de intervenção que condiciona fortemente a relação da cidade com o seu passado. O Plan Voisin não Reabilita, antes propõe a destruição, de forma inequívoca, do tecido urbano tradicional de Paris apesar de promover, pontualmente, a valorização de alguns monumentos e de obras do passado para atingirem, eventualmente, a «fragrância», que provavelmente nunca tiveram.

Apesar disto, o Plan Voisin não se contrapõe frontalmente às Doutrinas e Princípios Gerais das conclusões da Carta de Atenas (IPPAR, 1996). Com efeito, a Conferência recomenda nos casos onde pareça indispensável um restauro de monumentos «respeitar a obra histórica e artística do passado, sem banir nenhum estilo de qualquer época» bem como «respeitar na construção de edifícios o carácter e fisionomia das cidades, sobretudo nas vizinhanças de monumentos antigos cuja envolvente deve ser objecto de especial atenção». E é isso que ocorre no Plan Voisin para a envolvente imediata em relação ao Louvre, ao Palais-Royal e à praça Vendôme bem como em relação a algumas das antigas igrejas de Paris fazendo-se, no entanto, tábua rasa de tudo o resto e levando-se ao limite uma possível interpretação das recomendações da Carta de Atenas. Se no Séc. XIX Haussmann tinha sido considerado, nos meios literários e não só, como um Átila o que dizer da proposta de Le Corbusier para o Plan Voisin com a sua «Medicina e a sua Cirurgia»?

Não é sem razão que entre os factores que contribuíram, décadas mais tarde, para a emergência da abordagem morfológica aos estudos urbanos podemos citar uma reacção contra os abusos do movimento moderno (no seguimento

global coerente e as modificações a serem introduzidas no traçado urbano existente corresponderiam a estas solicitações de agrupamento, em que as vias de acesso na área de intervenção seriam, fundamentalmente, perimetrais e isolariam, por vezes, as formas edificadas em «ilhas» por fluxos de tráfego.

Esta Reabilitação processa-se, assim, por estágios, desde o novo edifício do Parlamento junto ao rio, em forma de pátios sucessivos atravessados por uma «galeria» em altura que configura uma entrada em «arco de triunfo» para quem se dirija ou venha do velho Parlamento projectado por Charles Barry em 1857, até à sua configuração final em forma de recinto. Se bem que o edifício da Scotland Yard junto ao rio tenha sido preservado neste processo e, de alguma maneira, englobado pelas novas formas em pátio os velhos edifícios do Ministério da Guerra e do «Foreign Office», projectados por Christopher Wren a seguir ao incêndio de Londres, são arrasados para dar lugar às novas casas do Parlamento, agora, finalmente agrupadas (ver Fig. 11). Nos estágios seguintes são propostos edifícios para comércio e amenidades no topo Este da área de intervenção bem como um ponto estação para transportes públicos rodoviários e, ainda, uma área de estacionamento. Junto às novas Casas do Parlamento é proposto um novo edifício com «significado nacional e internacional» com vistas para a Praça do Parlamento que deixa de ser atravessada por fluxos de tráfego. Neste processo o edifício do «Central Hall» é poupado mas o «Middlesex Guildhall» bem como as edificações vizinhas são demolidas para dar lugar aquelas novas formas edificadas (ver Fig. 12).

Nas últimas fases estão previstas no topo Norte da área de intervenção edifícios residenciais desenvolvidos em linha de manei-

ra a formarem uma «parede urbana» configurando-se, agora, o espaço da Praça do Parlamento como uma área quase que vedada ao tráfego, formando um precinto que funciona como arena pedonal limitada perimetralmente pelas formas propostas no Plano (ver Fig. 13).

O espaço central expande a Praça do Parlamento para uma extensa área pavimentada para pedestres, somente acessível a veículos oficiais, bem como a novas áreas arborizadas implantadas entre os edifícios residenciais e a abadia de Westminster. As frentes de rio junto às novas casas do Parlamento são aproveitadas para esplanadas com restaurantes e lojas colocadas em dois níveis com acesso à estação de metropolitano bem como à doca de Westminster.

Ao contrário do *Plan Voisin* para Paris encontramos no Plano de Whitehall uma diversidade de usos interditados, em simultâneo, pela Carta de Atenas. Com efeito, podemos constatar que, para além da função trabalhar, relacionada com as actividades do Parlamento e Ministérios, estão presentes as de lazer, relacionadas com as compras, os passeios e os restaurantes, bem como as de habitar, na sua vertente residencial de apoio às actividades do Parlamento e, ainda, as de circular, se bem que de forma pedonal e veicular restrita. Neste sentido, o Plano de Whitehall representa uma nova maneira de enfrentar o desenvolvimento de áreas históricas.

O Plano favorece, numa área central de Londres, o uso do espaço urbano público e pedonal enquanto as áreas, mais restritas, dos pátios se destinam a usos oficiais mas não do domínio público. Por outro lado, os itinerários de acesso são periféricos e perimetrais à área de intervenção formando-se uma única «ilha» de fluxos de tráfego junto à nova casa do Parlamento contrariando-se, assim, a ideia da

«Persée» monumental. Além disso, os estacionamentos são enterados e o acesso dos serviços penetra somente pelo lado Sul junto a esta nova forma edificada promovendo-se, assim, o aparecimento de uma «peça» fulcral — o Precinto Parlamentar — na organização da morfologia urbana da Londres central.

A Carta de Veneza de 1964, anterior ao Plano de Whitehall, no seu preâmbulo de definições consagra que «a noção de monumento histórico compreende a criação arquitectónica isolada como o sítio urbano ou rural que leva um testemunho duma civilização particular» para concluir que «a conservação e a restauração de monumentos visam salvaguardar tanto a obra de arte como o testemunho da história» (IPPAR, 1996).

A solução drástica de arrasar edifícios com notáveis aspectos históricos e simbólicos bem como de parte da massa edificada existente e, ainda, de «apagar» os traçados da malha urbana anteriores à proposta fazem com que o Plano de Whitehall se contraponha frontalmente aquela Carta e, o mesmo, não seja aprovado. Como justificar isto nos anos 60 da civilizada Albion, principalmente, quando o Plano é conduzido pela mão de um mestre da 2.ª geração de arquitectos modernos como Leslie Martin? Será que Sir Leslie, como depois veio a ser conhecido por ter sido agraciado pela sua obra, também diria «We demand a Cromwell» para ver o seu Plano aprovado?

Leslie Martin é claro a este respeito na «Gropius Lecture» em Harvard, datada de 1966:

«Começo por me referir aos anos vinte e trinta pois é aí que, na minha opinião, ocorreu uma importante mudança de intenções e processos — uma mudança de atitude — se tornou clara. Por mais complicada que a situação históri-

ca tenha sido surgiram três poderosas linhas de pensamento. A primeira resultou da crença apaixonada que teria de haver alguma forma de reapreciação sistemática e completa das necessidades humanas e, como resultado, não só a forma dos edifícios mas todo o ambiente se modificaria. A segunda linha de pensamento, interrelacionada com a primeira, argumentava que a mudança da forma dos edifícios como no ambiente somente seria completamente alcançada através do uso da tecnologia moderna. Estas duas ideias produziram uma terceira que argumentava que cada problema de arquitectura deve ser constantemente reexaminado e pensado de novo» (Martin, 1967).

Estava estabelecido, em arquitectura, o critério de demarcação entre o que pode ser ou não sujeito ao escrutínio especulativo e à análise racional, à semelhança de outras disciplinas, que é o da refutação das conjecturas e hipóteses colocadas ao longo dos planos e trabalhos de forma a testar, não a sua infalibilidade, mas a sua robustez recusando-se, ao mesmo tempo, toda a espécie de dogmas que as gerações anteriores tinham legado. Assim, o Plano de Whitehall não deve ser entendido como a solução para o Centro Governamental de Londres mas, antes, como uma proposta que, sujeita a argumentação especulativa e à análise racional, contribui para o entendimento e avanço de conhecimento sobre o centro histórico de Londres para além de ser ou não, eventualmente, refutada.

Em arquitectura como em desenho urbano e, em decorrência, na Reabilitação de centros históricos, ao contrário de outras áreas de conhecimento mais descritivas os métodos de argumentação utilizados não são coincidentes. Em arquitectura, ao contrário daquelas

áreas e desde longa data, anterior ao estabelecimento do método científico como hoje o conhecemos, prevalece o raciocínio abduativo sobre o dedutivo e o indutivo. A abdução é um processo de prova indirecta, semidemonstrativa em que a premissa maior é evidente mas a menor só é provável. Em arquitectura, não só o processo de projecto como toda a tratadística estão submersos em pensamento abduativo sendo, por isso, necessário ponderar os aspectos disciplinares com os científicos. Foi isso que tentámos argumentar ao longo desta análise sobre o Plano de Whitehall ao confrontarmos a «angústia pelo respeito à única autoridade que um existir livre possa reconhecer em face das possibilidades repetíveis da existência» (Heidegger, 1927) dada pelas pré-existências existentes em Whitehall com a perplexidade face ao desenvolvimento que rege a tecnologia moderna dada pelos estudos das formas construídas, como uma provocação que desestabiliza aquela autoridade.

Leslie Martin coloca nas fronteiras da modernidade uma ideologia da dúvida e da crítica como um «impulso para a criação» e para a «ruptura declarada com todas as ideologias e teorias da imitação, cuja base é a referência ao antigo e a tendência para o academismo» (Le Goff, 1984). Será, por isso e para além do facto do Plano de Whitehall ter sido refutado, um legado inestimável para a Reabilitação em centros históricos não se realizar à base de dogmas transmitidos por redes de hábitos ancestrais.

Apesar da Carta de Atenas ter tido uma influência inexorável sobre os Planos de Reabilitação que se seguiram à sua publicação bem como o Plano de Whitehall poder ser considerado orientador para uma série de renovações urbanas de cidades europeias durante os anos 60 e 70, em que se adopta a

edificação em perímetro sob múltiplas formas de «quarteirão» mais fechado ou aberto, como é o caso da proposta de Aldo Rossi e Giorgio Grassi para San Rocco em Monza em 1965 ou, entre nós, do Plano de Pormenor de Telheiras Sul de 1974 elaborado por Pedro Vieira de Almeida e Augusto Pita já, em 1929, Marcel Poëte na sua «Introduction à L'urbanisme» publica o curso que leccionava sobre História da Cidade na Escola de Altos Estudos Urbanos de Paris desde 1917. Neste trabalho Poëte chama-nos a atenção para os diversos tipos de traçados urbanos ao analisar os planos das cidades europeias como Paris e Londres, para os seus ritos de fundação, as suas linhas de fixação, os seus eixos conformadores, o seu modo de crescimento, a sua evolução através dos tempos e, principalmente, para a sua persistência ao longo das épocas.

É esta a preocupação com a persistência dos traçados e das pré-existências que vamos encontrar no Plano de Pormenor da Zona Sinistrada do Chiado, em Lisboa, elaborado por Álvaro Siza em 1988 e que o *Plan Voisin* bem como o Plano de Whitehall ignoram.

O Plano da Zona Sinistrada do Chiado de Álvaro Siza

Ao contrário dos planos analisados anteriormente o Plano da Zona Sinistrada do Chiado, em Lisboa, de Álvaro Siza e elaborado em 1988 tem por objecto uma área de intervenção restrita do centro da cidade e não propõe demolições apesar de aquela ter sido, quase toda, danificada pelo incêndio. Além disso, o arquitecto não precisou de formular uma resposta para a questão levantada por Le Corbusier: «On demand un Colbert!» na medida em que se tratava da recons-

tuição, sob encomenda, de uma pequena parte de uma obra resultante do projecto global e unitário da área histórica da cidade, a Baixa Pombalina (ver Fig. 14).

Por isso, este Plano de Pormenor tem sido considerado mais como um projecto urbano e menos como um plano urbanístico distinguindo-se, também, dos anteriores planos por o objecto de intervenção se situar numa área central da cidade que vai perdendo estatuto pela consolidação de um centro direccional de um afastamento do rio — as avenidas novas — e a Baixa se configurar, cada vez mais, como um dos bairros da cidade (Krüger et alli, 1996). No entanto, e à semelhança do *Plan Voisin* e do Plano para Whitehall, este Plano de Pormenor coloca a questão da Reabilitação no centro histórico da cidade de forma diversa e inovadora sendo, por isso, pertinente, neste contexto, a sua análise. Além disso, o Plano do Chiado tem gerado leituras que mostram o não entendimento dos seus princípios geradores sendo, também, esclarecedora uma leitura sobre estas leituras.

Primeiramente, os equívocos do passado ou os dogmas das gerações anteriores. O ponto 70 da Carta de Atenas (ver C.I.A.M., 1943) coloca que «a utilização de estilos do passado, sob pretextos estéticos, nas novas construções edificadas das zonas históricas tem consequências nefastas» acrescentando que «tais métodos são contrários à grande lição da história. Nunca um retorno ao passado foi constatado, jamais o homem percorreu este passo» para, mais adiante, concluir «copiar servilmente o passado é condenar-se a si mesmo à mentira, é erigir o “falso” como princípio, na medida em que as condições antigas de trabalho não serão jamais reconstituídas e que a aplicação da técnica moderna a um ideal caduco não é mais do que um simulacro despojado de vida».

Não deram provas disso Manuel da Maia e os engenheiros militares ao reconstruírem a Lisboa que saiu do terramoto de 1755 de uma forma original sem mimetismos com o passado medieval de Lisboa? Não seria de seguir este percurso, na zona sinistrada, já que não «congelaria» a história nem «fossilizaria» o espaço edificado, seria fiel ao propósito destes projectistas e, ainda, possibilitaria a introdução de valores de modernidade para dinamizar uma área tradicional da cidade?

A que propósito se utiliza, no Plano do Chiado, placagem de pedra em substituição das molduras de alvenaria pombalinas nas fachadas destruídas? Com que finalidade se substitui a alvenaria de pedra e a gaiola de madeira por alvenarias de tijolo apoiadas em lages de betão quando as formas dos alçados dos quarteirões são Pombalinas?

A este respeito Siza (1991) é esclarecedor: «Nos arquivos históricos de Lisboa puderam localizar-se centenas de desenhos que representavam as fachadas e alçados destes quarteirões. Esta *nova cidade* podia ser considerada como um edifício único, em que todos os elementos que o formam tinham sido pré-fabricados fora e posteriormente transportados, caso a caso, para os correspondentes pontos de construção».

Esta afirmação mostra a compreensão do esforço dos engenheiros militares que propuseram a reconstrução de Lisboa — uma capital da periferia — como cidade do Iluminismo, como edifício único ao contrário dos centros de Paris ou de Londres que cresceram, desde a grelha romana, por aglomeração e se expandiram, requalificadamente, ao longo dos tempos.

A este respeito vale lembrar as *vedutas* de Giovanni Battista Piranesi do Séc. XVIII e, em particular, a *Iconographia Campi Martii* que

nos mostra uma interpretação do Campo de Marte da Roma antiga (ver Fig. 15). A crítica arquitectónica que Piranesi faz no Campo de Marte em 1761-62 mostra, premonitoriamente, o desespero do arquitecto como produtor da forma da cidade a perder o controle da mesma e a propor, sob a forma de *veduta*, a re-interpretação projectual do que foi a antiga Roma, como que re-desenhando o passado longínquo «pela perda definitiva da organicidade da forma» e mostrando que «os ideais da totalidade e da universalidade já se encontram em crise» (Tafuri, 1985). Esta cultura condenada, para utilizar um termo Piranesiano, que é o Iluminismo, que é o considerar a cidade como um grande edifício público está presente na cultura arquitectónica europeia desde o Renascimento Italiano. É Alberti (1496) que coloca, pela primeira vez, que uma certa cidade (Florença) é como um edifício, ao fórum daquela corresponde o átrio desta.

O que os engenheiros militares dos finais do Séc. XVIII propõem é, ainda, uma última tentativa no cenário europeu, de controlar formalmente o desenho global cidade, o edifício de Lisboa. No entanto, ainda está difundida a ideia de que na proposta de Siza «houve apenas que prolongar o método de há cerca de dois séculos» (ver Toussaint, 1994). Se assim fosse, os dezoito edifícios que arderam no incêndio teriam sido demolidos para dar lugar a uma nova intervenção mais global. É por atender ao sentido que os engenheiros militares deram da cidade como edifício que a intervenção de Álvaro Siza é eminentemente *A edificatoria* destacando-se, por isso, das propostas para a Lisboa do Séc. XVIII. Com efeito, estas sugeriam diversos modelos para a reconstrução da cidade propostos por Manuel da Maia na sua Dissertação (ver França, 1987): o pri-

meiro de acordo com os antigos planos, o segundo corrigindo os planos antigos com ruas mais largas, o terceiro organizando a cidade segundo um novo plano e, por último, o quarto que sugeria a construção de uma nova cidade para poente.

Ao contrário do Plano Pombalino no Plano para a reconstrução do Chiado de Álvaro Siza, há regras de projecto a serem atendidas e não modelos de cidade a serem elaborados.

Quais são, então, essas regras? Coloquemos, primeiramente, os pressupostos relatados na «Estratégia da Memória» por Siza (1991).

Primeira Regra: restabelecimento de relações com a envolvente.

«Sempre julguei que as chaves do êxito da intervenção não se estribavam na mera revisão dos termos *conservação ou não conservação* dos alçados dos edifícios; teriam que se achar no restabelecimento das relações com a envolvente e a periferia da zona, nos problemas gerados por uma edificação que assenta numa topografia acidentada, e na resolução adequada no que respeita tanto à acessibilidade como à degradação que o interior destes quarteirões actualmente apresenta».

Segunda Regra: criação de novos espaços que dinamizem a área de intervenção.

Pela libertação dos «espaços interiores dos quarteirões mediante uma oportuna diminuição das profundidades edificadas, já que isso significava a criação de novos espaços sobre os quais se podem organizar as sucessivas plataformas em rampa que permitem um novo acesso ao Bairro Alto da cidade» e, ainda, pela «abertura de uma rua — a Rua da Baixa — ligação entre as cotas do Alto Chiado com a Baixa», promovendo-se, assim, a integração de «uma nova linha de metropolitano que tivesse saída ao nível da Baixa, no inte-

rior do Convento do Chiado, onde se podia aglutinar um fluxo importante de visitantes» transformando, desta maneira, «uma via de serviços em via principal».

Terceira Regra: a cidade de Lisboa como um grande edifício único.

«Segundo o meu critério pessoal, sempre fui fiel intérprete desta difícil tarefa: é como se nunca tivesse havido um incêndio no Chiado. E mais: para mim, nunca existiu tal catástrofe. Toda a Baixa Lisboa é um grande edifício único, pré-fabricado e uniforme que sofreu um percalço que há que solucionar».

Estes princípios, levados a cabo no Plano de Pormenor, conduziram a uma polémica em que o autor foi, não só, apelidado de *conservador* mas também de utilizar o *pastiche* e o *mimetismo* como estratégia de projecto.

É isso o que nos relata Tousseint (1994) ao descrever a liberdade concedida aos arquitectos que realizaram os projectos de reabilitação dos edifícios:

«O arquitecto por isto não desenvolveu uma vontade formal/criativa bastante habitual na sua obra. Submeteu-se à disciplina que julgou reconhecer como resposta aos problemas em jogo, até ao ponto de obrigar os arquitectos escolhidos pelos proprietários do mesmo, até ao ponto de usar mimetismo, até ao ponto de aparentemente alinhar com aqueles que nostalgicamente evocam o passado por recusarem o presente».

Ler, assim, o projecto de Reabilitação do Chiado é não entender a proposta de Álvaro Siza como eminentemente *Aedificatoria* e supor que a mesma deveria ou poderia apresentar-se como sujeita a outra disciplina ou modelo. No entanto, outras leituras são possíveis.

Primeiramente, os atravessa-

mentos dos quarteirões, ao contrário do *cardus* que foi aberto na Alta de Coimbra, são não monumentais e não subjagam o existente, permitem uma nova ligação da Baixa com o Bairro Alto e, ainda, conjuntamente com a nova localização da estação do metropolitano permitem potenciar a dinamização do antigo centro de Lisboa caracterizando-se, assim, como uma intervenção inovadora. Além disso, e talvez o mais importante, repare-se o cuidado que o autor teve em fazer o levantamento das primitivas formais dos edifícios da Baixa Pombalina, recuperando a gramática da forma presente nos universos de projecto dos engenheiros militares recriando a «Gaiola» Pombalina, principalmente nas relações proporcionais das edificações como no desenho dos vãos e respectivos guarnecimentos, onde se nota a preocupação por uma fidelidade «construtiva» do sistema construtivo e dos elementos arquitectónicos Pombalinos (ver Fig. 16).

Poderíamos ser induzidos em erro se, ao lermos o Regulamento do Plano de Pormenor (ver Siza, 1994), interpretássemos as alíneas relativas às «Especificações Arquitectónicas Exteriores dos Edifícios, a definir pelo Gabinete do Chiado» como de simples restauro dos elementos arquitectónicos e construtivos como sejam as guardas, caleiras, tubos de queda, esquadrias, elementos decorativos, rebocos e pinturas, portais, galerias bem como o desenho e tipo de coberturas em telha e de águas furtadas. Não se trata de restauro, mas de Reabilitação na medida em que estes elementos são combinados de forma original de maneira a organizar a composição de fachadas não previstas pelos engenheiros militares do Séc. XVIII. Também, aqui há inovação. Vejamos, então, onde a procurar.

Para efeitos de organização do projecto a zona sinistrada foi sub-

bem como ao crescimento, quase sempre periférico, que apresentam.

Além disso, a sua delimitação espacial fica mais complexa quando o tecido urbano é resultante de intervenções múltiplas que se sobrepõem ao longo da sua evolução criando situações de fragmentação urbana difíceis de serem geridas em termos de Reabilitação do seu património.

A poli-centralização das cidades, a resolução das respectivas acessibilidades e o crescimento periférico colocam novos problemas com os quais os centros históricos se defrontam seja pela saturação de níveis de intensidade de uso do solo e da congestão de tráfego e, em particular, de estacionamento nas áreas centrais, seja pela degradação, por vezes acelerada do seu património físico, seja pela ausência da introdução dos conceitos tradicionais de urbanidade aos quais as populações da periferia dificilmente têm acesso seja, ainda, pela proliferação de uma cultura de «construção clandestina», muito presente entre nós, devido à ausência de uma política coerente de ordenamento do território e, em particular, dos centros históricos.

Perante esta situação as referências aos limites de actuação das entidades gestoras do espaço urbano de uso público face às entidades proprietárias, têm levado a considerar, quase como sinónimo, os conceitos de manutenção, segurança e territorialidade como pertinentes a uma eficaz gestão da maior segregação ou integração daquele espaço.

No entanto, investigações realizadas sobre a enorme variedade de tecidos urbanos e publicados em diversos trabalhos e comunicações (ver Heitor e Krüger, 1994); Heitor, 1997 e Martins, 1997) têm mostrado que a estrutura de inter-relações dos espaços influi decisivamente na geração de movi-

mentos de pedestres e em padrões de co-presença de pessoas em meio urbano.

De uma maneira geral quanto mais integrado for o espaço a mais movimento e co-presença de pessoas corresponderá, o que significa que áreas urbanas que funcionam com razoável qualidade tiram partido desta propriedade de integração. Os espaços mais integrados definem o casco que interrelaciona o centro das áreas urbanas, não só com a malha urbana onde as mesmas estão inseridas mas, também, com espaços mais secundários e locais assegurando-se, desta maneira, uma diversidade na intensidade de uso, desde vias de intensa utilização até ruas sossegadas, mas em que todos os espaços apresentam um fluxo, mais ou menos constante, de movimento de pedestres e de co-presença de pessoas.

A relação entre habitantes e estranhos torna-se menos problemática na medida em que a presença destes é menos inesperada, o que contribui, devido à co-presença de ambos, para uma supervisão constante do espaço urbano diminuindo-se a possibilidade de ocorrência de *desertos e ghettos urbanos*.

Problemas de segurança originados por enclausuramento devido à excessiva territorialização do espaço, como ocorre em alguns espaços mais centrais das nossas cidades, apesar de nos oferecerem quase a felicidade de que nos fala Eça de Queiroz no seu desejo de ter uma quinta com portas para o Chiado, têm conduzido a desastres ambientais levando, em alguns casos, a um aumento, desproporcionado, da vulnerabilidade espacial elevando, drasticamente, os níveis de insegurança para os seus utentes.

Aquilo que a sociedade fragmenta e hierarquiza em termos de relações sociais o espaço pode unir desde que as dimensões lo-

cais dos espaços urbanos estabeleçam interfaces com as globais onde se situa todo o conjunto edificado e não só.

Desde a Ágora grega que a cultura urbana no ocidente tem promovido espaços para difusão social não restrita apesar de estar presentemente ameaçada, no caso dos novos espaços centrais e não só, pela introdução de espaços urbanos intersticiais onde a cidade deixa de ser um bem público para passar a ser um condomínio introvertido.

Neste contexto, a discussão sobre a lei quadro de ordenamento do território apresenta-se como um primeiro passo para que a Reabilitação Integrada dos Centros Históricos das nossas cidades assumam, de forma mais equilibrada e menos contraditória, os valores históricos e de memorização dados pelo seu valor patrimonial como de contemporaneidade e uso decorrentes de novas centralidades e fragmentações do tecido urbano. ▼

Notas:

(1) Lembremos a este propósito: «O plano "Voisin" isolará toda a cidade antiga e trará paz e calma de Saint Gervais à Étoile» (Le Corbusier, op. cit).

(2) Expressão utilizada pelo Arq. Gonçalo Byrne na palestra proferida em 08/04/97 na Ordem dos Engenheiros, Região Centro, com o título «Projectos para Coimbra».

(3) Designação das universidades tradicionais inglesas de Oxford e Cambridge por oposição às universidades de tijolo vermelho («redbrick») construídas durante e após a revolução industrial.

Referências Bibliográficas e Fonte das Ilustrações

ALBERTI, L. B. (1496) *De Re Aedificatoria*. Tradução para Inglês por J. Rykwert, N. Leach e R. Travenor com o título «On the Art of Building in

Ten Books». 1988. The M.I.T. Press. Cambridge, Massachusetts e Londres, Inglaterra.

BARROS, A. M. T. DE M. (1993) *Giovanni Battista Piranesi. Invenções, Caprichos, Arquitecturas, 1720-1778*. Coordenação de A. Bartos. Secretaria de Estado da Cultura. Lisboa.

BAUDELAIRE, C. (1863) «Le peintre et la vie moderne», *Le Figaro*, 26 e 29 de Dezembro. Tradução para língua Portuguesa editada por Inquérito, 1941, Lisboa.

BENTO, M. (1991) «As fábricas de bolacha da nova Acrópole de Coimbra», *Via Latina*. N.º 3.

C.I.A.M. (1943) *La Charte D'Athènes*. Plon. Paris.

CHOAY, F. (1992) *L'Allegorie du Patrimoine*. Éditions du Seuil. Paris.

FRANÇA, J. A. (1987) *Lisboa Pomalina e o Iluminismo*. Bertrand Editora. Lisboa.

HEIDEGGER, M. (1927) *Sein und Zeit*. Tradução de J. Gaos para Castelhano com o título «El Ser y El Tiempo». Fondo de Cultura Económica. 1993. Madrid.

HEITOR, T. E KRÜGER, M. (1994) «Spatial Layout and Conflicting Uses in Transition Spaces». Comunicação apresentada ao IAPS 13, *The Urban Experience*, Manchester, 1994.

HEITOR, T. (1997) *A Vulnerabilidade do Espaço em Chelas. Uma Abordagem Sintáctica*. Dissertação de Doutoramento. I.S.T. Lisboa.

IPPAR (1996) *Cartas e Convenções Internacionais*. Coordenação do Projecto: Flávio Lopes. Direcção Regional de Lisboa do IPPAR. Lisboa.

KRÜGER, M., HEITOR, T. V., TOSTÕES, A. (1996) «A Morfologia da Cidade de Lisboa: da Época Medieval à Cidade Actual». *Técnica*. 49-70. N.º 1/Janeiro.

LE CORBUSIER (1925) *Urbanisme*. Coll. de L'Esprit nouveau. Publicado por Vincent et Fréal et Cie em 1966. Paris.

LE CORBUSIER (1928) «On demand a Colbert». Vers un Paris nouveau. *Cahiers de la République des lettres* (12).

LE GOFF, J. (1984) «Antigo/Moderno» in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Porto.

LOPES, F. (1996) «Património Arquitectónico. A evolução do pensamento contemporâneo através da leitura de documentos internacionais». in *Cartas e Convenções Internacionais*. Direcção Regional de Lisboa do IPPAR. Lisboa.

MARCEL-POËTE (1929) *Introduction à L'urbanisme*. Éditions Anthropos, 2.ª edição. Paris.

MARCH, L. E TRACE, M. (1968) *The Land Use Performances of Selected Arrays of Built Forms*. L.U.B.F.S. Working Paper n.º 2. Cambridge.

MARTIN, L. (1965) *Whitehall — a plan for the national and government centre*. Her Majesty Stationary Office. Londres.

MARTIN, L. (1967) «Architect's Approach to Architecture» in *Leslie Martin and Lionel March: Papers and Broadcasts, 1967-1968*. L.U.B.F.S.. Reprint Series N.º 1. Cambridge.

MARTIN, L. (1972) «The grid as generator» in *Urban Space and Structure*, editado por L. Martin e L. March. Cambridge University Press. Cambridge.

MARTIN, L. E MARCH, L. (1966) «Land Use and Built Forms». *Cambridge Research*. April.

MERLIN, P. E CHOAY, F. (1988) *Dictionnaire de l'Urbanisme et de*

l'Aménagement. Presses Universitaire de France. Paris.

Morais Silva, A. de (1961) *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*. 10.ª edição revista. Editorial Confluência Lda. Lisboa.

RAGOT, R. (1987) «Paris: Des plans pour la capitale, 1925-1961». In *Le Corbusier, une encyclopédie*, organizada por J. Lucan. Centre Georges Pompidou. Paris.

RAMOS, T. L. B. (1997) *Planeamento e Morfologia dos Espaços dos Bairros de Olivais e Telheiras. Organização Espacial e Configuração Física*. Dissertação de Mestrado. I.S.T. Lisboa.

RIEGL, A. (1903) *Der modern Denkmalkultus*. Viena. Tradução para Francês por D. Wiczorek sob o título «Le Culte moderne des monuments». Le Seuil, 1984. Paris.

ROWE, C. E KOETTER, F. (1981) *Ciudad Collage*. Tradução para Castelhano da versão em língua Inglesa com o título *Collage City*, M.I.T. Editorial Gustavo Gilli. Barcelona.

SALAZAR, O. (1945) *Discursos e Notas Políticas II (1935-37)*. 2.ª Edição. Coimbra Editora. Coimbra.

SIZA, Á. (1991) «A estratégia da memória» in *O Chiado Lisboa*. Delegación en Granada del Colégio de Arquitectos. Sociedade Lisboa 94. Junta de Andalucía de Obras Públicas y Transportes. Granada-Lisboa-Sevilla.

SIZA, Á. (1994) «Plano de Pormenor da Zona Sinistrada do Chiado (1988-...)». *Arquitectos*. N.º 134. 26-73.

TAFURI, M. (1985) *Projecto e Utopia*. Tradução da versão Italiana. Editorial Presença. Lisboa.

TOUSSAINT, M. (1994) «O Chiado Que Se Vai Reabilitando». *Arquitectos*. N.º 134. 22-25.

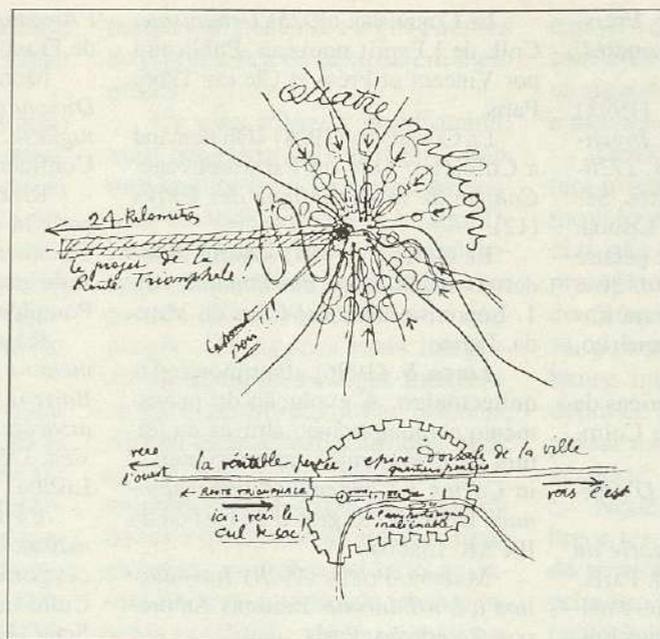


Figura 1 — O «fenómeno urbano de Paris» visto por Le Corbusier mostrando a transformação de um atravessamento numa via triunfal.

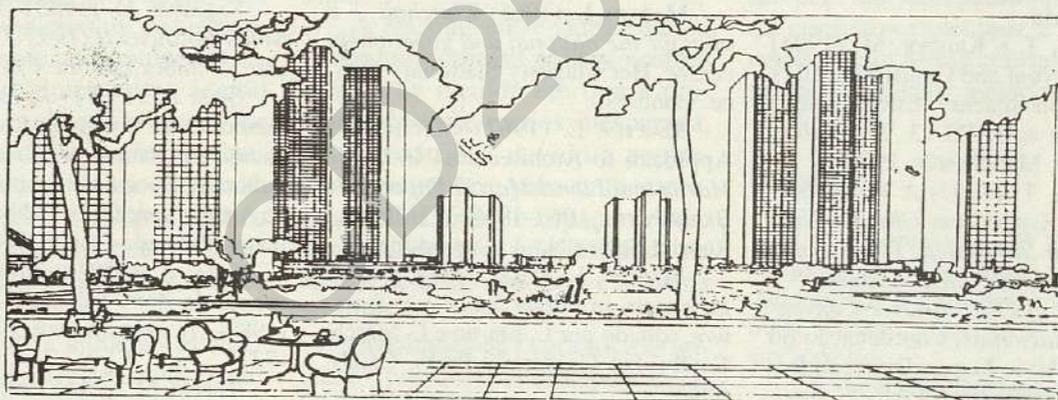


Figura 2 — Vista parcial da Vila Contemporânea de Le Corbusier proposta em 1922 para o reordenamento de Paris.

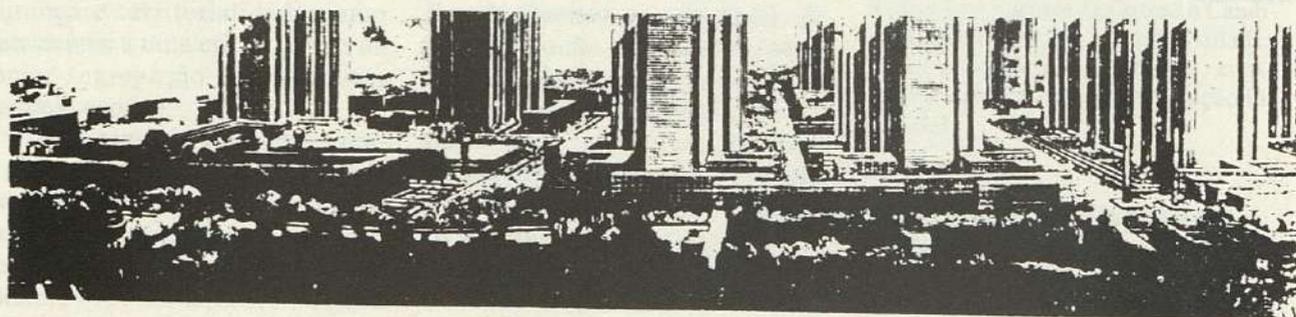


Figura 3 — Vista parcial do *Plan Voisin* de Le Corbusier proposto em 1925 para o reordenamento do centro de Paris.

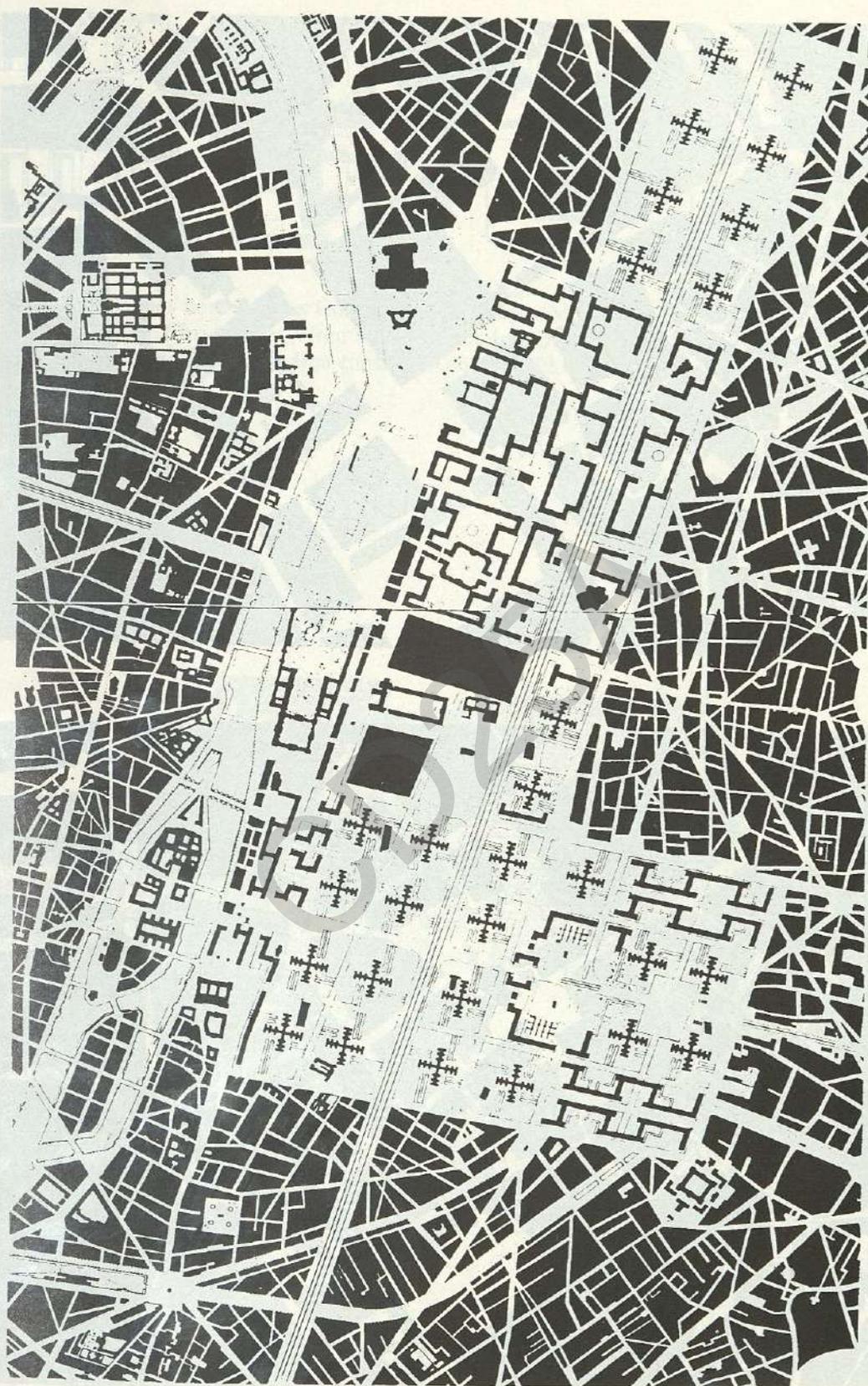


Figura 4 — Planta do *Plan Voisin* de Le Corbusier proposto em 1925 para o reordenamento de centro de Paris.

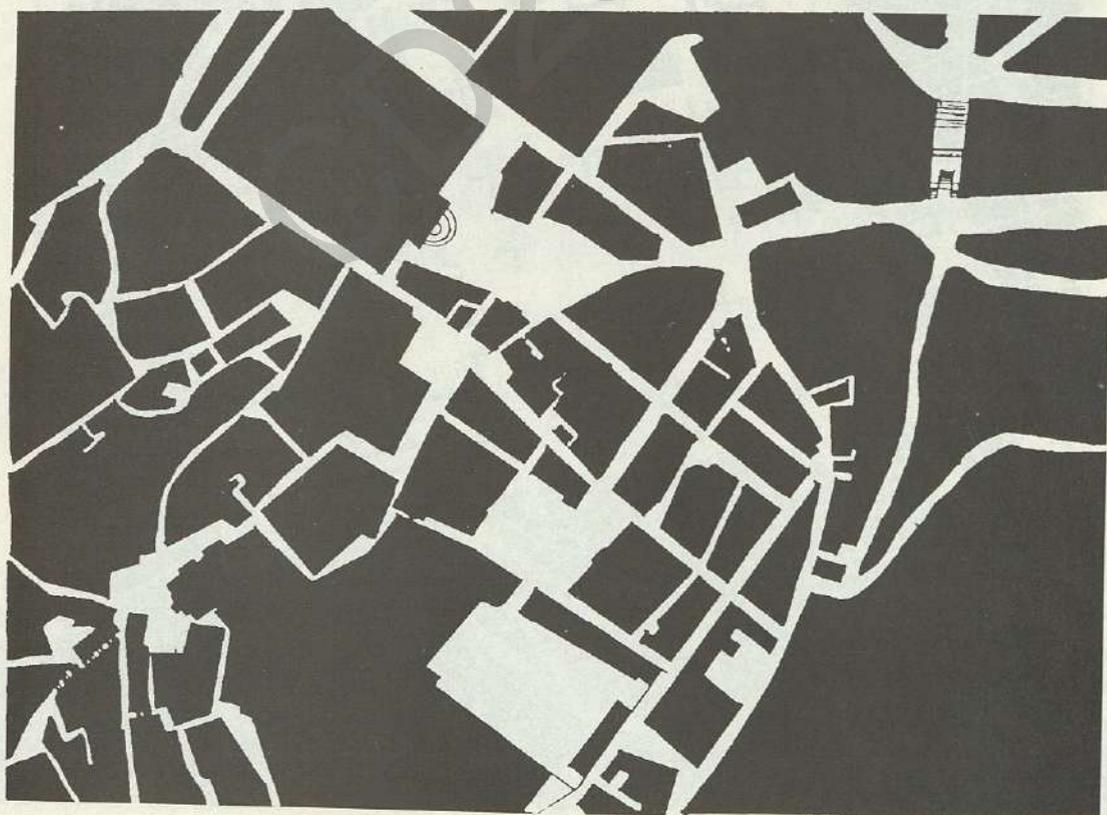
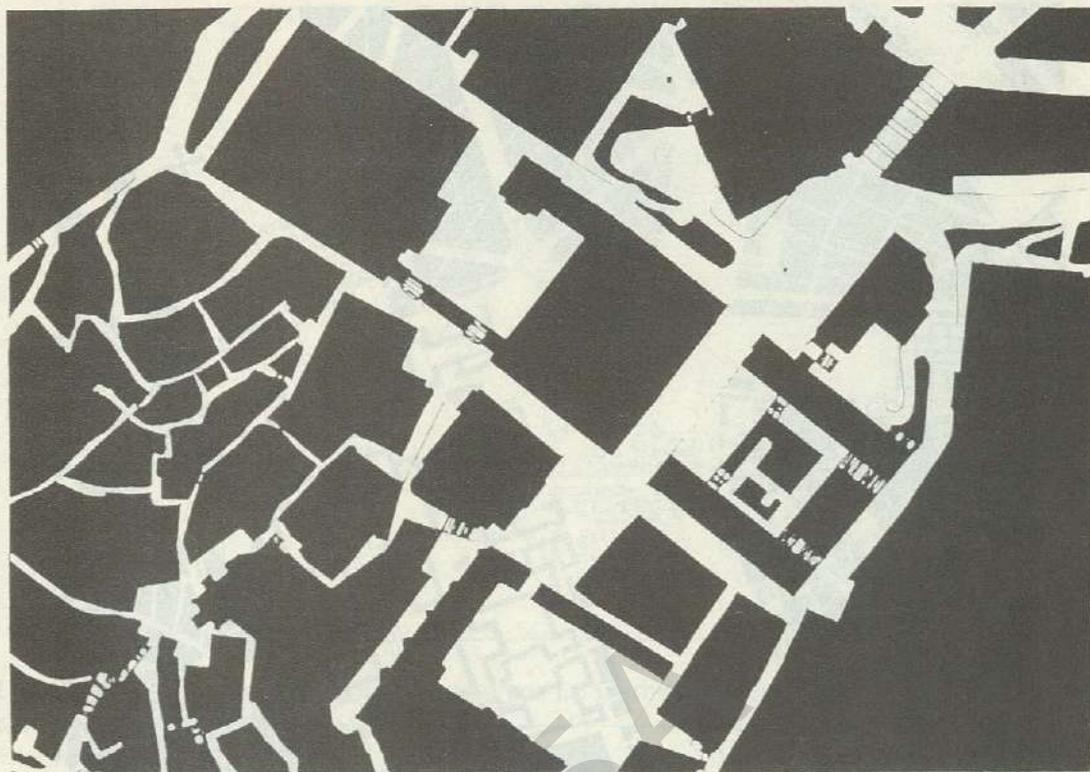


Figura 5 — Plantas mostrando a relação de figura-fundo para a Alta de Coimbra antes e após a intervenção do período do Estado Novo.

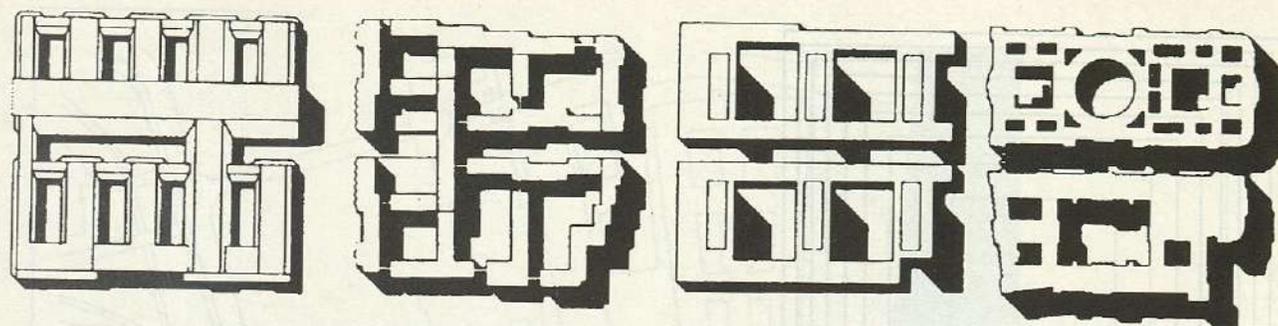


Figura 6 — Especulações com Formas Construídas por Leslie Martin. A forma da direita corresponde a um edifício projectado por Christopher Wren existente na área de intervenção do Plano para Whitehall e as restantes formas apresentam idêntica área construída com 18, 12 e 8 pisos, respectivamente, da esquerda para a direita.

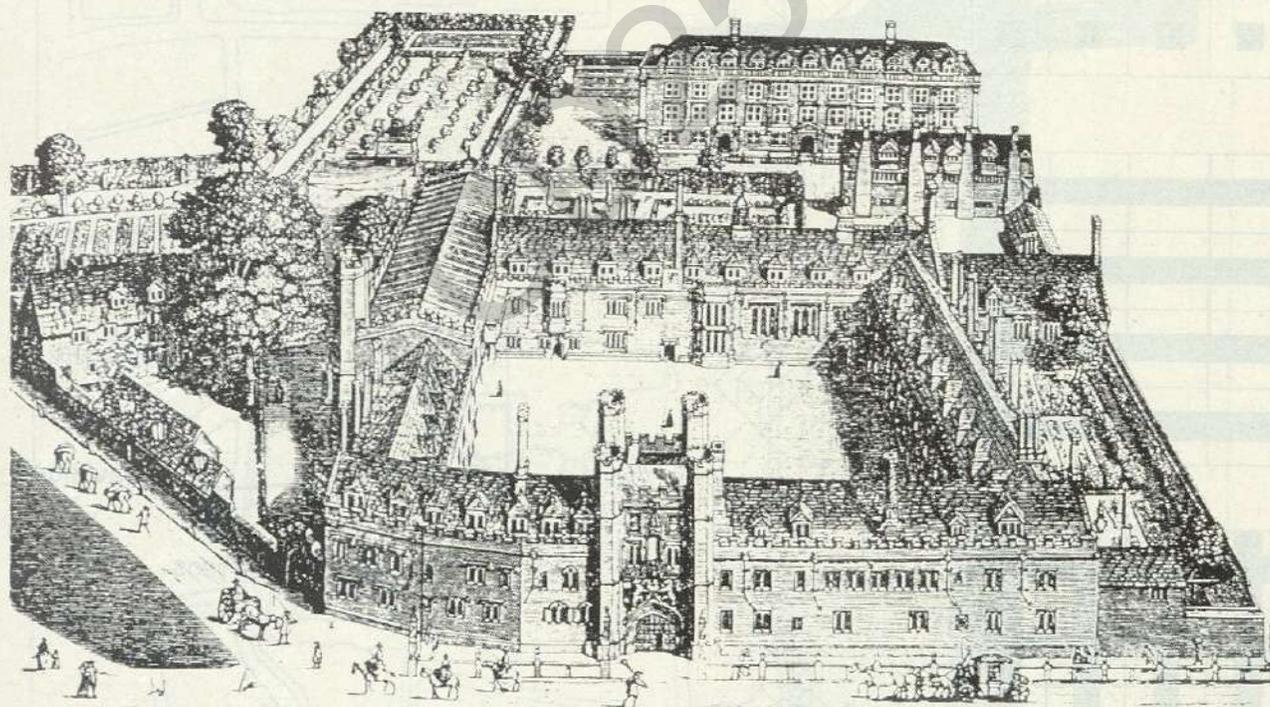


Figura 7 — Christ College em Cambridge mostrando uma implantação em pátio assumida pelos colégios universitários de *Oxbridge*.

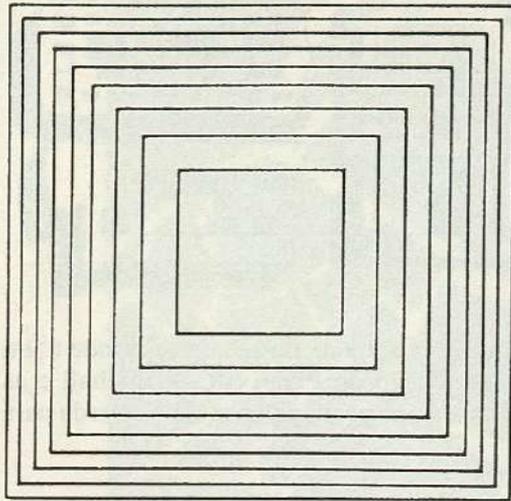
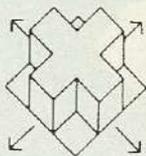
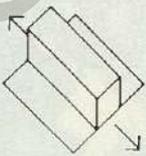
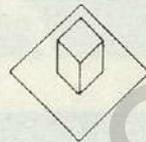
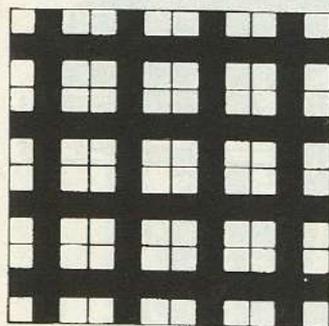
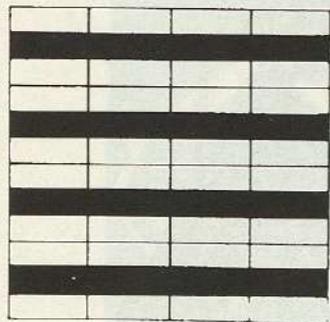
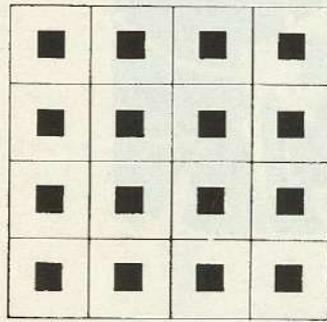
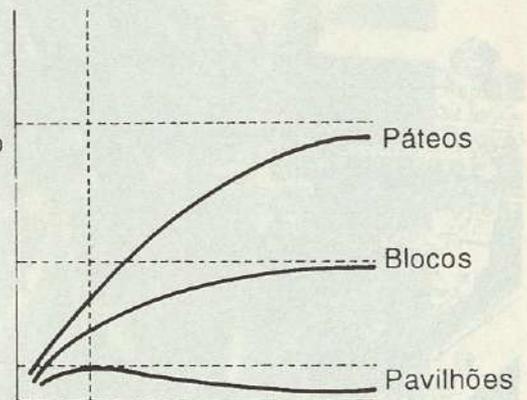


Figura 8 — Diagrama de Fresnel com anéis de áreas idênticas e perímetros, do centro para a periferia, sucessivamente maiores.



Índice de Ocupação



Número de Pisos

Figura 9 — Formas construídas pavilhonares, em bloco e em pátio com as respectivas agregações e diagrama de relações, para estas formas, entre o número de pisos e o índice de utilização admitindo-se constante o ângulo de obstrução.

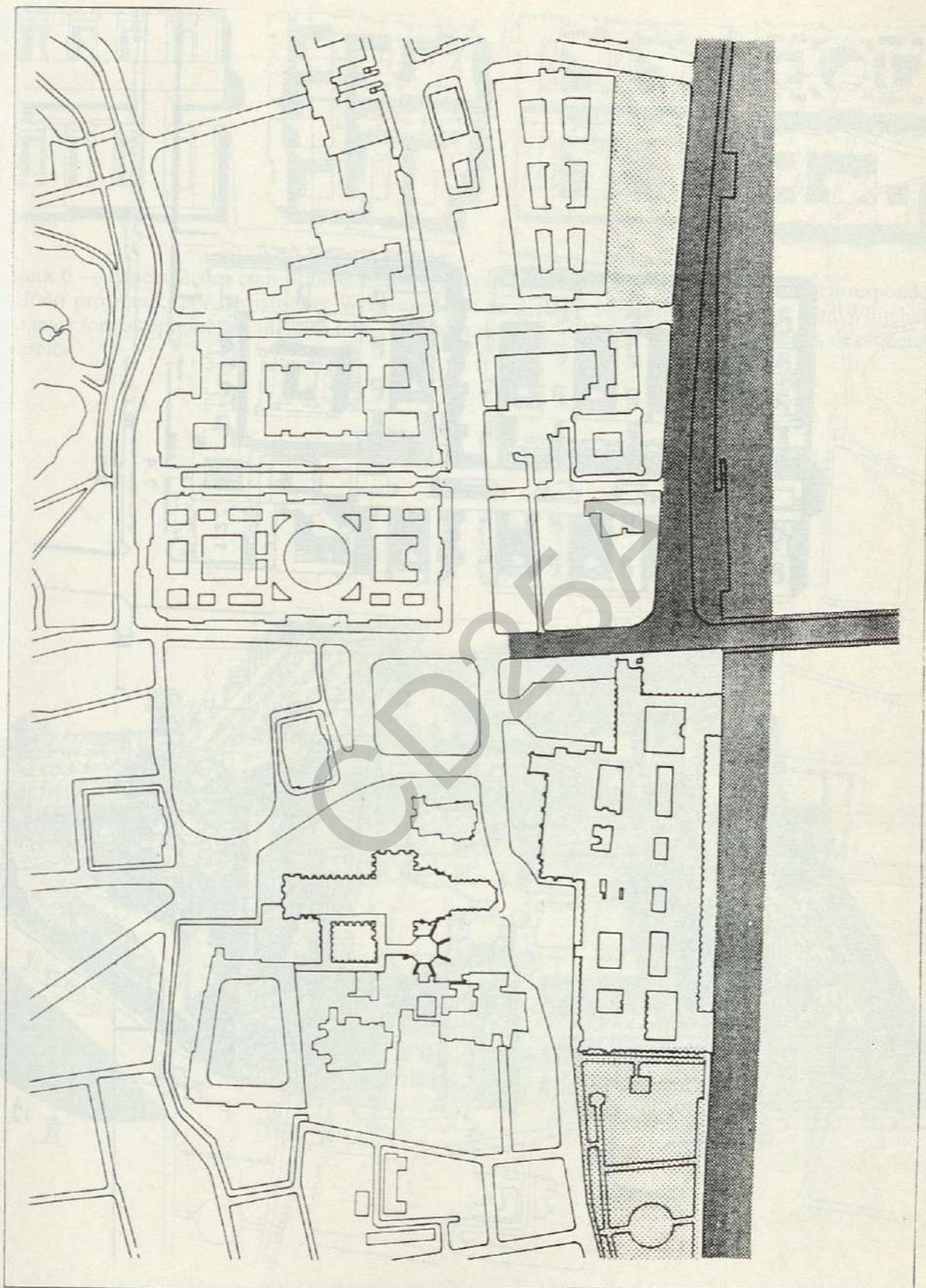


Figura 10 — Área de Intervenção do Plano de Whitehall para o Centro Governamental de Londres de Leslie Martin em 1965.

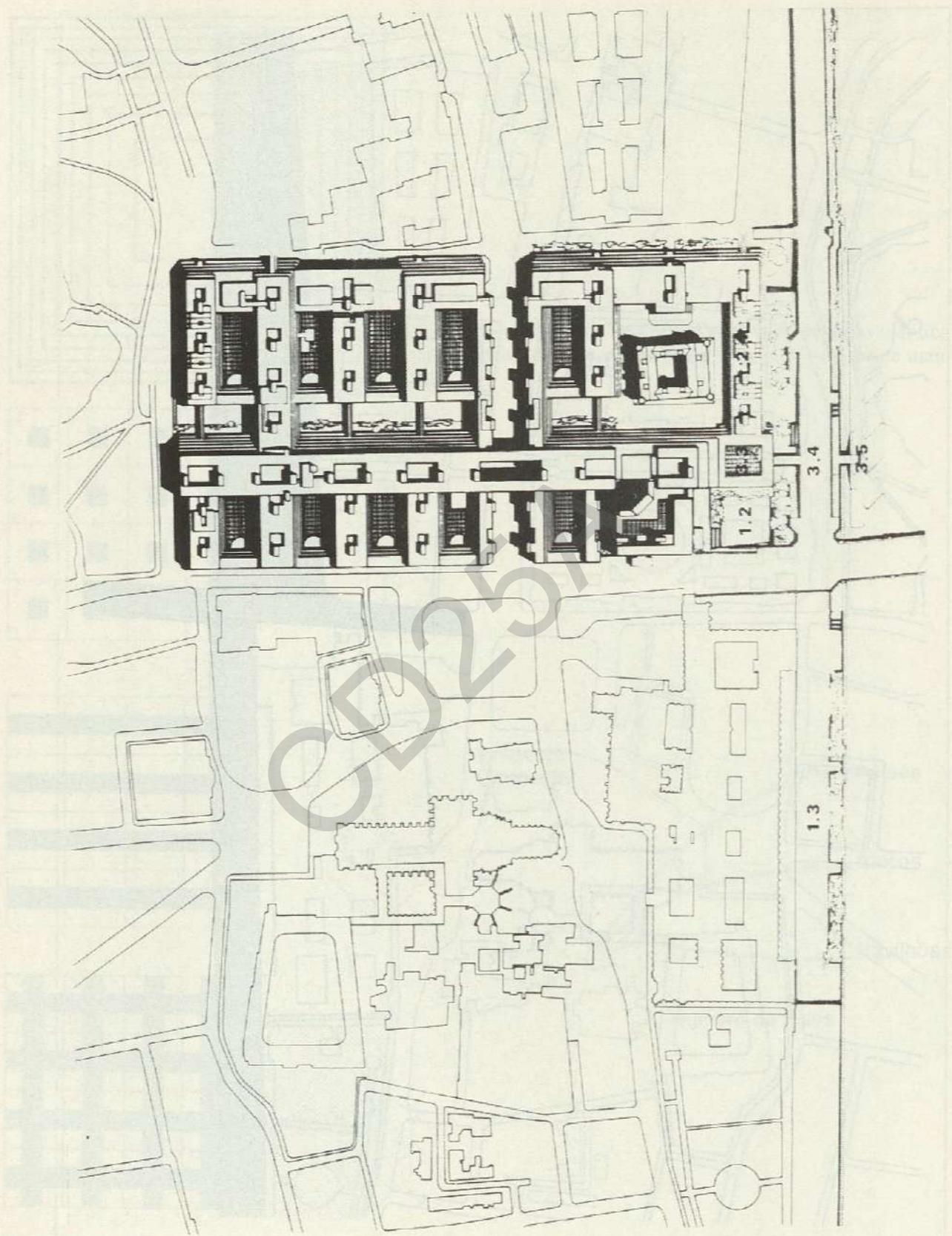


Figura 11 — Primeira fase do Plano de Whitehall de Leslie Martin mostrando o novo conjunto institucional destinado ao novo Parlamento e aos ministérios, desenvolvido em pátios sucessivos.

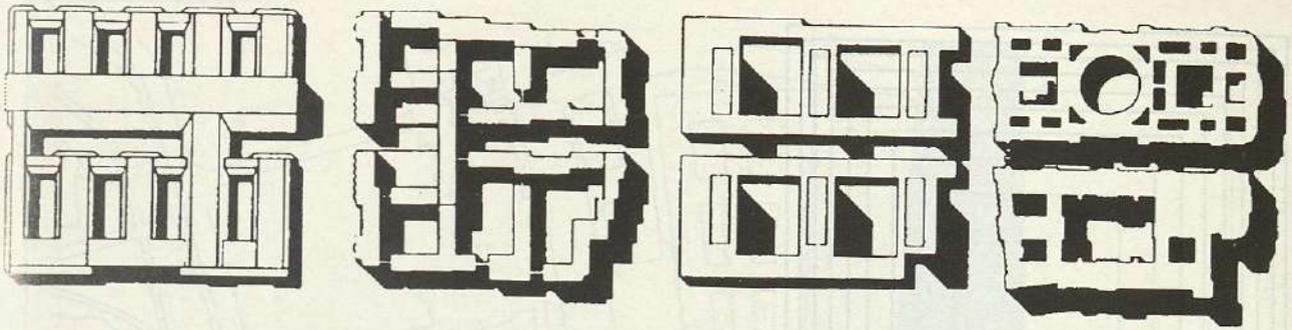


Figura 6 — Especulações com Formas Construídas por Leslie Martin. A forma da direita corresponde a um edifício projectado por Christopher Wren existente na área de intervenção do Plano para Whitehall e as restantes formas apresentam idêntica área construída com 18, 12 e 8 pisos, respectivamente, da esquerda para a direita.

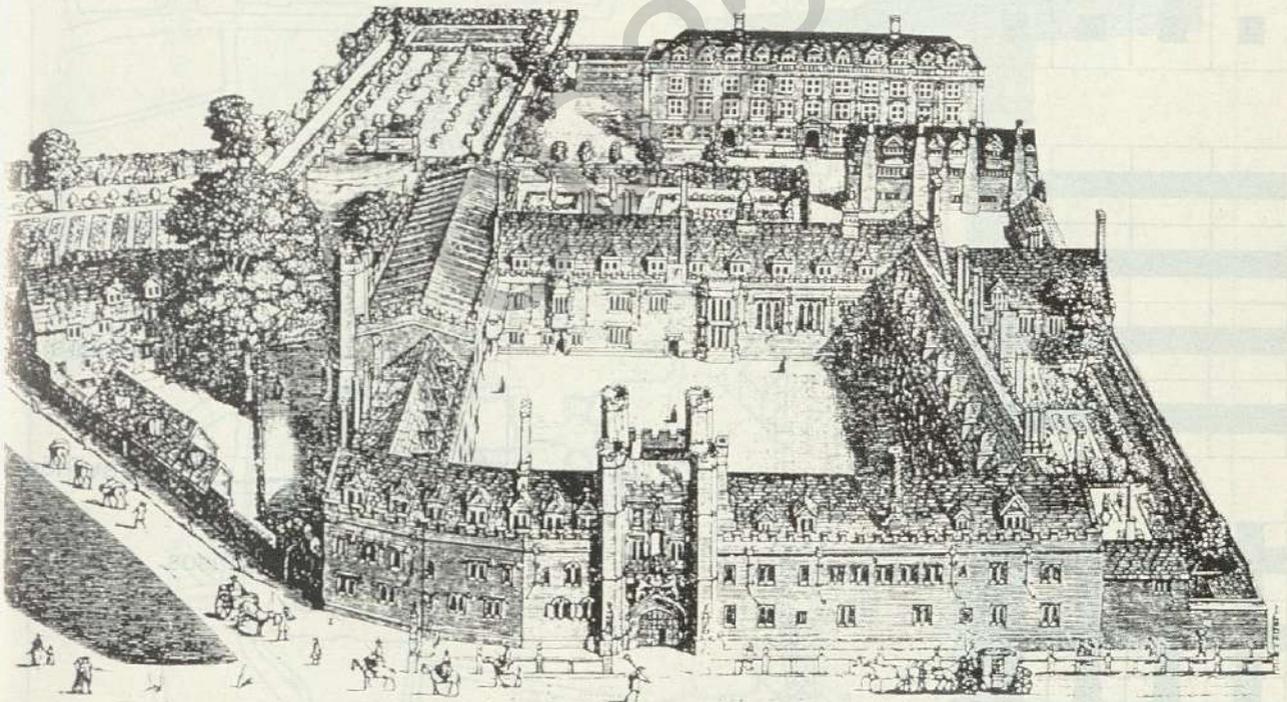


Figura 7 — Christ College em Cambridge mostrando uma implantação em pátio assumida pelos colégios universitários de Oxbridge.

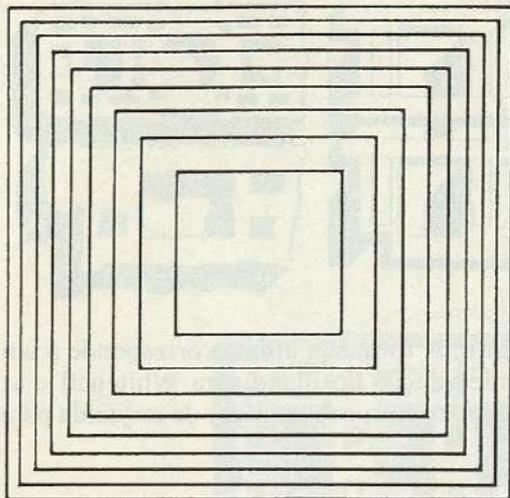
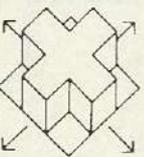
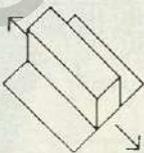
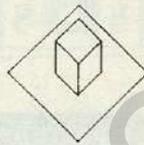
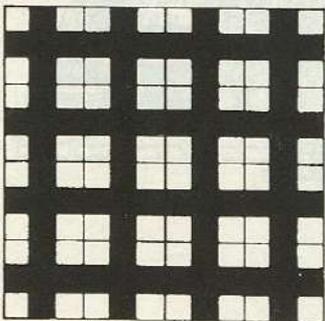
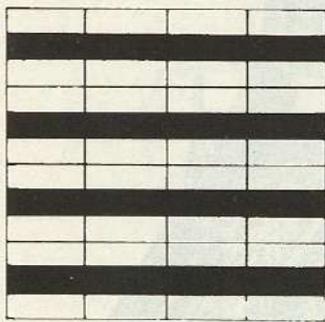
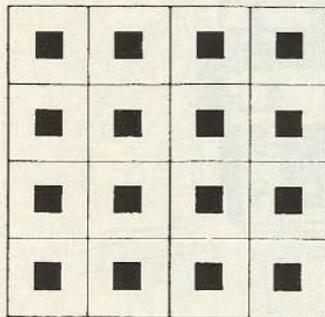
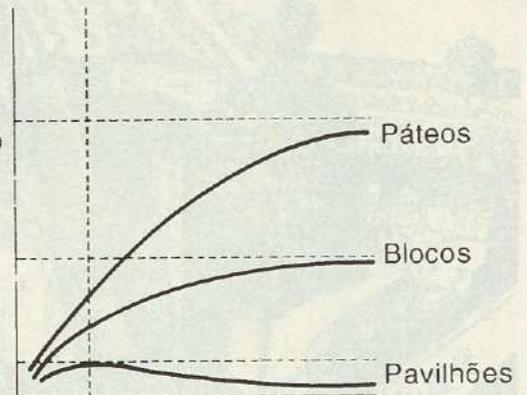


Figura 8 — Diagrama de Fresnel com anéis de áreas idênticas e perímetros, do centro para a periferia, sucessivamente maiores.



Índice de Ocupação



Número de Pisos

Figura 9 — Formas construídas pavilhonares, em bloco e em pátio com as respectivas agregações e diagrama de relações, para estas formas, entre o número de pisos e o índice de utilização admitindo-se constante o ângulo de obstrução.

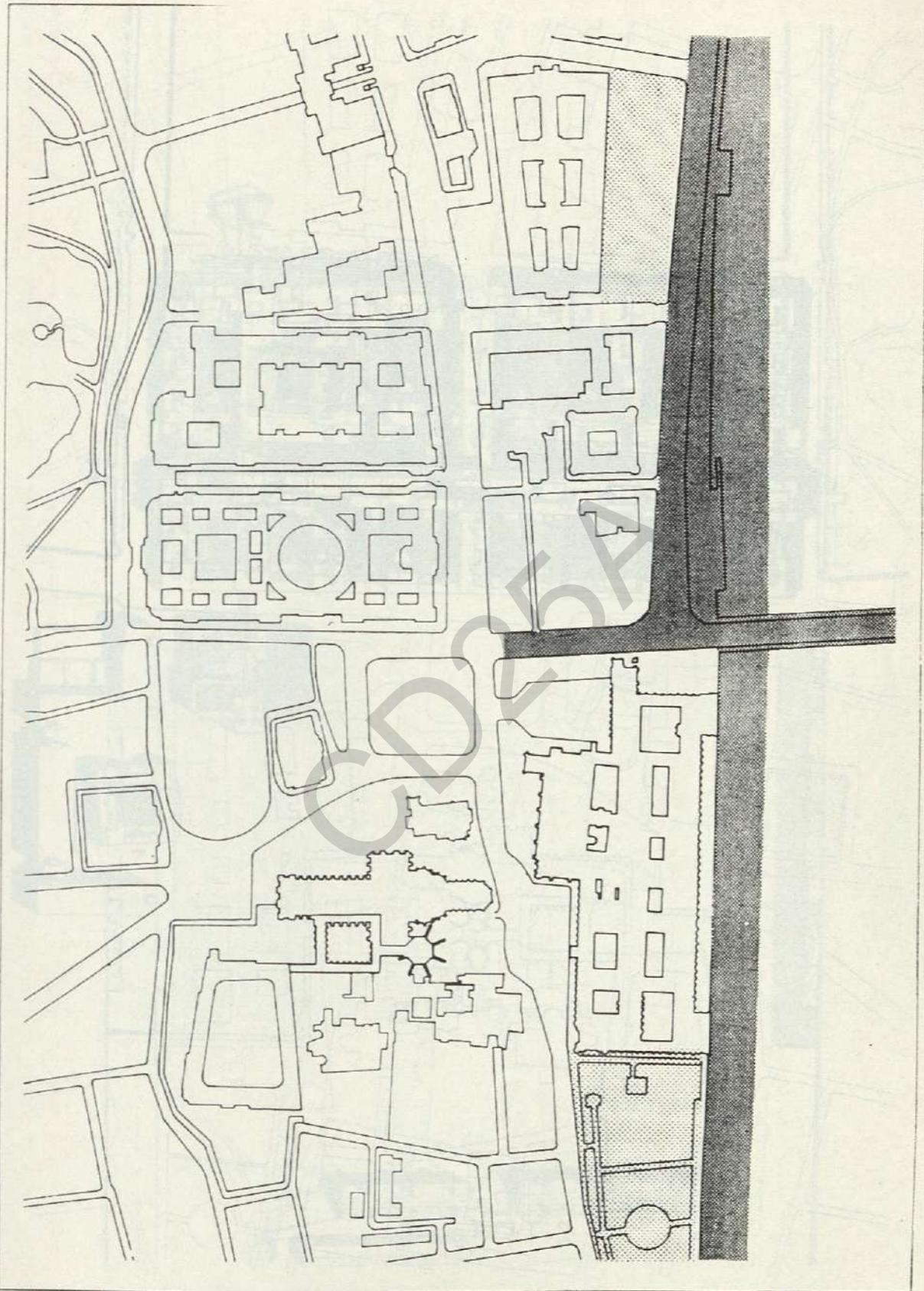


Figura 10 — Área de Intervenção do Plano de Whitehall para o Centro Governamental de Londres de Leslie Martin em 1965.

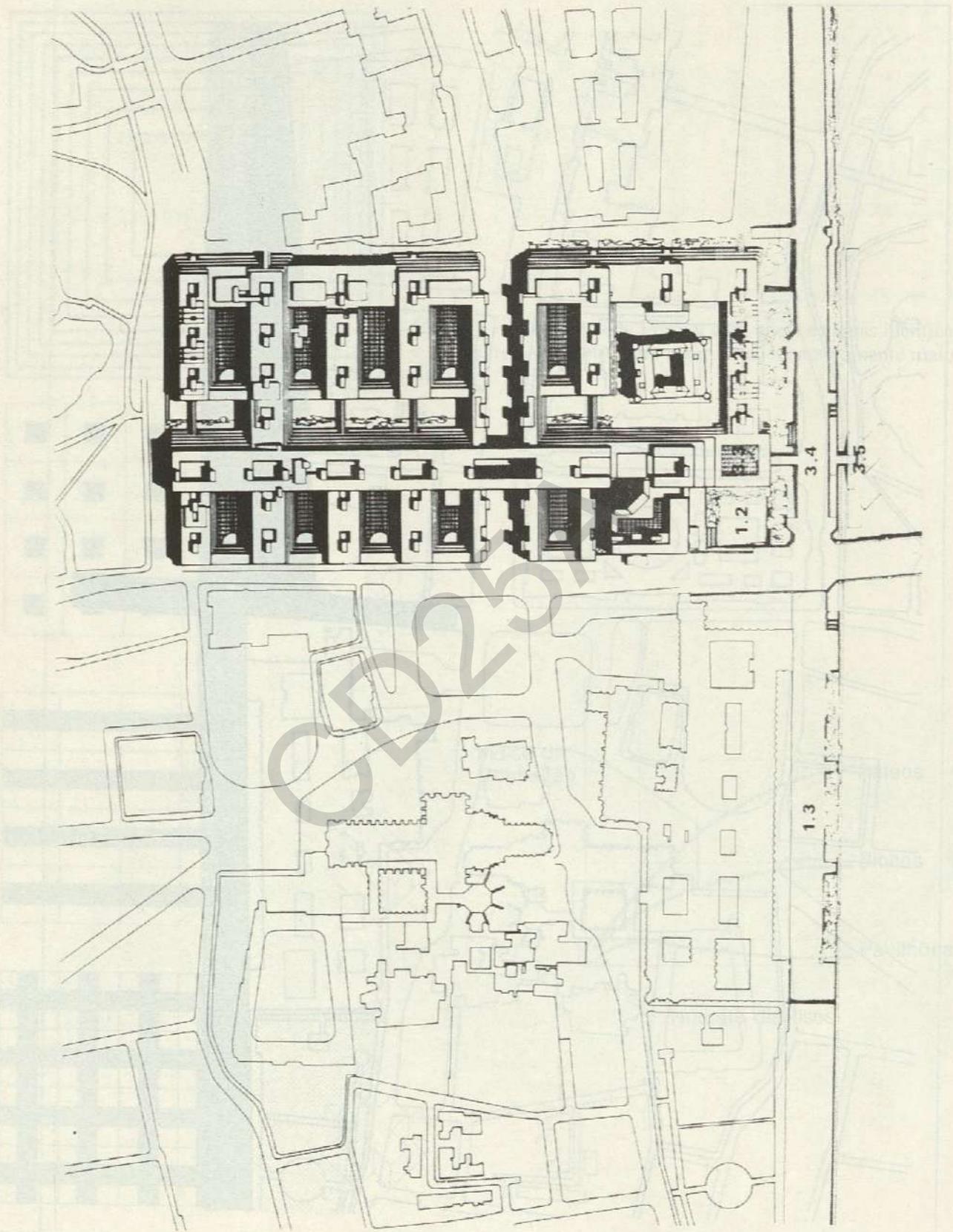


Figura 11 — Primeira fase do Plano de Whitehall de Leslie Martin mostrando o novo conjunto institucional destinado ao novo Parlamento e aos ministérios, desenvolvido em pátios sucessivos.

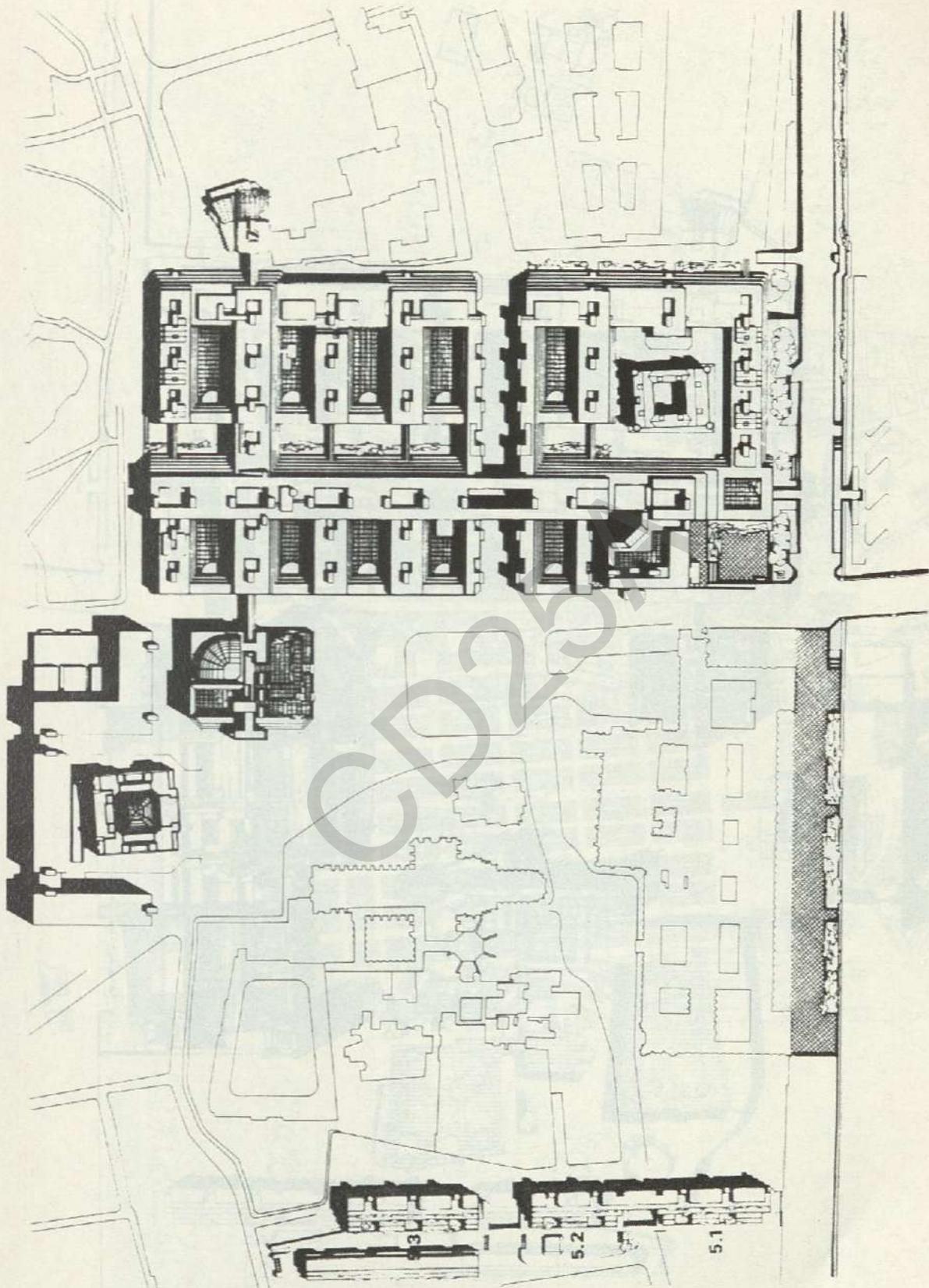


Figura 12 — Segunda fase do Plano de Whitehall de Leslie Martin mostrando o novo edifício proposto, com significado nacional e internacional, bem como o conjunto destinado a fins residenciais.

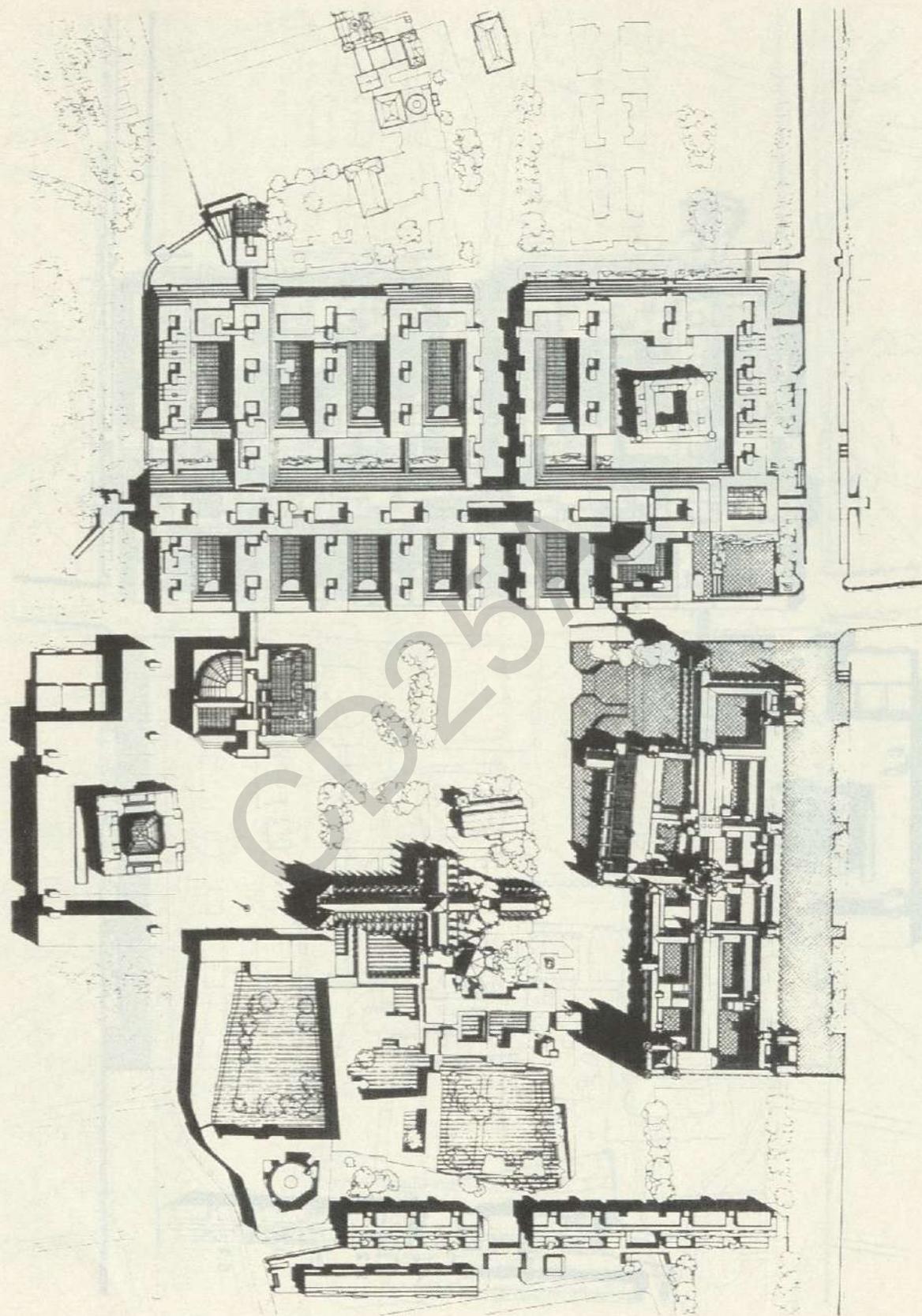


Figura 13 — Terceira fase do Plano Whitehall de Leslie Martin mostrando o novo Precinto Parlamentar com os edifícios a serem preservados.

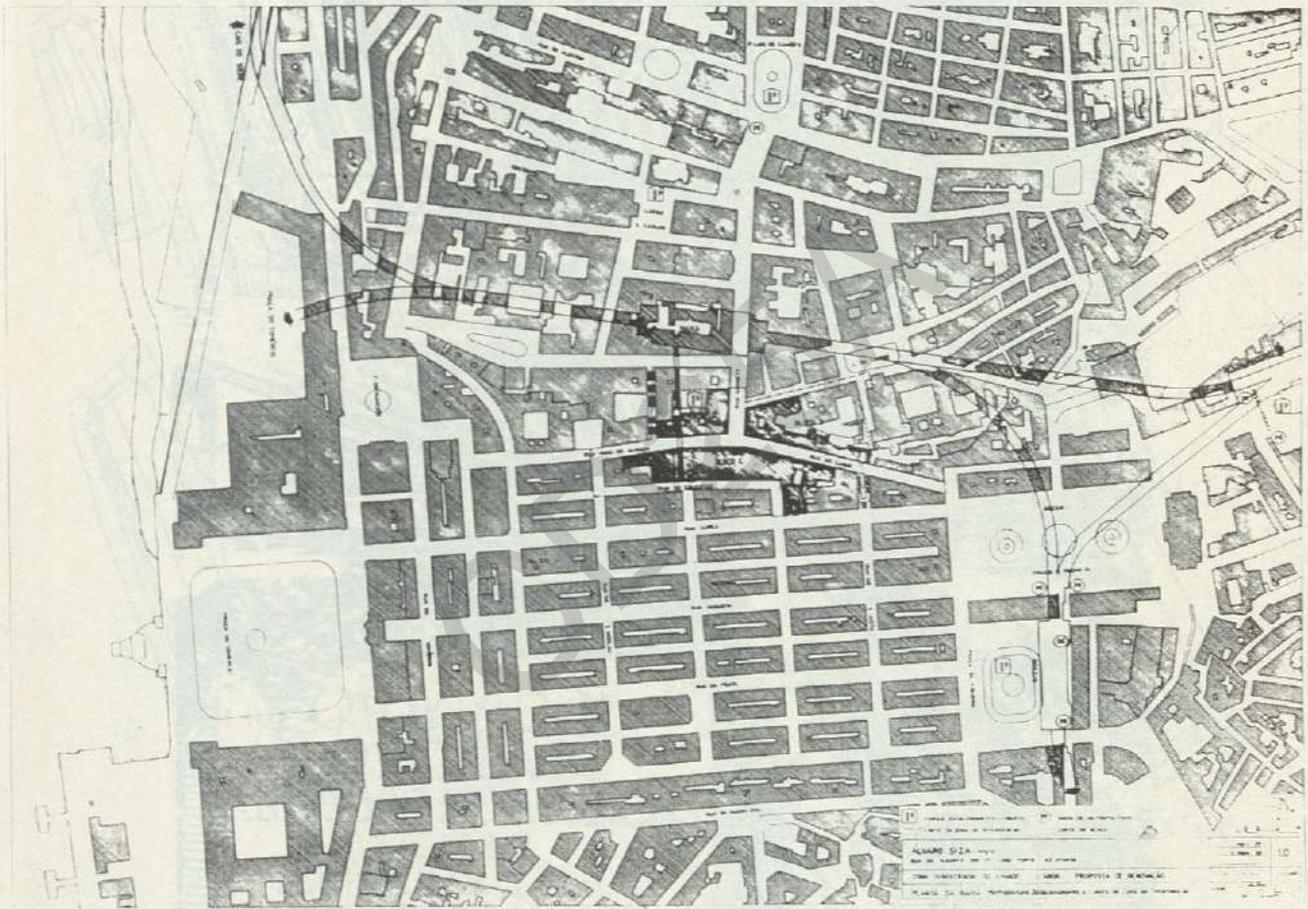


Figura 14 — Planta da Baixa mostrando a Proposta de Renovação da Zona Sinistrada do Chiado por Álvaro Siza em 1988.

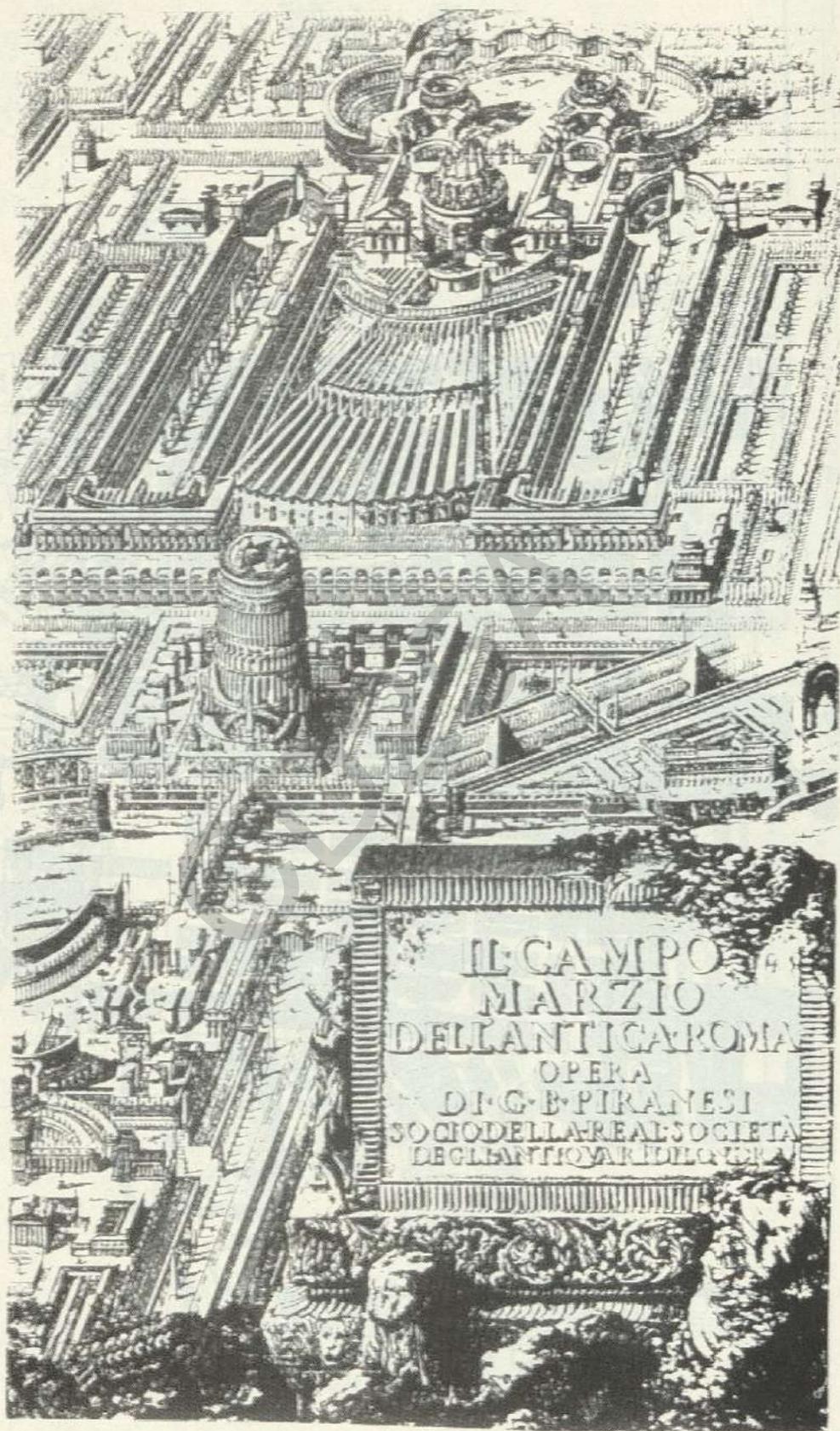


Figura 15 — Campo de Marte da antiga Roma desenhado por Giovanni Battista Piranesi em 1761-62.

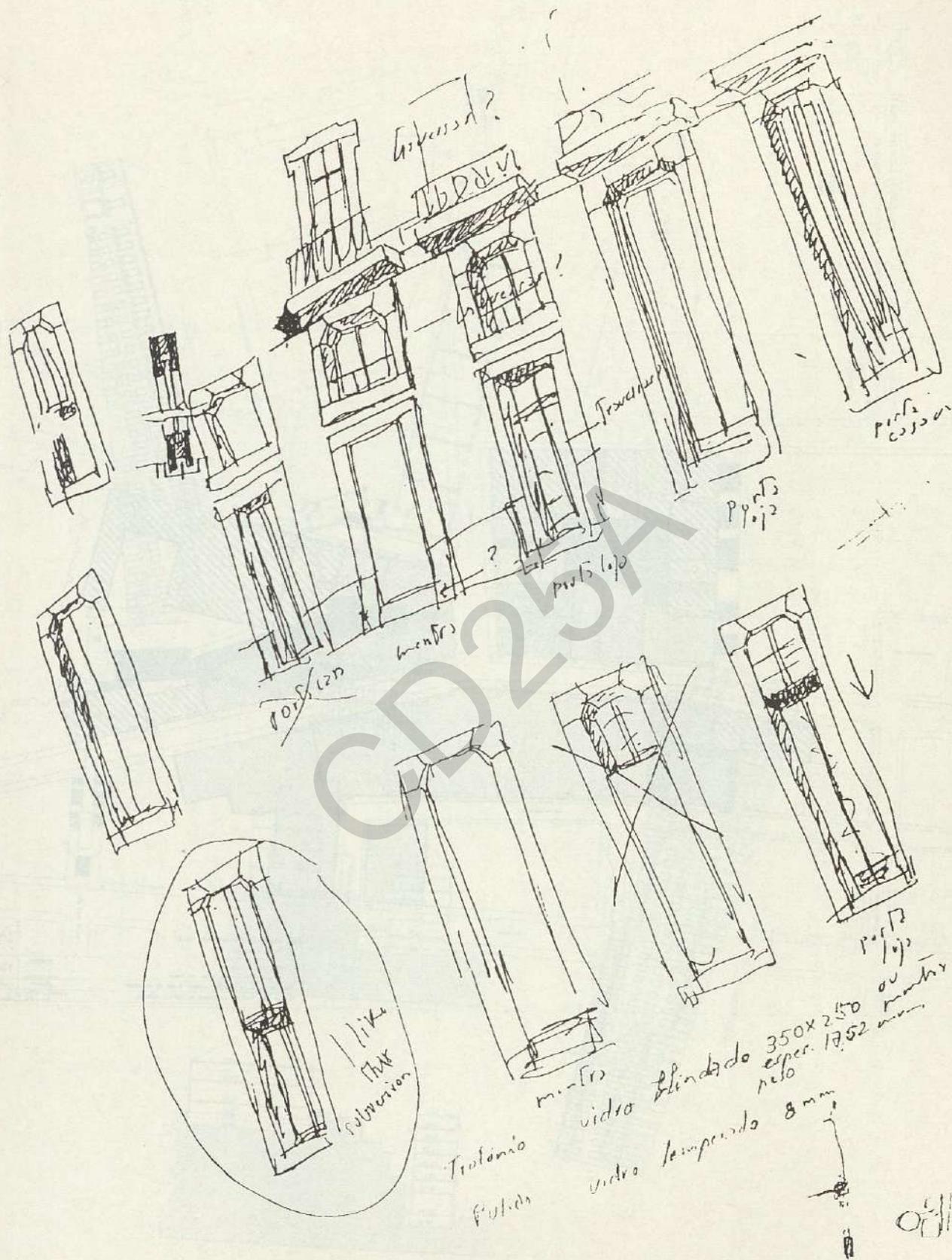


Figura 16 — Interpretação de Álvaro Siza sobre as primitivas formaos de elementos construtivos da Baixa Pombalina.

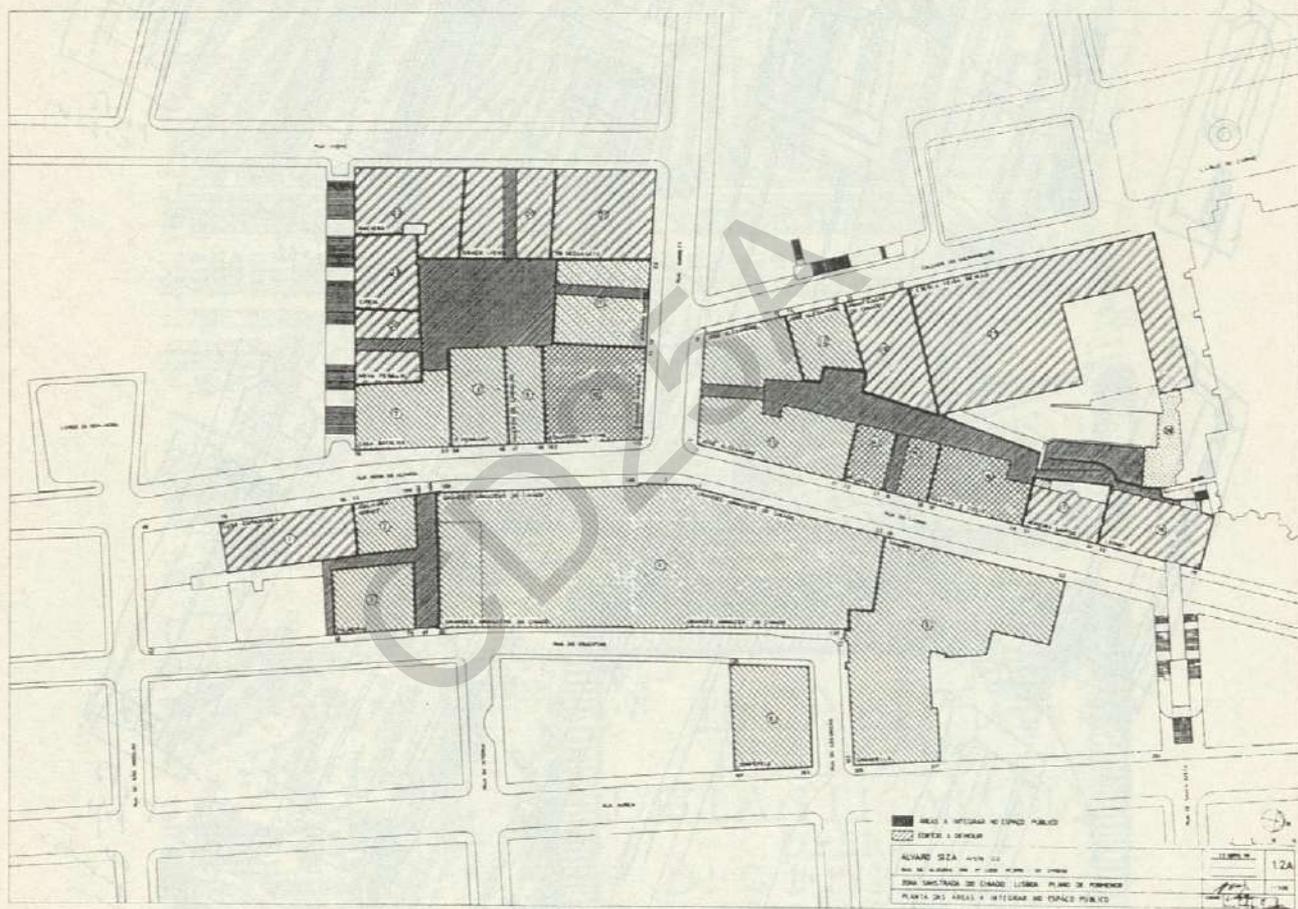


Figura 17 — Planta das Áreas a Integrar no Espaço Público, mostrando a sua agregação em três blocos, da Proposta de Renovação da Zona Sinistrada do Chiado por Álvaro Siza em 1988.

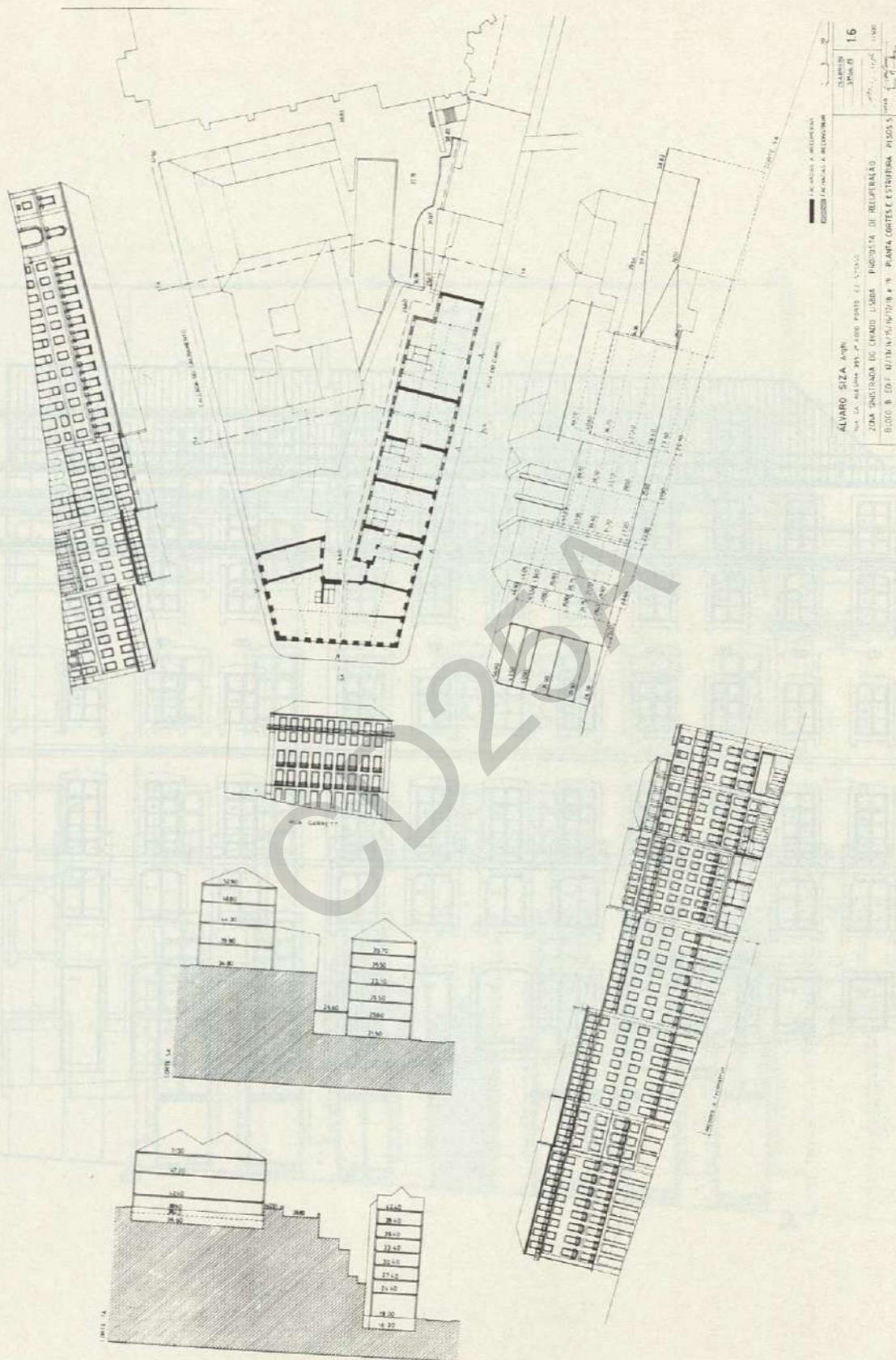


Figura 18 — Proposta de Recuperação da Zona Sinistrada do Chiado por Álvaro Siza em 1988 mostrando planta, cortes e estrutura do Bloco B.

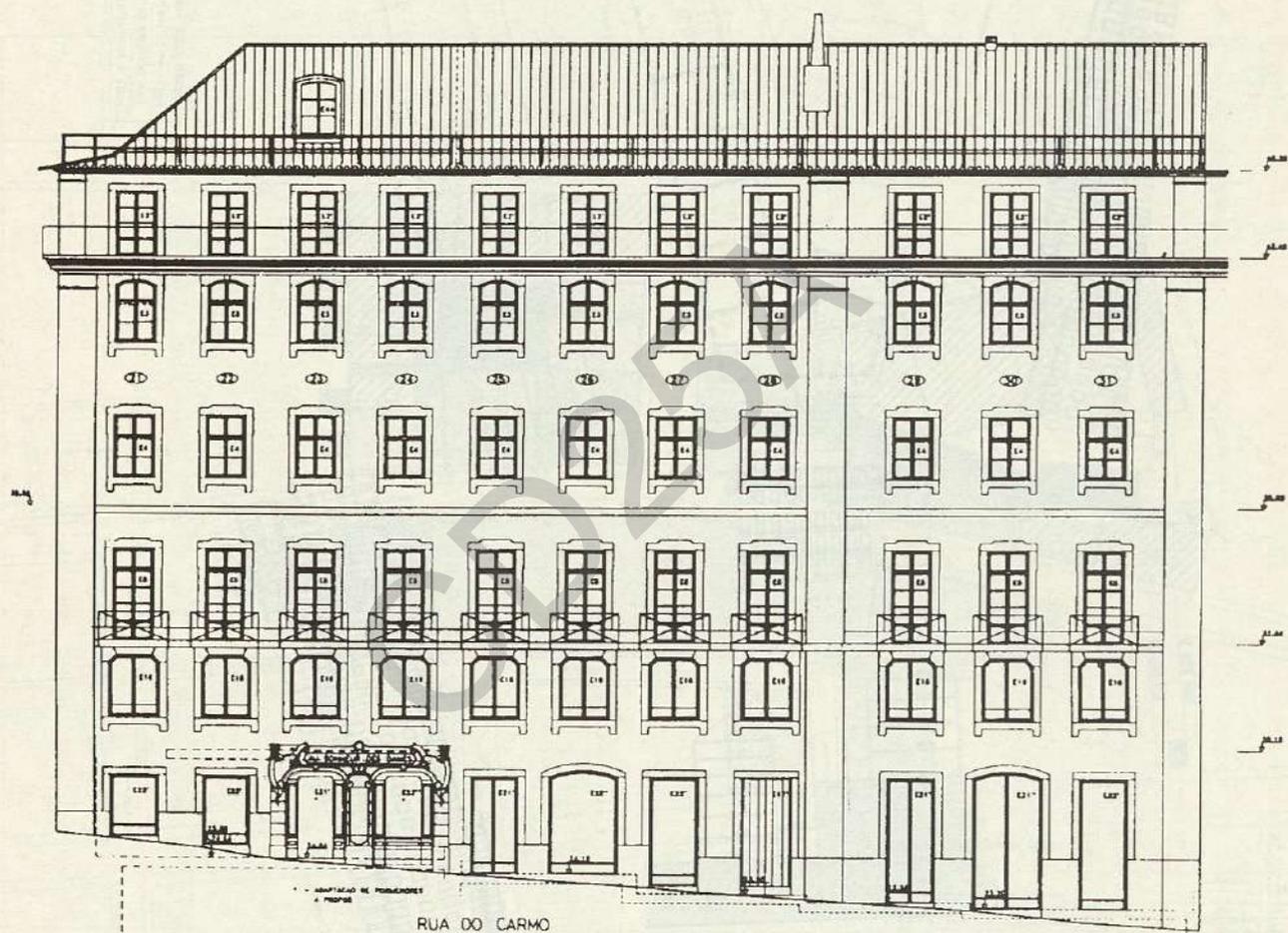


Figura 19 — Alçado do Edifício de Gaveto da R. Carmo, Lote 12/13, por Ana Silva Salta para a Zona Sinistrada do Chiado.

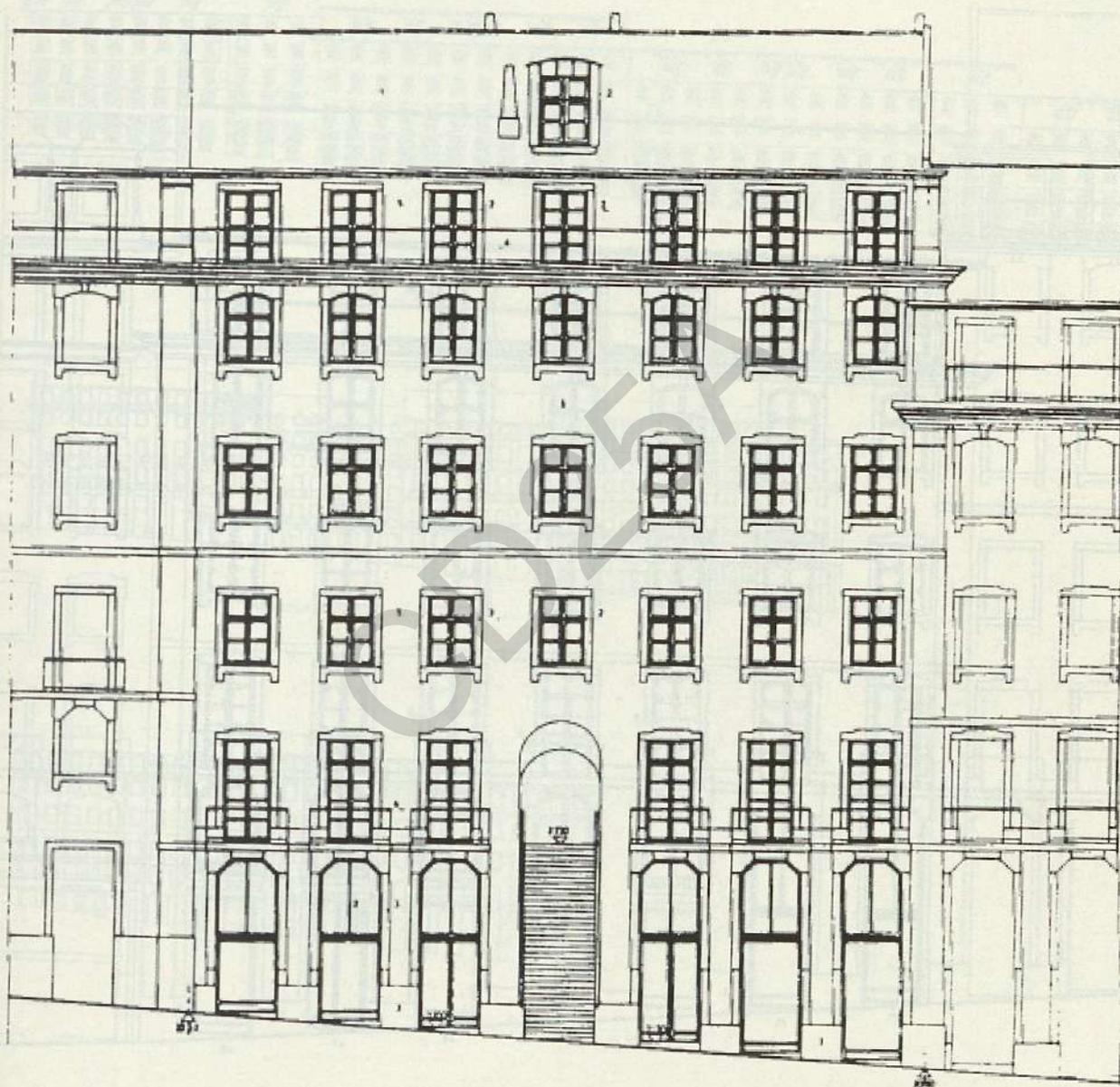


Figura 20 — Alçada do Edifício da R. Carmo, Lote 14/15, por Miguel Esteves para Zona Sinistrada do Chiado.

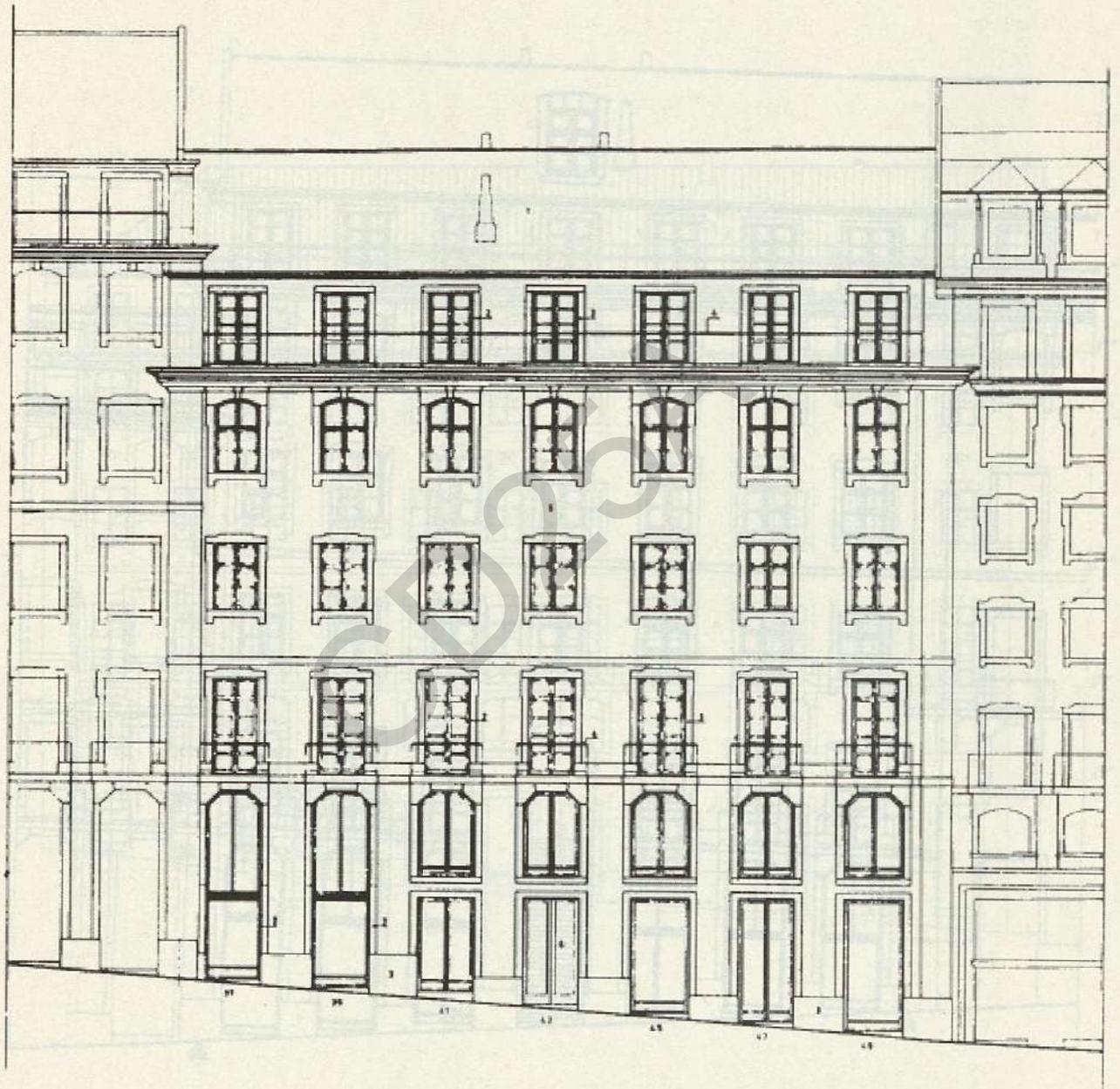


Figura 21 — Alçada do Edifício da R. Carmo, Lote 16, por Miguel Esteves para Zona Sinistrada do Chiado.

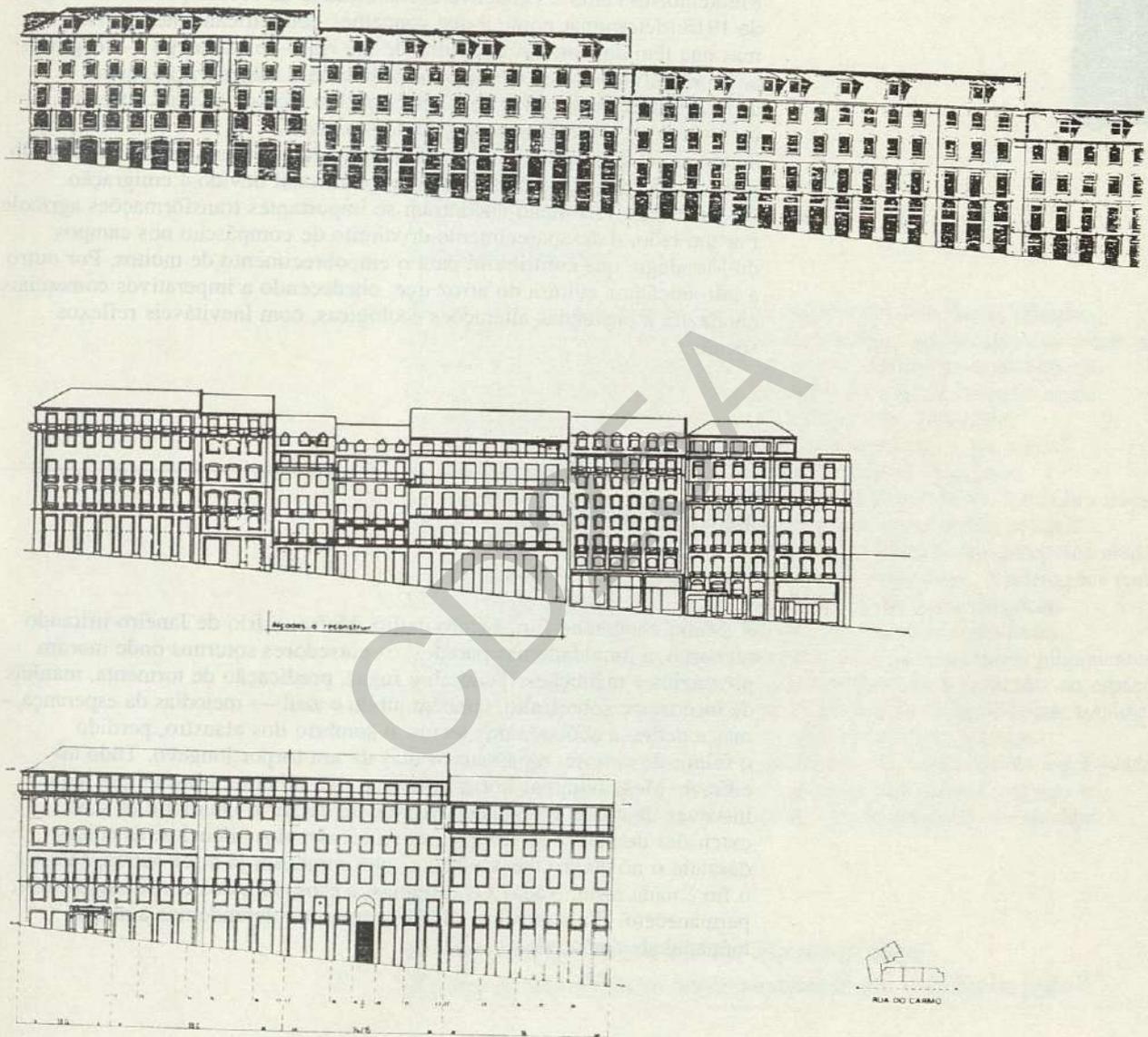


Figura 22 — Alçada da Rua do Carmo mostrando, de cima para baixo, a proposta Pombalina não realizada, a situação antes do incêndio de 1988 e a proposta de recuperação após o Plano de Pormenor da Zona Sinistrada do Chiado.

Violência, Justiça e Sociedade Rural

Irene Maria Vaquinhas

Afrontamento

▼ A partir de documentos de proveniência diversa procurou-se fazer um estudo aprofundado sobre a sociedade rural das regiões de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova desde meados do século passado até cerca de 1918: determinar como é que concelhos geograficamente diversos mas que têm em comum a partilha de um rio — o Mondego — reagiram ao desenvolvimento económico iniciado com a Regeneração, quais as modalidades revestidas em cada concelho e quais os seus reflexos ao nível dos comportamentos e atitudes rurais.

Sendo concelhos predominantemente agrícolas, acusam, durante o período considerado, um fraco crescimento populacional devido à emigração. Na base deste fenómeno encontram-se importantes transformações agrícolas. Por um lado, o desaparecimento do direito de compáscuo nos campos do Mondego, que contribuirá para o empobrecimento de muitos. Por outro, a introdução da cultura do arroz que, obedecendo a imperativos comerciais, conduzirá a profundas alterações ecológicas, com inevitáveis reflexos sociais.

Ombro, Arma!

José Manuel Mendes

Caminho

▼ Mafra chegou ao fim, escuro exílio. Mafra, o frio de Janeiro tiritando no corpo, a humidade nas paredes, os corredores soturnos onde moram presságios e maldições. Tudo ali é fugaz, predicação de tormenta, manhãs de incerteza e sobressalto, também júbilo e azul — melodias da esperança —, mas a pedra, a abóboda dos tectos, o sombrio dos claustros, perdido o fulgor de outrora, repassam os dias de um torpor longo. Tudo ali é breve. Mesmo que as horas pesem, a vida hiberne. Mesmo que haja instantes de cristal e levitação. Agora, ao deixar o Quartel e as suas extensões de beleza ao lusco-fusco, a acidez dos silêncios, as coisas desatam o nó dentro das vivências, que começam já a ser outras, solta-se o fio e nada resta. Nada? Os estigmas, a espessura dos constrangimentos, permanecem. E a atmosfera solidária com que defendemos a nossa humanidade ameaçada.

Vidas Vencidas

Maria Ondina Braga

Caminho

▼ Lá em casa, em Braga, sempre as tisanas sobre os repastos. Meu pai, agora, a ler, pausadamente, entre cada golada, os nomes estranhos da lista do Brasil.

Minha mãe, por seu lado, a encolher os ombros. A sua predilecção por nomes de santos e o seu senso prático: medo de possíveis complicações para

**Esta informação
é elaborada com base
em elementos
fornecidos pelos editores**

a menina na escola, as demais crianças a amacacarem-lhe o chamamento. Nomes fáceis, familiares, afectivos, sim. Nomes das nossas gentes. Nomes da nossa terra.

Agarrando, então, no *Petit Larousse*, o tio explicou o significado de Ondina: o génio do amor que vive nas águas, Sereia, uma sereia, mas não dos mares mortíferos, não, dos lagos transparentes e tranquilos. Uma gentil ninfa que, se um dia algum mortal a quisesse para esposa, ganharia mesmo alma como qualquer criatura de Cristo.

Muito embora sem se opor, a mãe ainda de pé atrás. E que história era aquela de não ter alma a Ondina?

História da Violação

Séculos XVI-XX

Georges Vigarello

Editorial Estampa

▼ Este livro é, em primeiro lugar, a história das tolerâncias relativas para com a violência sexual na sociedade antiga, aquelas que envolvem por acréscimo a vítima na indignidade do acto e tendem irresistivelmente a condená-la. É necessário tempo para que a visão da violação mude na jurisprudência ou na lei no fim do século XVIII. E também o reconhecimento, no século XIX, da violência moral, a dos medos e a das ameaças, que muitas vezes caracterizam as violações. É impossível porém considerar apenas as mudanças da lei. Esta obra traça também a história dos obstáculos levantados à consciência jurídica. É, em primeiro lugar, com as crianças que a realidade dos processos muda consideravelmente no século XIX: casos mais numerosos, condenações mais firmes, recenseamentos mais precisos. São no entanto necessárias as referências actuais, a nova igualdade entre homens e mulheres, a suspeição quanto às práticas de domínio para que os antigos julgamentos sofram um abalo. É necessário dar uma atenção muito particular ao espaço psíquico e ao mundo íntimo para que os efeitos da violação sejam totalmente reconsiderados. Pode então medir-se, para os casos de crianças, toda a distância entre os processos do século XIX, relacionando a gravidade do acto com o risco de devassidão, e os processos actuais, em que se relaciona essa gravidade com o risco de «crime psíquico» ou de dano interior.

O Património Comum da Humanidade:

Rumo a um direito internacional da solidariedade?

José Manuel Pureza

Afrontamento

▼ José Manuel Pureza explora de forma aprofundada e perspicaz o complexo e difícil caminho seguido pelo conceito de património comum da humanidade e conceitos afins, desde a sua emergência em instâncias das Nações Unidas até à prática actual. Latente no direito internacional do espaço, assim como no direito aplicável ao património cultural ou ao ambiente, foi no direito do mar que aquele conceito inovador e progressivo encontrou a sua expressão mais acabada, no regime da Área

Internacional dos Fundos Marinhos. O autor não deixa, porém, de sublinhar que as tensões políticas que marcaram a elaboração deste regime, traduzidas no inicial ascendente das propostas terceiro-mundistas inspiradas no conceito de uma nova ordem económica internacional passando pela subsequente recuperação de posições pelos países desenvolvidos, acabaram por dar lugar a uma «construção institucional híbrida, marcada por uma visível descontinuidade entre a amplitude e novidade das funções e o classicismo das soluções orgânicas». A utopia da igual participação de todos e da repartição equitativa dos benefícios da exploração da Área Internacional ter-se-á perdido em larga parte nas divergências quanto à configuração e poderes das instituições em que o regime da Área se realiza.

(Do Prefácio, de Mário Ruivo)

Versículos Paralelos. Jesus e Buda

M. Borg e R. Riegert (org.)

Instituto Piaget

▼ «Este fascinante livrinho apresenta-nos mais de 100 exemplos de frases paralelas de Jesus e Buda. Estes paralelismos envolvem ensinamentos tais como «amem os vossos inimigos» e princípios gerais como a primazia da compaixão. Além disso, Jesus e Buda têm experiências de transformação de vida por volta dos 30 anos. Ambos dão início a movimentos de renovação nas suas tradições religiosas e ambos foram pressentidos como sendo mais do que humanos. Segundo os estudiosos do tema, no coração destes paralelismos encontram-se dois mistérios: como pôde Jesus, vivendo 500 anos depois de Buda e a 3000 milhas da Índia, abraçar os mesmos ensinamentos? Alguns historiadores acreditam que os princípios do budismo eram conhecidos de Jesus, no Império Romano. Alguns argumentam que Jesus foi ensinado no budismo, mas outros dizem que os seus ensinamentos surgiram do mesmo Universo de Espiritualidade e Sabedoria.»

D.K.C., *Dallas Morning News*

O Silêncio do Mar

Vercors

Presença

▼ Obrigada a partilhar a sua casa com um oficial nazi, uma família francesa decide optar pelo silêncio como forma de resistir ao ocupante. É um silêncio tão profundo como o mar e impede todas as tentativas de diálogo feitas pelo oficial. Este tem pela França e a sua cultura uma admiração sincera que vai expondo em monólogos forçados, determinado a vencer a distância que os separa. Vercors é o pseudónimo escolhido por Jean Bruller, que nasceu em Paris em 1902. Tendo sido desenhador e gravador, é durante a II Guerra que faz da escrita a sua arma contra o nazismo, tema marcante de toda a sua obra. *O Silêncio do Mar* é o seu primeiro livro, publicado na clandestinidade pelas Éditions Minit, em 1942. Mas é sobretudo, na sua singeleza, uma novela exemplar.

ADMINISTRAÇÃO DEMOCRÁTICA

revista de

PODER LOCAL

134

650\$00 (IVA incluído)

Janeiro/Fevereiro/Março 1999

EDUCAÇÃO E PODER LOCAL

Os Desígnios de uma Autonomia Mitigada

As Experiências de Alcácer, Lisboa, Seixal,
Coimbra e Alentejo

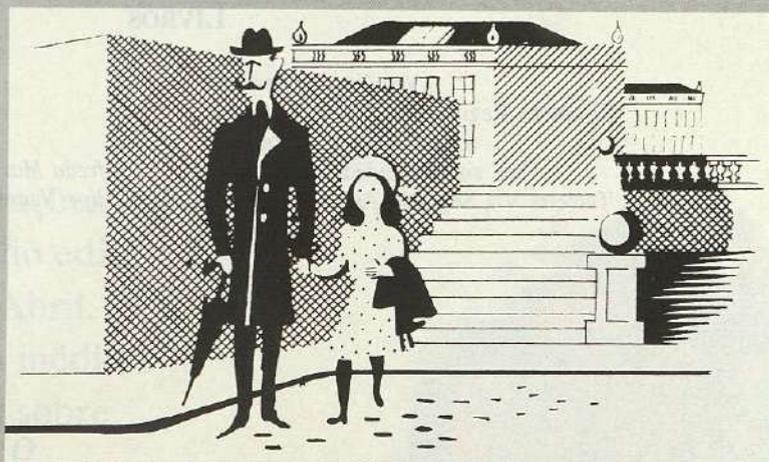
Estatuto do Direito de Oposição

Ambiente e Qualidade de Vida em Lisboa

Atribuições e Competências

Os Terrenos para os Tribunais

Legislação



revista trimestral

finisterra

Revista de Reflexão e Crítica
Director: Eduardo Lourenço

A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM — 50 ANOS DEPOIS

Direitos Humanos e Universalidade	<i>Eduardo Lourenço</i>
50 Anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem	
Será ou Não Um Motivo Para Festejar?	<i>Franz Nuscheler</i>
Os Ideais da Universalidade e do Pluralismo	<i>Guilherme d'Oliveira Martins</i>
Nos 50 Anos da Declaração Universal Dos Direitos do Homem	<i>Alberto Martins</i>
Tem a Declaração Universal dos Direitos Humanos Algo Que Ver Com o Debate da Esquerda?	<i>Vitalino Canas</i>
Direitos Humanos, Uma Conquista da Democracia	<i>José Moura Nunes da Cruz</i>
Os Direitos do Homem na União Europeia	<i>Rudolf Bindig</i>
As Mulheres e os Direitos Humanos Entre 200 Anos Antes e 50 Anos Depois da Declaração Universal	<i>Lígia Amâncio</i>
O Direito da Ingerência Humanitária	<i>Fernando Cruz</i>
A Declaração Universal e a Constituição Portuguesa	<i>Jorge Miranda</i>

DAS IDEIAS

A Tradição de Liberdade no Constitucionalismo Britânico	<i>José Manuel Vieira Conde Rodrigues</i>
Défice Democrático na UE e Necessidade de Reformas	<i>Günter Verheugen</i>

LIVROS

Virgílio de Carvalho, Riscos da Regionalização do Continente e da NATO para Portugal. Uma simultaneidade preocupante	<i>Alfredo Margarido</i>
A Terceira Via Segundo Anthony Giddens	<i>Filipe Nunes</i>

1

9

9

9

CAMINHO

de Abril

ALEXANDRE PINHEIRO TORRES, **AMOR, SÓ AMOR, TUDO AMOR**

ARLICE VIEIRA, **VINTE CINCO A SETE VOZES**

ARMENIA FARIA, **A REVIRAVOLTA**

CARLOS BRITO, **VALE A PENA TER ESPERANÇA**

CERMANO ALMEIDA, **DONA PURA E OS CAMARADAS DE ABRIL**

MANUEL ALEGRE, **UMA CARGA DE CAVALARIA**

MARIA ISABEL BARRENO, **AS VÉSPERAS ESQUECIDAS**

MÁRIO DE CARVALHO, **APUROS DE UM PESSIMISTA EM FUGA**

MIA COUTO, **VINTE E ZINCO**

SEBASTIÃO SALGADO, **UM FOTÓGRAFO EM ABRIL**

URBANO TAVARES RODRIGUES, **O DIA ÚLTIMO E O PRIMEIRO**

10 CANÇÕES POSSÍVEIS, MANUEL FREIRE canta JOSÉ SARAMAGO

No âmbito das comemorações dos 25 anos do 25 de Abril, a Caminho edita a colecção Caminho de Abril, constituída por 10 textos inéditos e um livro de fotografias sobre a Revolução dos Cravos e um CD.

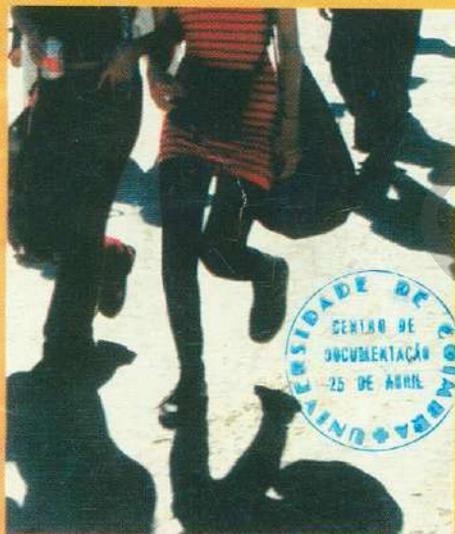


PROFESSOR O PROFESSOR

OUTUBRO/DEZEMBRO 1998 - III SÉRIE - REVISTA BIMESTRAL - 900\$00 - Nº62



DIRECTORA: MANUELA ESTEVES



UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
25 DE ABRIL

**OS JOVENS
A ESCOLA
E O ÁLCOOL**

O PERFIL DO PROFESSOR

**LUSO-BRASILEIRISMO
E UNIDADE DA LÍNGUA**

Desigualdades, Democracia e TV



5603199-000599